

SERVIÇO SOCIAL
em *Perspectiva*

CRISE SANITÁRIA E A INTENSIFICAÇÃO DA
DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL:
SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICAS SOCIAIS
EM TEMPOS DE PANDEMIA
DA COVID-19

v. 5 n. 1 (2021)
ISSN (online): 2527-1849



**CRISE SANITÁRIA E A INTENSIFICAÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL:
SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICAS SOCIAIS EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19**

<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/index>

SUMÁRIO

- EXPEDIENTE – Revista Serviço Social em Perspectiva..... 1

- EDITORIAL – Diego Tabosa da Silva..... 3

- Artigos temáticos*
- ENSAIO ACERCA DA ANUNCIADA TRAGÉDIA BRASILEIRAA CRISE DO CAPITAL E O APROFUNDAMENTO DAS DESIGUALDADES EM TEMPOS-ESPAÇOS DE PANDEMIA – Anny Karollyne Costa da Silva, Adriana Cristina Deiga Xavier Ferreira..... 9

- O DESGOVERNO BOLSONARO E O NOVO CORONAVÍRUSUMA ANÁLISE PRELIMINAR SOBRE O IMPACTO SOCIAL DESSA COMBINAÇÃO NO BRASIL – Sílvia Silva Martins Pinheiro, Karoline Claudino Guimarães..... 32

- A URGÊNCIA DO DIREITO À CIDADE E AS ALTERNATIVAS DE ENFRENTAMENTO À COVID-19 EM TERRITÓRIOS VULNERABILIZADOS – Giselle Silva Soares..... 51

- A COVID-19 E SEUS IMPACTOS NO SISTEMA PRISIONAL EM SERGIPE – Paulo Roberto Felix dos Santos, Izy Rebeka Gomes Lima, Maria Suelen Santos..... 65

- SERVIÇO SOCIAL E COVID-19REFLEXÕES CRÍTICAS – Welison Matheus Fontes da Silva..... 87

- Relatos de Experiência*
- ENCONTROS COMUNITÁRIOS VIRTUAISUM BREVE RELATO SOBRE A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA PANDEMIA DA COVID-19 – Aline Possa, Júlia Santana, Christiane Bazoli, Gabriela Franco, Marcelo Vieira..... 104

- ASSISTENTES SOCIAIS EM EQUIPES MULTIPROFISSIONAIS NO CONTEXTO DA PANDEMIA POR COVID-19ANÁLISES MULTIFACETADAS – Bruna Cristina Faustino de Souza, Stella Aparecida Geraldo Lima, Ana Maria Santana de Alcântara, Cristhiene Montone Nunes Ramires..... 117

- PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM URGÊNCIA E EMERGÊNCIAATENDIMENTO AOS USUÁRIOS INTERNADOS NO PRONTO SOCORRO DO HOSPITAL SÃO PAULO E SEUS FAMILIARES EM TEMPOS DE PANDEMIA PELO COVID-19 – Jéssica de Andrade, Ana Maria Santana de Alcântara, Cristhiene Montone Nunes Ramires..... 128

- OS INVISÍVEIS SOCIAIS O ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM TEMPOS DE PANDEMIA – Isabela Maciel Pires, Caroline Lane Lopes Silveiras..... 138
- CONSULTÓRIO DE RUA DE BELO HORIZONTE E OS DESAFIOS ENFRENTADOS NA PANDEMIA DO COVID-19 – Ana Carolina de Freitas Campos, Aruã Siman Alves de Resende..... 151

Artigos Livres

- O SURGIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NA SOCIEDADE CAPITALISTA REFLEXÕES SOBRE A INSERÇÃO DA/O ASSISTENTE SOCIAL NA ÁREA DA SAÚDE – Cleverton Alves de Souza..... 161
- ECONOMIA DOMÉSTICA E SERVIÇO SOCIAL ANÁLISE DAS CONTINGÊNCIAS HISTÓRICAS DE UMA APROXIMAÇÃO – José Carlos do Amaral Junior..... 179
- A QUESTÃO SOCIAL NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO COMO O ESTADO ENFRENTA A QUESTÃO SOCIAL? – Flavio dos Santos Brito..... 194
- O ESTADO NEOLIBERAL E A PROPOSTA DE EMPODERAMENTO FEMININO ORIGENS E LIMITES TEÓRICOS E PRÁTICO-POLÍTICOS – Débora Elita de Sousa Silva..... 213
- A QUESTÃO RACIAL DE ASSISTENTES SOCIAIS NEGRAS NOS ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS – Alessandra Mayra Maidana, Fabiola Regina Falcoski..... 234
- O POSICIONAMENTO POLÍTICO DOS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS – Claudiana Tavares da Silva Sgorlon, Mabel Mascarenhas Torres..... 252

Resenhas

- A COMPREENSÃO DO DEBATE SOBRE O ENVELHECIMENTO NO BRASIL – Rosiran Carvalho de Freitas Montenegro 273

Resumos

- O PROGRAMA DE DERRUIÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA E DESCAMINHOS PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL – Anna Flávia Perondi da Cunha Gusman de Oliveira..... 279

em **SERVIÇO SOCIAL**
Perspectiva

Montes Claros (MG), Vol. 5, Num. 01 - jan./jun. 2021 - Semestral

**CRISE SANITÁRIA E A INTENSIFICAÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL
NO BRASIL: SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICAS SOCIAIS EM TEMPOS DE
PANDEMIA DA COVID-19**

ISSN: 2527-1849

A Revista Serviço Social em Perspectiva é uma publicação do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) destinada à publicação de debates e difusão de produção acadêmica resultante de pesquisas científicas, ensaios, experiências profissionais e resenhas. É ao mesmo tempo um espaço para o intercâmbio de ideias produzidas em diversos contextos e áreas de conhecimento. Os artigos e textos publicados nesta edição são responsabilidade de suas/seus autoras/es. Disponível no portal de periódicos da Unimontes:

<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva>

EQUIPE EDITORIAL

EDITORAS RESPONSÁVEIS

Diego Tabosa da Silva (Unimontes) - Editor Chefe
Fabiola Francielle de Jesus (Unimontes) - Editora Adjunta

COMISSÃO EDITORIAL

Amanda Cardoso B. e Silveira (Unimontes)
Bárbara Terezinha Sepúlveda (Unimontes)
Geusiani P. Silva e Nascimento (Unimontes)
Leni Maria Silva (Unimontes)
Luci Helena Silva Martins (Unimontes)
Noêmia de Fátima Silva Lopes (Unimontes)
Viviane B. Gandra Brandão (Unimontes)
Wesley Helker Felício Silva (Unimontes)

CONSELHO EDITORIAL

Antoniana Dias Defilippo, (UFF – Rio das Ostras, Brasil)
Cassimiro Balsa, (UNL, Lisboa, Portugal)
César Henrique Maranhão, (UFRJ, Brasil)
Cláudia Mônica dos Santos, (UFJF, Brasil)
Claudilene da Costa Ramalho, (UFJVM, Brasil)
Fabiana Aparecida de Carvalho (PUC–Campinas e TJSP, Brasil)
Fabrício Fontes de Andrade, (UFRB, Brasil)

Hélia Augusta de Magalhães Correia Bracons, (ULHT, Lisboa, Portugal)
Janete Luzia Leite, (UFRJ, Brasil)
Letícia Barros Palma da Rosa, (UFF, Brasil)
Luiz Claudio Almeida Teodoro, (CEFET–MG, Brasil)
Ney Luiz Teixeira de Almeida, (UERJ, Brasil)
Paula M. Sirelli, (UFF – Rio das Ostras, Brasil)
Reginaldo Guiraldelli, (UnB, Brasil)
Romilda Sérgia Oliveira, (UNIMONTES, Brasil)
Rosana de Matos Silveira, (Universidade de Granada, Espanha)
Sarah Jane Durães, (UNIMONTES, Brasil)
Silvia America Mansilla, (Universidad Nacional del Comahue, Neuquén, Argentina)
Silvia Neves Salazar, (UFES, Brasil)
Thais Luiz Vargas, (UFRJ, Brasil)
Valeria Lucilia Forti, (UERJ, Brasil)
Virgínia Alves Carrara, (UFOP, Brasil)
Zaira Rodrigues Vieira, (UNIMONTES, Brasil)
Yolanda Guerra, (UFRJ, Brasil)

ASSESSORIA EM OJS

Fernando Soares Gomes

CAPA E ASSESSORIA DE DESIGNER

Amanda Farias

EDITORIAL

Diego Tabosa da Silva¹

Apresentamos a você mais um número da nossa revista. No volume 5, número 1, a "*Serviço Social em perspectiva*" traz como tema o debate da "Crise sanitária e a intensificação da desigualdade social no Brasil: Serviço Social e políticas sociais em tempos de pandemia da COVID-19". Iniciamos o ano de 2021 refletindo a propagação mundial do novo Coronavírus, (iniciada no final de 2019, na China) que desde a manifestação da Organização Mundial da Saúde (OMS), em março de 2020, assusta e requer ações em escala global.

No Brasil, no âmbito da saúde pública, percebe-se posições que polarizam as ações e debates. De um lado, pesquisadoras/es, cientistas e profissionais da saúde, defendem ações de isolamento social, valorização da vida, incentivo à pesquisas e conhecimento científico e também, ampliação de investimentos nas políticas públicas, com ênfase na saúde e renda básica. De outro lado, o governo federal, na figura do Presidente da República, Jair Bolsonaro, representa o oposto. Ataque às propostas de isolamento social, desqualificação de agências e organismos de pesquisa, "prescrição" de medicamentos sem qualquer comprovação científica, incentivo à aglomeração e retorno às atividades produtivas "normais", falta de orientações e políticas de enfrentamento à pandemia e seus impactos econômicos, sociais e sanitários. Enfim, tem-se um "desgoverno" que propaga *fake* News e por meio de suas ações (ou falta delas) instaura uma política negacionista e genocida.

¹ Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense - UFF. Mestre em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros (Departamento de Política e Ciências Sociais). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social - GEPSS/UNIMONTES. Editor Chefe da Revista Serviço Social em Perspectiva. E-mail: <diego.silva@unimontes.br>

No Brasil, os mais de oito milhões de casos de COVID-19, que resultaram em mais de duzentos e seis mil óbitos², provaram que não se tratava "de uma gripezinha", como tentou nos fazer acreditar o Sr. Jair Bolsonaro. A pandemia alterou significativamente a vida da sociedade. Escancarou a desigualdade e a importância de políticas sociais públicas comprometidas com toda a população. A situação pandêmica atingiu de forma diferente a população empobrecida e periférica, a população preta, as mulheres. Tem-se aumento no índice de violência doméstica, aumento do desemprego, falta de uma política de renda básica para a população mais vulnerável. Tudo isso, num momento onde "a economia" é priorizada, onde os lucros e atividades comerciais são colocadas acima das vidas.

É nesse contexto, de pandemia, de desgoverno, de profundas alterações societárias, que lançamos mais um número da "*Serviço Social em perspectiva*", que como um instrumento de divulgação científica, se alia a muitas outras ações (*lives*, cursos, campanhas e mobilizações sociais), na construção crítica de reflexões e propostas de intervenção e enfrentamento às desigualdades presentes na nossa sociedade. Neste número apresentamos cinco artigos temáticos, cinco relatos de experiências profissionais, seis artigos na sessão de temas livres, além de uma resenha e um resumo de trabalho de conclusão de curso.

O primeiro texto dessa nossa edição, é uma contribuição de Adriana Cristina Ferreira e Anny Karollyne da Silva, que no "ensaio acerca da anunciada tragédia brasileira" trazem elementos para refletirmos a crise do capital e o aumento das desigualdades, alertando para o fato de que a tempestade é mesma, mas definitivamente, não à enfrentamos no mesmo barco. No texto de Karoline Guimarães e Silvia Pinheiro, é apontada uma análise sobre o "desgoverno Bolsonaro e o novo Coronavírus", onde as autoras apresentam algumas particularidades brasileiras no cenário pandêmico.

Seguindo a sessão temática, temos o texto de Giselle Soares, que lança luz ao debate sobre o direito à cidade, dando ênfase às alternativas de enfrentamento à COVID-19 em territórios vulnerabilizados. Tomando Paraisópolis-SP como ponto de análise, a autora indica

² Dados coletados em 14 de janeiro de 2021. O Brasil vive um momento de aumento significativo de casos confirmados e óbitos provocados pela COVID-19. Diversos países já iniciaram campanhas de imunização através de vacinas desenvolvidas por diferentes instituições e laboratórios, no Brasil, ainda não há uma data prevista para o início da vacinação.

algumas possibilidades de mobilização social e construção de estratégias para contornar os efeitos da pandemia, sem abrir mão da vida da população. O quarto texto deste número, visa apresentar reflexões acerca dos impactos da pandemia da COVID-19 no sistema prisional de Sergipe. Paulo Roberto Santos, Izy Lima e Maria Santos, nos apresentam uma análise do agravamento das péssimas condições de sobrevivência da população encarcerada, com ênfase para o estado de Sergipe.

Encerrando a sessão temática, temos o artigo de Welison Fontes da Silva, apresentando reflexões críticas para a relação entre o serviço social e a COVID-19. O autor, localiza a profissão nos mais diversos espaços de atuação, indicando que a trajetória de lutas da profissão podem apontar a construção - coletiva - de saída para a crise sanitária atual, mas também para a ordem societária vigente.

Na sessão de relatos de experiência, temos inicialmente o relato que debate os encontros comunitários virtuais, como possibilidade de atuação do serviço social durante a pandemia. No texto, as autoras, Aline Possa, Christiane Bazoli, Gabriela Lyra, Júlia Santana E Marcelo Vieira, apresentam a experiência realizada na Rocinha, no Estado do Rio de Janeiro, e indicam que a atividade proporciona um maior diálogo entre agentes públicos e sociedade, bem como o levantamento real de demandas, tudo isso num contexto de pandemia.

Seguindo os relatos de experiência, podemos conferir dois textos que apontam os desafios relatados pelos residentes multiprofissionais em serviço social da Universidade Federal de São Paulo (Hospital São Paulo). Nestes relatos, destacam-se os impactos da pandemia para o desenvolvimento das atividades na área da saúde, a condição de vida da população usuária dos serviços, bem como, a necessária luta por uma política de saúde pública, gratuita, universal e qualificada. Aponta-se ainda as possibilidades de contribuição da/o assistente social e da/o residente multiprofissional de serviço social para ações que fortaleçam as políticas sociais públicas. Os referidos textos foram elaborados por Bruna Souza, Stella Lima, Ana Maria Alcântara Christiene Montone e Jéssica de Andrade.

No texto de Caroline Silhares e Isabel Pires, encontramos um relato de experiência de profissionais do serviço social e da psicologia em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) do Município de Niterói-RJ. Neste relato, as autoras nos apresentam uma síntese acerca da política de assistência social brasileira e dos impactos que da pandemia

no “mundo do trabalho”, para assim poder apresentar alguns limites e as possibilidades de atuação dessas profissões no espaço do CREAS, num contexto pandêmico.

Para encerrar a sessão de textos que apresentam relatos de experiência, temos reflexões fundamentais acerca dos desafios enfrentados pela equipe Oeste do “Consultório de Rua de Belo Horizonte”. Através de suas experiências, Ana Carolina Campos e Aruã Resende, nos apontam algumas das questões que se apresentaram, em meio à pandemia do novo Coronavírus, para as ações de atenção à população em situação de rua. O texto denuncia, portanto, as ações higienistas e o pouco investimento em políticas para este segmento da população, ou seja, a necropolítica como lógica de atuação para muitos governantes.

Como dissemos anteriormente, a sessão de artigo de tema livre, conta com seis textos. O primeiro deles, de autoria de Cleverton de Souza, debate sobre os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social, a partir de uma análise do surgimento da profissão na sociedade capitalista. O texto aponta, também, reflexões sobre a inserção da profissão na área da saúde. Na sequência, o artigo intitulado “Economia Doméstica e Serviço Social: análise das contingências históricas de uma aproximação”, do autor, José Carlos do Amaral Junior, nos apresenta elementos fundamentais para compreendermos as relações entre estes cursos.

Os textos de Flávio Brito, Débora Elita e Alessandra Maidana e Fabíola Falcoski, lançam luz, respectivamente, aos importantes debates sobre as respostas do Estado ao enfrentamento da Questão Social sob o capitalismo contemporâneo; sobre o Estado neoliberal e a proposta do empoderamento feminino; e sobre a importância da discussão étnico-racial nos espaços de atuação de assistentes sociais. Estes três textos, compreendem temas de grande relevância e atualidade, que requer a ampliação de problematizações que subsidiem ações contestatórias à ordem capitalista vigente.

Concluindo a sessão de artigos com temática livre, encontramos o texto elaborado por Claudiana Sgorlon e Mabel Torres, no qual as autoras apresentam uma reflexão sobre os conteúdos publicados pelo Conselho Federal de Serviço Social através da publicação CFESS Manifesta. O artigo indica a possibilidade de contribuição do conselho “na construção de um ponto de vista crítico e político acerca da realidade social”.

Para finalizar o primeiro número do ano de 2021 da *Serviço Social em Perspectiva*, publicamos a resenha do livro “Envelhecimento e trabalho no tempo do Capital: implicações para a proteção social no Brasil”, elaborada por Rosiran Montenegro, e o resumo do trabalho de conclusão de curso de Anna Flávia Perondi, que reflete criticamente o programa Future-se e seus impactos à política de educação no país.

Esta edição, reafirma o interesse de nosso periódico em difundir conhecimento crítico e construir um importante meio de intercâmbio e cooperação entre pesquisadoras, profissionais e discente, de diferentes lugares e áreas de formação. O conjunto de textos que tornamos público expressa o sério e comprometido trabalho teórico-intelectual, que parte da realidade social para subsidiar novas aproximações e reflexões, com vistas a fomentar outras análises e debates, afinal, é a vida que determina a consciência e não o contrário.

O ano de 2020, foi marcante, desafiador e doloroso para toda a sociedade, e seu sucessor, já começa apresentando a necessidade de construirmos ações coletivas de enfrentamento radical à ordem vigente. A democracia tem sofrido golpes a todo momento (como vimos, por exemplo, no caso da invasão à Casa Branca, por um grupo de apoiadores do candidato derrotado nas eleições estadunidenses). No Brasil, a crise sanitária se agrava e chega ao ponto de matar pessoas asfixiadas. A todo momento nos tiram o ar. Matam-nos a cada dia, por negligência, por desfinanciamento das políticas, pela privatização de serviços prioritários, e pelas ações violentas de um Estado que cada vez mais serve ao Capital. Mas nós resistimos e lutamos, e assim, seguiremos na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Nesta edição contamos com a participação de pesquisadoras e pesquisadores das Universidades Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), do Rio de Janeiro (UFRJ), de Sergipe (UFS), de São Paulo (UNIFESP), do Triângulo Mineiro (UFTM), Universidades Estaduais do Rio de Janeiro (UERJ), de Minas Gerais (UEMG), de Maringá (UEM) e de Londrina (UEL), além da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), das Faculdades Integradas de Fernandópolis-SP, Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-PR), Instituto de Medicina Social (IMS-UERJ), Corpo de Bombeiros Militar do Rio de Janeiro (CBM-RJ), e profissionais das prefeituras de Santos-SP, Niterói-RJ e Belo Horizonte-MG.

Não podemos deixar de agradecer à todas e todos que se dedicaram e contribuíram para a publicação, de nosso novo número. O compromisso de autoras/autores, pareceristas, conselho editorial, assessoria de designer e em OJS, é fundamental para que criemos um instrumento de reflexão e análise crítica, como ponto de partida para a construção de ações críticas.

O primeiro número, do quinto volume da "*Serviço Social em Perspectiva*" marca também uma nova fase de nossa revista, que inicia uma nova identidade visual, que contou com a contribuição de todo o corpo docente do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros. O projeto foi realizado pela designer Amanda Farias, a quem deixamos nosso agradecimento especial pela condução cuidadosa do processo de concepção e execução de um novo projeto gráfico para nosso periódico.

Sendo assim, lhe convidamos a realizar uma leitura e análise crítica do conteúdo que cuidadosamente preparamos. Que possamos nos (re)aproximar, com cuidado e segurança, que todas tenhamos saúde e força, para construirmos frentes de luta e resistência em tempos tão bárbaros!

Diego Tabosa da Silva

Montes Claros, 15 de janeiro de 2021

**ENSAIO ACERCA DA ANUNCIADA TRAGÉDIA BRASILEIRA:
A CRISE DO CAPITAL E O APROFUNDAMENTO DAS DESIGUALDADES EM TEMPOS-
ESPAÇOS DE PANDEMIA**

**ENSSAY ON THE ANNOUNCED BRAZILIAN TRAGEDY:
THE CAPITAL CRISIS AND THE DEEPENING OF INEQUALITIES IN TIMES- SPACES OF PANDEMIA**

Adriana Cristina Deiga Xavier Ferreira¹
Anny Karollyne Costa da Silva²

Resumo: Este artigo tem como objetivo fazer algumas reflexões sobre a crise do capital e o aumento das desigualdades para a classe-que-vive-do-trabalho em contexto de pandemia, em suas dimensões sociais, políticas e econômicas. Com isso, sinalizamos também alguns elementos para pensar a interseccionalidade entre as relações de classe, gênero, raça/etnia no Brasil e suas expressões em tempos-espacos de covid-19. Foram realizadas análises por meio do método histórico-dialético da bibliografia e das produções recentemente socializadas. Verificou-se que a ideologia professada de que "estamos no mesmo barco", como um grande equalizador de classes no enfrentamento da pandemia, na verdade, exacerba e aprofunda ainda mais as desigualdades, e deixa claro quem está pagando os custos da crise. Diante disso, o que fica notório, ao longo da discussão proposta, é que estamos vivendo a mesma tempestade, mas não estamos no mesmo barco.

Palavras-chave: Crise do Capital. Pandemia. Classes Sociais. Raça. Gênero.

Abstract: This article aims to bring about some reflections on the capital crisis and the increase in inequalities for the working-class in a pandemic context, regarding its social, political and economic dimensions. With that, we also list some elements to think about the intersectionality between the relations of class, gender, race / ethnicity in Brazil and their expressions in time-spaces of the pandemic of covid-19. Analyzes were carried out through the historical-dialectical method of bibliography and recently socialized productions. It was found that the professed ideology that "we are in the same boat", as a great class equalizer in facing the pandemic, actually exacerbates and deepens inequalities even more, and makes it clear who is paying the costs of the crisis. In view of this, what is noticeable throughout the proposed discussion is that we are experiencing the same storm, but not in the same boat.

Keywords: Capital Crisis. Pandemic. Social Classes. Race. Gender.

¹ Assistente Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - PPGSS da UFRN. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Questão Social, Política Social e Serviço Social. E-mail: <adrಿದೆigaa@gmail.com>

² Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - PPGSS da UFRN. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Questão Social, Política Social e Serviço Social. E-mail: <karoliscosta@yahoo.com.br>

INTRODUÇÃO

Nas palavras do sociólogo Ricardo Antunes, ao Jornal Brasil de Fato “a pandemia desnudou a perversidade do capital contra os trabalhadores”. Como sabemos, não foi a pandemia que trouxe a tragédia a céu aberto, ela é resultado de um sistema social destrutivo, de uma tragédia anteriormente anunciada para a classe-que-vive-do-trabalho e aprofundada no atual contexto. Há tempos vivemos sob os auspícios de um capitalismo letal, destrutivo, pandêmico e virótico.

A inter-relação que se processa entre a pandemia do Coronavírus e a crise do capital tem gerado consequências profundas para a humanidade. Como nos alerta Antunes (2020), além dos índices globais de mortalidade, amplia-se enormemente o empobrecimento e miserabilidade na totalidade da classe trabalhadora ampliada. Portanto, é no chão da crise estrutural do capital que a pandemia vem se proliferando e já ceifou a vida de aproximadamente 1 milhão de pessoas, segundo o monitoramento da Universidade Johns Hopkins.³

Em suas entrevistas à imprensa⁴, o chefe do programa de emergências da Organização Mundial de Saúde (OMS), Mike Ryan, revela que o número oficial de mortos pela covid-19 no mundo representa apenas uma fração da realidade. “Os números relatados atualmente representam, provavelmente, uma subavaliação das pessoas que contraíram covid-19 ou morreram em decorrência da doença”, afirmou. “Posso garantir que os números verdadeiros são maiores.” Há estimativas de que ele possa estar hoje em 2 milhões”.

Segundo os dados monitorados pela universidade, os cinco países com mais óbitos, são os Estados Unidos, Brasil, Índia, México e Reino Unido. É embasado em tais determinações que Davis (2020) nos atenta para o fato de que a “caixa de pandora” continua aberta e o nosso implacável sistema torna tudo pior. É largo o leque de fenômenos contemporâneos os

³ Portal de monitoramento do covid-19, realizado pela universidade de Johns Hopkins, localizada nos Estados Unidos. Disponível em: < <https://coronavirus.jhu.edu/map.html> > Acesso em 29 setembro de 2020

⁴ “Mundo chega a 1 milhão de mortos e com sinais de segunda onda” O Estado de São Paulo. Disponível em: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,mundo-chega-a-1-milhao-de-mortos-e-com-sinais-de-segunda-onda,70003455882>. Acesso em 2 de outubro de 2020.

quais indicam o exaurimento das possibilidades civilizatórias da ordem do capital (NETTO, 2012, p.426).

A atual crise estrutural e sistêmica do capital se expressa na confluência de múltiplas crises: ecológica, social, política e econômica, engendradas inexoravelmente pela própria lógica de produção destrutiva imposta pelo desenvolvimento capitalista. Atualmente, soma-se a este quadro, a crise de saúde pública causada pelo coronavírus, SARS-CoV-2, causador da pandemia da COVID-19 (SENHORAS, 2020). Para Davis (2020), "a crise do coronavírus é um monstro alimentado pelo capitalismo".

Dessa maneira, a pandemia causada pelo coronavírus agrava a crise estrutural do capital, e escancara os limites e contradições da dinâmica de acumulação capitalista, sobretudo na atual fase de hegemonia neoliberal. O surto expôs instantaneamente seu caráter de gênero, raça e de classe, de quem poderá ficar em isolamento social, acesso a moradia convencional regular; acesso rápido a um tratamento de saúde e principalmente condições de seguir os protocolos.

O crescimento exponencial e disseminação do coronavírus pelas favelas, periferias e grandes centros urbanos escancarou a perversa desigualdade social e econômica no país. O neoliberalismo como expressão da etapa atual do sistema capitalista, patriarcal e racista, tem como uma de suas premissas a proposição de que há vidas que contam e há vidas que não contam (ÁVILA FERREIRA, 2020, p. 124). Isto se revela em sua extrema contundência no atual contexto.

Após essa breve apresentação, é crucial esclarecer que o objetivo do trabalho é trazer neste breve ensaio reflexões sobre a crise do capital e o aprofundamento das desigualdades para a classe-que-vive do trabalho em contexto de pandemia, em suas dimensões sociais, políticas e econômicas - do ponto de vista material e subjetivo. Com isso, pretendemos também trazer ao longo do artigo apontamentos sobre a operação ideológica em curso que apresenta a atual crise econômica como sendo produto da recente crise sanitária. Contudo, sabemos que o projeto de sociedade neoliberal, com delineamentos fascista e ultraconservador apenas se agravou e adquiriu proporções nefastas em tempos de covid-19.

Evidentemente, algumas questões destacadas no decorrer do trabalho podem já ter sido elucidadas em outras produções sobre a temática. Entretanto, ressaltamos a importância de analisar criticamente a realidade, desocultando o real. A análise através do método histórico-dialético da bibliografia e das produções recentemente socializadas, nos permite entender que o engodo ideológico professado de que "estamos no mesmo barco" como um grande equalizador de classes no enfrentamento da pandemia, na verdade exacerba ainda mais e aprofunda as desigualdades, deixando claro quem está pagando os custos da crise. O notório ao longo da discussão proposta é a retórica de que estamos vivendo a mesma tempestade, mas não estamos no mesmo barco.

CRISE DO CAPITAL E O LEGADO DA AUSTERIDADE

As crises são próprias da dinâmica do modo de produção capitalista, fazem parte do sistema sociometabólico do capital. "Não existe capitalismo sem crise" (NETTO, 2012), uma vez que são manifestação da contrariedade e instabilidade que perfila o desenvolvimento do sistema. As causas estão ligadas há várias pluralidades e funções, não são únicas, mas culminam em explosão. Como sinaliza Mandel (1990), as causas podem estar atreladas ao subconsumo de massas; superacumulação dos capitais; queda da taxa de lucro, anarquia da produção dentre outros fatores relacionados a algum aspecto entre escassez ou superprodução.

Todavia, nas últimas décadas, o sistema capitalista vem demonstrando uma debilidade em lidar com as suas contradições internas, além de dificuldades em manter o nível e a dinâmica de desenvolvimento do sistema de reprodução capitalista, isto é, em manter a sua lógica orientada pela expansão e movida pela acumulação (MÉSZÁROS, 2002).

Para os estudiosos, o capitalismo enfrenta, desde a década de 1970, uma profunda crise estrutural global e sistêmica, que tende a se agravar consideravelmente até entrar em sua fase terminal (HARVEY, 2016; WALLERSTIEN, 2012; MÉSZÁROS, 2011). A chamada crise sistêmica afeta a totalidade de um complexo social em todas as suas relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, aos quais é articulada, isto é, envolve toda a estrutura da ordem do capital, uma era sem precedências históricas (MÉSZÁROS, 2011; NETTO, 2012).

Ao partir de um diálogo crítico acerca do metabolismo antissocial do capital, percebemos que a sua normalidade é a destrutividade. A incontrollabilidade do capital, por não possuir limites para expansão, desconsidera totalmente as necessidades humanas, não respeitando os limites da natureza e pondo a frente as necessidades de autovalorização. É a manifestação dos encontros do sistema com seus próprios limites intrínsecos, pois o modus operandi do capital se desenvolve a partir da destruição, seja da força de trabalho humana, da natureza e até mesmo da própria humanidade.

Conforme Marx demonstrou substancialmente em o Capital (Livro III): a produção do capital é “[...] num grau muito maior que qualquer outro modo de produção, uma dissipadora de seres humanos, de trabalho vivo, uma dissipadora não só de carne e sangue, mas também de nervos e cérebro (MARX, 2017, p.116). Diante disso, o capitalismo se mostra incapaz de assegurar condições de vida digna para a maior parte da população. Sob esse ditame, os seres humanos devem se ajustar e provar sua viabilidade produtiva ou perecer (SANTOS, 2020; HARVEY, 2016; MÉSZÁROS, 2002).

Assim, é sob um novo regime de acumulação que observamos o movimento do capital redimensionar a sociabilidade contemporânea. Segundo CHESNAIS (1996), trata-se de um período caracterizado pela crise do modelo de expansão do capital, de um novo padrão de acumulação caracterizado pela flexibilidade produtiva. A centralidade do capital financeiro e seu domínio sobre o capital produtivo traz consequências graves para a classe-que-vive-do-trabalho, com sua nova morfologia do trabalho, sob a tríade flexibilização-precarização-terceirização, elevados índices de desemprego, redução de salários, ausência de direitos, ampliação de trabalho desprotegido, informal e intermitente.

No atual contexto, em especial nas últimas décadas, o capital financeiro assumiu o comando no processo de acumulação, de forma que o campo de sua acumulação não mais apresenta fronteira de qualquer ordem. [...] É um volume colossal de capital, na forma de títulos, ações e derivativos, que tem “vida própria”, altamente autonomizado dos processos produtivos e sua comercialização (Marques, 2018, p.110-113).

Podemos observar que essas transformações no capitalismo e suas desafortunadas tendências encontraram chão favorável para se proliferar desde a crise da década de 1970, redesenhando amplamente o perfil do capitalismo contemporâneo. Uma nova temporalidade histórica no desenvolvimento civilizatório. Esta década, significou no plano histórico-mundial,

a inauguração de um "corte histórico" no processo civilizatório do capital, atingindo amplamente os campos econômicos, políticos, social e cultural (AGAMBEN, 2013; ALVES, 2013).

Cislahgni (2020) sinaliza que a primeira crise aguda mundial do capitalismo no século XXI, isto é, a crise de 2008, em nada é um raio em céu azul, é consequência do marco profundo das mudanças que se estabelecem a partir da década de 1970. Nos primórdios do século XXI, a destruição criativa do capital articula-se cada vez mais com a produção destrutiva das condições da reprodução social. A crítica radical do capitalismo torna-se hoje, mais do que nunca, necessidade do pensamento (Alves, 2012).

O movimento de concentração e centralização do capital financeiro, e posteriormente os diversos momento de crises, traz como saldo a periferia do mercado mundial, como é caso do Brasil, ritmos estonteantes de corrosão do trabalho; a destruição ilimitada da natureza; degradação do mundo rural, convertido em agrobusiness, elevada segregação urbana e social, somado a fatores como forte eugenia social, exacerbação do racismo, opressão de gênero; xenofobia, homofobia, sexismo. Esse quadro faz parte do culto aberrante da ignorância, o crescente irracionalismo e o desprezo à ciência, entre outros na era da exasperação da razão instrumental e contrarrevolução preventiva (ANTUNES,2020). Para o mesmo autor:

As alienações, as coisificações e os tantos outros estranhamentos, as devastações ambientais, as opressões de gênero, raça, etnia, sexos e todas as aberrações - e tantas mais - estão sendo desencavadas dos porões mais objetos, das catacumbas mais lúgubres e das cavernas mais ossificadas que em alguns casos pareciam estar cerrados (ANTUNES,2020, p. sem número).

Se de um lado a economia brasileira insere-se no cenário mundial como uma emergente plataforma financeira, garantindo ganhos inigualáveis mediante elevação das taxas de juro ao seguir as políticas monetárias e cambial de ajuste, por outro lado, no atual quadro conjuntural histórico do Brasil, vivemos uma "nova era de devastação, uma espécie de fase ainda mais destrutiva de barbárie neoliberal e financista que almeja a completa corrosão dos direitos do trabalho (ANTUNES,2018a, p.10). Recolocada as contradições do capitalismo, observamos que a periferia do capitalismo ou em "desenvolvimento" sofre os efeitos da crise estrutural do capital.

Como resposta a essa crise, e muito antes dela, as diversas políticas de ajustes como austeridade fiscal, tornou-se política inquestionável em muitos países. No Brasil não foi

diferente, pois revelam as contradições do sistema do Capital, consubstanciadas na instabilidade, na insegurança, na liquidez, na precarização estrutural do trabalho, nas exclusões crescentes, na descartabilidade e desestruturação do planeta. Para Blyth (2017, p.36) a austeridade é uma ideia perigosa, que por não funcionar na prática faz com que os pobres paguem pelos riscos, tornando-se também um argumento moral em que ocorre a transferência de responsabilidades. "Poucos de nós são convidados para a festa, mas nos pedem, a todos, que paguemos a conta".

Dito isso, podemos elencar algumas medidas adotadas nos últimos anos no país, que sob os auspícios de conter a crise do capital, contribuíram para crise social e sanitária acentuada no período pandêmico, agravando a situação para a classe-que-vive-do-trabalho. Assim, a derrocada dos direitos se deram desde a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016 que prevê o congelamento dos gastos públicos durante 20 anos; a Reforma da Previdência (PEC 287/2016); a Reforma Trabalhista - Lei 13.467/2017; A lei da terceirização 13.429-2017 aprovada no (des) governo de Temer, seguidas pelas atrocidades do Governo Bolsonaro. O centro da ação do governo e da burguesia em relação aos trabalhadores/as está colocado em três medidas: 1) estabelecimento de acordo individual flexibilizando todas as conquistas trabalhistas ao sabor do patrão (MP 927)⁵, 2) suspensão e redução dos contratos de trabalho e dos salários (MP 936), com o governo arcando com parte dos custos das empresas (MP 944)⁶ e 3) o emprego verde e amarelo aprofundando a reforma trabalhista, na tentativa de tornar os trabalho formal em informal - nas interpretações de Antunes (2018b), a condição de assalariado se torna privilégio frente o avanço do infoproterariado⁷ digital na era dos serviços.

⁵ Medida Provisória 927, que "dispõe sobre medidas trabalhistas que poderão ser adotadas pelos empregadores para a preservação do emprego e da renda e para o enfrentamento do estado de calamidade pública e da emergência da saúde pública. Todavia, revelou-se como medidas patronais para facilitar a demissão, reduzir salários, aumentar a exploração, atentar contra a saúde e segurança do trabalhador e da trabalhadora, gerando ainda mais calamidade em suas vidas.

⁶ Medida Provisória 936 e MP 944 surge como um programa de medidas complementares vista anteriormente. "Um Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda" e o "Suporte ao emprego". A intenção das MPs é dar uma liberdade máxima ao patrão, reduzir o trabalhador e a trabalhadora à fome.

⁷ [...] um novo contingente de assalariados em franca expansão, de que são exemplos os trabalhos nas TICs, que abrangem desde as empresas de software até aquelas de call-center, telemarketing etc., cada vez mais parte integrante e crescente da nova morfologia do trabalho (ANTUNES, 2018b).

As consequências desses projetos políticos desastrosos: desemprego, inflação em níveis alarmantes, aumento da pobreza, ataque às políticas sociais, bem como, aos direitos sociais em geral. Ademais, a esfera da sociabilidade capitalista, se expressa no avanço do conservadorismo e no discurso sintonizado com as premissas neoliberais de desregulamentação, privatização, mercantilização e apelo ao empreendedorismo. Frente à crise do capital, à hipertrofia do capital financeiro e à ofensiva ultraconservadora e ultraneoliberal, as classes dominantes-nacional e internacionalmente-promoveram as condições materiais e subjetivas para a passivação das classes subalternas aos seus interesses materiais e políticos (MOTA; RODRIGUES, 2020, p.199–212). Conforme adensa Souza (2016), em momentos de crise do capital, o conservadorismo termina por ganhar folego e expressão entre as classes dominadas e no senso comum, por meio da indicação abstrata de razões para a crise e as dificuldades práticas do cotidiano.

A PANDEMIA E O APROFUNDAMENTO DAS DESIGUALDES NO BRASIL

A COVID-19 avançou mundialmente de forma acelerada desde que vieram a público seus primeiros casos. A partir disso, atingiu e impactou drasticamente os sistemas de saúde e causou inúmeros efeitos colaterais nas economias e nas sociedades de todo o mundo. Nas proposições de Davis (2020), o Corona entra pela porta da frente como um mostro familiar, e logo demonstra a debilidade dos sistemas de saúde em lidar com a situação, principalmente após um legado deixado pelas políticas de austeridade nos vários países. Essa realidade foi mais destrutiva e letal para a população que vive em situação de vulnerabilidade.

O crescimento exponencial e disseminação do coronavírus pelas favelas, periferias, grandes centros urbanos e escancarou a perversa desigualdade social e econômica no país. Conforme os dados da ONU Habitat, 1,6 mil milhões de pessoas não tem habitação adequada e 25% da população mundial vive em bairros informais sem infraestruturas nem saneamento básico, sem acesso a serviços públicos, com escassez de água e de eletricidade. Vivem em espaços exíguos onde se aglomeram famílias numerosas. "Habitam a cidade, sem direito à cidade" (SANTOS, 2020). Como observado, o vírus desceu na hierarquia social e se espalhou

rapidamente pelos estratos mais vulneráveis, expondo instantaneamente quais populações seriam as maiores vítimas da pandemia.

Notadamente no Brasil, a precarização, as relações de produção, a exploração do trabalho e as péssimas condições de vida da classe trabalhadora, são traços constituintes da formação sócio-histórica do país. É em função desse desenvolvimento desigual e combinado, da associação de elementos "arcaicos" e "modernos" nos países periféricos, que Fernandes (2008) constrói o conceito de capitalismo dependente para explicar a realidade brasileira, que não sofre grandes transformações nas suas "arcaicas" estruturas econômicas, sociais e políticas, mas apenas remodela superficialmente às exigências postas pelo capitalismo.

Assim, repercutem em desigualdade econômica e social, e principalmente nas formas de relações trabalhistas se comparamos a realidade de outros países. Nas especificidades latino-americana, o capitalismo vai se desenvolver de forma tardia e ligado ao capitalismo mundial, pois historicamente produziu-se matéria prima para atender aos auspícios e consolidação da economia industrial europeia. No Brasil, o desenvolvimento interno do capitalismo se deu de forma lenta e gradual, na medida em que a estrutura escravocrata se dissolvia, possibilitando a reorganização das estruturas de produção (MARINI, 2005; FURTADO,2007).

Dessa maneira, podemos dizer que a precarização é elemento formador das relações trabalhistas no Brasil, aparecendo em diversas conjunturas nas oscilações entre subemprego e desemprego. Ao analisarmos a nova morfologia do trabalho, a partir das proposições de Antunes (2020), é possível identificar que ao final do ano de 2019, a informalidade atingia 40% dos trabalhadores do país. Além disso, crescia consideravelmente a quantidade de pessoas que se integravam a "uberização do trabalho"⁸ (mais de 5 milhões). O país também contava com elevada taxa de desemprego, com trabalhadores subutilizados, intermitentes e terceirizados em praticamente todos os setores laborais.

⁸ Antunes (2019) esclarece que "a uberização do trabalho" é o mascaramento de relações assalariadas, que assumem a aparência do trabalho do empreendedor, do trabalho do prestador de serviços, dos trabalhos desprovidos de direitos. Essa terminologia identifica as formas de trabalho marcadas ilimitadamente pela informalidade, flexibilidade, precarização e desregulamentação, destacando os serviços ligados as plataformas digitais e aplicativos. (Amazon, Uber, Ifood, Rappi entre outras).

Segundo Antunes (2020, p.13), esse cenário precário para a classe trabalhadora já caracterizava o Brasil antes da pandemia do Coronavírus, “1,6 bilhão de pessoas, que viviam na informalidade, já estavam sofrendo com a destruição de suas próprias condições de sobrevivência ultraprecárias” e agora em período pandêmico é ainda mais preocupante, com números crescentes de trabalhadores desempregados, subempregados, informais e/ou obrigados a sair de casa para trabalhar (sob pena, de se não comparecer, ser demitido). Nesse sentido, muitos “optaram” por se expor, e até mesmo transmitir o vírus para suas famílias carregando o medo de “morrer de fome ou morrer acometido pela doença”, como reverberado nos meios midiáticos.

Situações como essa desmistificaram as notícias difundidas inicialmente pela mídia, sob o engodo que a pandemia do Coronavírus era “democrática”, não havendo distinções quanto ao seu enfrentamento. Todavia, as informações eram baseadas nos primeiros contágios, resultados de viagens ao exterior realizadas por pessoas com poder aquisitivos elevados e, conseqüentemente, tiveram contato com indivíduos infectados. O primeiro caso foi constatado em São Paulo e divulgado pelo Ministério da Saúde no dia 26 de fevereiro de 2020, sobre um homem de 61 anos, que regressou de uma viagem à Itália⁹ e deu entrada no Hospital Israelita Albert Einstein no dia anterior. Outrora, o argumento de que “estariamos no mesmo barco” se invalida quando os marcadores sociais de classe, raça e sexo, de maneira indissociáveis, se imbricam na análise da realidade. Portanto, a retórica é “estamos na mesma tempestade, mas não no mesmo barco”

Apesar de a doença em pauta ter potencialidade de contagiar qualquer pessoa, há diferenças nas medidas de prevenção e possibilidade de agravamentos dos sinais e sintomas. Sua expansão tem trazido impactos econômicos, políticos e sociais principalmente quando se transversalizam os marcadores sociais de raça, classe e gênero, condições que vulnerabilizaram diversos grupos populacionais. Segundo o boletim epidemiológico divulgado no dia 18 de maio pelo Ministério da Saúde, 54,8% dos óbitos registrados são de pessoas pretas e pardas. Pessoas brancas são maioria entre os internados (51,4%), mas minoria entre os mortos (43,1%).

⁹ Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/brasil-confirma-primeiro-caso-de-novo-coronavirus>> Acesso em 1 de outubro de 2020.

Ainda, cabe mencionar a imensa subnotificação no país em função do baixo índice de testagem e o fato que 32% dos óbitos não tiveram a cor/raça da vítima registrada.

A realidade é que o advento da pandemia destacou e intensificou a desigualdade social, ao tornar expostos ao vírus, trabalhadores e trabalhadoras das classes sociais menos favorecidas, como as empregadas domésticas e os entregadores de aplicativos, obrigando-os a conviver com o risco imane de contaminação e possível transmissão para suas casas e comunidades. Para as mulheres, a condição que se funda na mistificação entre trabalho e cuidados no âmbito do lar, são postos como indivisíveis e exclusivamente feminino. Nas diversas narrativas, em tempos de pandemia o trabalho reprodutivo alçou de maneira exacerbada, impondo uma nova sobrecarga. A pandemia imprimiu um novo ritmo de trabalho as mulheres que estão realizando o confinamento forçado e as que estão saindo para trabalhar. Sobre essa realidade, importa destacar que as mulheres são a maioria nos setores que envolvem os serviços considerados essenciais durante a pandemia. Muitas dessas mulheres estão trabalhando na função de empregadas domésticas, em que saem de suas casas, para desempenhar o trabalho de forma remunerada na casa de suas empregadoras.

Além do que, a elas não coube decidir pelo isolamento social, na medida em que são a maioria entre os trabalhadores informais. Conforme os dados da organização Internacional do Trabalho (OIT), cerca de 93% dos trabalhadores domésticos na América Latina e Caribe são mulheres. Para Federici (2018) é com base no trabalho de cuidado doméstico que o sistema capitalista se sustenta. Esse trabalho reprodutivo não remunerado ou de cuidado doméstico, realizado dentro das casas é um trabalho conformado pelo e para o capital a fim de garantir a sua funcionalidade. Ainda, de acordo com a pesquisa realizado pelo instituto Locomotiva, 39% dos empregadores de domésticas diaristas abriram mão do serviço destas profissionais, sem, entretanto, manter o pagamento das diárias ou garantia de qualquer renda, comprometendo as condições de vida e manutenção das famílias trabalhadoras.

O retrato dessa trágica realidade foi o caso da empregada doméstica de 62 anos, na cidade do Rio de Janeiro (primeiro caso confirmado de orbto por COVID-19 na cidade) que

veio óbito na data de 17 de março de 2020, conforme a matéria noticiada no G1¹⁰. A senhora possuía um regime de trabalho de segunda à sexta (inclusive dormia no trabalho) com folgas no final de semana, era residente do Bairro Miguel Pereira (100km de distância da capital) e trabalhava no bairro do Leblon- cujo valor do metro quadrado está avaliado em torno de 30 mil reais (USD- 5.636,97 aproximadamente). A idosa, pertencente ao grupo de risco, por ser portadora de comorbidades como a hipertensão e a diabetes, passou mal no trabalho e alegou ao chegar ao hospital que estava cuidando da patroa que acabara de regressar da Itália com o vírus. A senhora de 62 anos faleceu, sendo-lhe negada condição de empregada, direitos ao trabalho assegurado. Isso nos leva a pensar como as relações de cuidado e trabalho são apropriadas pelo capital, bem como a desigualdade de classe está intrinsecamente vinculada à de raça e gênero, a partir da relação entre empregada-empregadora.

Ainda, conforme o levantamento realizado pela OMS, 70% dos profissionais da saúde que atuaram e atuam na linha de frente de combate à doença são mulheres, na medida em que são a maioria na área do cuidado, ocupando 84,6% dos cargos existentes nas equipes de enfermagem (o que inclui enfermeiras, auxiliares e técnicas). Os dados informados pelo Conselho Nacional de Enfermagem, revelaram que a falta de condições de trabalho necessárias ao tratamento da doença, incidiu no aumento da contaminação pelo vírus dessas trabalhadoras, em muitos casos resultando no óbito, sendo o Brasil o campeão de contaminação desses profissionais.

A recente crise sanitária e epidemiológica, vem demonstrando que alguns grupos, sob o aspecto social e econômico, são ainda mais vulneráveis que outros. De um lado muitos carecem de condições necessárias para o auto isolamento, no outro polo antagônico, uma elite pequena e seleta demonstra o poder do privilégio em uma pandemia, distinguindo quais pessoas estarão mais expostas ao vírus. O contexto dissemelhante de classes fica ainda mais nitido quando um pequeno grupo tem a possibilidade de escolher em qual de suas residências passar o período de quarentena, enquanto muitos vivem em locais precários, ou não possuem

¹⁰“Morte da primeira vítima de Covid-19 completa três meses” matéria veiculada pelo Jornal G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/06/16/morte-da-primeira-vitima-por-covid-19-no-brasil-completa-tres-meses-nesta-terca.ghtml>>. Acesso em 1 de outubro de 2020.

uma moradia convencional regular para se proteger, como é o caso da população em situação de rua e suas demandas crescentes por abrigo.

As condições financeiras e a pouca escolaridade são também fatores influenciadores no descumprimento das orientações dos órgãos de saúde. De acordo com a pesquisa realizada pelo Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde (NOIS), da PUC-Rio (CTC/PUC-Rio), o vírus tem alto impacto àqueles que tem baixa escolaridade. Os óbitos de pessoas com nível superior representavam 22,5 % dos casos, enquanto os de pessoas com baixa escolaridade representavam 71,9%, dos casos. A ampla divulgação das medidas como a necessidade do uso de álcool 70%, de lavar as mãos recorrentemente; o uso constante de máscaras, além de se manter o distanciamento social a fim de não contrair e não difundir o COVID 19, se tornaram protocolos inviáveis de serem cumpridos pelos segmentos vulnerabilizados diante de uma realidade permeada por múltiplas privações. Essa pesquisa revela que quanto maior o nível de escolaridade e de renda, maior é o acesso e o conhecimento sobre os serviços básicos de saúde.

O acesso a saúde se consubstanciou em uma realidade drástica, expresso nas condições de quem poderia custear um tratamento, enquanto um número exorbitante de pessoas foi a óbito a espera de vagas nas UTIs, do Sistema Único de Saúde - SUS, que se encontra sucateado, legado das políticas de austeridade. Soma-se a isso, a ausência de condições de trabalho para os profissionais, seja por falta de equipamentos de proteção individual (EPIs), seja por falta de insumos para o atendimento à população que procurava os serviços de saúde. “[...] assim o progresso da COVID-19 exhibe todas as características de uma pandemia de classe, de gênero e de raça” (Harvey, 2020, p.21). As desigualdades que já eram latentes se tornaram mais expostas e radicalizadas, exacerbando as expressões da questão social. Expressões que advêm das relações de exploração, dominação e expropriação do capital sobre a população (composta em sua maioria de trabalhadores e trabalhadoras pobres, negros e negras).

Amparado nessa lógica, que o capital se alimenta e se fortifica difundindo sua ideologia conservadora, através da reprodução do patriarcado, do racismo e do classismo. O Brasil contemporâneo estabeleceu-se sem alteração significativa na organização da economia e da sociedade, sem modificar esses pilares estruturantes e funcionais a ordem do capital (PRADO

JR, 1961). Tal cenário, induz pensamentos naturalizantes das relações de expropriação, exploração e dominação de ricos sobre pobres, de homens sobre mulheres, de brancos sobre negros. O que é evidenciado através da “superexploração do trabalho, do controle do corpo e da sexualidade, da violência e da permanente busca por criar barreiras à insurreição das mulheres e toda a classe trabalhadora contra as desigualdades históricas e cotidianas que marcam a vida e se aviltam” (Ávila; Ferreira, 2020, p.122).

Uma conjuntura conservadora que já vinha sendo desenhada mundialmente se espalhou com o advento da pandemia. Segundo Ávila e Ferreira (2020), o atual governo vem pondo em prática de maneira incisiva, um programa neoliberal e autoritário que se apropria do fundo público em prol do capital rentista. Dessa maneira, o recurso público que deveria servir para suprir as necessidades da população em todos os momentos, com investimentos nas diversas políticas, é capitaneado pelo Estado, com o propósito de alimentar o capital rentista e os serviços da dívida pública. Para as autoras, as crises sanitárias, demonstram e aprofundam a perversidade das relações sociais estabelecidas pelo modo de produção vigente, em que atingem e põe em xeque até mesmo a sobrevivência humana.

[...] não se poderá conter a pandemia sem conter o capitalismo e a apropriação desenfreada dos recursos públicos para os interesses do capital, o desapossamento dos territórios e comuns, o descarte das populações, o desmonte do investimento social dos Estados e seus sistemas de proteção social, a superexploração que desgasta e descarta corpos, a conversão de pessoas em mercadorias força de trabalho sem direito mínimo de proteção e uma forma de organização social que admite –e no caso da extrema direita defende –o descarte de grupos sociais e populações inteiras seja pela violência do Estado, pelo encarceramento, pelas doenças devastadoras (ÁVILA; FERREIRA, 2020, p.123).

Essas diferenças evidenciam as contradições do modo de produção capitalista. Por ser um sistema baseado em profundas desigualdades, requer diversas ferramentas para dividir a maioria. O racismo e todas as formas de opressão sob o capitalismo servem a esse propósito (Taylor, 2018, p.181). O Racismo é uma forma sistêmica de discriminação que tem a raça como fundamento. A raça não é apenas uma categoria política necessária para organizar a resistência ao racismo no Brasil. Ela também é uma categoria analítica indispensável, pois é a única que revela discriminações e desigualdades que são de classes e também raciais (Guimarães, 2012).

No período pandêmico, milhares de pessoas tiveram sua vida dificultada, desde a inacessibilidade a testes para a detecção do vírus, até o tratamento da infecção, uma vez

que, grande parcela da sociedade não possui mecanismos facilitadores como poder, dinheiro e prestígio, capaz de aliviar as conseqüências das doenças. Essa situação se agrava, se pensarmos as diversas realidades de milhares de negros e negras no país, pois o racismo existe e não é um problema de formação ou comportamento, mas uma questão estrutural. Para Almeida (2018), o racismo encontra-se institucionalizado no imaginário nacional brasileiro, porque os estudos a respeito da desigualdade racial foram utilizados para justificar a inferioridade negra, não fazendo críticas sobre a condição do negro na sociedade.

Franco (2019) em sua tese de doutorado, ao analisar da biopolítica à necrogovernmentabilidade nos dispositivos brasileiros e associá-lo as diversas expressões do racismo, aponta que o Estado tem gestado a política de morte. Trata-se de gerir condições mortíferas, isto é, fazer com que determinadas regiões estejam submetidas permanente a um controle das condições necessárias de sobrevivência a níveis mínimos, a um controle dos processos de circulação marcados pelo risco permanente de morte.

Ao pensarmos especificamente na necropolítica, conceito cunhado pelo filósofo camaronês Achille Mbembe, a relação entre poder e morte quando elencadas a realidade brasileira, nos leva a compreender os modos e as formas pelos quais o poder político de diferentes maneiras se apropria da morte, como um objeto de gestão. Dessa maneira, o poder não se apropria apenas da vida e das formas de vida, limitando e estabelecendo normas que nos dizem como viver, mas também decide medidas a respeito de "como devemos morrer, quem deve morrer e o que vai acontecer com essa morte e esse corpo". A necropolítica no Brasil entra em um dispositivo mais complexo que envolve racismo nas suas dimensões (política, econômica e subjetiva), da segurança pública, os equipamentos de saúde e até mesmo gestão cemiterial, pois de acordo com os estudos de Franco (2019) a depender do governo, se pode produzir um maior número de cadáveres não identificados ou não reclamados, corpos sem nomes, cujas identidades é "não ter identidades". Essas situações ocorrem em campos menos visíveis, silenciosos, como é o caso da administração dos cemitérios; IMLs, além da administração dos necrotérios universitários. Esta forma de anonimato dificulta o reconhecimento da enormidade desta injustiça. O anonimato transforma as pessoas em categorias abstratas: migrantes, negros, loucos, desviantes, homossexuais, pobres - todos são os outros'. São números, não são sujeitos! E assim diminui nosso senso de culpa, a nossa

responsabilidade (VENTURINI, 2012, p. 58). De certo modo, esta realidade tornou-se identificável na pandemia ao observar os segmentos vulnerabilizados, dado a proporção de contágios e óbitos.

Conforme esclarece Almeida (2018) há uma segregação não oficial entre negros e brancos, já que existe uma naturalização de negros em posições subalternizadas e, de outro lado, há uma supremacia branca politicamente constituída e ainda compatível com a necessidade reprodutiva do capital. Em uma pesquisa realizada pelo IBGE (2019) os índices apontam que no Brasil as pessoas negras possuem enormes desvantagens em relação as pessoas brancas. A partir de alguns recortes, podemos observar que: 1) os negros e pardos representam a maioria da força de trabalho 57,7 milhões, todavia, constituem 64,2% dos desocupados e 66,1% dos subutilizados. O que reduz o acesso aos direitos do trabalho como salário mínimo, férias, décimo terceiro salário, FGTS, seguro desemprego e aposentadoria. Além disso, pessoas brancas recebem rendimentos cerca de 45% a mais do que os indivíduos negros e pardos, independentemente do nível escolar de cada um; 2) dos 10% da população que recebem menores rendimentos, os pretos e pardos constituem 75,2% e no que se refere a pobreza monetária na linha de US\$ 5,50 diários recomendada pelo Banco Mundial, a taxa dos indivíduos brancos era 15,4%, e dos pretos e pardos 32,9%. Já na linha de US\$ 1,90 diários, 3,6% das pessoas brancas possuíam rendimento menores, enquanto 8,8% das pessoas pretas e pardas recebiam rendimentos inferiores a esse valor; 3) os negros e pardos habitam moradias piores e possuem menor acesso do que os brancos a bens e serviços.

A interpretação dos dados, nos permite afirmar que as desigualdades estruturantes da nossa sociedade não são democráticas. Os níveis de desigualdade e de vulnerabilidades estão associados a um determinado segmento da população, que tem suas raízes advindas de processos colonizadores e perduram até hoje como herança. Como revela FERNANDES (1978b), o processo de colonização seguido pelos conquistadores portugueses e o modelo adotado de exploração econômica deixaram marcas indelévels na estrutura e organização da sociedade brasileira. Para Ianni (2005), a questão racial é um paradigma imprescindível no entendimento da construção social do Brasil.

Diante de tudo que foi exposto, é possível observar que nessa lógica do capital em si e por si tenebrosa, as desigualdades se agravaram e ainda continuam, no contexto da

pandemia do coronavírus, que é uma de suas tantas criaturas. Coadunado com as premissas de Antunes (2020), a crise já se gestava no Brasil há anos, a pandemia é apenas o enfeixamento de um sistema que é letal em relação ao trabalho, à natureza, “a liberdade substantiva” de todos os gêneros, raças, etnias, à plena liberdade sexual, dentre tantas outras dimensões do ser em busca de sua autoemancipação humana e social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atual crise sistêmica, vem provando sua incapacidade de administrar seus paradoxos, suas contradições, pois o seu *modus operandi* é voltado para a destruição. Assim, está posta a necessidade de enfrentar e reconverter a estrutura produtiva atual, elencando a defesa da vida antes do lucro. Com a pandemia, observamos uma ruptura ou falha metabólica na dinâmica de acumulação do capital, escancarando os limites, contradições e o poder de destruição para a humanidade.

O aparecimento da COVID-19 e seu avanço acelerado, expôs a crise sanitária em vários países. No Brasil, o legado de sucessivas contrarreformas do Estado; de políticas de austeridade; cortes no orçamento para as políticas públicas, demonstrou que o Sistema Público de Saúde (SUS) estava fragilizado e despreparado para atender a demanda. A premissa “Morrer de fome ou acometido pela doença” se fez presente nas narrativas de diversos trabalhadores e trabalhadoras. As desigualdades que já eram latentes se tornaram mais expostas e radicalizadas, exacerbando as expressões da questão social. Nesse cenário, não resta dúvidas que a população mais vulnerável é a mais penalizada e tem custeado a crise.

As profundas mudanças societárias sob a égide da mundialização do capital, capitaneada pela hegemonia financeira e sua tríade da flexibilização, precarização e terceirização são nefastos para a classe-que-vive-do-trabalho, com a retirada de direitos, redução de salários, trabalhos intermitentes, aumento da jornada e superexploração da força de trabalho, entre outras atrocidades. Ademais, soma-se a isso, uma operação em curso, expressas em um discurso conservador e práticas neoliberais, ao apontar soluções para as desigualdades de classe sem tocar nos seus pilares estruturais de sustentação.

Partindo desses aspectos, afirmamos que a ação contra o domínio do capital deve articular lutas trabalhistas, sociais, políticas, isto é, o mundo do trabalho e as lutas sociais de classe, em suas complexas relações com a luta ecológica, de gênero, étnica, racial, geracional, – articulando suas reivindicações singulares e autênticas com sua dimensão de classe, com a necessidade de assumir cada vez mais uma conformação mundializada, articulando lutas nacionais a internacionais, resgatando também o sentido e pertencimento de classe (compreendendo as conformações da classe trabalhadora hoje e sua nova morfologia).

Portanto, é urgente e primordial refletir os caminhos para uma nova forma de sociabilidade, nas palavras de Mészáros (2002) “para além do capital”. A possibilidade de uma efetiva emancipação humana e social, dialoga com a construção de uma alternativa socialista de fato, que encontrará concretude e viabilidade social a partir de revoltas, rebeliões, que tem no trabalho a dimensão crucial, sem todavia, negar a importância das formas de rebeldia e contestação, configuradas no plano social e político, capaz de avançar e fortalecer as lutas e ações anticapitalistas.

Nessa difícil e complexa fase da história, o desafio maior do mundo do trabalho e dos movimentos sociais de esquerda, é então criar e inventar novas formas de atuação autônomas, capazes de articular e dar centralidade às ações de classe contra o capital e sua lógica destrutiva. Dardot e Laval (2016), nos compele a refletir que é preciso análises rigorosas das condições e processos relacionados a essas metamorfoses do capital, especificamente os processos que abarcam seus próprios “descarrilamentos”, as lutas que o transformam e as lutas que o renovam. É necessário pensar a luta anticapitalista associada a eliminação do conjunto dos elementos que o compreende e sustenta, o tripé: Capital, Trabalho e Estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. Prefácio. In: RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria (Orgs.). A nova morfologia do trabalho no Serviço Social. São Paulo: Cortez Editora, 2018a.

_____. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018b.

_____. O trabalho sob fogo cruzado. E-Book. São Paulo, Boitempo, 2020.

_____. Ricardo (org.). Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil (Trabalho digital, autogestão e expropriação da vida), vol. IV. São Paulo, Boitempo.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

AGAMBEN, Giorgio. A comunidade que resta. Trad. Claudio Oliveira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013a.

ÁVILA, Maria Betânia e FERREIRA, Verônica. Feminismo e Marxismo: Uma relação dialética. In: Os desafios do feminismo marxista na atualidade / Danilo Enrico Martuscelli (org.) - 1. ed. - Chapecó, Coleção marxismo21, 2020.

ALVES, Giovanni Antonio Pinto. Crise estrutural do capital, Maquino-fatura e a precarização do trabalho: A Questão Social no Século XXI'. Textos & Contextos, v. 12, n. 2, p. 221-234, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/114830>.

Brasil. Ministério da Saúde (MS). Brasil confirma primeiro caso da doença. Brasília: MS; 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/brasil-confirma-primeiro-caso-de-novo-coronavirus>>. Acesso em 01 de outubro de 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Doença pelo Coronavírus 2019. COVID-19. Boletim epidemiológico. Brasília, n 17, maio, 2020. Disponível em: <http://antigo.saude.gov.br/images/pdf/2020/May/29/2020-05-25---BEE17---Boletim-do-COE.pdf>. Acesso em 06 de dezembro de 2020.

BLYTH, Mark. Austeridade: a história de uma ideia perigosa. São Paulo. Autonomia Literária. 2007

CISLAGNI, Juliana fiuza. O ultraneoliberalismo e a política dos ressentidos. Esquerda online, 2020
Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2020/06/25/parte-iii-o-ultraneoliberalismo-e-a-politica-dos-ressentidos>. Acesso em 05 de dezembro de 2020.

CHAUÍ, Marilena. 2016. Sociedade brasileira: violência e autoritarismo por todos os lados - depoimento. Entrevista concedida a Juvenal Savian Filho e Lais Modelli. Revista Cult. 2016. Disponível em: www.revistacult.uol.com.br/home/2016/02/sociedade-brasileira-violencia-e-autoritarismo-portodos-os-lados. Acesso em: 12 de agosto de 2020.

CHESNAIS, François. A Mundialização do Capital. Rio de Janeiro; Xamã, 1996.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN) "Brasil tem 108 enfermeiros mortos e mais 4,1 mil contaminados pelo coronavírus. 2020. Disponível em: <https://www.cofen.gov.br/brasil-tem-108-enfermeiros-mortos-e-mais-de-41-mil-contaminados-pelo-coronavirus_79784.html> Acesso em: 06 de dezembro de 2020.

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Mike. "A crise do coronavírus é um monstro alimentado pelo capitalismo". In. Davis, M. et.al (orgs). Coronavírus e a luta de classes. Brasil: Terra sem Amos,2020

DEMIER, Felipe. Depois do golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

FEDERICI, Silvia. El Patriarcado del Salario: críticas feministas al marxismo. Madrid: Traficantes de Sueños, 2018.

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. Vol. 2 - No limiar de uma nova era. São Paulo: Ática, 1978a.

----- . Sociedade de classes e subdesenvolvimento. 5ªed. São Paulo. 2008

FERREIRA, Élinay Almeida. O recorte de gênero, raça e classe na pandemia da covid-19. Revista Carta Capital, São Paulo (SP). Disponível em: <<https://www2.ufjf.br/noticias/2020/04/06/desigualdade-de-genero-em-tempos-de-pandemia-e-isolamento/>>. Acesso em 17 de dezembro de 2020.

FRANCO, Fábio Luís Ferreira Nobrega. Da biopolítica à necrogovernamentalidade: um estudo sobre os dispositivos de desaparecimento no Brasil. 2018. Tese (Doutorado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-25022019-112250/pt-br.php>. Acesso em: 3 de outubro de 2020.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Classes, raças e democracia. 2.Ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

GUIMARÃES, LIGIA. "Coronavírus no Brasil: 39% dos patrões dispensaram diaristas sem pagamento durante pandemia, aponta pesquisa", BBC News Brasil em São Paulo. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52375292> Acesso em 7 de Dezembro de 2020.

HARVEY, David. 17 contradições e o fim do capitalismo. São Paulo, SP: Boitempo, 2016.
----- Política anticapitalista em tempos de COVID- 19. In. Davis, M. et.al (org). Coronavírus e a luta de classes. Brasil: Terra sem Amos,2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. 41ª ed. Brasília: Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e socioeconômica. 2019. Disponível em:<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf> Acesso em: 01 de outubro de 2020

JORNAL BRASIL DE FATO: "Pandemia desnuda perversidades do capital contra trabalhadores". Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/27/ricardo-antunes-pandemia-desnuda-perversidades-do-capital-contra-trabalhadores>. Acesso em 30 de junho de 2020.

KALIL, Isabela.; SANTINI, Rose Marie. Coronavírus, Pandemia, Infodemia e Política. Relatório de pesquisa. Divulgado em 01 de abril de 2020. 21p. São Paulo / Rio de Janeiro: FESPSP/UFRJ. Disponível em: https://www.fespsp.org.br/store/file_source/FESPSP/Documentos/Coronavirus-e-infodemia.pdf. Acesso em: 12 de agosto de 2020.

LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de et al. Emergência de saúde pública global por pandemia de Covid-19: desinformação, assimetria de informações e validação discursiva. Folha de Rostto, v. 6, n. 2, p. 5-21, 11 maio 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderostto/article/view/490>>. Acesso em 29 de setembro de 2020

MÉSZÁROS, István. Para Além do Capital. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

----- Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011

MANDEL, E. A Crise do Capital: os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Ed. Ensaio, 1990.

MARQUES, Rosa. Capitalismo financeiro e as Políticas Sociais: a nova face da contemporaneidade. In: RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria (Orgs.). A nova morfologia do trabalho no Serviço Social. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

MARINI, R. M. Dialética da Dependência. In: TRANSPADINI, R; STEDILE, J. P. (orgs.) Ruy Mauro Marini - Vida e Obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, Karl. Capital: crítica da economia política. Livro III: O processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. O capital: Crítica da economia política. L.1, vol II. 28.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014

MOTA, Ana Elizabete; RODRIGUES, Mavi. Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário. Rev. Katálysis, Florianópolis, v. 23, n.2. p 199-212, agosto de 2012.

Disponível

em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141449802020000200199&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 2 de outubro de 2020.

NETTO, José Paulo. Economia política: uma introdução crítica / José Paulo Netto e Marcelo Braz. - 8ª ed. - São Paulo: Cortez, 2012. - (Biblioteca Básica de serviço social; v. 1).

_____. Crise do capital e consequências societárias. Serv. Soc. Soc, São Paulo, n.111, p. 413-429, setembro de 2012. Disponível em

<https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010166282012000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 02 de outubro de 2020.

Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde (NOIS). Departamento de Engenharia Industrial do Centro Técnico Científico da PUC-Rio (CTC/PUC-Rio). 2020. Disponível em:<<http://www.ctc.puc-rio.br/diferencas-sociais-confirmam-que-pretos-e-pardos-morrem-mais-de-covid-19-do-que-brancos-segundo-nt11-do-nois/>> Acesso em 1 de dezembro de 2020.

Organização Internacional do Trabalho. ONU- Mulheres-OIT-Cepal. "Covid-19 acentua a situação precária de trabalhadoras e trabalhadores domésticos na América Latina e no Caribe". Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_747981/lang-pt/index.htm Acesso em 7 de dezembro de 2020

PRADO JR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961

SANTOS, Boaventura de Sousa. A cruel pedagogia do vírus. São Paulo: Boitempo, 2020.

SENHORAS, Eloi Martins. "Coronavírus e Educação": Análise dos impactos assimétricos". Boletim de Conjuntura (BOCA), vol. 2, n. 5, 2020.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. Tendências ideológicas do conservadorismo. 2016. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/18011>>. Acesso em 3 de outubro de 2020.

TAYLOR, Keeanga-Yamahtta. Raça, Classe e marxismo. Revista Outubro, n. 31, 2º semestre de 2018.

VENTURINI, Ernesto. Em memória de uma mulher maya. Cadernos Brasileiros de Saúde Mental. Florianópolis, v. 4, n.10 p 43-61, 2012.

**O DESGOVERNO BOLSONARO E O NOVO CORONAVÍRUS:
UMA ANÁLISE PRELIMINAR SOBRE O IMPACTO SOCIAL DESSA COMBINAÇÃO NO
BRASIL**

**THE BOLSONARO'S MISRULE AND THE NEW CORONAVIRUS:
A PRELIMINARY ANALYSIS OF THE SOCIAL IMPACT OF THIS COMBINATION IN BRAZIL**

Karoline Claudino Guimarães¹
Sílvia Silva Martins Pinheiro²

Resumo: o cenário contemporâneo da política brasileira, que se encontra fortemente tensionado por dissensões entre a classe dominante no atual governo Bolsonaro, encontra-se agudizado diante da pandemia do novo coronavírus. A conjuntura, no entanto, incide negativamente sobre a classe trabalhadora, que é impactada pelas ações do governo federal em suas tentativas de salvaguardar a dinâmica capitalista em meio às incertezas e instabilidades que pairam sobre o mundo do trabalho. O presente artigo tem por objetivo realizar uma análise dessa combinação, que é a crise do governo Bolsonaro e o quadro pandêmico. Buscar-se-á fornecer elementos para uma interpretação crítica da realidade atual, haja vista uma perspectiva histórico-crítica da trajetória brasileira, sob a hegemonia neoliberal.

Palavras-chave: Governo Bolsonaro. Classe Trabalhadora. Impactos Sociais. Pandemia.

Abstract: The contemporary scenario of Brazilian politics, which is strongly tensioned by dissensions among the ruling class under the current Bolsonaro's government, is aggravated by the pandemic of the new coronavirus. The conjuncture however has a negative impact on the working class, which is impacted by the actions of the federal government in its attempts to safeguard the capitalist dynamics amid the uncertainties and instabilities that hang over the world of work. This article aims to analyze this combination, which is the crisis of the Bolsonaro's government and the pandemic situation. We will seek to provide elements for a critical interpretation of the current reality, given a historical-critical perspective of the Brazilian trajectory under the neoliberal hegemony.

Keywords: Bolsonaro's Government. Working Class. Social Impacts. Pandemic.

¹ Karoline Claudino Guimarães é Assistente Social, Graduada em Serviço Social pela UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro - 2017). Especialista em Políticas Sociais e Intersetorialidade pelo Instituto Fernandes Figueiras (IFF/FIOCRUZ - 2019). É bolsista CAPES de mestrado em Serviço Social na UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro). E-mail: karolinesclaudino@gmail.com

² Bacharel em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) - 2015. Possui Especialização em Políticas Sociais e Intersetorialidade pelo Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF) e Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) em parceria com a UNIRIO - 2019. Área de Concentração: Infância e Adolescência. Bolsista CNPq pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - 2020. E-mail: silviapinheiro.07@gmail.com

INTRODUÇÃO:

O atual painel político hegemônico brasileiro apresenta sinais cada vez mais agudos de tensionamento, concomitantemente ao momento em que o país mergulha numa grave crise sanitária. O primeiro registro da doença pelo novo coronavírus (COVID-19 ou SARS-CoV-2) ocorreu em dezembro de 2019, na cidade chinesa de Wuhan - província de Hubei. Daí em diante, alcançou proporções em níveis mundiais, provocando impactos inenarráveis nas esferas política, econômica e social. De tal modo que "deve ser compreendida como um desastre global, combinando processos globais e nacionais, afetando principalmente os mais pobres, podendo evoluir para uma crise humanitária em muitos países, incluindo o Brasil" (FREITAS *et al.* 2020, p. 5)

A pandemia³, declarada oficialmente pelo diretor-geral da Organização Mundial da Saúde⁴ (OMS), exigiu das autoridades mundiais providências imediatas, principalmente para evitar o avanço da curva de contágio e impedir o colapso nos sistemas de saúde. Com efeito, ao analisarmos a atual conjuntura, marcada pela pandemia do novo coronavírus, é fundamental frisar que cada país possui suas especificidades sociais, econômicas, políticas e culturais, de modo que cada uma dessas esferas, no contexto da pandemia, é impactada em níveis diferenciados. Moldando, assim, as ações de cada governante segundo seus critérios e particularidades sócio-históricas.

O isolamento social, medida recomendada pela OMS como principal forma de prevenção e contenção da doença atingiu fortemente o campo social e econômico. Os efeitos reverberaram nos mais variados setores da economia - indústria, serviço, comércio - e nos processos de produção e circulação de mercadorias. Isso se deu justamente em virtude da paralisação, parcial ou total, de inúmeras atividades classificadas como não essenciais e passou a exigir do Estado uma intervenção contundente e orientada no sentido de minimizar as consequências da pandemia.

Entretanto, é possível afirmar que as medidas de enfrentamento, tanto econômicas quanto sociais, adotadas por líderes e autoridades mundiais, destacam as prioridades da

³ Uma pandemia pode ser compreendida como uma epidemia que se deslocou geograficamente, de modo que não permanece em seu local originário. Geralmente é mais associada a doenças contagiosas, espalhadas a nível mundial.

⁴ Tedros Adhanom Ghebreyes é um político etíope (do partido Frente de Libertação do Povo Tigré), graduado em biologia, mestre em Imunologia de Doenças Infecciosas e doutor em Saúde Comunitária. Desde 2017 é Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde (OMS).

sociedade hodierna: a defesa dos interesses do grande capital. A materialidade desta afirmação se expressa através do aparato estatal prontamente posicionado para salvaguardar a economia. Nessa perspectiva, destacam-se os investimentos públicos realizados, que injetam grandes montantes de dinheiro, sobretudo, nas empresas privadas. Exemplo concreto disso foi o Ministro da Economia da França reiterar a injeção de 450 bilhões de euros (20% do PIB do país) nas empresas. Além de ter declarado que até o sétimo mês do ano continuaria a pagar 70% dos salários de funcionários dos setores privados impedidos de trabalhar pelas medidas de isolamento social.

No Brasil, as ações defendidas pelo governo federal demonstram a prioritária preocupação com o impacto da pandemia no processo de acumulação capitalista. Expõe de forma nítida que o imperativo é a manutenção dos superlucros. Afinal, enquanto o Banco Central anunciou no início da quarentena um conjunto de medidas que liberam R\$ 1,2 trilhão para a economia, aos pequenos comerciantes, trabalhadores informais e desempregados foi destinado um auxílio de caráter emergencial que não alcança um salário-mínimo nacional, compreendendo apenas 60% do valor.⁵ O objetivo da medida é garantir o mínimo de subsistência da classe trabalhadora mais pauperizada, ao mesmo tempo em que contribui para a manutenção do consumo. Vale destacar que tudo isso se desenvolve no contexto de uberização⁶ do trabalho, onde a alta taxa de desemprego, de recorde no trabalho informal e avanço de trabalho intermitente seguem em curva ascendente. Esse panorama permeado de contradições corrobora com a análise de Marx, ao afirmar que:

[...] O trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Produz palácios, mas caverna para o trabalhador. Produz beleza, mas deformação para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas lança uma parte dos trabalhadores de volta a um trabalho a um trabalho bárbaro e faz da outra parte máquinas. Produz espírito, mas produz imbecilidade, cretinismo para o trabalhador. (MARX, 2004, p.82)

Destarte, é necessário destacar que são as camadas mais pobres da classe trabalhadora - sobretudo os moradores de favela, das áreas mais empobrecidas, além da população negra

⁵ É importante lembrar que o chefe do Estado brasileiro, Jair Messias Bolsonaro, defendeu, primeiramente, um auxílio no valor de pouco mais de 20% do salário-mínimo, ou seja, de 200 reais. Foram oferecidas inicialmente 5 parcelas de 600 R\$ e mais 4 no valor de 300 R\$ com o agravamento da pandemia.

⁶ Por **uberização** entende-se um "fenômeno caracterizado pela ausência de direitos trabalhistas, pela jornada ilimitada de trabalho, uso de aplicativo enquanto meio de trabalho e pela responsabilidade do trabalhador na obtenção e manutenção dos instrumentos laborais. É importante frisar que tal fenômeno não se restringe ao processo de trabalho desenvolvido pela empresa Uber. Consiste numa nova tendência de relações trabalhistas articulada ao uso de recentes tecnologias e que abrange diversas empresas e tipos distintos de serviços prestados" (GUIMARÃES; SOUZA; PINHEIRO, 2018, p. 28).

- que enfrentam mais severamente os riscos e impactos da COVID-19. De modo que a situação se torna ainda mais agudizada no atual contexto ultraneoliberal⁷, no qual a formatação das políticas sociais, já marcada por processos de precarização e focalização no indivíduo, sofre severos ataques. Ademais dos direitos trabalhistas, que vem sendo subordinados à lógica de flexibilização e desmontes cada vez mais agressivos.

Nessa perspectiva, o presente artigo objetiva promover uma análise em torno das ações do governo federal brasileiro de enfrentamento ao novo coronavírus, assim como as implicações à classe trabalhadora. Sem a pretensão de ser esgotado nestas páginas, afirma-se que se trata de um assunto complexo, cujos contornos ganham mais complexidade conforme o movimento dinâmico e constante da realidade que se busca apreender. E, por isso, vale ressaltar que a atualidade da temática requer não apenas uma visão dialeticamente ampla e ao mesmo tempo particular do cenário brasileiro. Mas exige uma análise precisa acerca dos dados disponíveis (em plataformas de informação oficiais) e de um embasamento teórico-metodológico orientado pela perspectiva do movimento dialético marxista. Compreendendo que a conjuntura nacional e mundial implica a síntese de múltiplos fatores e não de uma seleção de fatos. Pretende-se, assim, angariar uma interpretação devidamente ancorada na captura da atualidade sem perder de vista o contexto histórico mais amplo da crítica que se intenta realizar.

O NEBULOSO CENÁRIO DA PANDEMIA NA PARTICULARIDADE DO BRASIL:

É irrefragável que o Brasil, do ponto de vista político, econômico e social, já vinha trafegando entre crises e instabilidades nos governos anteriores, muito antes da COVID-19 desembarcar no país. As políticas de caráter neoliberal, adotadas desde o início da década de 1990, indo de encontro aos direitos sociais expressos na Constituição de 1988, estabeleceram a intensificação dos processos de privatização das empresas estatais, do encolhimento das ações do Estado e da precarização e focalização das políticas sociais. Contudo, é a partir do golpe jurídico-parlamentar de 2016 que a agenda ultraneoliberal ganha fôlego e, desde então, uma série de direitos vem sendo suprimidos. Entre os exemplos, destacam-se a Emenda

⁷ Segundo Cislighi (2019 *apud* GUIMARÃES e PEREIRA, p. 31) "o termo *ultraneoliberalismo* pode ser caracterizado pelo aprofundamento do neoliberalismo na conjuntura atual, implementado por meio de governos neofascistas ou ultraconservadores. Segundo a autora, esta caracterização se deu a partir de uma entrevista de Antunes: 'podemos viver um ultraneoliberalismo, sob uma ditadura e com respaldo eleitoral'".

Constitucional (EC) 95 (2016), a qual congela os gastos públicos em saúde e educação por vinte anos; a contrarreforma trabalhista (2017), e, a contrarreforma da previdência social (2019). Tal qual inferem Behring e Boschetti:

[...] a tendência geral tem sido a de restrição e redução de direitos, sob o argumento de crise fiscal do Estado, transformando as políticas sociais [...] em ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos. As possibilidades preventivas e até eventualmente redistributivas tornam-se mais limitadas, prevalecendo o já referido trinômio articulado do ideário neoliberal para as políticas sociais quais seja: a privatização, a focalização e a descentralização [...] (2009, p. 156).

Com efeito, é importante frisar que o novo coronavírus não instaura uma nova crise no país, mas intensifica as crises já existentes. Isto é, a década de 1980 inicia-se sob as refrações do fim do chamado "milagre econômico", proveniente de uma profunda crise econômica (social e política) que força a abertura do regime ditatorial. Porém, o processo de agravamento das condições econômicas brasileiras advém desde o período desenvolvimentista promovido por Kubitschek, em 1950, com a modernização do parque industrial nacional, que endividou profundamente o país.

A instauração da ditadura militar significou uma resposta para a crise econômica que se estabeleceu no país desde o processo desenvolvimentista. Ao passo que instala um Estado prioritariamente voltado para a acumulação capitalista, desvencilhando-se do que lhe restava dos vestígios populistas inaugurados com Vargas. Netto (2011, p.27) afirma que o "Estado que se estrutura após o golpe de abril expressa o arranjo político das forças socioeconômicas a que interessam a manutenção e a continuidade daquele padrão, aprofundadas a heteronomia e a exclusão".

Entre 1964 e 1967 uma das medidas adotadas para aplacar a crise foi a rigidez econômica com intuito contornar a alta taxa inflacionária. Isso ocorreu, sobretudo, com o controle dos preços, dos salários, do crédito e da reorganização da ordem financeira nacional (incentivando o investimento de capital estrangeiro e de exportações). Todavia, a crise em nível mundial de 1974 obstaculizou o crescimento econômico brasileiro, que vinha apresentando sinais positivos - apesar do subconsumo dado o arrocho salarial. A saída da chamada Crise do Petróleo envolveu uma reestruturação produtiva que modificou o painel econômico e social em mundialmente com a introdução da acumulação flexível⁸.

⁸ "As transformações no âmbito do processo produtivo implicaram na necessidade de uma reestruturação produtiva em todo universo capitalista. As mudanças reverberaram na dinâmica de acumulação, tornando-a flexível. Nessa perspectiva, podemos refletir acerca de conceitos: o primeiro deles está relacionado à redução

Na década de 1980, os processos recessivos impuseram para uma parte significativa da América Latina a sujeição da economia ao Fundo Monetário Internacional (FMI). De forma que o poder político dominante desses países teve sua autonomia fragilizada, seguindo as orientações austeras do FMI, independentemente do custo social - como o inevitável aviltamento do padrão de vida, desemprego, pauperização, etc. Ao retomar os estudos Kucinski e Branford (1987), Behring afirma que:

Ocorreu um verdadeiro estrangulamento da economia latino-americana, a qual, entre 1980 e 1985, obteve indicadores catastróficos, a exemplo de: investimento interno bruto em queda de 26,9%; PIB *per capita* em queda de 8,9%; fluxo de importações em queda de 41%; e um crescimento médio do PIB de 2,3% entre 1981 e 1985, ou seja, pífio. (BEHRING, 2009, p.139)

O desgaste do governo militar culminou, após muita pressão popular, na abertura para o período de redemocratização. Esse processo de luta social permitiu o nascimento da Constituição Federal de 1988, que ensaiou uma tentativa de bem-estar social no Brasil. Contudo, ao mesmo tempo em que a Carta Magna impôs uma série de direitos sociais, a ofensiva neoliberal reduziu e precarizou a perspectiva mais ampliada de direitos colocada na Constituição de 1988.

Para um dos principais intelectuais do neoliberalismo, Friedrich Hayek, a possibilidade de saída da crise estava em um Estado fortalecido - mas fortalecido tão-só na capacidade "de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, [e] parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas" (ANDERSON, 1995, p. 10). A finalidade desse Estado era a estabilidade monetária através da rigidez orçamentária, da implementação de políticas austeras de gastos, principalmente os sociais. Além disso, em oposição à proposta de pleno emprego adotada no Keynesianismo⁹, seria necessário estabelecer uma taxa de desemprego e promover a reforma fiscal, para atrair a iniciativa privada. Concatenando com Netto (2011, p. 89) de um Estado "mínimo para o social e máximo para o capital".

de custos e a diminuição dos postos de trabalho, denominado de downsizing. O segundo, conhecido por Just In Time ganhou força no início da década de 1980 e significa a introdução do modelo toyotista ou modelo japonês no processo de produção e acumulação capitalista" (GUIMARÃES; SOUZA; PINHEIRO, 2018, p. 59).

⁹ O keynesianismo, formulado por John Maynard Keynes, tem como princípios fundamentais a maior intervenção do Estado na economia, de modo que o poder público atua tanto como produtor quanto como regulador. Seu objeto principal consiste na elaboração de respostas à profunda crise que em 1929 abalou todo o mundo capitalista. Keynes defendia a liberdade individual e a economia de mercado, mas desarticulada da dogmática liberal-conservadora do período (BEHRING, 2009).

Diante do cenário exposto, é possível observar que em um país periférico e sob a égide neoliberal, ocupando a posição de nono país mais desigual do mundo, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2015), as consequências da pandemia do novo coronavírus não atingiriam a todos os brasileiros em proporções equivalentes. Na verdade, diante de uma estrutura socioeconômica profundamente desigual e racista, é, sobretudo, a população negra e as camadas mais pobres da sociedade que enfrentarão, num grau bem mais elevado, as consequências geradas pela pandemia, sejam elas econômicas, sociais, políticas ou mesmo humanitárias. As razões para isso são complexas e interligadas na teia social engendrada pelas relações sociais estabelecidas no capitalismo, que pressupõem a produção de riqueza e miséria ao mesmo tempo.

Nesse sentido, destacam-se como elementos essenciais para dimensionar tamanha desigualdade as condições de trabalho cada vez mais precarizadas, com vínculos cada vez mais instáveis, a falta de saneamento básico, de habitação e o acesso aos serviços de saúde e educação sucateados. Ademais das incertezas que pairam sobre a classe trabalhadora, tornando o cenário já agudizado pelo contexto de pandemia ainda mais trágico.

Observa-se, com base nos dados do IBGE, que o primeiro trimestre de 2020 registrou um aumento 1,3% na taxa de desocupação do país comparado ao último trimestre de 2019. Isso significa que 1,2 milhão de pessoas a mais na condição de desemprego, totalizando 12,9 milhões desempregadas. No trimestre encerrado em janeiro de 2020, a taxa de informalidade compreendia um total de 38,3 milhões de pessoas, ou seja, 40% da população ocupada. Ainda, a taxa de subutilização da mão de obra foi representada pela soma de 26,4 milhões de pessoas.

Com 11,4 milhões de pessoas morando em favelas, as condições habitacionais da população representam outro grande desafio ao Brasil em relação ao enfrentamento do coronavírus. A autoconstrução de moradias pode ser compreendida como um dos resultados da apropriação do espaço urbano pelo grande capital e a subordinação desse espaço aos interesses da especulação imobiliária e financeira. De forma que desse processo deriva o elevado custo das habitações nos principalmente nos centros urbanos, tornando as favelas uma alternativa histórica para que os estratos sociais mais pauperizados permaneçam na cidade. A precariedade e a parcimônia dos investimentos públicos nesses espaços refletem na possibilidade de acesso dessas habitações e abrem caminho para instalação das camadas mais pobres nesses espaços. De acordo com Kowarick:

[...] os investimentos públicos também [...] aparecem como fator determinante no preço final das moradias, constituindo-se num elemento poderoso que irá condicionar onde e de que forma as diversas classes sociais poderão se localizar no âmbito de uma configuração espacial que assume, em todas as metrópoles brasileiras, características nitidamente segregadoras (1979, p.56).

O aspecto precário das moradias, a alta densidade habitacional, a falta de serviços elementares como água encanada e esgoto impõem fortes obstáculos à aplicação das recomendações mais básicas da Organização Mundial da Saúde (OMS). Observa-se que até o simples ato de lavar as mãos, precaução essencial não apenas para evitar o contágio por coronavírus, mas também a uma série de doenças, é obstaculizado pela falta de saneamento básico. Isso porque dos três serviços básicos de saneamento (conexão à rede de esgoto, coleta de lixo e água encanada), pelo menos um é inexistente em 18,7 milhões de domicílios urbanos e um em cada três domicílios não possuía rede de esgoto em 2019, revela o IBGE. Em São Paulo, o risco de morrer em decorrência da COVID-19 é 10 vezes maior nos bairros com piores indicadores sociais. A chance de um preto morrer em razão do coronavírus é 62% maior que um branco. Em relação ao pardo, o risco de morte é de 23% comparado ao branco.

É válido destacar que o Brasil, país de dimensões continentais, possui particularidades em cada região, estado e cidade, as quais resguarda desigualdades que vão além daquelas mencionadas. Os dados referentes à expectativa de vida e taxa de mortalidade infantil são bons exemplos disso. De acordo com o IBGE, a expectativa de vida do brasileiro teve um aumento significativo no período que varia de 1940 até 2018. Nesse espaço de tempo o crescimento foi de 30,8 anos. No que concerne à mortalidade infantil, entre crianças de até cinco anos, o Brasil vem apresentando quedas contínuas. Entre os anos de 1940 e 1918, a taxa mortalidade sofreu um declínio de 91,6%. Esses dados, entretanto, não refletem com exatidão a realidade do Brasil como um todo, justamente devido às profundas assimetrias no campo social e econômico.

Ao analisarmos os dados sobre a taxa de mortalidade infantil em cada Unidade da Federação constatamos algumas discrepâncias entre os estados. Conforme as referências do IBGE, o Espírito Santo em 2018 apresentou a menor taxa do país. Um total de 8,1 óbitos a cada mil nascidos vivos. O Amapá, por sua vez, expressou a maior taxa, 22,8 por mil. Apesar de ter a taxa mais baixa do Brasil, quando comparados às taxas de países centrais como Japão e Finlândia no mesmo período (1,8% e 1,7%, respectivamente), o Espírito Santo assinala uma distância muito significativa. Santa Catarina é a Unidade Federativa que expressa maior taxa de expectativa de vida, 79,7 anos. Em seguida encontra-se, com média de 78 anos ou

mais, Espírito Santo, São Paulo, Distrito Federal e Rio Grande do Sul. Maranhão (71,1 anos), Piauí (71,4) e Rondônia (71,7) manifestam as menores expectativas de vida. Tais indicadores, afirma o IBGE, possuem um vínculo direto com as condições sanitárias, de saúde e de segurança da população em estudo.

Certamente, a Constituição de 1988 trouxe importantes avanços no âmbito da saúde pública (e demais políticas sociais), atendendo a diversas reivindicações do movimento sanitário, como assinala Bravo (2009). No entanto, com a adoção das políticas de ajuste neoliberal, as conquistas expressas pela constituição de 1988 passaram a enfrentar constantes ameaças, de modo que a política de saúde ficou subordinada a lógica do capital. Ainda de acordo com a autora:

O projeto de saúde, articulado ao mercado, ou a reatualização do modelo médico assistencial privatista, está pautado na política de ajuste, que tem como principais tendências a contenção dos gastos com racionalização da oferta e a descentralização com a isenção de responsabilidade do poder central. A tarefa do Estado, nesse projeto, consiste em garantir um mínimo aos que não podem pagar, ficando para o setor privado o atendimento dos que tem acesso ao mercado. Suas principais propostas são: caráter focalizado para atender as populações vulneráveis (BRAVO, 2009, p. 101).

A Emenda Constitucional (EC) 95/2016 fragilizou ainda mais o Sistema Único de Saúde (SUS), uma vez que impõe drásticas reduções de investimento. Por meio dessa emenda constitucional, o SUS, em 2019, perdeu um investimento de 20 bilhões de reais e a tendência é uma perda progressiva, afirma o Conselho Nacional de Saúde. O quadro atual da política de saúde é marcado pelos processos de precarização, mercantilização e privatização, representando mais uma forte ameaça nesse contexto de pandemia. Em outras palavras, os hospitais que sempre enfrentaram a superlotação, a falta de equipamentos médicos, recursos humanos e medicamentos, hoje suportam em condição mais extremas essa situação. Em algumas regiões do país, a exemplo de Manaus, o sistema de saúde já se encontra em colapso.

De acordo com o cientista britânico Richard Horton (2020), o enfrentamento da COVID-19 tem sido realizado mediante uma concepção restrita, a qual compreende o novo coronavírus como uma mera doença infecciosa. As ações de contenção de transmissão viral, tomadas pelos governos de diversos países, são guiadas pelas orientações de especialistas em doenças infecciosas que atribuem ao surto viral as mesmas características das pestes seculares. Horton reforça que a COVID-19 não é algo tão simples e exige medidas que transcendem o tratamento da doença. Compreender e desenvolver métodos e políticas eficientes para

combater o novo coronavírus envolve considerar sua natureza sindêmica. Veja nas palavras do cientista:

O que aprendemos até agora nos diz que a história do COVID-19 não é tão simples. Duas categorias de doenças estão interagindo em populações específicas - infecção com síndrome respiratória aguda grave coronavírus 2 (SARS-CoV-2) e uma série de doenças não transmissíveis (DNTs). Essas condições estão se agrupando em grupos sociais de acordo com padrões de desigualdade profundamente enraizados em nossas sociedades. A agregação dessas doenças em um contexto de disparidade social e econômica exacerba os efeitos adversos de cada doença separada. COVID-19 não é uma pandemia. É uma sindemia (Horton, 2020)

Utilizado pela primeira vez pelo antropólogo e médico norte-americano Merrill Singer, na década de 1990, o termo sindemia consiste na combinação de fatores biológicos e sociais, cuja compreensão é essencial para prognósticos e para formulação de políticas de saúde. A palavra sindemia é a combinação de outras duas palavras: "sinergia", que significa cooperação e "pandemia", que pode ser definida como uma enfermidade que se espalha por diversos países. Partindo do pressuposto que o coronavírus não se limita a uma simples comorbidade, o combate ao SARS-CoV-2 requer uma atenção especial, conforme assinala Horton (2020), tanto às doenças crônicas quanto às desigualdades socioeconômica e reforça o argumento, assinalando que "as sindemias são caracterizadas por interações biológicas e sociais entre condições e estados, interações que aumentam a suscetibilidade de uma pessoa a prejudicar ou piorar seus resultados de saúde".

A luta contra a COVID-19, a partir da perspectiva sindêmica, envolve uma política de saúde num sentido ampliado, ou seja, que consiga articular o enfrentamento do novo coronavírus e de doenças crônicas - diabetes, hipertensão, obesidade, doenças relacionadas ao coração - com a formulação de políticas voltadas para o desenvolvimento social e econômico. Pois, conforme mencionado anteriormente, pessoas com idade mais avançada, com doenças crônicas, em situação de pobreza e miséria, as minorias étnicas, os trabalhadores em condições de subemprego e precarizados, encontram-se em uma posição muito mais vulneráveis aos riscos impostos pelo novo coronavírus. É nessa ótica que Horton (2020) defende o termo sindemia no que concerne ao combate da COVID-19. Isso significa dizer que as ações do Estado devem transcender o tratamento da doença de forma isolada e abranger o desenvolvimento de política de saúde, de habitação, educação, moradia e emprego.

Ao considerarmos a perspectiva supracitada, podemos constatar que os ideais do movimento da Reforma Sanitária¹⁰ no Brasil, iniciado nos anos de 1970, continuam atuais e imprescindíveis. Movimento que defendeu de forma contundente, dentre outros direitos, o conceito ampliado de saúde, considerado um importante avanço conquistado pela 8ª Conferência Nacional de Saúde de 1986:

Em seu sentido mais abrangente, a saúde é resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde. É, assim, antes de tudo, o resultado das formas de organização social da produção, as quais podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida, a saúde não é um conceito abstrato. Define-se no contexto histórico de determinada sociedade e num dado momento de seu desenvolvimento, devendo ser conquistada pela população em suas lutas cotidianas (CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE, 1986, p. 4).

A partir dos pressupostos acima, fica evidente que o enfrentamento da COVID-19 envolve mudanças substanciais no campo econômico, social e político. A análise também evidencia a importância da formulação de políticas sociais articuladas e comprometidas com o pleno desenvolvimento de toda a população. Não basta a superação da doença. É imprescindível que a política de saúde esteja conectada a projetos que abarquem áreas diversificadas da vida humana como trabalho, moradia, educação, lazer, acesso a alimentação, dentre outras. Com base nessa perspectiva, a profunda crise que nos afeta sob os mais diversificados ângulos exige de maneira contundente um posicionamento anticapitalista e antineoliberal.

BREVES APONTAMENTOS SOBRE A POLÍTICA BRASILEIRA DIANTE DA COVID-19:

A gestão de Bolsonaro diante do cenário da pandemia do COVID-19 tem sido marcada por fortes conflitos no âmbito político e pela inabilidade no que diz respeito às medidas de contenção da curva de contágio do vírus. Ocorre que "enquanto em todo mundo as estratégias de distanciamento, isolamento e de quarentena têm sido utilizadas para combater um vírus para o qual ainda não há vacinas", o chefe do Estado brasileiro, agarrando-se a ideia da

¹⁰ A Reforma Sanitária, movimento que floresceu no final da década de 1970, surgiu a partir da indignação de setores da sociedade civil com relação às condições da saúde pública no Brasil. Nasceu no contexto da luta contra a ditadura, com o tema Saúde e Democracia e estruturou-se nas universidades, no movimento sindical, no movimento popular e em experiências regionais de organização de serviços (BRAVO; MENEZES, 2011).

hidroxicloroquina, "arvora-se ao exercício ilegal da medicina receitando medicamentos para os quais não há comprovação de eficácia" (BEHRING, 2020, p. 1).

O autoritarismo e a ausência de diálogo com outros agentes políticos revelam-se traços notórios da gestão de Bolsonaro. Os conflitos com outras esferas de poder se intensificam a medida que o governo federal ignora as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre o necessário isolamento social e se coloca como indiferente ao fato de se tratar de uma doença altamente infecciosa e de fácil contágio, além de seu caráter letal. Comparando o novo coronavírus a uma gripe comum, o presidente brasileiro provoca novos conflitos com prefeitos e governadores que optaram por adotar medidas que visam o achatamento da curva epidêmica e que buscam impedir o colapso do sistema de saúde e funerário.

A base ideológica bolsonarista se apresenta tão obtusa que nem mesmo os membros do próprio governo escapam do autoritarismo e da irracionalidade negacionista de sua gestão. Exemplos disso foram as crises internas envolvendo o ex-ministro da justiça Sérgio Moro e os conflitos entre o presidente e o Ministério da Saúde. A defesa da permanência da quarentena e negação sobre uso da hidroxicloroquina no combate a COVID-19 configuraram-se como as principais razões da emissão do ex-ministro Luís Henrique Mandetta - que mesmo alinhado aos projetos privatistas na área da saúde ganhou destaque positivo durante sua atuação na pandemia. Em menos de um mês, o segundo ministro da saúde, Nelson Teich, revelou seu pedido de exoneração do cargo.

Nessa ótica, o Ministério da Saúde foi alvo do autoritarismo característico do governo Bolsonaro que defendeu (e continua defendendo) o relaxamento das medidas de isolamento e distanciamento social, o polêmico uso da hidroxicloroquina, além de ações superficiais e paliativas, que seguem na contramão da maioria dos países afetados. Ressalta-se, ainda, o descumprimento das ações de contenção do vírus pelo próprio presidente, que além de abertamente não aderir ao uso da máscara como medida de proteção, participou e incentivou atos civis irresponsáveis (e antidemocráticos), provocando aglomeração de pessoas. O que não apenas contribuiu para o desordenamento político do país, como demonstrou seu desprezo pelo esforço coletivo para evitar o contágio massivo pelo vírus.

Além dos desafios supracitados, os quais derivam do desenvolvimento de um capitalismo dependente e que nunca conseguiu romper com as estruturas de desigualdades socioeconômicas e raciais, onde jamais se constituiu um Estado de Bem-estar social, é importante atentar-se ao comportamento das elites brasileiras. Sobre a classe dominante,

Florestan Fernandes (1997, p. 289) afirma que o desenvolvimento do capitalismo nacional sempre esteve atrelado a comportamentos egoísticos e particularistas da elite ao ponto de tornar-se similar a dominação imperialista externa.

O trecho da obra de Florestan articula-se perfeitamente ao comportamento e ideias de alguns empresários durante a pandemia do novo coronavírus. Os discursos proferidos por alguns membros da classe empresarial deixam claro o apoio pelo fim do isolamento social, o retorno imediato de todas as atividades econômicas e volta dos trabalhadores, independentemente dos riscos a que possam estar expostos com a doença viral.

Sob uma ótica utilitarista, na qual o sacrifício de alguns é válido em benefício de uma suposta maioria, são consideradas justas e até necessárias as mortes de pessoas idosas ou acometidas por doenças preexistentes em troca da volta das atividades econômicas e da garantia do lucro. Um exemplo pode ser observado através da fala do proprietário da linha de restaurantes "Madeiro", que preferiu a seguinte sentença: "consequências econômicas serão maiores que mortes por coronavírus". A respeito dos discursos que minimizam as mortes por COVID-19 em decorrência do público-alvo, o médico Arnaldo Lichtenstein¹¹ aponta para uma lógica cruel e eugenista, principalmente por parte dos estratos mais altos da sociedade brasileira. Para ele,

Não é um negacionismo da ciência. É uma linha de raciocínio muito diferente e cruel. O que se sabe é que a epidemia vai passar quando 50 a 70% das pessoas estiverem imunizadas ou com vacina ou por pegarem a doença. Quando se pega isso o vírus arrefece. São 140... 120 milhões de pessoas. Com isso [...], quando as pessoas não defendem o isolamento, não se fecha comércio, a economia não para, o governo não precisa colocar dinheiro na economia, as pessoas que vão morrer, muitas delas são os idosos [...] ou pessoas que já estavam doentes [...]e vão ficar os jovens e atletas. [...] Isso tem uma lógica intensa. Isso se chama eugenia (LICHTENSTEIN, 2020)

O painel que vem se desenhando no Brasil, agravado pela pandemia, demonstra o quão nefasta é a visão hegemônica das classes dominantes em relação às classes dominadas. Desde o golpe jurídico-parlamentar de 2016, a democracia brasileira enfrenta as aberturas investidas da extrema-direita, que sobrepõe o lucro acima de quaisquer necessidades sociais. E mesmo diante da letal pandemia por COVID-19, a qual foi sucintamente demonstrada com os dados e colocações acima, a banalização da vida e da morte ante a acumulação capitalista tem encontrado no Brasil um solo cada vez mais fértil. Tal qual afirmado por Behring (2020, p. 2):

¹¹ Entrevista concedida ao Jornal da Cultura e publicada em 11 de maio de 2020. Mais informações no link: <http://www.unifesp.br/reitoria/dci/noticias-antiores-dci/item/4461-86-milhoes-de-adultos-brasileiros-estao-no-grupo-de-risco-para-covid-19> (Consulta realizada em 25 de maio de 2020).

“governos estaduais aderiram a agenda bolsonarista total ou parcialmente, da economia acima da vida, dos lucros acima da vida, enfim, do efetivo desprezo pela vida”. Isso porque na sociedade capitalista a força de trabalho é substituível. A superpopulação relativa não é apenas gigante, ela cresce a cada dia, conforme se desenvolve a acumulação de capital¹².

Por fim, cabe salientar o que Freire (2018, p. 192 *apud* GUIMARÃES; PEREIRA, 2020, p. 32), quanto à hegemonia tradicionalmente golpista da classe dominante brasileira, que diz que “no Brasil, o longo período que vai desde 1930 até 1990, não é propriamente de hegemonia. Mas de sua ausência”.

Isso porque, a autora defende que desde o ano de 1930 o Estado brasileiro sofreu praticamente um golpe ou tentativa por triênio. Refere que de 1930 a 1990, portanto durante sessenta anos de história, o país vivenciou 41 anos sem governos eleitos pelo povo - 15 durante o período ditatorial de Getúlio Vargas (1930-1945) e 26 sob governos militares ou sua prolongação na presidência de José Sarney (1964-1990). Um regime parlamentar existiu no intervalo entre os dois períodos - 1945 e 1964 - que, contou com quatro presidentes eleitos, dos quais apenas dois concluíram seus mandatos. Uma única vez nesses 60 anos o país viu um presidente civil eleito pelo voto popular - Juscelino - transmitir o cargo a outro civil - Jânio - igualmente eleito por votação popular, mas que renunciou sete meses depois (GUIMARÃES; PEREIRA, 2020, p. 32)

O golpe jurídico-parlamentar de 2016 que impediu o mandato da então presidente eleita Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores pode ser adicionado a esse bojo. O período evidenciou uma série de “fissuras éticas, morais e sociais no parlamento brasileiro” (GUIMARÃES; PEREIRA, 2020, p. 43). Com esse cenário instaurado, a posse interina do vice-presidente Michel Temer demonstrou mais claramente as estratégias da extrema-direita para garantir seus interesses e privilegiar o grande capital. Essa ótica, que nos tempos atuais possui contornos cada vez mais ultraneoliberais, ganha novo fôlego com a polêmica ascensão do presidente Jair Bolsonaro - que evidencia, como foi sucintamente demonstrado, ainda mais os conflitos entre as classes dominantes, mas sem deixar de estar complementemente atrelado aos interesses econômicos capitalistas.

CONSIDERAÇÕES FINAS:

¹² “As desigualdades sociais, econômicas, culturais e espirituais são condições inerentes às relações sociais de produção e se expressam na constituição da superpopulação relativa ou dos trabalhadores ‘desnecessários’ (...). Não obstante, essa massa de trabalhadores não absorvida por esse modo de produção contribui para viabilizar, também, a dinâmica de constante precarização do trabalho, seja por impor salários cada vez mais reduzidos, seja pressionando os próprios trabalhadores a se subordinarem às condições precárias de trabalho. Essa situação resulta numa espécie de competição entre os que trabalham, (...) e aqueles não que não conseguem vender sua força de trabalho em razão de desemprego” (GUIMARÃES; SOUZA; PINHEIRO, 2018, p. 57).

O ensaio acima buscou demonstrar, por meio da base teórica de tradição marxista e exemplificando com dados oficiais, como, com a pandemia do novo coronavírus, muitas das expressões da questão social foram agudizadas no Brasil. Isso porque no amplo terreno de profundas desigualdades e várias décadas de neoliberalismo, emergiu, no contexto mais recente do país, um governo autoritário com características claramente genocidas. Essa combinação apresenta uma face nefasta, sobretudo ao considerarmos as raízes históricas ainda cristalizadas, que são refletidas nos dias atuais, manifestadas em contínuos e profundos processos de exclusão, desigualdade social e racismo.

No painel brasileiro, às crises econômicas e políticas, soma-se a crise sanitária provocada pela COVID-19; onde Bolsonaro expõe toda sua inabilidade na governança e na construção de políticas que integrem medidas de enfrentamento ao vírus, com capacidade para promover alguma estabilidade no país. O presidente segue exatamente na direção contrária das recomendações dos especialistas, valendo-se do negacionismo científico, ignora a gravidade da pandemia, descreditando as orientações que visam o controle do contágio, como o isolamento social e a quarentena. Ademais, intensifica o acirramento político já tensionado no Brasil, banalizando o significado mais amplo da grande conquista popular, que é a democracia.

Nesse sentido, suas ações não tão-só apenas tornam crônicos os impactos sociais advindos do contexto de pandemia. Mas demonstram que se trata de uma profunda crise política que, além de advir da crise econômica (estrutural do capital), coexiste paralelamente com ela. Engendrando, ainda, implicações jurídicas, fragilizando cada vez mais o pacto democrático expresso pela Constituição de 1988. Além de trazer à tona, como foi dito, as fissuras sociais e culturais por meio dos seus ideais neoconservadores. Basta um breve exame acerca da conduta do presidente Bolsonaro diante da atual crise sanitária para observar sua intenção de naturalizar os efeitos provocados pelo COVID-19 na sociedade. Sua fala: “lamento por todos os mortos, mas esse é o destino de cada um”, demonstra como, para ele, a situação possui contornos de naturalidade, uma face de inevitabilidade, uma condição que todos devem aceitar. Diante do exposto, cita-se Brecht, quando diz:

Desconfiai, do mais trivial, na aparência singelo. E examinai, sobretudo, o que parece habitual Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural nada deve parecer impossível de mudar (BRECHT, 1982, p.32).

Nesse momento, em consonância às palavras de Bertolt Brecht, é preciso não aceitar o habitual como algo natural. Apesar do aviltamento das condições de vida dos trabalhadores e das permanentes expropriações dos meios de produção, somados ao pauperismo exacerbado da superpopulação relativa, sob a hegemonia do capital ao longo de cinco séculos, importa saber que a realidade está em constante movimento, incessante mutação. É tal qual defendido por Karl Heinrich Marx, após a fase revolucionária da burguesia que venceu os privilégios da monarquia, pertence agora à classe trabalhadora a possibilidade revolucionária, transformadora dessa realidade social.

REFERÊNCIAS:

ANDERSON, Perry. O balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

BELLANDI, Caio. 2020. Um em cada três domicílios não tinha ligação com rede de esgoto em 2019. Agência de notícias IBGE, 06 de maio. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/27597-um-em-cada-tres-domicilios-nao-tinha-ligacao-com-rede-de-esgoto-em-2019>
Acesso em: 25/05/2020.

BELLO, Luiz. 2019. Dia Nacional da Habitação: Brasil tem 11,4 milhões de pessoas vivendo em favela. Agência de notícias IBGE, 17 de maio. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/15700-dados-do-censo-2010-mostram-11-4-milhoes-de-pessoas-vivendo-em-favelas>
Acesso em: 25/05/2020.

BEHRING, Elaine Rosset. Política Social: fundamentos e história - 6. Ed. - São Paulo: Cortez, 2009.

_____. O ultraneoliberalismo e o "esmaecimento dos afetos" na pandemia. Esquerda Online, 2020. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2020/04/23/o-ultraneoliberalismo-e-o-esmaecimento-dos-afetos-na-pandemia/>. Acesso em: 25/05/2020.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). VIII Conferência Nacional de Saúde. Relatório Final. Brasília: MS, 1986. Disponível em: http://bvsm.saude.gov.br/bvs/publicacoes/8_conferencia_nacional_saude_relatorio_final.pdf
Acesso em: 21/08/2020.

BRAVO, Maria Inês Souza. MENEZES, Juliana Bravo de, (orgs.). Saúde na Atualidade: por um sistema único de saúde estatal, universal, gratuito e de qualidade. 1. ed. UERJ: Rio de Janeiro, Rede Sirius, 2011.

BRECHT, Bertolt. Antologia poética. Rio de Janeiro: ELO Editora, 1982.

Conselho Nacional de Saúde. 2020. Saúde perdeu R\$ 20 bilhões em 2019 por causa da EC 95/2016. Conselho Nacional de Saúde, 28 de Fevereiro de. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1044-saude-perdeu-r-20-bilhoes-em-2019-por-causa-da-ec-95-2016>. Acesso em: 23/05/2020.

ENSP./Fiocruz. 2020. Desigualdade acelera avanço da Covid-19 nas periferias. ENSP. Fiocruz, Notícias, 05 de maio. Disponível em: <http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/materia/detalhe/48818>. Acesso em: 23/05/2020.

ESTADO DE MINAS. 2020. Dono do Madero diz consequências econômicas serão maiores que mortes por coronavírus. Estado de Minas, 23 de março. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2020/03/23/interna_nacional.1131797/dono-do-madero-diz-que-consequencias-economicas-serao-maiores.shtml. Acesso em: 25/05/2020.

FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1997.

FIGUEIREDO, Patrícia. 2020. Risco de morrer por Covid-19 em SP é até 10 vezes maior em bairros com pior condição social. Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/g1.globo.com/google/amp/sp/sao-paulo/noticia/2020/04/29/risco-de-morrer-por-covid-19-em-sp-e-ate-10-vezes-maior-em-bairros-com-pior-condicao-social.ghtml>. Acesso em: 23/05/2020.

FLAMÉ, Thiago. 2019. As divisões na classe dominante e a difícil tarefa de reconstituir o centro político. Esquerda Diário. Política. Disponível em: <http://esquerdadiario.com.br/As-divisoes-na-classe-dominante-e-a-dificil-tarefa-de-reconstituir-o-centro-politico>. Acesso em: 15/05/2020.

FREITAS, Mateus Duarte de. A Gestão de riscos e governança na pandemia por COVID-19 no Brasil - Análise dos decretos estaduais no primeiro mês. Relatório Técnico e sumário executivo. Fiocruz/ ENSP. Divulgado em 04 de maio de 2020. 78 p. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/41452>. Acesso em: 28/06/2020.

G1. 2020. "É o destino de todo mundo", afirma Bolsonaro após lamentar mortes por coronavírus. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/02/e-o-destino-de-todo-mundo-afirma-bolsonaro-apos-lamentar-mortes-por-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 10/06/2020.

G1. 2020. Medidas econômicas na crise do coronavírus: veja perguntas e respostas. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/04/03/medidas-economicas-na-crise-do-coronavirus-veja-perguntas-e-respostas.ghtml>. Acesso em: 25/05/2020.

Governo do Brasil. 2020. Banco Central anuncia conjunto de medidas que liberam R\$ 1,2 trilhão para a economia. Governo do Brasil. Disponível em: <https://www.gov.br/pt->

br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2020/03/banco-central-anuncia-conjunto-de-medidas-que-liberam-r-1-2-trilhao-para-a-economia. Acesso em: 23/05/2020.

GUIMARÃES, Karoline Claudino. SOUZA, Márcia de Paula. PINHEIRO, Sílvia. Uberização: a precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo. Revista Serviço Social em Debate: Belo Horizonte. Vol. 1, Nº 2, p. 53-68, 2018. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/serv-soc-debate/article/download/3923/2551>. Acesso em: 23/05/2020.

GUIMARÃES, Karoline Claudino. PEIREIRA, Máira Carvalho. Neoliberalismo e Fascismo: o paradigma perverso do Bolsonarismo. Revista Eletrônica Interações Sociais: Rio Grande. Vol. 4, Nº 1, p. 30-47, jan-jun. 2020.

HORTON, Richard. Offline: COVID-19 is not a pandemic. The Lancet. Vol 396. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(20\)32000-6/fulltext#:~:text=COVID%2D19%20is%20not%20a%20pandemic.,the%20health%20of%20our%20communities](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(20)32000-6/fulltext#:~:text=COVID%2D19%20is%20not%20a%20pandemic.,the%20health%20of%20our%20communities). Acesso em: 02/12/2020.

_____. 2020. PNAD Contínua. Taxa de desocupação é de 11,2% e taxa de subutilização é 23,2% no trimestre encerrado em janeiro de 2020. Editoria: Estatísticas Sociais. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/26978-taxa-de-desocupacao-e-de-11-2-e-taxa-de-subutilizacao-e-23-2-no-trimestre-encerrado-em-janeiro-de-2020>. Acesso em: 23/05/2020.

_____. PNAD Contínua. 2020. Desemprego sobe para 12,2% e atinge 12,9 milhões de pessoas no 1º trimestre. Editoria: Estatísticas Sociais. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/26978-taxa-de-desocupacao-e-de-11-2-e-taxa-de-subutilizacao-e-23-2-no-trimestre-encerrado-em-janeiro-de-2020>. Acesso em: 23/05/2020.

_____. Em 2018, expectativa de vida era de 76,3 anos. Estatísticas Sociais. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/26104-em-2018-expectativa-de-vida-era-de-76-3-anos>. Acesso em: 02/12/2020.

_____. Tábua completa de mortalidade para o Brasil - 2018 Breve análise da evolução da mortalidade no Brasil. Ministério da Economia, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3097/tcmb_2018.pdf. Acesso em: 02/12/2020.

KOWARICK, L. A Espoliação Urbana. Ed. Paz e Terra: São Paulo, 1979.

LEÃO, Ana Leticia et al. 2020. Covid-19 é mais letal em regiões de periferia no Brasil. O Globo. Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/oglobo.globo.com/sociedade/covid-19-mais-letal-em-regioes-de-periferia-no-brasil-1-24407520%3fversao=amp> Acesso em: 24/05/2020.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. São paulo: Boitempo, 2004.

NETO, Odilon Caldeira Frente. Nacionalista, Neofascismo e "Novas Direitas" no Brasil. Faces de Clio - Revista Discente do Programa de Pós-Graduação de História, 2020. Disponível em: <http://www.ufjf.br/facesdeclio/files/2014/09/4.Artigo-D2> Acesso em: 30/05/2020

NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social - Uma Análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 16. ed. - São Paulo: Cortez, 2011.

UNIFESP. 2020. 86 milhões de adultos brasileiros estão no grupo de risco para covid-19. UNIFESP, 11 Maio. Disponível em: <https://www.unifesp.br/reitoria/dci/noticias-antiores-dci/item/4461-86-milhoes-de-adultos-brasileiros-estao-no-grupo-de-risco-para-covid-19> Acesso em: 25/05/2020.

A URGÊNCIA DO DIREITO À CIDADE E AS ALTERNATIVAS DE ENFRENTAMENTO À COVID-19 EM TERRITÓRIOS VULNERABILIZADOS

THE URGENCY OF THE RIGHT TO THE CITY AND THE ALTERNATIVES TO FACE COVID-19 IN VULNERABLE TERRITORIES

Giselle Silva Soares¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo relacionar os reflexos da pandemia da Covid-19 com a condição de vida da população vulnerável do país. Apresenta também uma aproximação entre a noção sobre o direito à cidade e a resposta construída para o enfrentamento da pandemia por moradores de Paraisópolis, na cidade de São Paulo. O direito à cidade, inicialmente debatido por Lefèvre pressupõe que o espaço urbano deveria se constituir como espaço público onde toda a população teria o acesso para ampla circulação e utilização desses espaços e serviços disponíveis na cidade. No entanto, sob a lógica capitalista, sabe-se que tal processo não se efetiva, uma vez que as contradições sociais definem formas de circulação, usos e espaços da cidade. A experiência vivida pelo moradores da comunidade de Paraisópolis revela a construção de alternativas à crise pela própria população, as características do território, bem como a possibilidade de construção na cidade urbana de bens comuns, de comunalidades, conforme a noção desenvolvida por Harvey. Além disso, aponta a urgência das demandas sociais que devem ser destaques das ações articuladas do poder público brasileiro. Desta forma, o direito à cidade pode revelar as urgências e as demandas coletivas de grupos vulnerabilizados residentes em diferentes territórios, especialmente de diferentes centros urbanos.

Palavras-chave: direito à cidade, território, vulnerabilidade e questão social.

Abstract: The present article has the goal of connecting the Covid-19 pandemic's reflects to the living condition of the country's vulnerable population. It also presents an approximation between the notion about the right to the city and the answer constructed to face the pandemic by the people who live in Paraisópolis, in São Paulo city. The right to the city, firstly debated by Lefèvre presupposes that the urban space should constitute a public space where the whole population would have access to wide circulation and use of those spaces and services available in the city. However, under the capitalistic logic, is known that this process doesn't happen, once that the social contradictions define ways of circulation, use and spaces of the city. The experience lived by Paraisópolis community's residents reveals a construction of alternatives to the crisis by the population herself, the territory's features as the possibility of common wellness' construction in the urban city, of commonalities, according to the notion developed by Harvey. Besides that, it points the urgency of social demands that must be highlighted by the articulated actions of the Brazilian government. In this way, the right to the city reveals the collective urgencies and demands of vulnerable groups that live in different territories, especially in different urban centers.

Keywords: right to the city, territory, vulnerability and social question.

¹ Cientista Social e Assistente Social. Cientista Social pela FFLCH-USP. Assistente Social pela UNIFRAN. Mestre e Doutora em Serviço Social pela PUC-SP. Professora do Curso de Serviço Social da Unimes - Santos/SP. giselle.silva.soares@gmail.com

INTRODUÇÃO

Sabe-se que a covid-19 intensificou as mazelas da sociedade brasileira, bem como os níveis de desigualdade social, trazendo à tona os problemas latentes em torno da vulnerabilidade social, em diferentes grupos da sociedade brasileira que dependem muitas vezes dos serviços públicos ou do sistema de proteção social.

Nesse quadro, a questão sobre universalização dos direitos preconizados na CF/1988 ganhou destaque nos debates e reflexões sobre o cenário sociopolítico brasileiro, evidenciando processos de enfraquecimento dos direitos sociais e da relevância da existência do sistema de proteção social no país.

Sabe-se que a situação entorno da atual pandemia acometeu o mundo. No entanto, as respostas do Brasil frente ao quadro de contaminação e a dificuldade em combater esse processo de adoecimento escancararam as dificuldades dos governantes do país em realizarem ações articuladas e um plano de enfrentamento da pandemia pautado nos princípios da descentralização político-administrativa.

Contudo, a relação entre pobreza, contaminação e óbito é estreita no país, configura-se em desafio quando se soma a questão econômica, com isso, diante da nova situação esboça-se o velho dilema entre o desenvolvimento econômico e o agravamento da questão social.

O trabalho da população mais empobrecida foi duramente atingido, muitas famílias tiveram suas rendas diminuídas ou perderam a possibilidade de manterem suas atividades de trabalho, muitas realizadas dentro da informalidade. Ocorreu uma dificuldade em solicitar e obter o auxílio emergencial instituído pelo governo federal, muitos trabalhadores não conseguiram solicitá-lo seja por falta de acesso às tecnologias, seja por falta de informação.

As demandas e a urgência da economia de mercado sobrepuseram-se diante da urgência da vida e das necessidades básicas da população mais vulnerável, pois era necessário garantir o desenvolvimento e os níveis de crescimento econômico. No entanto, o emprego e a empregabilidade não se constituem nesse quadro como urgentes, prevalecendo o aumento do desemprego, do subemprego e a manutenção do processo de acumulação do capital financeiro. Uma característica da sociedade capitalista, a contradição entre capital e trabalho

A urgência do direito à cidade e as alternativas de enfrentamento à COVID-19 em territórios vulnerabilizados que em nosso tempo se apresenta, sobretudo, pelo fortalecimento da especulação na economia como forma de obtenção de acúmulo de capital. A consequência social direta é a diminuição massiva de postos de emprego regulamentado pela legislação trabalhista vigente.

Por outro lado, a situação em relação aos direitos sociais também é agravante, pois as sucessivas reformas e medidas governamentais dos últimos anos denotam a fragilização e enfraquecimento dos direitos sociais. Ao mesmo tempo, o enfrentamento e o controle dos níveis de contaminação da pandemia no país demandam medidas constituídas pelo poder público, o maior exemplo disso é a existência do SUS. Pode-se pensar que a situação do país não está pior em função do papel que realiza o Sistema Único de Saúde dentro da saúde pública brasileira.

No entanto, esse quadro nos faz pensar sobre as características de nossa sociedade que neste momento se agravaram em função do desenvolvimento e do fluxo da atual pandemia. O que demanda a realização de alguns questionamentos, tais como as questões de saúde pública que são urgentes, as questões sociais o são da mesma forma. Pode-se considerar que a situação revela a estreita ligação entre as duas dimensões, pois a promoção da saúde à população tem uma implicação social.

Outro aspecto relevante é a condição de cidadania que deveria ser suficiente para promover o direito ao isolamento social. Vale lembrar que para tal realização, o Estado teria que exercer sua função de garantidor desse direito e agir de forma presente como um mediador das relações sociais de produção com o objetivo de equacionar o diálogo sobre cuidado, níveis de produção social e bem comum.

Tal prática permitiria inclusive, a intensificação do diálogo sobre a concepção de bem comum e da construção ou preservação de uma sociedade menos excludente, ou seja, diante de uma situação extrema que acometeu a população mundial e brasileira, caberia aos três níveis do governo brasileiro, a realização do debate e o planejamento de um plano de enfrentamento à crise pandêmica com alcance para a questão de saúde pública, social e econômica.

Sabe-se que em situações de calamidade pública, cabe ao Estado responder de forma presente e intensa às demandas sociais, mas tal situação só poderia acontecer com a articulação e responsabilização das diferentes esferas de poder do país.

Como podemos aproximar a existência da pandemia da Covid-19 com a concepção de que a questão social se intensifica na realidade social brasileira? Além disso, como podemos pensar que a crise sanitária revela aspectos fundantes da crise socioeconômica do Brasil?

Vale lembrar que entre os efeitos da questão social no Brasil estão as diversas formas que intensificam a pobreza da população. Nesse processo se destacam as condições de vida, bem como as condições de trabalho de uma parcela considerável da população. A questão social revela o processo de exclusão da população ao trabalho, aos níveis de escolaridade, às condições de moradia e à própria utilização da cidade.

Há, portanto, uma relação entre questão social e vulnerabilidade que se expressa nos baixos níveis de condição de vida da população, no acesso desse grupo social aos serviços básicos de saúde como destaque para o acesso a água, ao saneamento básico, ao gás para cozinhar, aos serviços públicos de saúde e às atividades escolares remotas realizadas pelas escolas em função da pandemia. Tais aspectos inviabilizaram a realização do isolamento social satisfatório e expõe tal população à contaminação ao vírus. Desta forma, pode-se pensar na relação estreita entre pobreza e contaminação ao coronavírus.

A população mais empobrecida, considerando a condição de moradia e a dificuldade de acesso aos serviços encontra-se mais exposta ao risco da contaminação, considerando que as famílias são mais numerosas, o espaço de moradia reduzido, o que inviabiliza a realização do isolamento social e, estimula a ampla circulação do espaço da rua justamente pela dificuldade de manter-se em isolamento. As crianças e adolescentes permaneceram nas ruas, muitas vezes, para as atividades de socialização, mas também pela falta de espaço e de atividade dentro de casa.

Nesse tempo, a rua também se manteve como espaço de circulação dos trabalhadores, especialmente os trabalhadores informais. Tal situação gerou aglomerações nos transportes públicos e nas ruas, com a intensa exposição dos trabalhadores de aplicativos de entrega de comidas sob alegação de que a economia deveria se movimentar para evitar uma aguda crise

A urgência do direito à cidade e as alternativas de enfrentamento à COVID-19 em territórios vulnerabilizados econômica. No entanto, caminhamos há tempos em uma crise econômica e seu principal fator é a diminuição dos postos de trabalho, ou seja, a fragilização do trabalho formal que se reflete nas condições de vida de uma parcela da população.

Nesse quadro, o desemprego aumenta diariamente no país em descompasso às políticas emergenciais de contenção aos efeitos da pandemia junto à população desempregada, além das medidas governamentais não responderem às demandas dos trabalhadores desempregados com políticas de acesso ao emprego, dificultando ainda mais a inserção da massa de trabalhadores ao mercado de trabalho.

Desta forma, pode-se considerar que o quadro pandêmico revela mazelas sociais antigas do Brasil, a desigualdade se intensificou, mas as tensões sociais também se intensificaram. Escancarou-se diante de nós uma série de acontecimentos e práticas, sinalizando para o agravamento da questão social nesse período. Assim, o cuidado individual para lidar e enfrentar com a questão prevaleceu, enquanto as respostas de enfrentamento devem acontecer de forma coletiva com a realização de medidas propostas pelas diferentes esferas de governo.

Vale lembrar que a questão social remete para a estrutura de nossa sociedade e sua contradição, se expressa no conjunto das desigualdades sociais reveladas na vida social. Portanto, ela diz respeito também à condição de vida da população trabalhadora que ficou ainda mais vulnerável diante da atual pandemia. Tal condição explicitou a fratura constitutiva de nossa sociedade e a urgência das diferentes esferas de governo debaterem com o conjunto dos diferentes grupos sociais vulnerabilizados.

Neste contexto, se insere o debate sobre o direito à cidade, pois está diretamente associado às condições de vida da população e as possibilidades dos diferentes grupos presentes na sociedade poderem se utilizar dos bens comuns e dos serviços de utilidade pública disponíveis. Além disso, remete para a afirmação desses grupos nos espaços públicos constituídos nas diferentes cidades, sintetiza-se pelas possibilidades de ir e vir nas cidades com a garantia dos mínimos sociais para que se possa construir alternativas de existência e, resistência desses diferentes grupos nas cidades.

A questão é desafiadora, e está associada à afirmação dos direitos e da realização de políticas sociais capazes de garantir ou promover diferentes formas de acesso aos grupos vulnerabilizados que ocupam, sobretudo, as grandes cidades brasileiras. Trata-se da afirmação e da ampliação da democracia em nossa sociedade.

Nesse esforço, o presente artigo propõe aproximar a reflexão entre o direito à cidade com a experiência vivida pelo moradores da comunidade de Paraisópolis, na cidade de São Paulo que se auto-organizaram para construir alternativas à crise social e sanitária a qual foram expostos. Tal organização revela a insuficiência dos serviços e do poder público, mas revela também a força potencializadora de um movimento formado e articulado no território em questão.

Vale dizer que o texto se constitui como um exercício inicial de aproximação entre o conceito e o debate sobre o direito à cidade, bem como as experiências vivenciadas no território de Paraisópolis.

SOBRE O DIREITO À CIDADE

O direito à cidade é, de certa forma, um tema pouco evidente, mas é verdade que tem forte influência na vida de boa parte da população das diferentes cidades, especialmente as mais urbanizadas. Essas se definem pela lógica do capital, fator que se reflete de forma imediata na vida dos moradores das diferentes cidades.

É necessário sempre destacar que a cidade é mais do que um espaço social, mais do que construções e grandes edifícios, mais do que negócios e transações, pois corresponde também às experiências que os diferentes grupos de indivíduos vivenciam, sobretudo, de forma coletiva, seja por motivo de comemoração, seja por reivindicação quando há a ausência do seu direito ou a prevalência da lógica perversa do capital. Pode-se considerar que a cidade é o lugar, o espaço social onde seus indivíduos se constroem tanto individualmente quanto coletivamente.

A questão em torno das diferentes formas de apropriação do espaço público das cidades, associada ao processo de expropriação e desigualdade social remete ao Direito à Cidade, noção debatida no século XX por H. Lefèvre e retomada nos marcos da sociedade contemporânea, em tempos de prevalência do capital financeiro e do ajuste neoliberal, por D. Harvey. Nesta perspectiva, o direito à cidade refere-se ao debate e às possibilidades de utilização e reinvenção da cidade como espaço público que produz situações e experiências voltadas para o bem comum, permitindo os usos da cidade de forma coletiva, capaz, portanto, de se sobrepôr aos acessos dos serviços disponíveis e a identificação das demandas individuais.

O direito à cidade é, portanto, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos. Além disso, é um direito mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização. A liberdade de fazer e refazer a nós mesmos e a nossas cidades [...] é um dos nossos direitos humanos mais preciosos, ainda que um dos mais menosprezados (HARVEY, 2014, p.28).

A urgência do direito à cidade pauta sobre o processo de urbanização das cidades e revela os processos de exclusão que marcaram a construção e apropriação dos espaços sociais, ou seja, historicamente a cidade se formou a partir das relações sociais instituídas com a consolidação do capitalismo, ou seja, a concentração de renda se revela nas formas de ocupação do espaço da cidade, promovendo a manutenção do processo de acumulação de lucros e de bens.

Reinventar o direito à cidade [...] equivale a reivindicar algum tipo de poder configurador sobre os processos de urbanização, sobre o modo como nossas cidades são feitas e refeitas, e pressupõe fazê-lo de maneira radical e fundamental. Desde que passaram a existir, as cidades surgiram da concentração geográfica e social de um excedente de produção. A urbanização sempre foi, portanto, algum tipo de fenômeno de classe, uma vez que os excedentes são extraídos de algum tipo de lugar ou de alguém, enquanto o controle sobre o uso desse lucro acumulado costuma permanecer nas mãos de poucos (HARVEY, 2014, p.30).

Portanto, viver nos grandes centros urbanos e, ao mesmo tempo, acessar as redes de serviços disponíveis neles pressupõe uma condição de vida ou de classe definida pelo poder de consumo, uma vez que os serviços são definidos como mercadorias e os modos de vida se apresentam como tendências de diferentes mercados promissores. Cabe ressaltar que os centros urbanos abarcam uma diversidade de produtos para o consumo referentes a qualidade

A urgência do direito à cidade e as alternativas de enfrentamento à COVID-19 em territórios vulnerabilizados de vida, cultura e aqueles que referem-se diretamente às condições básicas de sobrevivência, o que reforça o problema da desigualdade social.

A qualidade de vida urbana tornou-se uma mercadoria para os que têm dinheiro, como aconteceu com a própria cidade em um mundo no qual o consumismo, o turismo, as atividades culturais e baseadas no conhecimento, assim como o eterno recurso à economia do espetáculo, tornaram-se aspectos fundamentais da economia política urbana [...] A tendência pós-moderna a estimular a formação de nichos de mercado, tanto nas escolhas de estilo de vida urbano quanto hábitos de consumo e formas culturais, envolve a experiência urbana contemporânea em uma aura de liberdade de escolha no mercado, desde que você tenha dinheiro e possa se proteger da privatização da redistribuição da riqueza por meio da florescente atividade criminosa e das práticas fraudulentas e predatórias (HARVEY, 2014, p.46).

A questão sobre o destaque aos grandes centros urbanos diz respeito ao processo de acumulação da produção, bem como a concentração de riqueza, fatores que refletem na intensificação da pobreza nessas cidades e na construção de espaços privatizados que revelam diferentes formas de segregação da população em decorrência dos diferentes níveis de condição de vida da população.

Os resultados dessa crescente polarização na distribuição de riqueza e poder estão indelevelmente inscritos nas formas espaciais de nossas cidades, que cada vez mais se transformam em cidades de fragmentos fortificados, de comunidades muradas e de espaços públicos mantidos sob vigilância constante (HARVEY, 2014, p.48).

Se a segregação social se desenha nas diferentes formas de apropriação do espaço urbano, por outro lado, as lutas sociais daqueles que ficam de fora dos padrões de consumo da cidade se viabilizam. Desta forma, a organização de movimentos sociais urbanos e rurais reforçam sobre a urgência de incorporação de alternativas aos padrões de consumo vigente e à possibilidade de redesenhar os espaços das cidades, abarcando as demandas coletivas desses sujeitos sociais. As diferentes formas de luta e participação social são relevantes para que se denuncie os processos de exclusão e segregação das cidades, tanto quanto se esboce diferentes alternativas e modos de vida que não se definam pelo mercado de consumo, ao contrário que possam se definir como resultado da construção coletiva dos diferentes sujeitos sociais que ocupam o espaço urbano.

É de conhecimento geral que já está em andamento um grande diversificado número de lutas e movimentos sociais urbanos (no sentido mais amplo do termo, isto é, aquele que também inclui os movimentos nas zonas rurais). Em muitas partes do mundo, são abundantes as inovações urbanas acerca da sustentabilidade ambiental, da incorporação cultural dos imigrantes e do desenho urbano dos espaços habitacionais públicos. Contudo, elas ainda precisam se concentrar no objetivo único de adquirir maior controle sobre os usos do excedente (para não falar das condições em que se dá sua produção). Um passado rumo à unificação dessas lutas - ainda que de maneira alguma

o último - consistiria em concentrar-se clara e inequivocadamente nesses momentos de destruição criativa nos quais a economia de acumulação de riquezas se transforme violentamente na economia de espoliação e ali proclame, em nome dos espoliados, seu direito à cidade - seu direito a mudar o mundo, a mudar a vida e a reinventar a cidade de acordo com seus mais profundos desejos. Esse direito coletivo, tanto como palavra de ordem quanto como ideal político, nos remete à antiquíssima questão de saber quem é que controla a conexão interna entre urbanização e produção e uso excedentes (HARVEY, 2014, p.65/66).

Apesar das diferenças sociais presentes e latentes na cidade, ao mesmo tempo, se realiza uma experiência e vivência comum que se constitui como um movimento que pode ser alterado quando se altera algo no espaço ou nas demandas dos diferentes grupos sociais. Segundo Harvey, a vida comum produz a "comunalidade", fruto da convivência de diferentes pessoas, de diferentes classes sociais.

A cidade é o lugar onde pessoas de todos os tipos e classes se misturam, ainda que relutante e conflituosamente, para produzir uma vida em comum, embora perpetuamente mutável e transitória. A comunalidade dessa vida tem sido há muito tempo objeto de análises de urbanistas de todas as tendências, além de tema frequente de uma vasta gama de textos e representações (em romances, filmes, pinturas, vídeos e outros meios afins) que tentam apreender o caráter dessa vida (ou o caráter particular da vida em uma cidade específica em um lugar e um tempo determinados) e o seu significado mais profundo (HARVEY, 2014, p.136).

A relevância desse debates, está no reconhecimento de que a experiência do comum pode ser capaz de alterar o curso da intensa financeirização e mercantilização que se instalaram nos diferentes tipos de produção e recursos que correspondem aos patrimônios comuns sejam eles históricos, geográficos, científicos ou culturais, configurando a função pública daquilo que é produzido e disponibilizado nos marcos da cidade.

Outros ainda (como o recurso hídrico comum controlado e compartilhado por cinquenta agricultores) são exclusivos de um grupo social específico desde o começo [...] Os comuns culturais são mercantilizados (e quase sempre atenuados) por uma indústria de turismo histórico que tende à disneyficação, por exemplo. Os direitos de propriedade intelectual e patentes sobre materiais genéticos e sobre o conhecimento científico em termos mais gerais constituem um dos temas mais polêmicos da nossa época (HARVEY, 2014, p.142).

Os espaços públicos formados nas cidades se definem pelas relações de poder e pelas regras da administração pública. Portanto, um bem público pode não se configurar como um bem comum. Tal fator revela a contradição da sociedade capitalista e o problema da luta de classes, sendo o próprio movimento e mobilização daqueles que não acessam os bens públicos que podem pressionar para a identificação das demandas comuns. Nesse sentido, a luta pelo direito à cidade configura-se em uma luta política.

Há uma distinção importante entre os espaços públicos e bens públicos por um lado e, por outro, os comuns. Os espaços e os bens públicos urbanos sempre foram uma questão de poder de Estado e administração pública, e esses espaços e bens não constituem necessariamente um comum. Ao longo da história da urbanização, a provisão de espaços públicos e de bens públicos (como o saneamento, a saúde, a educação etc.) por meios públicos ou privados foi crucial para o desenvolvimento capitalista. Na medida em que as cidades têm sido espaços para vigorosos conflitos e luta de classes, a administração viu-se muitas vezes focada a suprir os bens públicos (como habitação de interesse social acessível, sistema de saúde, educação, pavimentação das ruas, saneamento e água) a uma classe trabalhadora urbanizada. Embora esses espaços e bens públicos contribuam intensamente para as qualidades dos comuns, faz-se necessária uma ação política por parte dos cidadãos e das pessoas que pretendam apropriar-se deles ou concretizar essas qualidades [...] (HARVEY, 2014, p.143/ 144).

A luta pela consolidação do comum nas cidades e a luta pelo seu direito remete diretamente à luta contra o processo de acumulação que remete ao modo capitalista de produção, gerando a mercantilização dos bens públicos e dificultando a construção coletiva do espaço e dos bens comuns da cidade.

[...] o direito de usar esse comum deve ser concedido a todos aqueles que participaram de sua produção. Esta é certamente a base para a reivindicação do direito à cidade por parte dos trabalhadores coletivos responsáveis por sua criação. A luta pelo direito à cidade é contra os poderes do capital que se alimentam impiedosamente e extraem renda da vida comunal que outros produziram. Isso nos lembra que o problema real se encontra no caráter privado dos direitos de propriedade e do poder que eles conferem de apropriar não apenas o trabalho, como também as produções coletivas de outros. Em outras palavras, o problema não é comum *per se*, mas as relações entre os que produzem e o conquistam pelo esforço em diferentes escalas e aqueles que dele se apropriam para seu benefício privado (HARVEY, 2014, p.153/154).

Nesse sentido, o direito à cidade abarca a reivindicação da coletividade de trabalhadores no enfrentamento ao processo de mercantilização, privatização e perpetuação das relações de poder instituídas. A luta pela coletividade é capaz de impulsionar o fortalecimento dos bens comuns no propósito de construir uma cidade mais justa, menos desigual e com oportunidades para os trabalhadores de forma indistinta de maneira a favorecer o desenvolvimento dos diferentes grupos sociais que fazem uso comum do espaço da cidade e constroem suas histórias também de forma coletiva.

O TERRITÓRIO COMO ESPAÇO DE LUTA PELO DIREITO À CIDADE

As medidas de combate a atual pandemia adotadas por organizações de moradores de Paraisópolis, uma das maiores favelas do país, localizada na região Sul da cidade de São Paulo, configuram-se como exemplo e esforço para a formação de espaços e bens comuns no

A urgência do direito à cidade e as alternativas de enfrentamento à COVID-19 em territórios vulnerabilizados respectivo território. A mobilização resulta da organização de lideranças sociais, moradores, comerciantes locais e doações de representantes da sociedade civil.

Cabe ressaltar que a favela vincula-se ao G10 favelas, uma organização de lideranças das maiores favelas do país. Contudo, Paraisópolis tem um prefeito local, eleito pela própria comunidade, o que revela a organização interna da comunidade, bem como seu esforço em pautar as próprias demandas, buscando respostas próprias para os efeitos do processo de desigualdade social e exclusão que um centro urbano como São Paulo impõe, em decorrência do fluxo do capital financeiro e do processo de produção material da vida social. O objetivo dos moradores parece ser construir uma comunidade com um nível de qualidade de vida e com algum nível de desenvolvimento local. Portanto, há um esforço em construir um território com a presença de bens comuns aos seus moradores, capaz de se constituir como uma alternativa aos efeitos perversos da lógica do capital financeiro. Nesse sentido, o exemplo de Paraisópolis é emblemático, é verdade que não é único, temos nos grandes centros urbanos a formação de coletivos para pautar suas demandas sejam sociais, culturais e econômicas, apresentando, assim, alternativas anticapitalistas para que seja possível construir uma cidade acessível a todos e possibilidades de resistência, ou mesmo, de sobrevivência nos centros do capital financeiro.

O exemplo de Paraisópolis tem sido destaque da grande mídia e da mídia alternativa justamente pela capacidade que a comunidade teve em mobilizar recursos e esforços para cuidar da população, propondo medidas de contenção à propagação do vírus, promovendo alternativas para a garantia do isolamento social, bem como geração de renda de uma parcela de seus moradores.

No ápice do isolamento social, a comunidade conseguiu se organizar e contratar profissionais de saúde, uma vez que seus moradores têm dificuldades em acessar a rede de serviços públicos; escolas foram utilizadas como espaço para realização de isolamento de moradores em vulnerabilidade para evitar a propagação do vírus. A ação organizada contou com a gestão de um comitê de crise, com o trabalho de lideranças como presidentes de ruas ou de quadras para acompanhar a situação das famílias, com parte dos recursos foi possível produzir internamente refeições para serem revertidas às famílias que perderam suas rendas, entre outras ações locais.

Tal quadro nos revela a força potencializadora da mobilização e ação de movimentos da sociedade em apresentar alternativas à ausência da ação do poder público e de enfrentamento às demandas causadas pela contradição do capital.

Desta forma, o território revela suas particularidades, vulnerabilidades e, especialmente as demandas coletivas do grupo que pertence a ele. Pode-se justamente pensar que o território é o espaço das experiências vividas, da prática cotidiana das pessoas que residem no local, mas que desenvolve um sentimento de pertencimento a esse espaço, identificando-se com ele e com as pessoas que também residem nele (KOGA, 2003).

Vale destacar que a abordagem territorial tem sido princípio de políticas para que se pense respostas às demandas efetivas e coletivas de parcelas em situação de vulnerabilidade ou risco social, mas diante do destaque da mobilização dos moradores de Paraisópolis, cabe a reflexão sobre o quanto efetivamente o poder público consegue estar intensamente presente em um território como Paraisópolis.

Segundo Raichelis (2006 apud COUTO; YAZBEK; SILVA e SILVA; RAICHELIS, 2017, p.81), o território "expressa a emergência de um novo padrão de organização das diferenças no espaço urbano", permitindo a redefinição dos "processos de interação social e de sociabilidade coletiva, promove acessos diferenciados à informação, à diversidade de oportunidades e aos equipamentos e bens públicos, transformando as concepções de público e os parâmetros de convivência".

Como ressalta Koga (2003, p.39), a "dimensão territorial traz elementos que permitem uma perspectiva de totalidade da questão social: refere às próprias relações estabelecidas entre os sujeitos e seu cotidiano de vivência". Tal relação se apresenta como contrária à "corriqueira e simplista noção de necessitados ou carentes como comumente se referem as políticas direcionadas aos pobres, que se destitui da condição do sujeito".

A ação potencializadora e protagonista dos moradores de Paraisópolis é relevante, pois remete à auto-organização desse grupo, indicando que há caminhos possíveis para enfrentar os efeitos da atual crise sanitária, mas também aos problemas enfrentados por eles que remetem ao conjunto das expressões da questão social.

Nesse processo, a ação desenvolvida no território de Paraisópolis se configura na perspectiva de desenvolver uma sociabilidade coletiva ou como afirma Harvey, desenvolver usos e bens comuns no espaço urbano denotando a noção de comunalidade, uma vez que ao se organizarem, revelaram suas demandas e esboçaram possibilidades dentro do próprio território, bem como as repostas de enfrentamento aos reflexos da desigualdade social que determina a condição dos moradores da comunidade.

No entanto, as respostas possíveis às demandas são postas em prática no processo da associação de moradores buscarem espaço para sinalizarem suas demandas, ao mesmo tempo, em que sinalizam ao poder público sua ausência e a possibilidade desse pensar uma agenda governamental para o investimento na construção de bens comuns na grande cidade que é São Paulo. Outro aspecto que merece atenção é a visibilidade que a auto-organização de Paraisópolis ganha, sendo capaz de mostrar para a cidade e o país o protagonismo e a existência de seus moradores.

Nesse quadro, a circulação dos moradores para outros territórios da cidade de São Paulo pode ser reforçada, uma vez que todas essas iniciativas e visibilidade podem ajudar a reforçar a identidade desses moradores dentro da própria cidade, ampliando a rede de vínculos e a utilização dos espaços, ampliando também a possibilidade do encontro de lutas sociais comuns no espaço urbano que é São Paulo.

Tal movimento pode favorecer a luta por uma cidade mais solidária, mais justa e menos desigual, chamando a atenção para a urgência da efetivação do direito à cidade para todos os grupos ou sujeitos sociais que residem nela, chamando a atenção para o debate sobre a privatização de bens públicos, fortalecendo as lutas sociais e a construção de alternativas que se constituam como ações de resistência ao movimento do capital e favoreçam a circulação dos cidadãos no espaço urbano de forma a ampliar os limites dos diferentes territórios, mesclando diferentes comunalidades e experiências vividas e vivenciadas por diferentes sujeitos sociais.

O que está em questão é a construção de um espaço urbano humanizado e menos excludente, construindo alternativas possíveis para diferentes formas de sobrevivência e resistência, promovendo o encontro e o diálogo entre diferentes grupos que residem na cidade, vislumbrando o rompimento entre muros e o processo de exclusão social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUGÉ, M. Não lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 2012.

COUTO, B.; YAZBEK, C.; SILVA e SILVA, M.; RAICHELIS, R. (orgs.) O Sistema Único de Assistência Social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2017.

DOWBOR, L. A Era do Capital Improdutivo. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

FILHO, N.A., AZEVEDO, G., TRAVASSOS, C. 2020. Como controlar a pandemia no Brasil. Le Monde Diplomatique. 157,8-9.

GRABOIS, A.P. 2020. A voz ativa contra a Covid-19 no Complexo do Alemão, ignorado pelo governo na pandemia. El País. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-16/a-voz-ativa-contr-a-covid-19-no-complexo-do-alemao-ignorado-pelo-governo-na-pandemia.html> Acesso em Agosto/2020

HARVEY, David. Condição Pós-moderna. São Paulo: edições Loyola, 1992.

----- Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

----- A Loucura da Razão Econômica. São Paulo: Boitempo, 2018.

IAMAMOTO, M.V. 2001. A questão social no capitalismo. Temporalis. Ano II, 3, 9-32.

INESC. 2020. Bolsonaro, a pandemia e a explosão das demandas sociais. Le Monde Diplomatique. Nº157.

KOGA, D. Medidas de Cidades: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2003.

LIMA, J.D. 2020. Por que Paraisópolis se destaca no combate ao Coronavírus. Nexo Jornal. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/07/01/Por-que-Parais%C3%B3polis-se-destaca-no-combate-ao-coronav%C3%ADrus> Acesso em Agosto/2020.

MARICATO, Ermínia [et.al.]. Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo/ Carta Maior, 2013.

A COVID-19 E SEUS IMPACTOS NO SISTEMA PRISIONAL EM SERGIPE

COVID-19 AND ITS IMPACTS ON THE PRISON SYSTEM IN SERGIPE

Paulo Roberto Felix dos Santos¹

Izy Rebeka Gomes Lima²

Maria Suelen Santos³

Resumo: Diante da situação de crise sanitária ocasionada pela pandemia da Covid-19, nos marcos da crise do capital, torna-se necessário explicitar como esse cenário impacta a dinâmica prisional, com ênfase na realidade sergipana. O presente artigo tem como objetivo principal proporcionar um processo reflexivo-crítico acerca da configuração do sistema prisional em Sergipe em tempos de pandemia, com uma revisão bibliográfica e pesquisa documental, a partir do materialismo histórico dialético como método de análise. Identificamos como as condições precarizadas do sistema prisional propiciam a expansão da pandemia, expondo seus(uas) internos(as) às mais variadas violações de direitos e situações de matabilidade. Tais impactos revelam-se mais contundentes perante a juventude negra e pobre, que compõe a maior parte da população prisional, processo que escancara as particularidades da dimensão do racismo estrutural e do projeto de controle sociorracial. Ademais, demonstramos algumas das medidas utilizadas para mitigar os efeitos da pandemia nesse espaço que, apesar de importantes, revelam-se limitadas diante de todo o cenário caótico do cárcere sergipano. Como poderemos perceber, tais elementos explicitam os fundamentos das medidas de aprisionamento e das formas de controle capitalista mobilizadas em face do excedente de força de trabalho, e no contexto de pandemia tem essa condição agravada nas prisões.

Palavras-chave: Sistema Prisional. Racismo Estrutural. Pandemia. Sergipe.

Abstract: In view of the health crisis situation, caused by the Covid-19 pandemic, within the framework of the capital crisis, it is necessary to explain how this scenario impacts the prison dynamics, with an emphasis on Sergipe's reality. The main objective of this article is to provide a reflective-critical process about the configuration of the prison system in Sergipe in times of pandemic, with a bibliographic review and documentary research, based on historical dialectical materialism, as a method of analysis. We identified how the precarious conditions of the prison system favor the expansion of the pandemic, exposing its inmates to the most varied violations of rights and situations of killings. Such impacts are most striking in the face of black and poor youth, who make up the majority of the prison population, a process that opens up the particularities of the dimension of structural racism, and of the project of socio-racial control. In

¹ Assistente Social. Doutor em Serviço Social pelo PPGSS/UFRJ. Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas (GEPEM/UFS). E-mail: fellix.ufs@gmail.com

² Graduanda do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: izy_rgl@hotmail.com

³ Graduanda do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: maria.suellem@gmail.com

addition, we demonstrate some of the measures used to mitigate the effects of the pandemic in this space, which, although important, are limited, given the whole chaotic scenario of Sergipe's prison. As we can see, these elements explain the fundamentals of the imprisonment measures and the forms of capitalist control mobilized in the face of the surplus of the workforce, and that in the context of a pandemic this condition is aggravated in prisons.

Keywords: Prison System. Structural Racism. Pandemic. Sergipe.

INTRODUÇÃO

No âmbito estrutural do desenvolvimento capitalista, a gênese da pena tem como marco o período da chamada "acumulação primitiva" (MARX, 2013). Tem-se, assim, a partir do trabalho alienado e de sua "submissão forçada" ao capital, uma solução para a condição dos(as) expropriados(as) dos meios de produção, que passam a ocupar a força de trabalho das fábricas capitalistas ou engrossam as fileiras do desemprego, da mendicância, ou são submetidos(as) ao espaço da prisão, como demonstraram as análises de Marx (2013) e Mellosi e Pavarini (2017).

No Brasil, tendo sua dinâmica estrutural particular assentada inicialmente em um desenvolvimento capitalista de matriz escravocrata-colonial, o sistema prisional, no decorrer de sua história, sofreu as influências dessas determinações que estruturam a formação social do país, principalmente ao considerarmos a relação entre os(as) pioneiros(as), os processos de acumulação do capitalismo e o surgimento do sistema penal. Para a massa da população, desprovida até mesmo da possibilidade da subsunção de seu trabalho ao capital, sobretudo no período pós-escravização, o que restou foi a penalização e o encarceramento, quando não a própria "política de extermínio", como mecanismo de regulação da "gestão do excedente", composta, majoritariamente, pela população negra, pobre, com baixa escolarização.

Diante disso, as instituições e os(as) agentes responsáveis pelo sistema prisional evidenciam, na consolidação de suas bases estruturais, o contexto determinado a partir da formação social e histórica que se instaura não somente nesses espaços, mas na sociedade em geral, determinada pelo "racismo estrutural" (ALMEIDA, 2018). A prisão retrata, no plano fenomênico, o "descaso", a "precarização" e a "desresponsabilização" por parte do Estado em relação à população que é determinada para ocupar esses locais, mas que, a rigor, evidencia as estruturas medulares sobre as quais se instaura a razão de ser do aparelho estatal, necessário ao desenvolvimento do capital (MÉSZAROS, 2002) e de suas formas punitivas.

Com a crise sanitária ocasionada pela Covid-19, tem-se um processo em que se acirram as desigualdades socioestruturais e raciais. Ainda que a expansão virótica se espalhe de modo ampliado, abarcando o planeta e espraiando-se por todas as camadas sociais, é fato que seus impactos e índices de letalidade revelam as implicações às camadas mais pauperizadas da sociedade. No Brasil, essas implicações se fizeram sentir de modo mais contundente não só entre os estratos mais pauperizados da classe trabalhadora, mas junto à população negra enquanto perfil predominante daquela camada.

Esse cenário tende a ser agravado se levarmos em consideração as pessoas que se encontram em situação de privação de liberdade. Para avaliarmos esse cenário, em tempos de pandemia, buscamos situar as implicações da pandemia no âmbito do sistema prisional sergipano enquanto particularidade da realidade nacional, guardando em sua dinâmica socio-reprodutiva as marcas que configuram a própria "estrutura pandêmica" do sistema prisional brasileiro e seu processo permanente de violação de direitos.

A execução do artigo decorrerá de revisão bibliográfica e pesquisa documental, a partir de dados em noticiários de mídia, de levantamentos e relatórios disponibilizados por instituições que compõem o sistema jurídico-penal brasileiro, a exemplo do Sistema de Informações Penitenciárias (Infopen), de relatórios da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a partir de uma problematização crítico-dialética, buscando evidenciar as contradições que conformam o fenômeno em questão e seu significado na sociabilidade atual.

Para essa análise, buscamos situar o sistema prisional sergipano nos marcos estruturais da dinâmica nacional, ainda que conservando determinadas particularidades. Por isso, foi fundamental uma mirada quanto à caracterização do sistema no estado, bem como o perfil de sua população prisional, buscando identificar quais as condições que propiciam a expansão do vírus, bem como quem tem maiores potencialidades de ser impactado(a) com esse movimento. Em outro momento, apresentamos o panorama quanto à incidência do vírus, bem como as ações (ou ausência delas) que foram mobilizadas de modo a mitigar os efeitos da pandemia.

É importante frisar que o estudo dessa "problemática", agravada no contexto da pandemia, nos faz refletir sobre o sistema prisional sergipano, bem como o nacional, a

população que o compõe, as dificuldades enfrentadas pelos(as) internos(as) e familiares, e as forças em disputa na luta contra a violação dos direitos humanos em todo o processo que vai desde antes da entrada desses(as) usuários(as) no cárcere, na própria internação, mas também no processo pós-encarceramento, e que tem na superestrutura violenta, de cariz conservador, amplificada pelo "populismo penal", seus reflexos nos poderes legislativo, executivo e judiciário.

O LUGAR DO SISTEMA PRISIONAL SERGIPANO NA PARTICULARIDADE DO CENÁRIO BRASILEIRO

A formação sócio-histórica do Brasil foi fruto de um processo desigual, tendo como base, inicialmente, o trabalho escravizado no período colonial e, em seguida, a exploração da força de trabalho a partir do processo de rápida industrialização e urbanização, com o incentivo do trabalho imigrante, sendo o(a) negro(a) "descartado(a)" desse processo, restando-lhe apenas condições precárias de trabalho e de vida (FERNANDES, 2008). Diante dessa opção pelo trabalho imigrante, sob a justificativa de qualificação e conseqüente descarte do(a) negro(a) nesse processo, demonstra-se o interesse em branquear o país.

Na análise das determinações que vêm conformando historicamente o modelo prisional brasileiro, devem-se destacar os elementos estruturantes do sistema de justiça criminal, nos marcos de sua configuração internacional, entrelaçados às particularidades da formação social e histórica do país. Seus pressupostos podem ser localizados ainda no Brasil-colônia, na produção e reprodução de determinadas relações sociais, tendo no racismo sua base fundamental para criminalizar negros(as), e que, no decorrer de toda dinâmica histórica, reconfigura-se, conservando suas bases. Nesse sentido, por ser estrutural,

[...] o racismo perpassa todas as instituições e relações na sociedade. Mas o sistema criminal ganha outros contornos mais profundos neste processo. Mais do que perpassado pelo racismo, o sistema criminal é construído e ressignificado historicamente, reconfigurando e mantendo esta opressão que tem na hierarquia racial um dos pilares de sustentação. (BORGES, 2019, p. 44).

Vale destacar que as diferentes experiências da constituição do sistema prisional no país guardam as marcas da seletividade sociorracial, que atravessaram o processo que vai da colonização aos dias atuais, passando pelo momento pós-abolição sob o mito da constituição de uma “democracia racial” no país (FERNANDES, 2008; NASCIMENTO, 1977). Ainda que se metamorfoseando historicamente, o sistema de justiça criminal tem funcionado, para utilizar a expressão de Alexander (2017), como um “sistema racializado de controle social”.

Em Sergipe, essa dinâmica que estrutura os mecanismos de controle social da realidade brasileira também é reproduzida. Seu sistema prisional não se diferencia do contexto sinalizado, uma vez que está inserido em um mesmo processo histórico, com determinações concretas que particularizam a sua realidade. Em meados do final do século XIX, no estado de Sergipe, de acordo com Santos (2012), foi construída a primeira unidade prisional, a Cadeia Pública de Sergipe (Cadeião). Antes disso, esses indivíduos eram “despejados” em casebres alugados. Segundo a autora, a reclusão com trabalho era o mecanismo utilizado como forma de reinserir na sociedade aqueles(as) que infringissem as leis - porém, a Cadeia Pública de Sergipe, em virtude da má administração, foi extinta.

Em 1872 foi regulamentada a “Casa da Prisão” de Aracaju, sendo instalados, em 1878, setores de enfermaria, escola, oficinas e capela. O método de regeneração assentava-se no tripé instrução, trabalho e religião (católica):

A primeira traria ao encarcerado a luz da razão (função correccional); o segundo possibilitaria a reflexão sobre o crime no silêncio do ofício, e utilidade social (função exemplar); e a terceira, garantiria a proximidade com o “Bem” (função moralizadora). O tripé regenerador sanaria os males-físico emocionais, sociais, e morais, seria uma panacéia para os presos. Esta ideia de reforma penitenciária está sintetizada na seguinte sentença em voga na época: “Se o criminoso é um enfermo; a pena um remédio; o cárcere um hospital” (FONTES, 1877, apud SANTOS, 2012, p. 92).

Esse método foi implantando na “Casa de Prisão”, porém não obteve êxito. Nesses locais, na fase provincial, o quantitativo de encarcerados(as) já era um fator que tendia a um crescente aumento, já que todos(as) os(as) presos(as) da província eram enviados(as) para a capital. Sobre a alimentação e vestuários dos(as) usuários(as), as reclamações se faziam presentes, estabelecendo posteriormente acordos com terceiros para o fornecimento de

alimentação para evitar a entrada de mulheres no ambiente para levar alimentos, dificultando a entrada de drogas, bebidas alcoólicas e armas (SANTOS, 2012).

Consoante à dinâmica particular da realidade brasileira, observa-se a predominância de pressupostos ideopolíticos de cariz conservador na estruturação do sistema prisional em Sergipe, traduzido em valores disseminados pela elite intelectual da época. É possível destacar, por exemplo, a "valorização do trabalho" como um forte discurso produzido pelas autoridades públicas e a igreja católica no século XIX.

Esta ideia parecia paradoxal numa sociedade marcada pela ordem escravocrata em que o trabalho era associado a uma imagem ignóbil. No entanto, o poder público uniu-se à igreja católica para propagar a valorização do trabalho livre devido, por um lado, à escassez de mão-de-obra escrava com a proibição do tráfico de africanos desde 1850, e por outro, à mitigação da escravidão com a sanção de leis abolicionistas na segunda metade do século XIX. (SANTOS, 2012, p. 93-94).

O cárcere seria um estabelecimento propício para atingir, por meio dessa "valorização do trabalho", os objetivos vinculados ao Estado, através da manutenção da força de trabalho também nesses espaços, para o processo de acumulação, apropriação e repartição da riqueza por uma minoria, a partir da exploração dos(as) que ali se encontram encarcerados(as). Verifica-se uma articulação, em interações recíprocas, entre o cárcere e a fábrica, ou, dito de outro modo, entre os mecanismos de disciplinar e punir trabalhadores(as) e a adequação para a inserção no "mercado de trabalho capitalista" (MELLOSI; PAVARINI, 2017). Atualmente, tal exploração não é mais definida sob a égide da escravidão, mas sob uma exploração que mascara as correntes do período escravocrata num novo modo de produzir e acentuar as desigualdades sociais para todos(as) aqueles(as) que são "excluídos(as)" e "marginalizados(as)" nessa ordem.

Santos (2012) salienta os termos utilizados pelo Arcebispo Primaz do Brasil, D. Romualdo Antônio de Seixas - Marquês de Santa Cruz (1784-1860), para com os marginalizados, como forma de valorizar o trabalho livre dirigido por uma elite senhorial: partia da defesa do "recrutamento de 'vadios', 'mendigos', 'vagabundos', 'ociosos' e 'indolentes'". De acordo com Santos (2012, p. 94), "[e]ra essa 'casta de gente miúda' que regurgitava nas cadeias públicas sergipenses do século XIX". A autora ainda destaca que a "Casa de Prisão" foi extinta no

início do século XX, sendo construída a Penitenciária de Aracaju em seu lugar, no Bairro América. Nota-se que os fundamentos que estruturam os primórdios do sistema prisional no estado - sua dinâmica, funcionalidade e valores - se associam ao processo de constituição das relações de assalariamento de uma grande parcela de ex-escravizados(as); corpos que necessitam - pelo binômio consenso/repressão - ser reorientados à nova fase de acumulação de capital em Sergipe.

CARACTERÍSTICAS E CONDIÇÕES PROPICIADORAS À EXPANSÃO DA COVID-19

Com a chegada da pandemia do novo coronavírus, a Covid-19, no Brasil, em março de 2020, um pavor passou a fazer parte da vida de todos(as). É válido registrarmos, entretanto, que pavor já é um sentimento constante na vida dos(as) internos(as) do sistema prisional no país, sobretudo em tempos de recrudescimento da política de “encarceramento em massa” (BORGES, 2019; WACQUANT, 2011), que vem contribuindo para um processo de superlotação dos presídios. Se entre 2000 e 2017 a taxa de aprisionamento no Brasil - que é calculada pela razão entre o número total de pessoas privadas de liberdade e a quantidade populacional do país, com a razão obtida multiplicada por 100 mil - aumentou mais de 150% em todo país, em Sergipe esse número representou 213,63%, segundo levantamento do Depen (2017), algo que aponta tendências ainda mais graves do que a média nacional.

Vale ressaltar que nem todos(as) esses(as) internos(as) já tiveram seu julgamento realizado, estando, portanto, aguardando ainda sentença. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2019, p. 201), “ao final de 2017 cerca de 32% da população prisional brasileira ainda aguardava o julgamento. E em alguns estados a situação seria mais dramática, como são os casos do Piauí (60%), Amazonas (53,8%) e Sergipe (51,6%)”. Verifica-se que Sergipe ocupava a terceira colocação no *ranking* nacional em relação ao número de internos sem julgamento, denotando graves violação a direitos fundamentais, e que numa situação de calamidade sanitária têm as vidas expostas a um risco ainda maior.

A partir dos dados disponibilizados pelo site Infopen, atualizados no período de junho de 2020, em Sergipe o quantitativo de presos(as) sob a administração da Sejuc⁴ contabilizava o total de 6.244 pessoas. De acordo com o relatório da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Sergipe-OAB/SE, realizado em 2018, havia uma superlotação no sistema carcerário do estado, com uma estimativa total de 5.274 presos(as) para uma capacidade de 2.199 pessoas, tendo, ao todo, oito unidades prisionais⁵ (OAB, 2018). No que condiz à estrutura dessas prisões, as que destacam piores condições são o Copemcan e o Preslen. Ambos compartilham de péssimas estruturas, superlotação e o contágio de diversas doenças.

A superlotação das celas, sua precariedade e sua insalubridade tornam as prisões num ambiente propício à proliferação de epidemias e ao contágio de doenças. Todos esses fatores estruturais aliados ainda à má alimentação dos presos, seu sedentarismo, o uso de drogas, a falta de higiene e toda a lugubridade da prisão, fazem com que um preso que adentrou lá numa condição sadia, de lá não saia sem ser acometido de uma doença ou com sua resistência física e saúde fragilizadas. (ASSIS, 2007 apud ARAÚJO et al., 2014, p. 60).

Os presídios sergipanos, funcionando como mecanismos permanentes de violação de direitos, reafirmam também o cenário que o Supremo Tribunal Federal (STF) atestou como um "estado de coisas inconstitucional" (JUSTIFICANDO, 2020). Verifica-se que as condições não destoam da tendência da situação nacional, onde tais espaços passam a se assemelhar a "campos de concentração para pobres, ou com empresas públicas de depósito industrial dos dejetos sociais, do que com instituições judiciárias servindo para alguma função penalógica - dissuasão, neutralização ou reinserção" -, conforme indicou Wacquant (2011, p.13).

Vale destacar que, em um contexto de expansão da Covid-19, essa "situação pandêmica conjuntural" tende a escancarar a "violência pandêmica" (WACQUANT, 2011), fornecendo elementos propícios para a propagação do vírus, onde aumentam, em demasia, os níveis de

⁴ Trata-se da Secretaria de Estado da Justiça, do Trabalho e de Defesa do Consumidor (Sejuc), a quem deve competir a promoção do respeito à ordem jurídica e às garantias constitucionais; a administração do Sistema Penitenciário e da Segurança Prisional (NR) (BRASIL, 2018, n.p).

⁵ As unidades prisionais provisórias são o Complexo Penitenciário Dr. Manoel Carvalho Neto (Copemcan), a Cadeia Territorial de Nossa Senhora do Socorro (Cadeião) e o Presídio Feminino do Estado de Sergipe (Prefem). Ainda há três unidades para presos(as) provisórias(as) que possuem administração terceirizada, que são o Complexo Penitenciário Antônio Jacinto Filho (Compajaf), a Cadeia Pública de Estância e a Cadeia Pública de Areia Branca. As duas unidades destinadas ao regime fechado são: Presídio Regional Juiz Manoel Barbosa de Souza (Presmabas) e Presídio Regional Senador Leite Neto (Preslen).

exposição da população prisional sergipana enquanto parte do contingente nacional. De acordo com o relatório disponibilizado pela OAB/SE (2018), a situação dos presídios em Sergipe configura espaços de superlotação, racionamento de água por dia em cada pavilhão; sem médicos e uma equipe de saúde; a falta de medicamentos; surtos de tuberculose e outras doenças contagiosas; alimentação insuficiente e de péssima qualidade. O relatório ainda complementa que

[n]ão há janelas nas celas, ficando o ambiente insuportável pela falta de ventilação, extremo calor e odor desagradável, revelando-se um verdadeiro ambiente de tortura. As celas foram projetadas para receber cerca de 12 (doze) internos, porém, a realidade atual é uma média de 33 (trinta e três) internos por cela. A higienização é feita pelos detentos, sendo que quem fornece o material de higiene e limpeza são os familiares. Apesar disso, é visível o ambiente insalubre e de condições desumanas. A água é somente fornecida por inacreditáveis, 5 (cinco) a 10 (dez) minutos/dia em cada pavilhão, situação que obriga os detentos a armazenarem água em garrafas plásticas para consumo, banho e higiene pessoal. [...] Há centenas de internos doentes, alguns em estado grave e fora constatado surto de tuberculose em todos os pavilhões. Há internos ameaçados e "jurados de morte" sem nenhum tipo de auxílio, ou previsão de transferência. A rede de esgoto de todos os pavilhões está entupida e transborda com frequência. Nos períodos de chuva, todos os pavilhões alagam (OAB, 2018, n.p).

O cenário dantesco descrito não parece diferir da realidade brasileira, como destacou a matéria realizada pelo site Justificando (2020), em referência ao Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados em 2009 com dados de 2007 sobre o Sistema Carcerário. Ainda de acordo com o site, o ministro Celso de Mello relatou o seguinte no julgamento da ADPF 347/DF⁶:

[...] o Estado, agindo com absoluta indiferença em relação à gravidade da questão penitenciária, tem permitido, em razão de sua própria inércia, que se transgrida o direito básico do sentenciado de receber tratamento penitenciário justo e adequado, vale dizer, tratamento que não implique exposição do condenado a meios cruéis ou moralmente degradantes, fazendo-se respeitar, desse modo, um dos mais expressivos fundamentos que dão suporte ao Estado democrático de direito: a dignidade da pessoa humana (CF, art. 1º, III). [...] "A superlotação carcerária e a precariedade das instalações das delegacias e presídios, mais do que inobservância, pelo Estado, da ordem jurídica correspondente, configuram tratamento degradante, ultrajante e indigno a pessoas

⁶ Trata-se da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 347, na qual o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) solicitou ao Supremo Tribunal Federal (STF) que se reconheça a violação de direitos fundamentais da população carcerária e seja determinada a adoção de diversas providências no tratamento da questão prisional do país.

que se encontram sob custódia". [...] "As penas privativas de liberdade aplicadas em nossos presídios convertem-se em penas cruéis e desumanas. Os presos tornam-se 'lixo digno do pior tratamento possível', sendo-lhes negado todo e qualquer direito à existência minimamente segura e salubre. (JUSTIFICANDO, 2020).

Em Sergipe, destacamos, em nível ilustrativo, a situação da Cadeia Pública (Cadeião), localizada na cidade de Nossa Senhora do Socorro, que contava em 2018 com 264 internos(as), mas com a capacidade de lotação de 160 (cento e sessenta). Os problemas que se apresentam nessa unidade eram, à época: superlotação; falta de atendimento médico e de medicamentos; surtos epidêmicos, havendo situações de explícita violação de direitos humanos (OAB/SE, 2018). Ademais, são péssimas as estruturas do prédio, o que possibilita o contágio por meio de doenças infectocontagiosas, tanto em relação aos(as) usuários(as) ali encarcerados(as) quanto àqueles(as) que mantêm com eles algum tipo de contato.

Diante de todo esse cenário, a conclusão que se tem, segundo a OAB (2018), é que, de fato, a situação do sistema prisional no estado de Sergipe é gravíssima, com destaque para a maior unidade prisional do estado, o Complexo Penitenciário Dr. Manoel Carvalho Neto (Copemcan), e para o Presídio Regional Senador Leite Neto (Preslen). Para a entidade, "essas unidades são verdadeiras masmorras medievais, afrontando todos os direitos e garantias fundamentais previstos na Carta Magna" (OAB, 2018). Além de flagrante violação à Constituição Federal, verificamos a descon sideração ao disposto na Lei de Execuções Penais (LEP) no sentido de "proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado" (BRASIL, 1984). Além disso, ignora o que prevê a legislação no âmbito da assistência, educação, saúde e trabalho aos(as) internos(as). Conforme Araújo et al. (2014, p. 65-66),

[n]ota-se a ausência do Estado num trabalho com ações preventivas, no sentido de neutralizar possíveis doenças contagiosas e epidêmicas no sistema prisional. Neste sentido, ações preventivas são de extrema importância para reduzir os níveis de doenças nos estabelecimentos penais, e com isso, conseqüentemente representará um custo efetivo por detento bem menor que os atuais.

Todo esse complexo de questões reveladoras dos traços estruturantes do sistema prisional brasileiro e sergipano manifesta-se como chave de análise que atesta como o Estado

vem tratando de seus(suas) presos(as), submetendo-os(as) à condição de "vidas inúteis", passíveis das piores condições, de caráter inumano, elementos recrudescidos em tempos de crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2002) e do aumento do controle sobre os segmentos mais pauperizados da classe trabalhadora. Mais que um erro ou descaso frente a esse quadro, o que se revela mais patente é a funcionalidade do Estado (burguês) como mecanismo permanente de controle e gestão dessa força de trabalho excedentária (MARX, 2013; MÉSZAROS, 2002). Nesse sentido, vale destacar a "política de encarceramento em massa", mobilizada como política permanente de violação de direitos, inclusive do direito à vida (digna). Ainda mais revelador da natureza desse processo é quando nos voltamos ao perfil predominante dessa população, e os elementos que jungem essas determinações com a estrutura constitutiva da formação social brasileira.

QUEM SOFRE COM AS CONDIÇÕES ESTRUTURAIS DOS PRESÍDIOS E TORNA-SE MAIS EXPOSTO(A) À PANDEMIA?

O caráter degradante dos presídios brasileiros, e em particular sergipanos, longe de operar por meio de uma mítica "incorporação democrática" do seu "público-alvo", o faz não só por meio de uma seletividade penal, mas, sobretudo, a partir de marcadores sociorraciais, punindo a população pobre e negra das nossas cidades (BORGES, 2019; ALEXSANDER, 2017). No âmbito da identificação da etnia/raça dos(as) internos(as) do sistema prisional sergipano, destacam-se os dados do Depen (2019), que indicam, quando agregados os números dos(as) declarados(as) pretos(as) ou pardos(as), um percentual de negros(as) em torno de 81,7%, bem acima da média nacional, de 66,69%, caracterizando a *negritude do sistema prisional sergipano*, não só demonstrando uma sintonia com a tendência nacional, mas superando-a, em muito. Não se trata, portanto, de um perfil multicultural (BORGES, 2019), mas racialmente determinado. Revela-se patente que "o sistema de justiça criminal tem profunda conexão com o racismo", tendo suas "engrenagens mais do que perpassados por essa estrutura de opressão, mas o aparato reordenado para garantir a manutenção do racismo e, portanto, das desigualdades baseadas na hierarquização racial" (BORGES, 2019, p. 21-22).

A maior parte desses indivíduos negros(as) é jovem, recrutada nos estratos mais periféricos do estado, o que indica *a intensificação da criminalização da juventude pobre sergipana*. No perfil dessa juventude de aprisionados(as), verificamos que 55,8% têm menos de 30 anos, e 41,13% têm entre 30 e 45 anos de idade. Assim, como no Brasil, o estado de Sergipe caracteriza-se por uma população prisional majoritariamente jovem, o que evidencia a contradição própria ao modo de produção capitalista, e quem compõe o sistema prisional são também os que compõem a classe operária, aquele excedente de força de trabalho desqualificada e de baixa escolarização.

Alijada das oportunidades de acesso a uma condição mínima de cidadania, à população negra brasileira/sergipana resta, como as únicas oportunidades, o trabalho informal, os piores postos de trabalho, as favelas, os cortiços, as péssimas condições de vida, o tráfico de drogas, o extermínio, além do cárcere. Nesse último, verifica-se um processo permanente de controle social de caráter racialmente seletivo. Desse modo,

[t]anto o cárcere quanto o pós-encarceramento significam a morte social destes indivíduos negros e negras que, dificilmente, por conta do estigma social, terão restituído o seu *status*, já maculado pela opressão racial em todos os campos da vida, de cidadania ou possibilidade de alcançá-la. (BORGES, 2019, p. 22).

Ainda que a maior parte do contingente prisional seja do sexo masculino, representando um percentual de 94,3% em face dos 5,7% de mulheres, revela-se fundamental uma atenção à condição feminina nesse espaço, sobretudo em um contexto de risco pandêmico. As condições atuais aumentam a preocupação com a situação, tendo em vista os dados trazidos pela OAB/SE (2018) que, na avaliação do Presídio Feminino do Estado de Sergipe (Prefem)⁷, elenca o fato de que na unidade prisional está superlotada com cerca de 235 mulheres, sendo que a capacidade é para 175 usuárias. Não existindo tendência à mudança, trata-se de um cenário que preocupa, sobretudo devido ao alastramento da pandemia, e a necessidade de garantias mínimas de "distanciamento social".

⁷ A instituição está localizada no município de Nossa Senhora do Socorro (SE), e a gestão é de competência do Estado.

Não bastasse o contexto de superlotação, o referido relatório aponta, ainda, alguns problemas na unidade feminina, tais como: ausência de algumas especialidades médicas, inclusive com insuficiência de técnicos de enfermagem; falta de manutenção de medicações para algumas comorbidades, como diabetes, hipertensão, tratamento psicológico, entre outros; não há reposição de forma regular em relação a alguns materiais e aparelhos como: algodão, gases, tensiômetro, glicosímetro e aparelho de aerosol; número de agentes penitenciários inferior ao que de fato é exigido para garantir a segurança no local, e que também impossibilita a escolta das mulheres na realização de exames (OAB/SE, 2018). Trata-se, então, de uma série de "debilidades institucionais", que acabam por tornar essas mulheres mais vulneráveis quanto à possibilidade de maior exposição ao contágio pela Covid-19.

Como já visto, o quadro da unidade prisional feminina se insere no complexo geral das condições dos presídios sergipanos, que acabam constituindo-se como um componente potencialmente catalisador das mesmas condições socio sanitárias propícias à expansão pandêmica. Conforme Bertoni (2020) em noticiário do Nexo Jornal, o defensor público em São Paulo e vice-presidente do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM), Bruno Shimizu, enfatizou a duplicação de mortes dentro das prisões brasileiras até junho de 2020, devido à situação de pandemia, comparado ao ano de 2019. Entre julho e setembro, o número de casos entre privados de liberdade aumentou 287%⁸. O defensor Bruno destacou as péssimas condições em que vivem os(as) encarcerados(as) nos espaços de reclusão, como a superlotação das celas, divisão de colchões entre os(as) internos(as), racionamento de água, pouca ventilação, e as equipes de saúde cumprem suas atividades em apenas um terço das unidades, o que propicia um alto risco de infecção pelo coronavírus.

A gestão da pandemia no cárcere tem sido um projeto necropolítico, ou seja, um projeto de deixar morrer, não produzir dados, trabalhar com a subnotificação e fazer com que esse genocídio que está acontecendo dentro dos presídios não se escreva sequer na memória coletiva da população, na medida em que sequer os exames estão sendo feitos. (BERTONI, 2020, n.p).

⁸ Disponível em: https://www.cnj.jus.br/covid-19-casos-entre-privados-de-liberdade-aumentam-287-em-90-dias/?utm_source=dlvr.it&utm_medium=facebook&utm_campaign=covid-19-casos-entre-privados-de-liberdade-aumentam-287-em-90-dias.

Borges (2019, p. 20) enfatiza um relevante mecanismo de configuração enraizado estruturalmente e que se reconfigura no sistema penal, tendo na necropolítica o fundamento dessa sociabilidade, a partir do conceito elaborado pelo sociólogo camaronês Achille Mbembe: o poder de ditar quem deve viver e quem deve morrer. É um poder de determinação sobre a vida e a morte ao desprover o *status* político dos sujeitos. A diminuição ao biológico desumaniza e abre espaço para todo tipo de arbitrariedade e inumanidade. Essa dinâmica nas particularidades nacionais é parte do “projeto genocida brasileiro” (FLAUSINA, 2008) e é fruto de um processo histórico, de correntes que escravizaram e que ainda escravizam através das amarras históricas, econômicas, sociais, político-ideológicas, culturais e simbólicas que servem para a manutenção dessa ordem, correntes essas que condicionam sujeitos ao cárcere.

Todo o quadro apontado revela o nível de exposição à qual é submetida essa população nos presídios sergipanos como particularidade do contexto nacional. Tal população, em um cenário de profunda crise sanitária, tem seus níveis de exposição e risco de morte amplificados pela propagação da pandemia, agravadas pelas condições em que subsistem as instituições prisionais, configurando-se, em verdade, como “depósitos dos indesejáveis” (WACQUANT, 2011, p. 123).

AS AÇÕES DE MITIGAÇÃO DA EXPANSÃO DA COVID-19 NOS PRESÍDIOS EM SERGIPE

Diante de todo o quadro exposto, cumpre problematizarmos: que medidas vêm sendo adotadas para minorar os efeitos da pandemia nos presídios sergipanos? Antes, porém, vale a pena situarmos o quadro geral da pandemia, em nível nacional. O país já se encontra na casa de mais de 185 mil mortes por Covid-19⁹, em mais ou menos 9 meses, e, ainda assim, amplia-se a flexibilização das medidas de distanciamento social, com a abertura do comércio e shopping como se tudo estivesse em normalidade? Se temos esse resultado, considerando um cenário de “sujeitos visíveis” – para as estatísticas, mídia e possibilidade de ação governamental –, então como se apresenta a situação das pessoas que se encontram em privação de liberdade, como é o caso do sistema prisional? Cumpre destacar a denúncia feita

⁹ Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/12/18/brasil-passa-de-185-mil-mortes-por-covid.html>. Acesso em 12 de dezembro de 2020.

junto à Organização das Nações Unidas (ONU) contra o governo Jair Bolsonaro em virtude da negligência do Estado brasileiro às questões de situação prisional¹⁰. Ainda que tenham poucas notificações, o número de mortes nos presídios chega a ser cinco vezes maior que no restante da população (CHADE, 2020). Ademais, o número de contaminação corresponde a um dado ainda subnotificado, se se levam em consideração os poucos testes realizados nesses locais, que atendem apenas 0,1% da população prisional (CHADE, 2020).

Conforme o Ministério da Saúde, no mês de março, Sergipe contava com 2.200 casos confirmados de Covid-19. No mesmo mês, no Complexo Penitenciário Dr. Manoel Carvalho Neto (Copemcan), toda a ala do pavilhão do presídio foi isolada após suspeita de contaminação de quatro presos(as) após uma visita. A Secretaria do Estado de Segurança Pública informou que, após esse caso, a diretoria estava pensando estratégias para conter o alastramento do vírus nos presídios (CONJUR, 2020).

De acordo com o site Conjur (2020)¹¹, o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF) do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe viabilizou a emissão de ofício aos(as) juizes(as) responsáveis pelas áreas criminais com o intuito de estes(as) realizarem uma avaliação em torno da prisão provisória ou definitiva dos(as) usuários(as) privados de liberdade maiores de 60 anos e gestantes como forma de prevenção ao coronavírus.

No final do mês de abril, de acordo com o site G1 (2020), a Sejuc confirmou o primeiro caso de Covid-19 no estado¹². E, ainda nesse mês, 99 internos(as) que faziam parte do "grupo de risco" foram liberados dos presídios em Sergipe. Essa medida foi adotada após a recomendação do CNJ nº 62¹³. Além disso, em virtude da restrição das visitas nos presídios

¹⁰ Conforme notícia divulgada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização dos Estados Americanos (OEA), receberam uma denúncia contra o governo de Jair Bolsonaro, acusado de estar negligenciando a situação da pandemia nas prisões e de liderar uma "política genocida". Para mais de 200 entidades que assinam a queixa formal, o alastramento da pandemia está acelerando o colapso nas prisões brasileiras (CHADE, 2020).

¹¹ Judiciário se mobiliza para prevenir Covid-19 em presídios. Consultor Jurídico. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-mar-26/judiciario-mobiliza-prevenir-covid-19-presidios>. Acesso em: 12 jun. 2020.

¹² Segundo a notícia, um jovem de 25 anos foi transferido para o Hospital de Urgência de Sergipe, ao retornar ficou isolado no pavilhão de triagem no presídio de Areia Branca para evitar aglomerações, mas necessitou retornar ao hospital, recebendo o atendimento necessário.

¹³ O Tribunal da Justiça de Sergipe informou que essa liberação não foi realizada de forma generalizada e sim, a partir da análise de cada caso pelo Juiz, levando em consideração não só os impactos inerentes à contaminação do vírus, mas também o risco de soltura do preso em relação às vítimas e testemunhas.

do estado, a Defensoria Pública do Estado de Sergipe recomendou a implementação do sistema virtual de comunicação entre os presos(as) e seus familiares.

No dia 6 de maio de 2020, conforme relata Rios (2020), em matéria do Jornal da Cidade, morreu, no Hospital de Urgência de Sergipe (Huse), Laio Hérico Campos dos Santos, de 32 anos, que estava custodiado no Complexo Penitenciário Antônio Jacinto Filho (Compajaf), sendo o registro do primeiro óbito por contaminação do Covid-19 no sistema prisional sergipano, segundo o mesmo jornal. Ainda na mesma matéria, a Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil em Sergipe (OAB/SE) solicitou um posicionamento à Sejudc em relação às medidas que estavam sendo tomadas nesses espaços, o número de encarcerados(as) e funcionários(as) que testaram positivo, casos suspeitos, isolamentos, estrutura de atendimentos, entrega de kit de higiene, comunicação virtual entre os usuários(as) e seus familiares, e as medidas sanitárias como forma de desinfetar as unidades que compõem o sistema prisional. Considerando a particularidade do sistema carcerário, revela-se importante a preocupação do presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/SE, Robson Barros, no impacto que a entrada do vírus nos presídios poderia causar no âmbito do sistema de saúde público, num período, aliás, cujo risco de colapso já estava no horizonte.

O site Justificando (2020) destaca o que o Plano Nacional de Saúde do Sistema Penitenciário estabelece para atendimentos daqueles(as) que estão em privação de liberdade: uma equipe para cada 500 presos. Conforme nota técnica 23/2020 de 5 de abril de 2020, emitida pela Coordenação de Saúde do Depen, subordinada ao Ministério da Justiça, em resposta à Recomendação 62 do CNJ, como ressalta o site Justificando (2020), dentro das unidades prisionais, os serviços de saúde não seriam precários, ao comparar com a população em geral. Entretanto,

[a] própria nota afirma que a “cobertura das equipes PNAISP não é homogênea em todo o país. Alguns estados possuem grande cobertura como Distrito Federal, Pernambuco e Mato Grosso do Sul, com 95%, 85,1% e 76% e estados como Amapá, Sergipe e Paraíba, com baixa cobertura, entre 0% e 2,6%” e faz a ressalva que “algumas secretarias de Administração Prisional possuem profissionais de saúde em seu quadro próprio e ainda Estados que ofertam os serviços de saúde nas unidades prisionais através de Organização Sociais”. (JUSTIFICANDO, 2020).

Como se observa, dentro dessa dinâmica não homogênea dos serviços de saúde nos diferentes estados, verifica-se o estado de Sergipe com baixa cobertura, situação que, num contexto de crise sanitária, torna-se alarmante. Além disso, a condição de atendimento em saúde não parece se constituir como um dado isolado, mas como parte da própria estrutura precária dos presídios no país, uma lógica que torna esses corpos “objetos” descartáveis, indignos de vida (D'ELLIA FILHO, 2015). De acordo com o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados em 2009, destacavam-se as seguintes informações a respeito da não existência da equipe médica de saúde de forma suficiente nesses espaços: dos cerca de 422.590 presos(as) existentes no Brasil (dezembro de 2007), aproximadamente 87.000, ou seja, apenas 20% (vinte por cento) se encontravam cobertos pelas Equipes de Saúde. (JUSTIFICANDO, 2020). O site Justificando (2020) mencionou o posicionamento por meio de uma entrevista do subprocurador-geral da República e coordenador da Câmara do Sistema Prisional, Domingos Sávio Dresch da Silveira, no dia 30 de março de 2020 à Folha de São Paulo:

'Aquilo que se entende por assistência [nos presídios] é, quando muito, um médico duas vezes por semana. Não é um pequeno hospital, uma enfermaria'. Ele diz que há casos em que uma unidade com 3.000 detentos é visitada por médico apenas duas vezes por semana, com capacidade para atender 15 pessoas por vez (...) Apesar da maior susceptibilidade às doenças, o acesso dos presos à assistência é bem pior, em termos proporcionais, que o do restante dos brasileiros [...]. (JUSTIFICANDO, 2020).

Na mesma reportagem, o professor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) Mário Scheffer destacou que: “Não tenho dúvida de que uma epidemia sem retaguarda [médica] vai dizimar parte da população carcerária, há risco de disseminação maior e, obviamente, vai ser” (JUSTIFICANDO, 2020). Considerando as dificuldades evidenciadas na afirmação dessa retaguarda, torna-se patente como o Estado brasileiro tem mobilizado sua política criminal, em que a população prisional se constitui como “vidas indignas” (D'ELIA FILHO, 2015).

No dia 5 de junho, conforme a notícia disponibilizada no site do Governo do Estado de Sergipe (2020), estavam sendo executadas diversas ações, como, por exemplo, orientação sobre a importância da frequente higienização das mãos, uso de álcool em gel, distribuição

de máscaras para evitar o contágio pelo vírus no sistema prisional sergipano, sendo adotadas as medidas previstas no plano de contingência. No mês de julho, o estado constatou 13 casos e um óbito no sistema prisional, resultantes da Covid-19.

Segundo o Departamento Penitenciário Nacional (Depen), foi realizada no estado de Sergipe no sistema prisional a suspensão total quanto às visitas. O mesmo órgão divulgou em seu site termos de recebimento de material de higiene para prevenção à contaminação pelo coronavírus no estado de Sergipe. Ainda de acordo com o Depen, desde o dia 20 de março de 2020 foram tomadas as seguintes medidas no sistema prisional sergipano: adoção de prisão domiciliar (que se enquadrem nas hipóteses concessivas legais); suspensão de visitas aos internos; triagem na entrada da unidade prisional; triagem na inclusão do interno; suspensão de atendimento de advogados, defensoria pública; elaboração de nota técnica; assepsia diária das celas; limitação/suspensão de transferências entre unidades da Federação; uso de tornozeleiras eletrônicas para presos(as) do semiaberto; isolamento de internos maiores de 60 anos ou com doenças crônicas; aumento do tempo diário do banho de sol; isolamento de sintomáticos em celas. O órgão disponibilizou as medidas concessivas adotadas pelo sistema prisional no estado a familiares/visitantes e presos(as) durante o período de suspensão das visitas.

De acordo com o Boletim Semanal - CNJ/Covid-19, até 30 de setembro de 2020, em Sergipe, contabilizava-se um total de 473 testes realizados, sendo identificados 224 casos de infecção no sistema prisional, além de dois óbitos registrados¹⁴. Por outro lado, no resultado de testagem divulgado pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), tem-se a informação da realização de 800 testes com a detecção de 448 casos de contaminação, ou seja, pouco mais da metade da população carcerária (56%)¹⁵ testou positiva para o vírus, dado que ilustra com "requisitos de crueldade" a pandêmica situação dessa população. Apesar das informações distintas entre as duas divulgações, o número de testes ainda se revela bem aquém do necessário, considerando o total de mais de 6.000 presos(as), incorrendo em um processo de preocupante subnotificação, dificultando o estabelecimento de um real panorama da situação,

¹⁴ Informação disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/10/Monitoramento-Semanal-Covid-19-Info_14out.pdf. Acesso em: 17 out. 2020.

¹⁵ Disponível em: <https://infonet.com.br/noticias/saude/covid-19-56-da-populacao-carceraria-de-sergipe-testaram-positivo/>. Acesso em: 17 out. 2020.

sobretudo diante da possibilidade de retomada das visitas e maior contato com familiares, expondo mais pessoas a essa situação.

Como destacamos, várias ações, sobretudo de caráter governamental, podem ter contribuído para diminuir um maior impacto da pandemia nos espaços prisionais. Entretanto, frente a um quadro de grande subnotificação, não dispomos ainda de uma real avaliação desse impacto, o que se mostra bastante preocupante. Além disso, todos os dados revelam a "pandemia perene" do próprio sistema prisional e a violação permanente de direitos em que se encontram os(as) internos(as) que ali estão. Foi possível identificarmos que a estrutura pela qual se assenta o sistema prisional em Sergipe, tal qual no restante do país, afirma-se como um mecanismo potencializador da expansão da Covid-19, o que acentua os riscos para os(as) internos(as). Mas vale destacarmos que antes esse mesmo cenário já facilitava o ingresso, expansão e letalidade de tantas outras doenças infectocontagiosas, assentando que tal sistema, em si, já se constitui um "risco" maior que a própria pena aplicada. Dessa incessante condição pandêmica, tem sido alvo a população negra, jovem e pobre, o que reafirma um controle estatal permanente sobre esses sujeitos; e esse é, como dissemos, o grande desafio ao repensarmos o sentido e a funcionalidade da prisão nessa sociabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o que foi abordado, é importante pensarmos nos aspectos que foram mencionados neste trabalho, na tentativa de provocar ao(a) leitor(a) reflexões sobre a situação das pessoas em privação de liberdade, com ênfase no sistema prisional, nesses tempos de pandemia e com todas as implicações dela decorrentes no aprofundamento da violação de direitos. Se antes mesmo já viviam sob péssimas condições, a tendência, diante das peculiaridades advindas de uma crise pandêmica, de escala planetária, é que essas condições se tornem ainda mais precárias e se aprofundem no sistema carcerário nesse período.

Se historicamente a situação nos presídios é comparada a um "terreno baldio" das políticas públicas, refletindo a desigualdade estrutural do capitalismo que se acirra nos marcos do projeto neoliberal, em que se verifica uma ampliação dos mecanismos de controle e gestão

da população excedentária ao processo de submissão direta à exploração do capital, é certo que no período da pandemia essas desigualdades se tornam ainda mais evidentes e, por outro lado, com maiores prejuízos àqueles(as) que são configurados como "invisíveis" ou "esquecidos", mas que, em verdade, constituem-se como sujeitos privilegiados da ação punitiva do Estado capitalista, incrementada em tempos de crise sistêmica.

É importante lembrar quem são essas pessoas sujeitas à "mão firme" do Estado: majoritariamente jovens, negros(as), com baixa escolaridade, pertencentes à classe explorada, que são os(as) mais "vulneráveis", "alvos privilegiados" do controle punitivo. Sendo assim, conforme indica Borges (2019, p. 19), é necessária [...] mais do que uma reforma no sistema de justiça criminal, mas total e estrutural transformação e reconstrução deste mecanismo ou, no caso das prisões, sua abolição. É fato que a pandemia acentuou as contradições dessa sociabilidade que se nutre pela desigualdade, reproduzida em expressões assimétricas de classe, gênero e raça, azeitada pelo recurso permanente à ação punitiva do aparelho estatal, contribuindo para um processo de violação sistemática de direitos. Mas o que esperar do pós-pandemia? O desafio será como superar tais desigualdades e, no que concerne ao objeto do presente artigo, desmistificar o caráter necessário e perene do cárcere, o que passa pela crítica radical dessa forma social e seus correlatos sistemas punitivos, inclusive a prisão.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Michelle. A nova segregação: racismo e encarceramento em massa. Tradução de Pedro Davoglio. Revisão técnica e notas de Silvio Luiz de Almeida. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ARAÚJO et al. Sistema Prisional Brasileiro, com ênfase no Estado de Sergipe: Problemas e observância ao Ordenamento Jurídico. Cadernos de Graduação Ciências Humanas e Sociais, Aracaju, v. 2, n. 2, 2014. Disponível em: periodicos.set.edu.br. Acesso em: 12 jun. 2020.

BERTONI, Estêvão. O avanço da covid-19 nas prisões. E a subnotificação dos casos. NEXO, 18 jun. 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/06/17/O-avan%C3%A7o-da-covid-19-nas-pris%C3%B5es.-E-a-subnotifica%C3%A7%C3%A3o-de-casos>. Acesso em: 22 jun. 2020.

BORGES, Juliana. Encarceramento em massa. São Paulo: Pólen, Coleção Feminismos Plurais, 2019.

BRASIL. Sejud. Lei nº 8.633 de 27 de dezembro de 2019. Disponível em: https://sejud.se.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Lei-8.633-19_alterar-atribui%C3%A7%C3%B5es-SEJUC.pdf. Acesso em: 12 jun. 2020.

BRASIL. Relatório Consolidado Nacional/2019. Sistema Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional (SISDEPEN), 2019.

BRASIL. Secretarias Estaduais de Saúde. Brasília, Distrito Federal: 2020. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 11 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça. Lei de Execuções Penais. Brasília, Distrito Federal: Senado Federal, 1984.

BRASIL. Ministério da Justiça. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. 2019. Disponível em: <http://dados.mj.gov.br/dataset/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias>. Acesso em: 11 set. 2020.

CHADE, Jamil. Denúncia na ONU: pandemia aprofunda política genocida do governo em prisões. UOL, 23 jun. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/06/23/denuncia-na-onu-pandemia-aprofunda-politica-genocida-do-governo-em-prisoas.htm>. Acesso em: 25 jun. 2020.

CONJUR. Judiciário se mobiliza para prevenir Covid-19 em presídios. Consultor Jurídico, 26 mar. 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-mar-26/judiciario-mobiliza-prevenir-covid-19-presidios>. Acesso em: 12 jun. 2020.

D'ELIA FILHO, Orlando Zaccone, Indignos de vida: a forma jurídica da política de extermínio de inimigos na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

DEPEN. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. Atualização - junho de 2017. MOURA, M. V. (Org.) Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Departamento Penitenciário Nacional, 2017.

DEPEN. Perfil da população carcerária do Brasil e estados. Brasília. Distrito Federal: Ministério da Justiça - Departamento Penitenciário Nacional, dez. 2019. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoib2ZlZWVmNzk0NjRiZi00MjNiLWZhYmYtNjExNmMyNmYxMjRkIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MwYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>. Acesso em: 11 set. 2020.

FBSP. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Brasília, 2019 [Internet]. Disponível em: <http://www.observatoriodeseguranca.org/download/13-anuariobrasileiro-de-seguranca-publica-2019>. Acesso em: 16 fev. 2020.

FERNANDES, Florestan. A Integração do Negro na Sociedade de Classes. Volume I. Ensaio de Interpretação Sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. Corpo negro caído no chão. O sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

G1 SERGIPE. 13 casos do novo coronavírus foram confirmados em internos do sistema prisional de Sergipe. G1, Sergipe, 3 jul. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2020/07/03/13-casos-do-novo-coronavirus-foram-confirmados-em-internos-do-sistema-prisional-de-sergipe.ghtml>. Acesso em: 22 jul. 2020.

JUSTIFICANDO. Superlotação do sistema carcerário e a pandemia do coronavírus. Justificando, 25 maio 2020. Disponível em: <https://www.justificando.com/2020/05/25/a-superlotacao-do-sistema-carcerario-e-a-pandemia-do-coronavirus/>. Acesso em: 29 maio 2020.

MARX, Karl. O Capital. Crítica da Economia Política. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. Cárcere e fábrica: as origens do sistema penitenciário (séculos XVI e XIX). 2ª reimpressão. Rio de Janeiro: Revan/ ICC, 2017.

MÉSZÁROS, István. Para além do capital: rumo a uma teoria de transição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

NASCIMENTO, Abdias. Democracia racial: mito ou realidade? 1977. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/democracia-racial-mito-ou-realidade/>. Acesso em: 15 set. 2020.

OAB/SE. Relatório: Sistema Prisional do Estado de Sergipe. 26 mar. 2018. Acesso em: 17 jul. 2020.

RIOS, Diego. Sistema prisional sergipano registra primeira morte por covid-19. Jornal da cidade, Sergipe, 14 maio 2020. Disponível em: <http://www.jornaldacidade.net/cidades/2020/05/317571/sistema-prisional-sergipano-registra-primeira-morte-por-covi.html>. Acesso em: 20 maio 2020.

SANTOS, Ruth. Conceição. Farias. Representações Sociais de Aprisionados (as) e Técnicos(as), sobre os Programas de Ressocialização (Atividades de Educação e Trabalho) no Sistema Prisional de Sergipe. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão, Sergipe, 2012. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/4661/1/RUTH_CONCEICAO_FARIAS_SANTOS.pdf. Acesso em: 11 jul. 2020.

WACQUANT, Loïc. As prisões da miséria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2011.

SERVIÇO SOCIAL E COVID-19: REFLEXÕES CRÍTICAS
SOCIAL WORK AND COVID-19: CRITICAL CONSIDERATIONS

Welison Matheus Fontes da Silva¹

Resumo: Este artigo objetiva refletir criticamente sobre a pandemia de COVID-19 no Brasil e o Serviço Social, sobretudo a partir da centralidade da atuação no âmbito da saúde, retomando, inclusive, o urgente e necessário debate da reforma sanitária. A introdução analisa a chegada do novo coronavírus ao Brasil sob a ótica da teoria social crítica. Em seguida, apresentamos os significados da pandemia, expondo o abandono de uma parte significativa da população, para logo depois, discutirmos as relações entre pandemia, "questão social" e o projeto ético político do Serviço Social. Os resultados nos mostram que há um inúmeras contribuições de autores do Serviço Social e também de outras áreas das Ciências Humanas que nos ajudam construir a percepção de que, apesar da epidemia do COVID-19 ser um fenômeno global, em função da brutal desigualdade brasileira, esta expõe desafios ainda maiores, por sua configuração a partir de contextos e espaços sociais diversos. Por isso, por fim, indicamos possíveis caminhos para o enfrentamento da crise a partir de uma agenda política.

Palavras-chave: Serviço Social. Pandemia. Saúde. Crise estrutural do capital.

Abstract: The aim of this paper is to discuss the COVID-19 pandemic in Brazil and Social Work, mainly from the centrality of the action on health, including the urgent and necessary debate on health reform. The introduction analyzes the arrival of the new coronavirus in Brazil from the perspective of critical social theory. Then, the current outcome of the pandemic is presented, showing the neglect suffered by a large part of the population. In addition, the relation between the pandemic, "social issue" and the ethical-political project of Social Work is discussed. The results show us that there are countless contributions from Social Work authors and also from other areas of Human Sciences that help us to build the perception that, despite the epidemic of COVID-19 being a global phenomenon, due to the brutal Brazilian inequality, it exposes even greater challenges, due to its configuration from different contexts and social spaces. Therefore, finally, we indicate possible strategies to fight this crisis from a political agenda.

Keywords: Social Work. Pandemic. Health. Structural crisis of capital.

¹ Assistente social. Graduação em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestrando em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social. Rio de Janeiro-RJ, Brasil. ORCID: 0000-0001-6431-2546. E-mail: fonteswelison@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Doenças infecciosas apresentam peculiaridades que as distinguem de outras doenças humanas, como o caráter explosivo e imprevisível em nível global, a transmissibilidade, a relação estreita com o ambiente e o comportamento humano e a capacidade de prevenção e erradicação (FAUCI & MORENS, 2012). De maneira desconcertante, a pandemia do novo coronavírus (SARS-Cov-2) impactou o Estado, os serviços de saúde e assistência social, a pesquisa científica e as próprias relações sociais. Diversos são os impactos por ela causados, em maior ou menor escala. Campeonatos esportivos e serviços paralisados, fechamentos de fronteiras e divisas, demissões de trabalhadores em massa, falta de prevenção para populações indígenas, aumento da violência doméstica, e, óbvio, milhares de vidas que foram ceifadas. Entretanto, ainda são muitos os desafios para a saúde pública global.

Identificado em Wuhan, na China, no dia 31 de dezembro do último ano, foi apenas em março de 2020 que a Organização Mundial da Saúde (OMS) definiu o surto da doença como pandemia (BBC, 2020a). Poucos dias depois foi confirmada a primeira morte no Brasil, em São Paulo (ESTADÃO, 2020). No mesmo mês, o Senado aprovou o Decreto nº 6/2020 que reconhece a ocorrência do estado de calamidade pública em função da pandemia do novo coronavírus, exigindo um comprometimento substancial da capacidade de resposta do poder público (BRASIL, 2020).

Entretanto, a COVID-19 chega ao Brasil em meio a uma histórica desigualdade social e anos de constante precarização do SUS (MATOS, 2020), que desde o seu nascedouro, na Constituição Federal de 1988, vem vivendo imensos boicotes: desfinanciamento público, sistemática alteração do seu modelo de gestão para perspectivas privatizantes, avanço do setor privado criando uma ideologia da impossibilidade da assistência pública à saúde de qualidade, que tiram de cena a importância da defesa do SUS por amplos segmentos da sociedade (MATOS, 2014; BRAVO et al, 2015).

Depara-se, ainda, o novo coronavírus, nessa chegada, com os resultados das reformas econômicas neoliberais, que provocam desemprego, subemprego, ausência de moradia, de

abastecimento de água e de saneamento básico² (BBC, 2020b). Ao mesmo tempo, órgãos de saúde pública recomendam medidas de proteção contra a proliferação do vírus que se mantêm distintas da realidade experimentada por grande parte das classes trabalhadoras, na medida em que não são acompanhadas de medidas substanciais. Por isso é preciso urgentemente tratar a pandemia do coronavírus como uma questão relacionada à exploração e à opressão social.

A gravidade e a profundidade da crise mundial da COVID-19 não estão desvinculadas do contexto histórico e político do desenvolvimento capitalista, que, com medidas ultraliberais, vem empreendendo ataques brutais à classe trabalhadora e a seus direitos, repercutindo nas condições de vida da enorme maioria da população, demonstrando a ineficiência da economia de "livre mercado" para forjar períodos mais longos de estabilidade social.

É nesse contexto que o Serviço Social, como uma profissão socialmente determinada no interior da divisão sociotécnica do trabalho, encontra espaço para propor reflexões e possíveis caminhos para enfrentar a pandemia de COVID-19. Busca-se, através deste artigo, refletir sobre desafios futuros e promover uma unidade entre o Serviço Social como profissão e área de conhecimento voltada para a intervenção direta na realidade, ampliando sua dimensão intelectual, construindo uma massa crítica de conhecimentos, que se contrapõe à hegemonia dominante (MOTA, 2013). O momento exige a capacidade de irmos além do aparente e do simplismo de possíveis polarizações, instiga-nos a partir de parâmetros que nos orientem para uma direção política fundamentada nos princípios éticos da profissão. Nesse sentido, nossas análises tomam como referência o patamar da luta de classes em tempos de pandemia, questionando os elementos que impactam os interesses da classe trabalhadora, sob a ótica da teoria social crítica.

SIGNIFICADOS DA COVID-19

² A Defensoria Pública do Rio de Janeiro entregou à Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE) um relatório com pelo menos 475 denúncias recebidas de falta d'água. Dessa, 397 são de falta d'água rotineira. As cinco favelas que mais enviaram denúncias foram: Tabajaras (93 registros), Rocinha (27), Complexo do Alemão (11), Maré (8) e Fallet (8). No Brasil, segundo o IBGE, cerca de 18,4 milhões de brasileiros não recebem água encanada diariamente (G1, 2020a).

Compreender os significados que permeiam a discussão sobre o novo coronavírus exige algumas definições básicas. A primeira delas é o conceito de epidemia. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), epidemia é a ocorrência de casos de doenças, comportamento específico associado com a saúde, ou eventos relacionados com a saúde além do que seria esperado. Já uma pandemia se dá a partir da ocorrência de uma epidemia em ampla área geográfica - vários países ou continentes -, cobrindo uma grande proporção da população.

Há grande relevância, tanto em análises históricas quanto contemporâneas das pandemias, do papel da circulação internacional na transmissão das doenças, isto é, tanto o comércio internacional - do mercantilismo à sua versão atual globalizada - quanto a circulação de pessoas - desde os períodos da Expansão Europeia até a versão contemporânea do turismo - são altamente correlacionados com a ocorrência de pandemias (RIOS-NETO, 2007 p.18).

É nesse contexto que se insere o atual surto de coronavírus, causador da COVID-19 que, desde o início do ano de 2020, se espalhou rapidamente em várias regiões do mundo, com diferentes impactos. Três dos sintomas do novo coronavírus são apontados de forma unânime: febre, tosse e pelo menos um sinal ou sintoma respiratório. Mas não são os únicos. Há casos em que se detectaram perda do paladar e olfato (anosmia), diarreia (EL PAÍS, 2020a), além de outras manifestações cutâneas (EL PAÍS, 2020b). A febre pode não estar presente, por exemplo, em pacientes jovens, idosos e imunossuprimidos ou que em algumas situações possam ter utilizado medicamento antitérmico. A atividade preventiva baseia-se na detecção precoce e no isolamento dos casos, uma vez que o vírus parece se difundir por pequenas gotas produzidas quando uma pessoa infectada tosse ou espirra. Recomenda-se também à população adotar hábitos de higiene preventiva como lavar as mãos com água e sabão várias vezes ao dia, fazer uso do álcool em gel a 70% e não compartilhar objetos de uso pessoal (BRASIL, 2020b).

Embora a escala de letalidade do coronavírus seja relativamente baixa, sua difusão é elevada, tendo sido rápida dentro da China e no exterior. Até o fechamento desse artigo, no dia 15 de outubro de 2020, o Estado Maarastra na Índia era um dos locais mais afetados em todo o mundo, segundo números oficiais. Na ordem, os países com mais casos confirmados até o momento eram: EUA, Índia, Brasil, Rússia, Argentina, Colômbia, Espanha, Peru, França, México, África do Sul e Reino Unido. Acredita-se que os dados não refletem exatamente a

realidade, pois em muitos países não há número suficiente de profissionais, bem como de materiais necessários para realizar a testagem e a análise apurada da relação entre os sintomas e a causa da morte. De acordo com a John Hopkins University, até a mesma data mencionada, tivemos um total acumulado de quase 39 milhões de casos confirmados e mais de 1 milhão de óbitos causados pelo novo coronavírus no mundo. O Brasil constrói a própria catástrofe na pandemia, os números oficiais do Ministério da Saúde apontam que tivemos mais de 5 milhões casos confirmados e quase 153 mil óbitos. Esses dados colocam o país como o epicentro da COVID-19 na América Latina. Um estudo realizado pela Imperial College (MELLAN et al. 2020), publicado em 8 de maio de 2020, estimava que, na verdade, já havia, em média, 4,2 milhões de infectados no Brasil nos primeiros meses que a epidemia se alastrava pelo país, dentre os 16 estados que fizeram parte do estudo. Esses dados expõem o grave problema acerca de subnotificações no país, uma lacuna de informação pública.

Essas informações preliminares são relevantes para pensar o impacto do coronavírus na vida como um todo. O debate sobre a pandemia não envolve somente a área da saúde e o campo científico, mas também interesses e disputas na política e na economia (AGAMBEN et al., 2020). Para Demier (2020), a interrupção do trabalho, causada por um vírus, fez cair o véu da naturalidade do seu funcionamento, mostrando que o trabalho, a sociabilidade burguesa, a submissão da vida à acumulação capitalista, são movidos à política, e que só pela política, portanto, podem ser parados. Se a política sempre esteve presente, como lembrou o dramaturgo alemão Bertolt Brecht quanto ao preço do pão e do leite, agora ela está também nos impactos causados por uma relação entre a espécie humana e as demais espécies vivas, animais ou não, com alterações biológicas possíveis para tornarem-se zoonoses emergentes e reemergentes.

Se essa pandemia tem causado grandes efeitos na vida de todos, sobram evidências que é a população mais pobre que está mais sujeita aos impactos da crise econômica e de saúde pública. Segundo pesquisa publicada na revista *The Lancet* (LOPEZ, A.D. et al., 2006), dados de outras pandemias sugerem que as taxas de mortalidade foram até trinta vezes maiores em regiões mais pobres³. Esses dados corroboram com a pandemia de 2009 do H1N1:

³ Pesquisa realizada por Bertolli Filho (2003) traçou o perfil patológico da cidade de São Paulo durante a gripe espanhola em 1918, relacionando-o com a realidade particular de cada grupo distrital. O resultado mostrou que a distribuição dos óbitos por doenças infectocontagiosas estava diretamente relacionada à condição

Simonsen et al. (2013) apontam uma taxa de mortalidade 20 vezes maior em países da América do Sul do que na Europa, por exemplo. Tudo indica que os países com a menor dotação de recursos para enfrentar a crise atual sofrerão os efeitos mais devastadores da pandemia, sobretudo se levarmos em conta a enorme fuga de capitais para países ricos em meio à alegada incerteza nos mercados financeiros globais.

Assim, o Brasil tem um enorme desafio frente ao combate do novo coronavírus, sobretudo nas favelas, onde moram 13,6 milhões de pessoas (Data Favela e Locomotiva) de uma população total de aproximadamente 211 milhões de habitantes (IBGE). Pesquisa do Data Favela (2020) aponta que, sem ações específicas, 86% dos moradores de favelas vão passar fome por causa da pandemia, logo, não há dúvidas de que os maiores efeitos da COVID-19 estarão entre os mais pobres (EL PAÍS, 2020c). São os que não têm casas compatíveis com o distanciamento; os que têm sido obrigados por patrões a trabalhar; os que foram demitidos; os que mais se encontram na informalidade, e já não conseguem trabalhar. Isso quer dizer que, em parte dos casos, são o aumento da desigualdade e da pobreza extrema, nos últimos anos, causado pelas políticas neoliberais (como a monstruosidade da PEC-95, que estabelece limite para gastos públicos), e a falta de investimento em saneamento e moradia digna, fatores que tornam ainda mais difícil enfrentar esse dramático momento atual.

As mortes provocadas pelo novo coronavírus no Brasil também estabelecem relação direta com a questão racial. Nos primeiros dados divulgados pelo Ministério da Saúde, a letalidade entre pretos e pardos chega a 1 em cada 3 entre os mortos por COVID-19 (32,8%). Segundo a Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, 67% dos brasileiros que dependem exclusivamente do SUS são negros, que também são maioria dos pacientes com diabetes, tuberculose, hipertensão e doenças renais crônicas no país - todos considerados agravantes para o desenvolvimento de quadros mais graves da COVID-19 (G1, 2020b). A política de contenção social dessa população, que sempre operou com elevada letalidade policial, agora também conta com a atuação do vírus. Quando for desenhado o mapa da letalidade do novo coronavírus na região metropolitana do Rio de Janeiro, provavelmente ele

socioeconômica de cada grupo social e à infraestrutura própria de cada área ocupada pelos diferentes estratos sociais do município. Ao comparar os coeficientes de mortalidade dos distritos centrais com os dos periféricos, verificou-se que a gripe ceifou mais vidas entre pobres e desamparados, justamente aqueles que habitavam as áreas mais insalubres da capital paulista.

coincidirá com o da morte violenta nas áreas de conflagração social e violência policial, como Zonas Norte, Oeste e Baixada Fluminense.

Sendo assim, é fundamental um olhar crítico, da categoria de assistentes sociais, para esse contexto de pandemia, em que a viabilização do acesso a direitos sociais e previdenciários é urgente e imperiosa. É um compromisso ético a atuação em contextos de calamidades públicas, e por se tratar de uma situação inédita, é necessário analisar quais possíveis contribuições estão em acordo com os ideais de emancipação, na perspectiva de atender às reais necessidades e aos interesses da classe trabalhadora, dentro de uma atuação crítica em consonância com o projeto ético político.

COVID-19 COMO “QUESTÃO SOCIAL” E O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

Uma das consequências do atual modelo de acumulação capitalista, com todos os seus nefastos desdobramentos, é o ressurgimento de ciclos epidêmicos, tanto de conhecidas enfermidades, como sarampo e dengue, quanto o aparecimento de novas morbidades, como o novo coronavírus⁴. Alguns dos impactos já observados, assim como o acirramento da crise em nosso sistema público de saúde, expõem de forma pungente as fraturas da “questão social”. A COVID-19 é um dos muitos desafios que o Serviço Social irá enfrentar em direção ao futuro.

O Serviço Social, como já mencionado anteriormente, é profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, e realiza sua ação profissional no âmbito das políticas socioassistenciais, tanto na esfera pública quanto na privada, embora majoritariamente em organismos de natureza estatal. O mercado de trabalho para assistentes sociais tem tradicionalmente o Estado como seu maior empregador (ALMEIDA; ALENCAR, 2015, p.167), tendo em vista a tendência de generalização do caráter público da intervenção sobre a “questão social” no Brasil. Dentre as principais áreas de atuação de assistentes sociais destaca-se a

⁴ O ecólogo Dr. David Montenegro Capola, da Universidade Estadual de Campinas, alerta que a Amazônia, inclusive, tende a ser “maior repositório de coronavírus do mundo” e que a intervenção humana, em detrimento de evidentes interesses econômicos na floresta, pode gerar desequilíbrio ecológico e disseminar novas doenças (UOL, 2020b). O padrão de consumo e acumulação capitalista contemporâneos tendem a destruir em ritmo alucinante as ainda férteis reservas naturais (minérios, madeira, alimentos etc.) disponíveis no planeta.

saúde, com forte presença de assistentes sociais, além da assistência social, previdência social, habitação, educação e campo sociojurídico.

O trabalho realizado por assistentes sociais em diferentes contextos institucionais se apoia numa base comum que é acionada a partir do acervo teórico-metodológico e ético-político que dá suporte à formação e ao exercício profissional. O Serviço Social atua na área das relações sociais, mas sua especificidade deve ser buscada nos objetivos profissionais, tendo estes que serem adequadamente formulados guardando estreita relação com o objeto das ações (JOSÉ FILHO, 2002, p.56). É a partir dessa formulação dos objetivos que se garante, em parte, a especificidade de uma profissão, que demanda, também, um corpo de conhecimentos teóricos, métodos de investigação e intervenção e um sistema de valores e concepções ideológicas. Sendo assim, o Serviço Social é uma prática, um processo de atuação que se alimenta por uma teoria e volta à prática para transformá-la, um contínuo ir e vir iniciado na prática dos sujeitos face aos desafios de sua realidade.

A teoria social crítica de Marx possibilitou ao Serviço Social uma leitura dialética da realidade social, que possibilita a apreensão das mediações necessárias para uma análise em uma perspectiva de totalidade. É a partir desse aporte que a profissão foi construindo seu projeto ético-político que possibilita uma nova perspectiva em sua dimensão interventiva, que culminou em um conjunto de leis e de regulamentações que dão sustentabilidade institucional e/ou legal ao projeto de profissão⁵, assim como:

- a) o Novo Código de Ética Profissional de 1993; b) a nova Lei de Regulamentação da Profissão em 1993; c) as Diretrizes Curriculares dos cursos de Serviço Social em 1996; d) as legislações sociais que referenciam o exercício profissional e vinculam-se à garantia de direitos como: o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA de 1990, a Lei Orgânica da Assistência Social - Loas de 1993, a Lei Orgânica da Saúde em 1990 (GUERRA, 2007, p.37).

No que refere à defesa do projeto ético-político, é evidente seu antagonismo em relação à ofensiva neoliberal que se desenha desde a década de 1990, aprofundando as consequências da lógica capitalista excludente e destrutiva, desenhadas no modelo de

⁵ "Os projetos profissionais apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas (entre estas, também e destacadamente com o Estado, ao qual coube, historicamente, o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais)" (NETTO, 2000, p.95).

globalização neoliberal. Os efeitos dessas políticas neoliberais são representados pela precarização e subalternização do trabalho à ordem do mercado, pela desmontagem dos direitos sociais, civis e econômicos, que contribui para a eliminação da estrutura e responsabilidade do Estado em face da “questão social”, aumentando a privatização, terceirização⁶ - até quarteirização e quinteirização dos serviços⁷ (ANDREAZZI & BRAVO, 2014, p.507) - dos serviços públicos e de empresas estatais. Esses resultados atingem diretamente a classe trabalhadora, incluindo profissionais de Serviço Social, enquanto trabalhadores assalariados e viabilizadores de direitos sociais (PIANA, 2009, p.99).

Na medida em que o poder público deixa de assumir o papel de executor das políticas públicas para tornar-se regulador, quem se torna vulnerável, entre outras condições, a riscos e incertezas, à distribuição desigual da informação sobre a qualidade da assistência, à existência de barreiras no acesso e às chamadas “externalidades”, é o próprio usuário da política pública (OCKÉ-REIS, ANDREAZZI & SILVEIRA, 2005), como tem ocorrido com a privatização da gestão do sistema municipal de saúde por meio de “Novos Modelos de Gestão” (Organizações Sociais, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, Parcerias Público-privadas e Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, entre outros), debate que vem sendo realizado por diversos autores da área, como Cislaghi (2010), Contreras e Matta (2015), Correia (2011), Montañó (2002), Pilotto e Junqueira (2017), entre outros.

Nesse sentido, é preciso retomar o debate sobre os princípios da Reforma Sanitária, como meio de tentar superar os problemas atuais do Sistema Único de Saúde e da crise sanitária atual. Conforme apontam Pilotto e Junqueira (2017), mais do que nunca é necessário repolitizar o debate no campo sanitário e retomar a exigência do financiamento integral da atenção à saúde, pois o que se observou foi que a gestão por Organizações Sociais acentuou

⁶ A terceirização é uma estratégia de maximização de lucros, na esfera privada e de uso da lógica empresarial na pública, na medida em que reduz custos, intensifica a produtividade, desresponsabiliza a empresa de danos à saúde do trabalhador, além de impor a cizânia entre os trabalhadores, permitindo a execução de tarefas iguais por duas “categorias” de trabalhador, com direitos diferentes.

⁷ Quarteirização e quinteirização, em vias mais explícitas, consistem em uma quarta e até quinta empresa administradora de todas as parceiras terceirizadas. Na prática, o resultado é o aumento, ainda maior, da precarização do trabalhador, através de salários mais baixos, insegurança jurídica e piores condições de trabalho.

problemas já presentes na esfera pública, como casos frequentes de corrupção e uso da esfera pública para benefício privado, como apontam as reportagens do G1 (2015), Leme (2012) e Santa et al. (2012), ficando longe de avançar para um sistema de saúde tal como descrito e previsto na Constituição de 1988, com acesso universal, atendimento integral e, especialmente, com políticas de prevenção de agravos e promoção da saúde. Nesse sentido, é preciso continuar a ir contra o desmonte das políticas sociais no âmbito da saúde, como a descaracterização cada vez maior do SUS, e em outras áreas, como educação e previdência social.

O debate sobre o papel do Estado para a garantia da vida, nesse contexto de pandemia, torna-se primordial, pois sem políticas públicas não há condições concretas de proteção. Cabe a assistentes sociais promoverem reflexões e ações a partir do modo de produção vigente e da crise na qual se encontram, já que esta realidade ultrapassa muito a calamidade pública causada pelo vírus: remete à lógica de produção e reprodução da vida no sistema capitalista e à necessidade urgente de repensarmos o caminho que está sendo trilhado nesta sociabilidade. É evidente que, como parte do conjunto de trabalhadores, assistentes sociais não se encontram imunes às frágeis condições de trabalho, incluindo vínculos precários, falta de autonomia e escassez de recursos, que têm sido alvos de preocupação e debate dentro da categoria nas últimas décadas. A pandemia torna explícita a precariedade na qual trabalhadores e políticas sociais estão inseridos⁸. O lucro não pode se encontrar acima da vida humana, determinando as condições em que vivemos.

REFLEXÕES E POSSÍVEIS CAMINHOS PARA O ENFRENTAMENTO DA CRISE DE COVID-19

Uma epidemia, entendida como fenômeno social, segundo Rosenberg (1995), mobiliza comunidades a revelar comportamentos que incorporam e reafirmam valores sociais e modos de compreensão do evento. Seu caráter público e sua intensidade dramática fazem com que as epidemias, antigas e modernas, constituam-se em um espaço de entendimento das relações entre ideologia, estrutura social e construção de respostas ao fenômeno. Podemos dizer que

⁸ Noticiou-se que 6,7% dos 64,7 mil profissionais de saúde foram afetados, até o dia 7 de maio de 2020, pelo novo coronavírus, obrigando-lhes a se afastarem para tratamento (UOL, 2020).

é cedo para tecer considerações definitivas sobre a pandemia do novo coronavírus. Entretanto, é possível observar tendências a partir de análises politicamente comprometidas.

A chegada da COVID-19 ocorre sob um cenário de reconfiguração do capitalismo e de aprofundamento do neoliberalismo, que traz consigo alguns eixos principais para sua manutenção, tais como: a transformação das relações de trabalho, o acirramento da mercantilização a partir da expropriação primária e secundária, o aprofundamento da divisão racial, sexual e internacional do trabalho, o aumento da jornada, intensidade e produtividade do trabalho, o reforço do papel protagônico do capital fictício, a espoliação dos recursos naturais, o acirramento da disputa hegemônica e da corrida armamentista e a ascensão do neofascismo e do ultraconservadorismo (PASSOS, 2020, p. 25). Para Davis (2020), o sistema econômico capitalista torna este cenário muito pior, pois não houve um apresto para atender pessoas e suas necessidades, especialmente em um momento em que o mercado mostra sua verdadeira face.

A falta de investimento nas áreas de educação e ciência é outro elemento que se faz latente e que escancara o quão danosos são os ataques a estas áreas que, na realidade, têm por detrás uma política de manutenção das relações sociais de exploração. É importante ressaltar que as consequências da pandemia do novo coronavírus não serão interpretadas e compreendidas se, além da dimensão biológica, não houver um rigoroso exame dos diferentes grupos sociais. Neste sentido, o caráter interdisciplinar desse objeto demanda uma integração no plano do conhecimento de profissionais com múltiplas formações, incluindo as ciências sociais e humanas. Com base em análises incompletas, imprecisas ou, até mesmo, equivocadas, o Estado brasileiro não terá condições de formular políticas públicas e implementar ações que sejam capazes de mitigar e reparar os danos provocados por esta pandemia e por outras que a face contemporânea e extrema da sociabilidade capitalista tendem a gerar.

Diante dessa conjuntura e por conta dessa herança histórica de precarização e fragmentação dos serviços de saúde, estamos, hoje, diante do risco eminente e concreto de não ter onde colocar, quem ou como tratar os doentes. Entretanto, é crucial destacar que o Brasil é um dos únicos países de extensão continental que têm um sistema integral para o país como um todo. Esse sistema foi resultado de uma luta de décadas, de profissionais da saúde, estudantes e outros movimentos sociais, que se colocavam contra a forma privatista de saúde, que impossibilitava o acesso à maioria das pessoas, por colocar a saúde como mercadoria, em um momento político obscurantista do país, a ditadura militar, que também

escondia e maquiava epidemias com as quais a população convivia⁹. Fato é que, desde a constituição do Sistema Único de Saúde, houve a abertura de portas à iniciativa privada, permitindo o subfinanciamento e, conseqüentemente, sucateamento, que têm como alvo real não a garantia da saúde da população brasileira como um todo, mas sim a manutenção do lucro dos grandes monopólios da saúde, que é obtido com o adoecimento e a morte das pessoas.

Mais do que nunca, devemos defender a saúde como direito de todas as pessoas e dever do Estado, quiçá precisamos avançar para a defesa de uma verdadeira infraestrutura de saúde pública internacional, cujas premissas e condições básicas de atendimento, prevenção e promoção à saúde se deem em nível mundial. Essa infraestrutura, de acordo com Davis (2020), não existirá enquanto houver a manutenção do poder da indústria farmacêutica, que só favorece grandes laboratórios, e dos cuidados de saúde com fins lucrativos. A partir de uma análise marxista, é possível perceber que os problemas mundiais de saúde nada mais são que uma consequência de um sistema falido que tende a subjugar, por meio da exploração, a maior parcela da população mundial à gana de uma classe que coloca no âmbito privado tudo o que é produzido pela outra parcela.

A atuação de assistentes sociais é essencial para enfrentar a crise da COVID-19, pois sabemos que, no conjunto das atribuições e competências profissionais, possuem a capacidade de elaborar projetos, avaliar políticas públicas, enfim, interferir na dinâmica das relações sociais. Segundo Moreira (2020, p.54), como profissional crítico e competente, ao atuar nas equipes multidisciplinares, assistentes sociais podem imprimir um novo sentido à história, ao fazerem escolhas éticas consonantes com as diretrizes da formação profissional em Serviço Social.

Compreende-se, assim, que cabe ao Serviço Social - numa ação articulada com outros segmentos que defendem o SUS - formular estratégias que busquem reforçar ou criar experiências nos serviços de saúde que efetivem o direito social à saúde, atentando que o trabalho de assistentes sociais na saúde requer uma articulação entre o projeto ético-político profissional e o projeto da Reforma Sanitária (MATOS, 2003). Destaca-se ainda, o processo

⁹ A epidemia de meningite surgida em São Paulo na década de 1970, época da ditadura, nos faz refletir o quanto a saúde está relacionada e até dependente de fatores externos importantes, como a política. Na época, "a doença foi considerada questão de segurança nacional e os meios de comunicação colocados sob censura", pois o Brasil vivia a época do "milagre econômico" e a divulgação de uma epidemia não ia ser bem vista. (SCHNEIDER, C. et al., 2015)

de trabalho de assistentes sociais em sua dimensão educativa nesse contexto de pandemia, pois desenvolve ações que incidem sobre comportamentos e atitudes da população, tendo na linguagem seu principal instrumento privilegiado. Isso lhe permite trabalhar nas expressões concretas das relações sociais, no cotidiano da vida dos sujeitos e faz com que disponha de relativa autonomia na condução do exercício de suas funções institucionais (IAMAMOTO, 2007).

Por fim, não existem fórmulas prontas para o enfrentamento da crise causada pelo novo coronavírus e nem há como partir somente de uma categoria profissional as respostas para tal. Todavia, não devemos nos acuar frente a obstáculos que se apresentam na atualidade e nem desconsiderar que há um leque de intervenções a serem desenvolvidas por profissionais de Serviço Social. Nesse sentido, têm sido construídas reflexões e propostas, em termos de referenciais e de lutas para nortear possíveis caminhos e ações que constituem uma agenda política, procurando articular o enfrentamento da crise do novo coronavírus à construção de um novo projeto societário. Como síntese das *propostas para a defesa da vida e de direitos sociais*¹⁰ ressalta-se:

- Revogação da Emenda Constitucional 95, que constitucionaliza o ajuste fiscal e estabelece um teto para gasto com as políticas públicas;
- Imediata auditoria e suspensão do pagamento da dívida pública;
- Destinação de crescentes parcelas do fundo público às políticas sociais, em especial à concepção de Seguridade Social, formulada no bojo da luta protagonizada pelo Movimento de Reforma Sanitária;
- Sistema de Saúde público, 100% estatal, universal e de qualidade, sob a administração direta do Estado e contra toda forma de privatização da saúde;
- Ampliação e viabilização do acesso ao seguro desemprego, ampliando a quantidade de parcelas durante a pandemia.
- Liberação da fila do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), garantindo a liberação de aposentadorias, auxílio-doença, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e demais direitos previdenciários paralisados.

¹⁰ O livro lançado pela Escola de Serviço Social da UFRJ (MOREIRA et al., 2020) é um chamado à reflexão de nossas ações e inações frente à *fetichização de mercado*, além do mais, serve para que, uma vez passada essa crise, parafraseando Mauro Iasi, possamos avançar para que nossas casas sejam habitadas novamente por seres humanos que reaprenderam a valorizar o que é realmente importante.

- Política de assistência permanente através de um abrangente programa de renda mínima.
- Garantia de estabilidade para todos(as) os(as) trabalhadores(as) no período da crise.
- Recomposição, por meio de concurso público, dos quadros de servidores em todas as esferas públicas, assim como reajustes salariais dignos e política de valorização do servidor público, isonomia salarial, estabilidade no trabalho e Planos de Cargos, Carreiras e Salários bem como melhorias das condições de trabalho e contra todas as formas de precarização.
- Defesa intransigente da educação, da ciência, da pesquisa e da universidade pública e gratuita.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, G. et al. Sopa de Wuhan: pensamiento contemporáneo en tiempo de pandemias. Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio (ASPO), 1ª edición: p. 188, Marzo 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/2ToZJcx>> Acesso: 14/mai/2020.

ALMEIDA, N. L. T., ALENCAR, M. M. T., Serviço Social e trabalho: particularidades do trabalho do assistente social na esfera pública estatal brasileira. O Social em Questão – Ano XVIII – no 34, p. 161–180, 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2zjQ5kD>> Acesso: 14/mai/2020.

ANDREAZZI, M. F. S.; BRAVO, M. I. S. Privatização da gestão e Organizações Sociais na atenção à saúde. Trabalho, educação e saúde, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 499–518, 2014.

BBC. O que é pandemia e o que muda com declaração da OMS sobre o novo coronavírus. *Brasil*. Publicada em 11 de março de 2020a. Disponível em: <<https://bbc.in/3cUnNvy>> Acesso: 14/mai/2020.

..... Coronavírus: Sem plano do governo para favelas, moradores e organizações se juntam para controlar contágio. BBC News Brasil: Luiza Franco, São Paulo. Publicada em 29 de março de 2020b. <<https://bbc.in/2zgyYQG>> Acesso: 14/mai/2020.

BERTOLLI FILHO, C. A gripe espanhola em São Paulo, 1918: epidemia e sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 393, 2003.

BRASIL. Decreto legislativo no. 6, de 2020. Atividade Legislativa. Legislação. Publicado em 20 de março de 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/2LN5nkw>> Acesso: 04/mai/2020.

..... Boletim epidemiológico. COE COVID-19. Publicado em 04 de março de 2020b. <<https://bit.ly/3giG3Rw>> Acesso: 04/mai/2020.

BRAVO, M. I. S. et al (Orgs.). A mercantilização da saúde em debate: as Organizações Sociais no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2TqhZ5h>> Acesso: 14/mai/2020.

BRETTAS, T. Defender a vida é preciso, a economia não. In: MOREIRA, E. et al. (Org.) Em tempos de pandemia: propostas para defesa da vida e de direitos sociais - Rio de Janeiro: UFRJ, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, 155 p., 2020. Versão on-line. Disponível em: <<https://bit.ly/2LN6yQY>> Acesso: 14/mai/2020.

DAVIS, M. A crise do coronavírus é um monstro alimentado pelo capitalismo. In: DAVIS, M. et al. (Org.) Coronavírus e a luta de classes. Terra sem Amos: Brasil, 2020. Versão on-line. Disponível em: <<https://bit.ly/2ypGd8A>> Acesso: 20/mai/2020.

DEMIER, F. Onde você vai estar quando isso passar?. Esquerda Online. Publicado em: 04 de abril 2020. <<https://bit.ly/2Xev9n3>> Acesso: 17/mai/2020.

EL PAÍS. Diarreia, dor de cabeça e perda do olfato, os sintomas ocultos do coronavírus. Sociedade. Publicado em 20 de abril de 2020a. <<https://bit.ly/3e5upaw>> Acesso: 04/mai/2020.

..... As cinco manifestações do coronavírus na pele. Sociedade. Publicado em 30 de abril de 2020b. <<https://bit.ly/36pbmWg>> Acesso: 04/mai/2020.

..... Sem ações específicas, 86% dos moradores de favelas vão passar fome por causa do coronavírus. Sociedade. Publicado em 28 de março de 2020c. <<https://bit.ly/3cW1HsM>> Acesso: 04/mai/2020.

ESTADÃO. Brasil registra primeira morte pelo novo coronavírus em SP; País tem 290 casos confirmados. Saúde: Bruno Ribeiro e Fabiana Cambricoli, O Estado de S. Paulo. Publicado em 17 de março de 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3bQmmNa>> Acesso: 14/mai/2020.

FAUCI, A.S., MORENS D.M., The perpetual challenge of infectious diseases. The New England Journal of Medicine. v. 366, n.5, p.454-461, February 2012.

G1. Cerca de 18,4 milhões de brasileiros não recebem água encanada diariamente, aponta IBGE. Economia: Daniel Silveira, G1. Rio de Janeiro, Brasil. Publicado em 6 de maio de 2020a. Disponível em: <<https://glo.bo/2WRIW5g>> Acesso: 14/mai/2020.

..... Coronavírus é mais letal entre negros no Brasil, apontam dados do Ministério da Saúde. Bem-estar. Coronavírus. Publicado em 11 de abril de 2020b. <<https://glo.bo/2LLG9D4>> Acesso: 04/mai/2020.

..... Desvios da Saúde no MA passam de R\$1 bilhão, afirma delegado da PF. Maranhão, Brasil. Publicado em 17 de novembro de 2015. Disponível em: <<https://glo.bo/2TqnHUD>> Acesso: 14/mai/2020.

GUERRA, Y. O projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano 28, n.91, p.5-33, set. 2007.

IAMAMOTO, M. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

JOSÉ FILHO, Pe. M. A família como espaço privilegiado para a construção da cidadania. Franca: Unesp - FHDSS, 2002, 158 p. (Dissertações e Teses, n.5).

LEME, C. Hospitais públicos de SP gerenciados por OS: rombo acumulado é de R\$ 147,18 milhões. 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/2WPOTA8>> Acesso: 14/mai/2020.

LOPEZ, A. D. et al. Global and regional burden of disease and risk factors, 2001: systematic analysis of population health data. The Lancet. V. 367:9524, p. 1747-1757, June 2006.

MATOS, M. C. A pandemia do coronavírus (COVID-19) e o trabalho de assistentes sociais na saúde. Vitória: CRESS-17a Região, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/2Xevgiy>> Acesso: 14/mai/2020.

..... No rastro dos acontecimentos: a política de saúde no Brasil. In: DUARTE, Marco José et al. (Orgs.). Política de Saúde hoje: interfaces e desafios no trabalho de assistentes sociais. Campinas: Papel Social, 2014.

..... O Debate do Serviço Social na Saúde na Década de 90. In: Revista Serviço Social e Sociedade (74). São Paulo: Cortez, 2003.

MELLAN, T. A. et al. Report 21: Estimating COVID-19 cases and reproduction number in Brazil. Imperial College London. Publicado em: 8 de maio de 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/36m4poH>> Acesso: 17/mai/2020.

MOREIRA, A. I. M. C. Sobre a premência do debate da dimensão da tecnalidade no trabalho do(a) assistente social. In: MOREIRA, E. et al. (Org.) Em tempos de pandemia: propostas para defesa da vida e de direitos sociais - Rio de Janeiro: UFRJ, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, 155 p., 2020. Versão on-line. Disponível em: <<https://bit.ly/2LN6yQY>> Acesso: 14/mai/2020.

MOREIRA, E. et al. (Org.) Em tempos de pandemia: propostas para defesa da vida e de direitos sociais - Rio de Janeiro: UFRJ, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, 155 p., 2020. Versão on-line. Disponível em: <<https://bit.ly/2LN6yQY>> Acesso: 14/mai/2020.

MOTA, A. E. Serviço Social brasileiro: a profissão e área do conhecimento. R. Katál., Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 17-27, 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/2TmMSYs>> Acesso: 14/mai/2020.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do serviço social frente à crise contemporânea. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília, DF: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, módulo 1, p.91-110, 2000.

OCKÉ-REIS, C. E.; ANDREAZZI, M. L. F.; SILVEIRA, F. G. O mercado de planos de saúde no Brasil: uma criação do Estado? IPEA. Texto para discussão n. 1094, Rio de Janeiro, jun. 2005.

PASSOS, R. G. "A carne mais barata do mercado é a carne negra": saúde da população negra em tempos de COVID-19. In: MOREIRA, E. et al. (Org.) Em tempos de pandemia: propostas para defesa da vida e de direitos sociais - Rio de Janeiro: UFRJ, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, 155 p., 2020. Versão on-line. Disponível em: <<https://bit.ly/2LN6yQY>> Acesso: 14/mai/2020

PIANA, MC. A construção do perfil do assistente social no cenário educacional [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. Disponível em: <<https://bit.ly/3e3lrdP>> Acesso: 14/mai/2020.

PILOTTO, B. S., JUNQUEIRA, V. Organizações Sociais do setor de saúde no estado de São Paulo: avanços e limites do controle externo. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 130, p. 547-563, set./dez. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/36iS0Cb>> Acesso: 14/mai/2020.

RIOS-NETO, E. L. G. Pobreza, migrações e pandemias. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, p. 26, 2007. Disponível em: <<https://bit.ly/2Znhl72>> Acesso: 14/mai/2020.

SANTA, A.; SILVEIRA, F.; CALSAVARA, F. *Barbosa Neto tem o mandato cassado em Londrina. Gazeta do Povo*, Curitiba, 30 jul. 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/36jWxE4>> Acesso: 14/mai/2020.

SCHNEIDER, C. et al. O retrato da epidemia de meningite em 1971 e 1974 nos jornais O Globo e Folha de S. Paulo. *RECIIS* - Rev Eletron de Comun Inf Inov Saúde. out.-dez.; 9(4), 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2Tk3Pmf>> Acesso: 14/mai/2020.

SIMONSEN, L. et al. Global Mortality Estimates for the 2009 Influenza Pandemic from the GLaMOR Project: A Modeling Study. *Plos Medicine*, v. 10:11, 17p, November 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/3cRjT6y>> Acesso: 14/mai/2020.

UOL. SP tem mais de 1.000 profissionais de saúde infectados por COVID-19. Gabriela Sá Pessoa, UOL - São Paulo, Brasil. Disponível em: <<https://bit.ly/3giGz1U>> Acesso: 14/mai/2020.

..... Amazônica pode ser 'maior repositório de coronavírus do mundo', diz cientista. AFP, São Paulo, Brasil. Publicado 13 de maio de 2020b. Disponível em: <<https://bit.ly/2LNrsiJ>> Acesso: 16/mai/2020.

ENCONTROS COMUNITÁRIOS VIRTUAIS: UM BREVE RELATO SOBRE A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA PANDEMIA DA COVID-19

VIRTUAL COMMUNITY ENCOUNTERS: A BRIEF REPORT ABOUT THE ROLE OF SOCIAL WORK IN THE COVID-19 PANDEMIC.

Aline Possa¹
Christiane Bazoli²
Gabriela Franco Dias Lyra³
Júlia Santana⁴
Marcelo Luciano Vieira⁵

Resumo: A situação ocasionada pela COVID-19 é de suma importância no compreender do cenário já existente, tornando visível e agravando ainda mais as expressões da “questão social” nas favelas. O objetivo do presente artigo é relatar a experiência da iniciativa Encontros Comunitários Virtuais na Rocinha – Rio de Janeiro, sob a perspectiva do Serviço Social. Destacamos a relevância desta atuação na comunidade supracitada, contribuindo para a socialização de informações, a participação popular e a intersectorialidade das políticas sociais. Buscamos refletir sobre os processos sociais na

1 Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ. Especialização em Serviço Social e Saúde pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ. Assistente Social do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Membro do Comitê Gestor do projeto Encontros Comunitários Virtuais. E-mail: alinepossa83@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5680073913716882>

2 Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Especialização em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Fiocruz). Especialização em Serviço Social e Saúde pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Assistente Social do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Membro do Comitê Gestor do projeto Encontros Comunitários Virtuais. E-mail: chrisbazoli@gmail.com

3 Assistente Social. Graduação em serviço pela Universidade Federal Fluminense. Mestrado em Ciência da Saúde e da Mulher pelo Instituto Fernandes Figueira da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ. Assistente Social do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Membro do Comitê Gestor do projeto Encontros Comunitários Virtuais. E-mail: gabifdl@gmail.com

4 Cientista Social. Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Mestrado em Sociologia Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas (IUPERJ); Membro do Programa Segurança Humana (MPRJ); Integrante do Comitê Gestor do projeto Encontros Comunitários Virtuais. E-mail: julialimasantana@gmail.com

5 Assistente Social. Coordenador de Pesquisas do Decanato do CCBS/PUC-Rio; Líder do Grupo de Estudos do CNPQ Josué de Castro: Sistema de Proteção Social e Políticas Públicas; Membro da Cátedra Internacional de *Interculturalidad y Pensamiento Crítico de la Universidad del La Serena* no Chile. Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio; Pós-Doutorado em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – IMS/UERJ; Doutor em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde pelo ICICT/FIOCRUZ E-mails: marcelovieira@puc-rio.br mlucianopuc@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6800572094521227>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4319-715X>

Artigo submetido em: 19 de outubro de 2020.

Artigo aceito em: 30 de novembro de 2020.

p. 104-116 DOI: <https://doi.org/10.46551/rssp202106>

experiência retratada e seus efeitos na atuação e inserção ocupacional do Serviço Social em situação de desastre.

Palavras-chave: Pandemia COVID-19; encontros comunitários virtuais; serviço social.

Abstract: This paper aims to report the experience of the Virtual Community Encounters initiative in Rocinha – Rio de Janeiro, from the perspective of Social Workers professionals. We highlight the relevance of this action in the community, contributing to the socialization of information, popular participation, the intersectoral relations and social control of public policies. We seek to reflect on the social processes in the experience portrayed and their effects on the performance and occupational insertion of Social Workers professionals in a disaster situation.

Keywords: COVID-19 pandemic; virtual community encounters; social work.

INTRODUÇÃO

No presente relato de experiência, pretendemos iniciar a análise por meio de uma reflexão inicial que versa sobre os aspectos macroestruturais, o pano de fundo que fomenta o cenário pandêmico ocasionado pela crise da COVID-19. Abordaremos as expressões da chamada “questão social” que se refletem nos desdobramentos da pandemia nas comunidades do estado do Rio de Janeiro. Além disso, trataremos de uma realidade vivenciada em uma das comunidades trabalhadas durante a pandemia, procurando discorrer sobre os aspectos particulares da intervenção profissional, sobretudo, sobre o desenvolvimento de ações na Política Pública de Saúde Mental no território.

A iniciativa Encontros Comunitários Virtuais – ECVs no território da Rocinha, teve por objetivo específico o desenvolver da ação junto a Política Pública de Saúde Mental naquele território. O objetivo geral de tais ECVs é dar visibilidade às percepções coletivas e “voz” aos que viveram e ainda vivem as consequências da pandemia do Covid-19 nas comunidades. Buscou-se promover a reflexão acerca de alguns aspectos de importância: 1) contribuir para o debate e produção de conhecimento da atuação profissional do Serviço Social em Defesa Civil e junto às comunidades atingidas; 2) interagir com os equipamentos públicos, a chamada rede interinstitucional e as demandas sociais e comunitárias; e 3) promover espaços de discussão e reflexão⁶ sobre a pandemia e formas de enfrentamento coletivo. Para tanto, debruçamo-nos nos seguintes questionamentos: Como se dá a atuação dos assistentes sociais nos territórios mais afetados, mediante uma situação de desastre e crise sanitária? Que tipo de ações podem ser realizadas, diante deste cenário contraditório das condições de

⁶Foram levantadas diversas discussões sobre territórios, populações vulneráveis, invisibilidade social, atuações e iniciativas de prevenção e enfrentamento.

sobrevivência existentes e o que de fato se efetiva em termos da garantia de direitos a partir das Políticas Públicas direcionadas aos territórios de favelas, principalmente, em situação de extrema vulnerabilidade?

A invisibilidade social nas comunidades vem sendo abordada por alguns autores das Ciências Humanas e Sociais como conceito caracterizador que contempla os sujeitos e as diferentes expressões da “questão social” nas favelas e periferias da cidade. Os aspectos do trabalho e renda é algo que vem sendo também bastante estudado, sobretudo, pela crescente informalidade e desemprego⁷ que vem assolando toda a população brasileira, em especial, as comunidades mais pobres. Entendemos invisibilidade e vulnerabilidade como dois pilares epistemológicos que fomentam o início de uma análise sobre as desigualdades sociais no Brasil. Ou seja, é importante atentar que esses dois conceitos atuam concomitantemente em um plano estrutural, os quais são envoltas as concepções de construção de cidade e margem. A dualidade entre dentro e fora implica diretamente no que é visibilizado e no que é compreendido como fora do escopo de ação do Estado, do reconhecimento e da validação social como importante para o funcionamento da sociedade.

Visando, sobremaneira, a aproximação e a facilitação do diálogo com a comunidade, os Encontros Comunitários Virtuais – ECVs foram concebidos a partir de março de 2020, logo após a decretação da pandemia em nosso país e as medidas sanitárias e de distanciamento social exigidas. Esta iniciativa foi fruto de um projeto anterior cujo objetivo era fortalecer o conceito de resiliência comunitária nas periferias através da parceria entre o Instituto Científico e Tecnológico de Defesa Civil – ICTDEC da Secretaria Estadual de Defesa Civil, o Programa de Segurança Humana do Ministério Público do estado do Rio de Janeiro e o Terceiro Setor sendo representado pela ONG Save the Children.

A escolha das comunidades que participaram dos Encontros Comunitários Virtuais – ECV teve por base dar continuidade ao trabalho que já vinha sendo realizado anteriormente e que teve que ser interrompido em virtude da pandemia, sendo elas Rocinha, na cidade do Rio de Janeiro, Morro do Preventório, na cidade de Niterói, Aldeia Velha, no município de Silva

7 Em entrevista a FIOCRUZ em 08/10/2020, a Professora Graça Druck informa que *a pandemia desnudou e aprofundou a precarização do trabalho já existente no Brasil em todas as suas dimensões: nos indicadores do mercado de trabalho, com as altas taxas de desemprego, o alto nível de informalidade, a crescente taxa de subutilização da força de trabalho e os baixos rendimentos.*

Jardim e Vale do Cuiabá, no município de Petrópolis. Por meio de contato prévio com moradores e lideranças das localidades eleitas pelo projeto e através da plataforma virtual ZOOM em hora e data acordada, os ECVs eram realizados.

No ato do Encontro, após apresentação dos participantes, uma pergunta reflexiva era realizada a fim de que uma escuta qualificada pudesse se iniciar por parte da equipe multidisciplinar que integra o denominado Comitê Gestor⁸. No mais, a possibilidade de troca também se fez presente, possibilitando a discussão e o fortalecimento das redes comunitárias existentes.

A partir das discussões delineadas em cada encontro, foi traçado um plano de ação para a comunidade com suas questões específicas e particulares em cada território trabalhado. Observa-se a relevância nas diferentes temáticas e necessidades: carência de cestas básicas, saúde mental no período da pandemia e no pós-pandemia, preocupação com a continuidade e permanência das cestas básicas, educação de crianças e jovens, preocupação com o distanciamento social dos idosos, saneamento básico e fornecimento de água ainda precários, questões ambientais, que envolvem o turismo predatório em territórios de preservação, atuação da Defesa Civil Municipal, entre tantos outros assuntos levantados nas reuniões comunitárias virtuais. Na Rocinha, território trabalhado neste escrito, o plano de ação tomou o direcionamento de ser encaminhado um relatório sistematizado ao Ministério Público para fiscalização e controle de execução das políticas públicas e sociais, sobretudo, a Política Pública de Saúde Mental ofertada naquele território.

Devido a necessidade de adaptação, tendo em vista a vigente situação pandêmica, a iniciativa Encontros Comunitários Virtuais - ECVs surgiu em resposta aos indicadores sociais e epidemiológicos das comunidades e as formas como estas estavam se organizando para o enfrentamento da COVID-19, sobretudo, no território da Rocinha, experiência tratada em seguida. Conforme dados do Boletim Socioepidemiológico da COVID-19 nas Favelas 01/2020, da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ (2020 apud ICTDEC, 2020), 17, 5 milhões de pessoas no

8 O comitê Gestor foi o nome dado à equipe do projeto, formada por profissionais das instituições supracitadas e composta por formações diferenciadas, tais como, profissionais do Direito, Assistentes Sociais, Educadores, Socióloga, Comunicador Social, Engenheiro, agentes da Defesa Civil Estadual e Municipal e líder comunitária.

Brasil moram em aglomerados subnormais, sendo vários deles constituídos de favelas. Destes, 12,6% (2,2 milhões) se concentram no estado do Rio de Janeiro.⁹

Por conseguinte, traremos como experiência a atuação do Serviço Social nestes “ECVs”, em especial, na Rocinha – Rio de Janeiro, mais especificamente, a atuação junto ao Grupo de Trabalho (GT) em Saúde Mental, dada as implicações trazidas pelos equipamentos públicos de saúde local que participaram nas reuniões e por ser um campo fértil de novas possibilidades atribuídas ao trabalho profissional neste cenário de desastre¹⁰ que é a crise sanitária da COVID-19.

A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE À PANDEMIA DA COVID-19: A EXPERIÊNCIA NA COMUNIDADE DA ROCINHA

As condições sociais e formas de organização da sociedade, bem como condutas e posicionamentos políticos em diversos âmbitos do governo, provocaram um alastramento da pandemia em território nacional e permitiram uma periferização da COVID-19, explicitando ainda mais um quadro de vulnerabilidades sociais.

Importante considerar que a pandemia da COVID-19 é considerada um desastre pela Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (Cobrade) de caráter natural, inserido no grupo biológico e no subgrupo epidemiológico desta classificação que é adotada pela Política Nacional de Defesa Civil e vigente em todo território Nacional. Para a Professora Adriana Dutra em entrevista dada à Revista Práxis do Conselho Regional de Serviço Social – RJ, “O desastre precisa ser encarado como algo além do fator externo. Este constitui um elemento que só desencadeia desastres a partir do momento em que encontra determinadas condições de vulnerabilização” (2020, p.5).

9 É importante destacar que grande parte dos indicadores sociais e epidemiológicos levantados nesta pandemia deu-se pelo esforço das Universidades, Órgãos científicos de Estudo e Pesquisa, como a FIOCRUZ, em conjunto a comunidade e em parceria aos equipamentos públicos locais existentes, tornando a realidade das favelas menos invisível em números absolutos, sendo o último censo demográfico realizado nas favelas em 2010, com um lapso temporal de dez anos de ausência de informações mais precisas sobre os territórios de favelas no Brasil.

10 A pandemia pode ser caracterizada como um desastre provocado por um agente biológico e que envolve vários processos sociais em curso, tendo em vista a proporção dos atingidos em escala mundial e no, Brasil, em especial, por toda falta de gestão e direcionamento do governo frente às medidas preventivas, de enfrentamento, principalmente, com os enormes abismos provocados pelas desigualdades sociais, econômicas e políticas ora existentes.

A falta de saneamento básico (água e esgoto), as dificuldades em relação às condições de moradia, alimentação, renda e trabalho que os moradores das comunidades estão mais expostos, a precarização e desmonte dos serviços públicos de saúde, de assistência social e de educação contribuíram ainda mais para “escancarar” o quadro de desigualdade social já existente nas periferias, agravados com a pandemia COVID-19. Na Rocinha, várias foram as situações de vulnerabilidade encontradas. Localizada na Zona Sul do Rio de Janeiro, área considerada “nobre” e de alta especulação imobiliária, a Rocinha é considerada como uma das favelas mais populosas da cidade, e também convive com muitas das expressões da “questão social”, como a violência urbana armada, as precárias condições de moradia¹¹, o desemprego e o trabalho informal, a falta de saneamento básico¹², entre outras dificuldades aqui não relatadas, mas possivelmente sentidas pela população local.

Assim, quando decretado o quadro de pandemia, em meados de março de 2020, as principais recomendações sanitárias foram o isolamento social em seus domicílios, o trabalho remoto para serviços considerados não essenciais e a lavagem das mãos. Essas medidas contrastam com a realidade vivenciada pelas periferias: perda da renda e dificuldades de acesso ao auxílio emergencial, os filhos sem poderem ir para a escola, aumentando os gastos, principalmente, com alimentação em casa, somada à falta de água para a lavagem das mãos e higienização dos locais, como também a impossibilidade de muitos permanecerem em suas casas em isolamento por terem que assumir a renda familiar por meio do trabalho informal. Questões que desnudam explicitamente as desiguais condições de vida destas populações em meio a este cenário pandêmico.

Dois Encontros Comunitários Virtuais foram realizados na Rocinha: um em 05 de maio o outro em 02 de junho de 2020, com a participação de 25 pessoas, em cada encontro, dentre estas, moradores, lideranças comunitárias e representantes de ONGs, associações,

11 Em pesquisa realizada pelo Data Favela, do Instituto Locomotiva, aponta que cada dormitório em uma residência nas [favelas](#) brasileiras comporta, em média, quatro pessoas. A aglomeração nas habitações é um dos principais desafios dos moradores de favelas para se proteger contra a COVID-19, diz a reportagem na Revista Exame on line, de 24/06/2020.

12 Em recente reportagem do GLOBO on line, de 22/07/2020, fora noticiado que moradores da Rocinha enfrentam falta de água em meio à pandemia do COVID-19, desabastecendo cem moradias, muitas delas com crianças em casa. Muitas cidades, segundo último estudo realizado pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES), em junho de 2020, revela que menos de 100 cidades brasileiras atingiram a universalização do saneamento básico que compreende acesso aos serviços de água, esgoto e resíduos sólidos.

instituições públicas locais da Saúde, Cultura e Assistência Social, Conselho Tutelar, Promotores de Justiça, Defesa Civil Municipal do Rio de Janeiro.¹³

O diálogo público foi escolhido como metodologia, utilizando a pergunta norteadora “o que podemos fazer juntos no combate à Covid-19?”, como base para a reflexão dialógica. Foram identificadas as principais demandas dos moradores da Rocinha e os pontos nodais sobre as ações de enfrentamento contra a pandemia da Covid-19. Inicialmente, precisava ser identificado o que estava sendo realizado pelo poder público, por instituições privadas, moradores, instituições e voluntariado. Igualmente, foi destacada a necessidade de ampliar a atuação do poder público na contribuição para o fortalecimento dos equipamentos públicos, para que as ações de proteção aos moradores se tornem mais assertivas e efetivas. ICTDEC, Relatório de Ações: Encontros Comunitários – Rocinha, p. 7

Havia uma lacuna em relação aos dados sobre as reais vulnerabilidades sócio estruturais. Foram destacadas as dificuldades de acesso à informação devido ao isolamento social, principalmente, no tocante à questão do funcionamento dos serviços, bem como seu fluxo e a ausência de atendimento adequado em relação à Política Pública de Saúde Mental, tão fragilizada no momento, bem como a precariedade deste serviço na comunidade. Este cenário evidenciou o impacto sobre as Políticas Públicas, especificamente a Assistência Social e a Saúde – áreas essenciais para a população e, em especial, lócus ocupacional dos assistentes sociais. A partir das percepções trazidas durante o encontro, foram criados três grupos de trabalho (GT), a saber: GT Saúde Mental, GT Comunicação, GT Dados, ainda em andamento. Destacamos as ações realizadas no GT Saúde Mental e GT Comunicação.

A partir do GT de Saúde Mental, foram realizados mais três encontros do comitê gestor com representantes do Centro de Valorização da Vida (CVV), do Projeto de Extensão Popular Ignacio Martín-Baró, na Rocinha (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ), do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS Maria do Socorro também na comunidade, da Defesa Civil Municipal e da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ. Inicialmente, a proposta era intervir naquela comunidade com “Rodas de Conversas Virtuais”, contudo em primeira reunião com este GT se percebeu que as necessidades eram outras da pretendida pelo Comitê Gestor. Conforme afirma Vargas (2015, p.137):

É necessário haver uma sinergia entre conhecimentos e saberes na busca do bem-estar coletivo. Trata-se de uma nova ética de relacionamento entre Estado e sociedade. Ética de compromisso com a cidadania participativa, em que haja lugar

13 Informações contidas no Relatório de Ações: Encontros Comunitários – Comunidades da Rocinha, ICTDEC.

para a escuta e compreensão das limitações das rotinas dos vulneráveis, das soluções engenhosas que nascem do conhecimento popular.

Observou-se que muitas outras questões de ordem macroestrutural, como o subfinanciamento da Política de Saúde, em especial, a Saúde Mental neste cenário, se fazia presente e que ainda se vivenciava altos índices de letalidade e de contaminações pelo COVID-19 o que refletia na prestação do serviço daquela comunidade, na vinculação contratual dos profissionais lá lotados, na continuidade e manutenção da assistência aos pacientes do CAPS nestes tempos de isolamento social e incertezas e instabilidades sobre o amanhã. Enfim, questões que foram levantadas pelo GT de Saúde Mental e que proporcionaram a equipe gestora uma reflexão sobre a questão dos aspectos políticos que perpassam uma série de precariedades locais. Importante destacar que a situação pandêmica deu visibilidade ao descaso com que já vinha sendo tratada a Política de Saúde Mental na região, representada, principalmente, pelo CAPS Maria do Socorro, que abrange uma área importante da Zona Sul do Rio de Janeiro e encontra-se localizado na própria comunidade e que tinha previsão para funcionar 24 horas¹⁴, mas vinha sofrendo com desmonte do serviço pelo não funcionamento nesta modalidade, com equipe extremamente reduzida e contratada de forma precarizada¹⁵ e sem infraestrutura para acolhimento das demandas urgentes.

A partir desta evidência foi pensada a formação de uma *LIVE*, intitulada “Saúde mental na Rocinha em tempos de pandemia” com profissional de saúde do CAPS Maria do Socorro, do Museu da Rocinha Sankofa – Memória e História, e com professor, médico psiquiatra e pesquisador da UFRJ com objetivo de fomentar a discussão sobre Saúde Mental e suas problemáticas naquele território, evento que culminou na participação de 44 pessoas. Cabe ressaltar que este canal de comunicação, denominado *LIVE*, tem sido muito utilizado no momento de pandemia e distanciamento social e tem se constituído um importante

14 Segundo o portal do Ministério da Saúde, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) existem em todo o Brasil e é onde o usuário recebe atendimento próximo da família com assistência multiprofissional e cuidado terapêutico conforme o quadro de saúde mental do paciente. Nesses locais também há possibilidade de acolhimento noturno e/ou cuidado contínuo em situações de maior complexidade. O CAPS III deve prestar atendimento com até 5 vagas de acolhimento noturno e observação; todas faixas etárias; transtornos mentais graves e persistentes inclusive pelo uso de substâncias psicoativas, atende cidades e ou regiões com pelo menos 150 mil habitantes.

15 Segundo DRUCK, em entrevista neste mês de 2020 a FIOCRUZ, esclarece que no serviço público, existem várias formas de terceirização: cooperativas, ONGs, organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips) e as organizações sociais (OSs), que são as mais utilizadas na saúde pública, assumindo a gestão dos hospitais, onde há uma cadeia de subcontratação, favorecendo um ambiente promíscuo entre o privado e o público.

instrumento de socialização e democratização de informações ao público em geral, ainda que as dificuldades de acesso à internet pela comunidade fossem observadas. A avaliação desta ação foi exitosa e de reconhecimento público acerca das questões evidenciadas pelo GT de Saúde Mental, bem como possibilitou novas discussões em grupo, parcerias interinstitucionais de enfrentamento às questões do adoecimento mental na comunidade e a confecção do *Relatório de Ações: Encontros Comunitários – Comunidades da Rocinha*, que contou com a participação e o controle social da comunidade do início até o seu produto final encaminhado ao Ministério Público do estado do Rio de Janeiro – MPRJ.

O GT de comunicação, a partir das questões apresentadas nos ECVs, possibilitou a construção de uma cartilha digital personalizada para a comunidade da Rocinha com informações sobre os principais serviços da rede de recursos comunitários, relacionados à pandemia, bem como medidas de prevenção ao contágio pela COVID-19. Contamos com a participação das lideranças comunitárias e equipamentos públicos de saúde na socialização junto à comunidade.

A participação de quatro assistentes sociais e uma socióloga no Comitê Gestor do projeto *Encontros Comunitários Virtuais – ECV* possibilitou a contribuição de novos olhares no âmbito de um desastre de proporções pandêmicas, trazendo, muitas vezes, a dimensão social para o centro das discussões. Não podemos perder de vista que a forma como o coronavírus (COVID-19) atinge os diversos segmentos da sociedade são diferenciados e complexos, pois envolvem estruturas sociais, culturais, econômicas e políticas que vão impactar na contaminação e mortalidade das pessoas nos territórios.

A partir desta experiência, percebemos a importância da intersectorialidade nas diferentes políticas sociais, a partir da participação dos equipamentos públicos, sociedade civil e lideranças, facilitando a troca e socialização dos recursos disponíveis em um contexto adverso e tornando-os protagonistas do processo de respostas a este desastre. Por conseguinte, o assistente social exercitou sua escuta qualificada acerca das demandas sociais existentes, favorecendo não só a aproximação com a realidade, mas evidenciando a sua importância junto a um trabalho diferenciado na política de Defesa Civil. É de conhecimento que a atuação profissional nas situações de calamidades e desastres, muitas vezes é na resposta ao evento de forma a minimizar o impacto do desastre. Entretanto, observa-se que

a prática e o saber do assistente social, ainda que na fase de resposta aponta um horizonte mais profícuo com relação à mobilização e participação comunitária, fortalecimento de redes que já existem, além de controle social.

Neste sentido, os Encontros Comunitários Virtuais – ECVs possibilitaram a integração Estado e sociedade. Vale destacar que a experiência com a comunidade da Rocinha evidenciou a comunicação, a intersetorialidade e a participação popular como importantes neste cenário de desastre em tempos tão difíceis. Conforme ratificam Dutra, Ribeiro e Silva (2020, p.127):

“[...] a intersetorialidade como princípio do trabalho com redes, o compartilhamento de saberes e poderes permite construir práticas, conceitos e linguagens por intermédio do envolvimento da sociedade civil e dos serviços públicos.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que há de se articular a situação da pandemia do COVID-19 como um desastre sanitário e processo social em andamento, devendo-se relacionar Estado e Sociedade Civil, não só no que tange o convite à participação e controle sociais, mas também na primordial articulação às diferentes políticas sociais, as quais possuem uma memória histórica, uma agenda de lutas e enfrentamentos coletivos em prol da garantia de direitos e do bem estar coletivo.

No território da Rocinha, os encontros suscitaram devolutiva e alinhamento dos participantes com a equipe gestora, sobre as percepções geradas a partir da análise das percepções levantadas e articuladas. Contou-se com a participação de um número expressivo de pessoas. Foi possível reconhecer os processos organizativos da comunidade, através da mobilização de doações da sociedade civil que garantia a segurança alimentar da população diante do desastre, ainda que persistam as vulnerabilidades estruturais nos territórios de favelas. Verificou-se também uma participação atuante de várias instituições públicas e associativas, como os serviços de saúde local, o Conselho Tutelar, a Escola de música da Rocinha, o Museu Sankofa, experienciando a intersetorialidade nas diferentes políticas sociais.

E o desafio está posto aos Assistentes sociais: possibilidades de inserção sócio-ocupacional em situações de desastres, assim como as demais áreas das Ciências Humanas e Sociais, haja visto o importante debate que estas categorias travam como agentes públicos. A experiência relatada revela a atuação do Serviço Social não só em resposta aos impactos

provocados pela COVID-19 nas comunidades, mas atuante na prevenção e mitigação dos processos sociais. Segundo Vargas (2015, p. 137-138):

O Serviço Social, enquanto profissão que hoje integra o corpo técnico da gestão de desastres, vê-se responsável por refletir sobre o seu lugar profissional num processo que é caracterizado por impasses e disputas entre diferentes visões de sociedade e dos grupos sociais que a compõem. Não se trata de pensar sua prática de forma isolada, o que se configuraria num equívoco, mas de situar a mobilização dessa forma específica de saber, em meio a outros tantos, considerando-a de forma crítica na relação com outros saberes integrantes do mundo técnico e sujeitos sociais demandantes do seu trabalho.

Por conseguinte, buscamos desenvolver os Encontros Comunitários Virtuais – ECVs, em especial, iniciando na comunidade da Rocinha que possibilitou-nos o diálogo com a comunidade neste cenário de pandemia, a troca de conhecimentos e novos estudos, a intersectorialidade das políticas públicas existentes no território, a comunicação entre agentes públicos e sociedade em meio ao isolamento social, a multidisciplinariedade das ações empreendidas e o levantamento real de demandas. Ainda buscou compreender e analisar as condições de vida da população estudada que, em boa medida, retratam potencialmente muitos dos determinantes e condicionantes sociais e de saúde das comunidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRASCO. Plano Nacional de Enfrentamento a pandemia COVID-19, versão 03/07/2020. Disponível em: https://www.abrasco.org.br/site/wp-content/uploads/2020/07/PEP-COVID-19_COMPLETO_FINAL.pdf

BASTOS, V. P.; DUTRA, A. S.; REGALADO, R. T. Questões socioambientais, desastres e suas consequências no século XXI: O Social em Questão. Ano XXIII, nº48, p. 9-22, set a dez/2020.

BRASIL, Lei 12608 de 10 de abril de 2012. Institui a Política Nacional de Defesa Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm. Acesso em setembro de 2020.

DEFESA CIVIL NACIONAL, Capacitação Básica em Defesa Civil. Defesa Civil Nacional: Florianópolis. 2013,121p. Disponível em https://www.ceped.ufsc.br/wp-content/uploads/2014/09/Livro_DefesaCivil_4ed_Completo.pdf. Acesso em 26 de setembro de 2020.

DUTRA, A. S.; RIBEIRO, E.; DA SILVA, R. A intersetorialidade em pauta: uma breve análise das políticas de assistência social e de proteção e defesa civil. *Vértices*, Campo dos Goytacazes/Rj, v.22, n.1, p. 123-135, jan./abr. 2020.

DUTRA, A. S.; SIQUEIRA, A. M. Precarização do trabalho e Estado Neoliberal: impactos para o Serviço Social em tempos de pandemia da COVID – 19. E-book: COVID-19. Crises entremeadas no contexto de pandemia (antecedentes, cenários e recomendações). São Carlos: UFSCar/CPOI, 2020, p. 289-300.

FIOCRUZ, Boletim socioepidemiológico da COVID-19 nas Favelas. Análise da frequência, incidência, mortalidade e letalidade por COVID-19 em favelas cariocas. Número:01/2020. Acesso em Outubro de 2020. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/boletim_socioepidemiologico_s_covid_nas_favelas1.pdf

_____, Documentos orientadores sobre “Saúde Mental e Atenção Psicossocial na Pandemia COVID-19”, FIOCRUZ, 2020.

GOULART, G. “Moradores da Rocinha enfrentam falta d’água em meio à pandemia da Covid-19, que já matou 62 pessoas na favela.” Acesso em Outubro de 2020. Disponível em <https://oglobo.globo.com/rio/moradores-da-rocinha-enfrentam-falta-dagua-em-meio-pandemia-da-covid-19-que-ja-matou-62-pessoas-na-favela-1-24545415>

ICTDEC, Relatório de Ações dos Encontros Comunitários. Ações de Combate à COVID-19: Comunidades da Rocinha. Instituto Científico e Tecnológico de Defesa Civil-ICTDEC: Rio de Janeiro, agosto de 2020. 45 p.

MPF, Cartilha Direito à Saúde Mental, organizador Ministério Público Federal, ano 2001. Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/cartilha-saude-mental-2012.pdf>

OBSERVATÓRIO DAS FAVELAS, Mapa Social do Corona. Disponível em: <http://of.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Mapa-Social-do-Corona-07.pdf>. 1ª edição, 2020.

Portal do Ministério da Saúde. Sobre a Política de Atenção à Saúde Mental. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/saude-mental#>

Revista PRÁXIS Nº 104 ,ANO X, 2020 CRESSRJ. Entrevista a Professora Dra. Adriana Dutra. “Assistentes sociais em contextos de emergências”. P.4 e 5

RIVEIRA, C. Aglomerados e sem renda: quem são os brasileiros mais afetados na pandemia. Disponível em <https://exame.com/brasil/aglomerados-e-sem-renda-quem-sao-os-brasileiros-mais-afetados-na-pandemia/>. Acesso em setembro de 2020.

TAVARES, V. Entrevista a Graça Druck “Entre os que permaneceram trabalhando em atividades consideradas essenciais na pandemia, uma grande parte é de terceirizados.” EPSJV/Fiocruz | 08/10/2020 . Acesso em outubro de 2020. Disponível em <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/entre-os-que-permaneceram-trabalhando-em-atividades-consideradas-essenciais-na>

VALENCIO, Norma. "Por um Triz: ordem social, vida cotidiana e segurança ontológica na crise relacionada à pandemia de COVID-19." Revista O Social em Questão - Ano XXIII - nº 48 - Set a Dez/2020. P. 53-74.

VARGAS, Dora. "Reino da necessidade versus reino dos direitos: desafios e impasses ao assistente social em contextos de desastres." In : Riscos de desastres relacionados à água: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos / organizado por Antenora Siqueira, Norma Valencio, Mariana Siena e Marco Antonio Malagoli - São Carlos: RiMa Editora, 2015. P. 123-139.

VELASCO, C. "Menos de 100 cidades brasileiras estão perto de atingir a universalização do saneamento básico, aponta estudo." Disponível em <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/06/05/menos-de-100-cidades-brasileiras-estao-perto-de-atingir-a-universalizacao-do-saneamento-basico-aponta-estudo.ghtml>. Acesso junho de 2020.

**ASSISTENTES SOCIAIS EM EQUIPES MULTIPROFISSIONAIS NO CONTEXTO DA
PANDEMIA POR COVID-19: ANÁLISES MULTIFACETADAS**

**TRABAJADORES SOCIALES EN EQUIPOS MULTIPROFESIONALES EN EL CONTEXTO DE LA
PANDEMIA POR COVID-19: ANÁLISIS MULTIFACETADO**

Bruna Cristina Faustino de Souza¹
Stella Aparecida Geraldo Lima²
Ana Maria Santana de Alcântara³
Cristhiene Montone Nunes Ramires⁴

Resumo: Este artigo busca realizar uma reflexão sobre o novo coronavírus e as relações sociais de classe, gênero e raça/etnia, como subsídio para a análise do trabalho do (a) assistente social no atual contexto, especialmente no que concerne o diálogo com a equipe multiprofissional em uma unidade de urgência e emergência. Possui como metodologia o relato de experiência de residentes multiprofissionais em Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo, inseridas no campo de prática do Hospital São Paulo, organização com significativo aparato de atendimento à vítimas do novo coronavírus. O cenário pandêmico alterou de maneira brutal o funcionamento da sociedade e dos serviços de saúde, acirrando as desigualdades sociais e evidenciando a relevância de um sistema de saúde universal, integral e equânime. A incorporação do conceito ampliado de saúde e o acesso à políticas sociais de qualidade destacam-se como elementos imprescindíveis para o enfrentamento de tal crise sanitária, que é resultante da crise estrutural do capitalismo.

Palavras-chave: COVID-19. Serviço Social. Equipe Multiprofissional. Saúde e Desigualdade.

Resumen: Este artículo busca reflexionar sobre el nuevo coronavirus y las relaciones sociales de clase, género y raza/etnia, como un subsidio para el análisis del trabajo de lo trabajador social en

¹Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Residente Multiprofissional em Urgência e Emergência pela Universidade Federal de São Paulo. Email: brunafaus@gmail.com.

²Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Residente Multiprofissional em Urgência e Emergência pela Universidade Federal de São Paulo. Email: stellaaparecidageraldo@gmail.com

³Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela FAPSS-SP. Mestrado em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de São Paulo. Assistente Social da Universidade Federal de São Paulo/Hospital São Paulo, tutora da Residência Multiprofissional da UNIFESP. Email: ana.santana@huhsp.org.br.

⁴Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela FAPSS-SP. Mestrado em Reabilitação do Equilíbrio Corporal e Inclusão Social pela Universidade Bandeirantes. Assistente Social da Universidade Federal de São Paulo/Hospital São Paulo, tutora e Representante do Serviço Social na Residência Multiprofissional da UNIFESP. Email: cramires@huhsp.org.br.

el contexto actual, especialmente en lo que respecta al diálogo con el equipo multiprofesionales en una unidad de urgencia y emergencia. Su metodología es el informe de la experiencia de los residentes multiprofesionales en Servicio Social de la Universidad Federal de São Paulo, insertados en el campo de práctica del Hospital São Paulo, una organización con un importante aparato de atención a las víctimas del nuevo coronavirus. El escenario pandémico ha alterado brutalmente el funcionamiento de la sociedad y los servicios de salud, agravando las desigualdades sociales y resaltando la relevancia de un sistema de salud universal, integral y equitativo. La incorporación del concepto ampliado de salud y el acceso a políticas sociales de calidad se destacan como elementos esenciales para enfrentar esta crisis de salud, que es el resultado de la crisis estructural del capitalismo.

Palabras clave: COVID-19. Servicio social. Equipo multiprofesional. Salud y Desigualdad.

INTRODUÇÃO

Desde a primeira quinzena do mês de março de 2020, com a declaração do estado de pandemia global por parte da Organização Mundial de Saúde (OMS) por COVID-19, vivemos um contexto sanitário que transformou de maneira significativa as formas de organização e sociabilidade em nossa sociedade, assim como o funcionamento dos serviços de saúde em todo mundo (ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA, 2020).

Observamos uma relevante heterogeneidade no que diz respeito aos mecanismos governamentais adotados no enfrentamento da pandemia nos mais diversos países do mundo. No Brasil, país marcado por altos índices de desigualdade social e altas taxas de pobreza extrema (IBGE, 2019), presenciamos um plano governamental, especialmente na esfera federal, pautado em atitudes que banalizam os efeitos brutais do novo coronavírus, priorizando a preservação da economia do país, em detrimento a determinadas medidas de saúde, que possuem uma potência significativa neste atual contexto (AQUINO et al, 2020).

As principais estratégias adotadas em nosso país centram-se em medidas compulsórias por parte de governadores e prefeitos para o impedimento de aglomerações e a circulação de pessoas em espaços públicos, com a restrição do funcionamento dos serviços ditos não essenciais. Com isso, práticas como o *home office*⁵ ganham importante espaço e o slogan “fique em casa” prolifera-se rapidamente entre parte da população, assim como as medidas

⁵Modelo em que funcionários cumprem tarefas em casa, longe do ambiente profissional. Disponível em: <https://cutt.ly/LyMlmYz>. Acesso em: 08 de junho de 2020.

de higiene e do uso de máscaras. A adesão a tais precauções por parte da população brasileira, entretanto, obteve obstáculos importantes.

No que se refere às formas de acesso às medidas sugeridas, tendo em conta a realidade social de nosso país, Sposati (2020, p. 102) nos alerta:

A aplicação dessas medidas não tardou revelar que não existiam condições para que ela fosse de aplicação universal para a população das cidades brasileiras. Nem todos habitantes dispunham de teto, nem todos tinham casa, nem todos tinham cômodos suficientes para que seus moradores pudessem manter distanciamento social, nem todos tinham provisão de água ou de esgotamento sanitário. Não havia a possibilidade de home office para quem não dispõe de acesso à rede comercial de internet ou de equipamentos de digitação. Mais ainda, a versão do home office colide com a grande massa, não proprietária, sem emprego formal e prestadora de serviços em domicílios, nas ruas, nas aglomerações. Ficar sob isolamento passou a significar o risco de não ter o que comer, não ter como obter a sobrevivência cotidiana, não poder pagar aluguel, conta de luz, comprar o botijão de gás, e ainda, ter filhos apinhados no espaço com ausência de cuidados.

Neste sentido, não podemos deixar de mencionar o acirramento da luta de classes e das relações sociais de gênero e raça/etnia que o estado de pandemia proporciona, alertando a todos (as) como a COVID-19 e suas formas de controle, prevenção e acometimento impactam os sujeitos de forma distinta, quando pensamos nessas dimensões estruturais.

O (a) assistente social, nesta conjuntura, tendo nas expressões da questão social o objeto de sua atuação e no conceito ampliado de saúde seu horizonte de intervenção, passa a ser um profissional fundamental no cotidiano dos equipamentos de saúde, não só na prestação direta de serviços à população usuária, como no diálogo com as equipes multiprofissionais. Outro fator essencial diz respeito a como a situação de pandemia requisita globalmente a urgência da efetivação do acesso à saúde, disponibilizada de forma universal, gratuita e equânime.

A partir desta discussão, dos referenciais bibliográficos incipientes e do relato de experiência vivenciado por residentes multiprofissionais de Serviço Social, do programa de urgência e emergência da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), propomos a realização de um ensaio teórico acerca da associação entre o novo coronavírus e as relações sociais de classe, gênero e raça/etnia, como subsídio para a análise da relevância do trabalho do (a)

assistente social no contexto de pandemia, especialmente no que concerne o diálogo com a equipe multiprofissional em uma unidade de urgência e emergência.

RELATO DE CASO

A atuação no Pronto-Socorro do Hospital São Paulo (PS/HSP), principal campo de prática do Programa de residência multiprofissional em urgência e emergência da UNIFESP, exige que os atendimentos prestados contemplem os aspectos sociais, econômicos e culturais dos sujeitos, pois estes interferem e determinam o processo saúde-doença. Neste contexto, a existência de uma equipe multiprofissional que compreenda a totalidade dos (as) usuários (as) merece destaque.

O PS/HSP conta com enfermeiros, fisioterapeutas, nutricionistas, fonoaudiólogos, assistentes sociais, psicólogos e médicos de diversas especialidades, aspecto extremamente importante para o cumprimento do princípio da integralidade, previsto nas legislações que fundamentam o SUS. O programa de residência multiprofissional de urgência e emergência da UNIFESP abarca as seis primeiras categorias citadas e se coloca como ponto relevante para a tríade ensino-pesquisa-extensão.

O Hospital São Paulo é caracterizado pela Política Nacional de Atenção às Urgências como Unidade de Referência Tipo III (BRASIL, 2011). Neste cenário, a assistência em saúde prestada é marcada pela complexidade de casos, o que evidencia no cotidiano dos atendimentos, a necessidade de uma equipe multiprofissional que atue de maneira a compreender a integralidade dos sujeitos, tendo como base a interdisciplinaridade e a intersetorialidade (MOTA et al, 2009). Uma equipe multiprofissional que atua de maneira multidisciplinar ainda é a realidade majoritária da assistência em saúde prestada no PS/HSP, ou seja, o atendimento ocorre de maneira a agrupar agentes de forma fragmentada e não articulada como propõe o modo de trabalho interdisciplinar.

Outro ponto que merece destaque nessa discussão é a incorporação do conceito ampliado de saúde por parte da equipe multiprofissional. O olhar que supera a lógica biologicista é imprescindível nas unidades de urgência e emergência, já que o profissional de saúde desse setor é aquele que poderá desvelar um hábito que compromete a qualidade de

vida de um (a) usuário (a), a existência de uma situação de violência, a ausência de um acompanhamento regular de saúde e tantos outros episódios que, inclusive, por serem às vezes negligenciados, são fatores para o retorno dos (as) usuários (as) a estes serviços, o que impacta não só os atendidos, mas a gerência do sistema de saúde como um todo.

O contexto da pandemia por COVID-19 impactou a organização do Hospital São Paulo de forma significativa, tanto no que diz respeito aos recursos humanos e materiais, quanto na organização do ambiente em si. Unidades foram instaladas e reorganizadas para que os atendimentos aos acometidos fossem resolutivos, assim como para garantir a segurança dos demais pacientes. O Pronto Socorro sofreu importantes impactos diante de tal reorganização, assim, diversos desafios que já estavam presentes, foram evidenciados com maior nitidez, descortinando a escassez de recursos materiais e humanos decorrentes das diversas manobras do desmonte da saúde, engendradas historicamente e intensificadas na lógica neoliberal.

Um dos pontos mais notórios nessa situação, foi a ausência e/ou insuficiência de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e as dificuldades de seu manuseio, fator que contribuiu para a contaminação de diversos profissionais no início da pandemia e que se manteve, por longo tempo, como um grande desafio⁶. Diante de tal cenário, campanhas institucionais direcionadas a sociedade civil foram levantadas no HSP com o objetivo de arrecadar doações de EPI, para que os profissionais atuassem de maneira segura, fato este que demonstra uma das facetas da desresponsabilização do Estado na condução das políticas públicas de saúde⁷.

Este reordenamento exigiu transformações nos modos de atender usuários (as) e seus familiares por parte de toda equipe multiprofissional. Boletins médicos via vídeo chamadas e contatos telefônicos com familiares passaram a ser uma realidade no serviço, assim como o desconhecimento das diversas nuances do novo coronavírus, não só pela população usuária, mas também pela própria equipe de assistência em saúde, tendo em vista o fator inédito deste tipo de acometimento em nosso país e no mundo.

⁶Disponível em: <https://cutt.ly/huXAhMK>. Acesso em: 21 de junho de 2020.

⁷Disponível em: <https://cutt.ly/oiulZtL>. Acesso em: 24 de junho de 2020.

O manejo das situações clínicas derivadas do COVID-19 ganharam, então, grande notoriedade, exigindo readaptações e estudos contínuos. O foco na resolução da condição clínica se estabeleceu em muitas situações, todavia, não podemos deixar de compreender que os sujeitos acometidos pela COVID-19 possuem contextos sociais, econômicos, psíquicos e culturais que são extremamente relevantes, para além do manuseio clínico de seus corpos.

Refletimos, assim, que o acometimento pela COVID-19 não interfere apenas o (a) usuário (a) infectado (a), mas, também sua teia de relações, o que exige dos profissionais de saúde um olhar cauteloso sobre medidas sócio-educativas, que visem a redução da propagação da doença, abarcando a promoção e a prevenção em saúde. A garantia do acesso universal a recuperação, assim como aos bens e serviços, do mesmo modo, deve nortear as intervenções profissionais neste momento, o que nos evidencia a relevância da incorporação dos princípios que regem o SUS.

Ressaltamos, neste contexto, o (a) assistente social, profissional que possui um olhar qualificado, a partir do conceito de totalidade, acerca das determinações sociais, econômicas e culturais que cercam a realidade dos (as) usuários (as). Na área da saúde, este profissional ainda tem como premissa, segundo publicação de seu Conselho Federal (CFESS, 2010), o compromisso com a viabilização do projeto de reforma sanitária e, deste modo, com os princípios que constituem o SUS.

Podemos salientar, assim, que o (a) assistente social possui uma capacidade significativa em traçar determinadas discussões com a equipe multiprofissional, que viabilizam um olhar ampliado dos processos de saúde-doença, que devem nortear o trabalho profissional das categorias como um todo, ainda que isto seja um desafio e tanto, derivado de questões estruturais. Cabe mencionar, neste sentido, que o (a) assistente social isoladamente não será o ator responsável por este giro na saúde pública, mas, que este profissional pode fomentar ações importantes no que diz respeito a esta discussão, que devem ser acompanhadas de medidas no interior das políticas públicas de saúde.

DISCUSSÃO

A atuação dos (as) assistentes sociais nas equipes multiprofissionais no contexto da pandemia por COVID-19 apresentou possibilidades muito interessantes, que demonstraram a potência que este profissional possui no desvelamento das relações sociais de classe, gênero e raça/etnia que circundam o atual momento. A natureza do trabalho do (a) assistente social e sua análise de conjuntura foram fatores fundantes para a superação de conceitos biologizantes, contribuindo, a partir de discussões com a equipe multiprofissional, para a superação de visões, que em consonância com ideais neoliberais, reforçam as desigualdades sociais e inviabilizam o atendimento em saúde universal, integral e equânime.

A realidade social da população usuária do PS/HSP durante a pandemia por COVID-19 nos alertou sobre desigualdades substanciais, dentre as quais destacam-se: famílias sem acesso à canais para comunicação para realização de videochamadas, assim como sem conhecimento para utilizar tal meio; sujeitos que tiveram contato direto com infectados pelo COVID-19 permanecendo em sua jornada laborativa, por receio da perda de vínculo trabalhista; famílias sem acesso a recursos materiais básicos para o cumprimento do isolamento social; mulheres sobrecarregadas com o trabalho doméstico e com o cuidado dos filhos, desigualmente atribuídos a elas; usuários (as) em situação de rua com dificuldades importantes de acesso a serviços de acolhimento; famílias com suas rendas comprometidas pela inviabilização do acesso a benefícios da seguridade social; entre tantas outras situações.

Essa realidade, que já se materializava anteriormente em nossa sociedade, se acirra no contexto da pandemia e, apesar de sua complexidade, em muitos casos, passa despercebida pela equipe de assistência em saúde ou com um título de secundariedade. É importante frisar que todos profissionais de saúde vivem um momento extremamente desgastante, que os requisita uma reinvenção diária, até mesmo no que diz respeito a sua prática profissional em um cenário onde lidamos com uma doença muito nova e ainda pouco estudada. Ainda sim, não podemos deixar de mencionar que o foco na resolução apenas clínica dos casos – que têm tido prioridade nas discussões no contexto da pandemia e que já possuíam espaço privilegiado anteriormente – não deve nortear as intervenções profissionais neste momento de forma isolada.

A integralidade do cuidado se faz fundamental e o (a) assistente social, em muitas situações, tem sido o (a) profissional que “alerta” a equipe multiprofissional acerca de tal

relevância, demarcando que conhecer a realidade social, econômica e cultural dos (as) usuários (as) é atribuição de todos profissionais da saúde, quando nos comprometemos com a efetivação do SUS de forma integral, universal e de qualidade.

Quando pensamos na atual conjuntura de pandemia mundial por COVID-19, refletir sobre as relações sociais de classe, gênero e raça/etnia é primordial, inclusive, para compreender que talvez não estejamos juntos no mesmo barco no enfrentamento deste colapso sanitário, como amplamente difundido por governantes, sujeitos e mídias. David Harvey na publicação intitulada "Coronavírus e a luta de classes" (HARVEY, et al, 2020, p. 21-22) reitera essa reflexão quando expõe pontos norteadores da situação norte-americana:

Embora os esforços de mitigação estejam convenientemente camuflados na retórica de que "estamos todos juntos nisto", as práticas, particularmente por parte dos governos nacionais, sugerem motivações mais sinistras. A classe trabalhadora contemporânea nos Estados Unidos (composta predominantemente por afro-americanos, latinos e mulheres assalariadas) enfrenta a desagradável escolha da contaminação em nome do cuidado e da manutenção de elementos-chave de provisão (como supermercados) abertos ou do desemprego sem benefícios (como cuidados de saúde adequados). Assalariados (como eu) trabalham em casa e recebem seu pagamento como antes, enquanto os CEOs voam em jatos e helicópteros particulares.

O conceito ampliado de saúde difundido pela OMS nos convida, inclusive, a compreender que saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não, simplesmente, a ausência de doenças. Este conceito, portanto, ressalta as expressões da questão social e nos auxilia a perceber como o progresso da COVID-19 exhibe todas as características de uma pandemia de classe, de gênero e de raça (HARVEY et al, 2020), uma vez que a saúde dialoga diretamente com o acesso material a bens e serviços, que encontra-se em nossa sociedade associado a tais relações estruturais.

Exemplos disto materializam-se nos dados evidenciados no percurso da COVID-19 em nosso país, que demarcam que as consequências deste cenário são agravadas de acordo com a renda, a localização, o gênero e a raça/etnia dos sujeitos. Em São Paulo, por exemplo, um levantamento demonstra que os 20 bairros com mais mortes por COVID-19 localizam-se nas

regiões periféricas da cidade⁸; Os casos de feminicídio, nesta mesma cidade, aumentaram 41,4% nos meses de março e abril de 2020, comparados com o mesmo período do ano anterior⁹; No país como um todo, dados mostram que COVID-19 mata 55% dos negros e 38% dos brancos¹⁰.

Estas são apenas algumas evidências do impacto diferenciado que o novo coronavírus possui para determinados sujeitos, que vivenciam em seu cotidiano condições materiais com significativas limitações. Se pensarmos que as principais providências de prevenção da doença, exigem medidas de higienização contínua das mãos e que cerca de 48% das casas brasileiras não possuem acesso a saneamento básico, sendo 44,5% destes sujeitos negros e pardos (IBGE, 2019), veremos que certamente estamos na mesma tempestade, entretanto, não no mesmo barco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ano de 2020 é demarcado pela crise sanitária decorrente do coronavírus, doença declarada pela OMS como uma pandemia de proporções globais, que alterou de forma substancial a organização da sociedade e dos serviços de saúde. É fundamental demarcar que tal crise emerge e é combinada com a crise estrutural do capitalismo em sua fase neoliberal. Esse cenário torna evidente que tal pandemia acirra a luta de classes e aprofunda o abismo das desigualdades sociais de gênero e de raça/etnia, presentes no Brasil e no mundo, inerentes e estruturantes desse sistema de dominação.

Desde sua instituição enquanto política pública de saúde, o SUS vem sendo desmontado e subfinanciado, disputando espaço com o setor privado, que vem conquistando a ideia da saúde como mercadoria. Reafirmamos que mesmo com todos os percalços, esse sistema vem travando uma batalha contra as desigualdades sociais historicamente construídas no Brasil e

⁸Disponível em: <https://cutt.ly/SyMUSda>. Acesso em: 08 de junho de 2020 .

⁹Disponível em: <https://cutt.ly/AyMUPHT>. Acesso em: 08 de junho de 2020.

¹⁰Disponível em: <https://cutt.ly/1yMUU1O>. Acesso em: 08 de junho de 2020.

ainda mais evidentes diante do novo coronavírus. Tal fato demonstra a importância da defesa de uma saúde pública universal, integral e equânime.

Nesta conjuntura, se acirram ainda, as ações autoritárias assumidas por parte do Estado brasileiro, que a partir de uma perspectiva ultraneoliberal com nítidos traços fascistas, reafirma os preceitos históricos da burguesia e assola os direitos da classe trabalhadora. Ao mesmo tempo, vivenciamos o desafio da superação de práticas focalizadas, fragmentadas e biologicistas no interior dos serviços de saúde, reforçadas de forma macrosocietária, que minam os ganhos preconizados à partir da Reforma Sanitária Brasileira.

O (a) assistente social se faz ainda mais importante neste cenário, visto também o acirramento das expressões da questão social e dos determinantes de gênero e raça/etnia, que não devem ser secundarizados neste debate. Esse profissional, diante das dimensões técnico-operativa, ético-política e teórico-metodológica tem a possibilidade de atuar junto a equipe multiprofissional, à partir de uma perspectiva da saúde coletiva, que auxilia na disseminação e incorporação do conceito ampliado de saúde, possibilitando uma atenção integral, tão valiosa frente o período histórico que vivemos. Por fim, não podemos deixar de citar a urgência do reordenamento das relações sociais, visto que o capitalismo em sua fase neoliberal mostra-se cada vez mais incompatível com a sociabilidade humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, E. M. L. et al. Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. Rio de Janeiro: *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, p. 2423-2446, 2020.

BRASIL. Portaria nº 1.600, de 7 de julho de 2011. Reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde (SUS). *Diário Oficial da União*, 2011.

CFESS. Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de saúde. Brasília: CFESS, p. 82, 2010.

CISNE, M. Relações sociais de sexo, "raça"/etnia e classe: uma análise feminista-materialista. Brasília: *Temporalis*, ano 14, n. 28, p. 133-149, julho-dezembro, 2014.

ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA. Centro de Estudos e Pesquisas em Emergências e Desastres em Saúde. A gestão de riscos e governança na pandemia por covid-19 no Brasil:

análise dos decretos estaduais no primeiro mês – relatório técnico e sumário executivo. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2020.

GIGLIO-JACQUEMOT, A. Urgências e Emergências em Saúde: perspectivas de profissionais e usuários. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

HARVEY, D. et al. Coronavírus e a luta de classes. Brasil: Terra sem Amos, 2020.

IBGE. Desigualdade Social por cor ou raça no Brasil. IBGE, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 13/04/2020.

KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. São Paulo: Novos Estudos (Cebap), São Paulo, n. 86, mar. 2010.

MOREIRA, E. et al. Em tempos de pandemia: Propostas para a defesa da vida e de direitos sociais. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro – Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Escola de Serviço Social, 2020.

MOTA, A. E. et al. Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2009.

SAFFIOTI, H. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SPOSATI, A. de O. COVID-19 Revela a Desigualdade de Condições da Vida dos Brasileiros. Revista NAU Social – v.11, n.20, p. 101 – 103 Mai/Out 2020.

**PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM URGÊNCIA E EMERGÊNCIA:
ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS INTERNADOS NO PRONTO SOCORRO DO HOSPITAL
SÃO PAULO E SEUS FAMILIARES EM TEMPOS DE PANDEMIA PELO COVID-19.**

**PROGRAMA DE RESIDENCIA MULTIPROFESIONAL EN EMERGENCIA Y EMERGENCIA:
ATENCIÓN A USUARIOS HOSPITAL HOSPITAL Y SUS FAMILIAS, EN TIEMPOS DE PANDEMIA
POR COVID-19.**

Jéssica de Andrade¹
Ana Maria Santana de Alcântara²
Cristhiene Montone Nunes Ramires³

Resumo: Este trabalho tem como objetivo elucidar sobre a atuação do residente de Serviço Social aos usuários internados no Pronto Socorro do HU – Hospital São Paulo, a partir da declaração de Pandemia do COVID-19 em 11 de Março de 2020, através da Organização Mundial da Saúde – OMS, mediante relato de experiência. Diante de tal fato, as práticas profissionais do Serviço Social necessitaram de novos arranjos e discussões conjuntas, para garantir a assistência integral aos usuários que acessam a política pública de saúde, pautando sempre nas legislações, decretos e portarias vigentes. Para o desenvolvimento metodológico deste artigo, utilizou-se uma abordagem qualitativa e observação empírica da realidade, buscando respaldar-se em revisão de literatura, legislações pertinentes e pesquisa documental e assim, subsidiar as reflexões e discussões transcorridas durante o estudo.

Palavras-chave: Serviço Social. Residência Hospitalar. COVID-19

Resumen: Este trabajo tiene como objetivo dilucidar el rol del residente de Trabajo Social a los usuarios hospitalizados en la Sala de Emergencias de HU – Hospital São Paulo, a partir de la declaración de Pandemia de COVID-19 el 11 de marzo de 2020, a través de la Organización Mundial de la Salud. – OMS, mediante informe de experiencia. Ante este hecho, las prácticas profesionales de Trabajo Social requirieron nuevos arreglos y discusiones conjuntas, para garantizar una asistencia integral a los usuarios que acceden a la política de salud pública, siempre con base en las leyes, decretos y ordenanzas vigentes. Para el desarrollo metodológico de este artículo se utilizó un enfoque cualitativo y de observación empírica de la realidad, buscando apoyar la revisión de la literatura, la legislación relevante y la investigación documental y, así, subsidiar las reflexiones y discusiones que tuvieron lugar durante el estudio.

Palabras clave: Trabajo social. Residencia hospitalaria. COVID-19

¹ Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Anhanguera. Assistente Social – Residente Multiprofissional da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP. Email: andrade.jessica@unifesp.br

² Assistente Social, Mestrado em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de São Paulo. Assistente Social da Universidade Federal de São Paulo / Hospital São Paulo, tutora da Residência Multiprofissional da UNIFESP. Email: ana.santana@huhsp.org.br

³ Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela FAPSS –SP. Mestrado em Reabilitação do Equilíbrio Corporal e Inclusão Social pela Universidade Bandeirantes. Assistente Social da Universidade Federal de São Paulo / Hospital São Paulo, tutora e Representante do Serviço Social na Residência Multiprofissional da UNIFESP. Email: cramires@huhsp.org.br

INTRODUÇÃO

Considerando o cenário de pandemia e a atuação, enquanto residente de Serviço Social, foi estabelecido como objetivo geral deste estudo, materializar e descrever como se deram os atendimentos aos usuários internados no Pronto Socorro do HU – Hospital São Paulo, a partir da declaração de Pandemia pelo COVID-19. Os objetivos específicos se concentram no conhecimento da atual conjuntura quanto aos documentos, legislações, portarias e afins, que norteiam a prática profissional do Serviço Social, discutir o papel da Residência Multiprofissional em Área de Saúde, levando em conta o cenário de Pandemia e a partir da materialização de tal artigo; contribuir para a atuação dos demais profissionais em contextos de calamidade pública.

As Residências Multiprofissionais em Saúde foram criadas a partir da promulgação da Lei nº 11.129 de 2005 e são consideradas uma pós-graduação lato sensu (Especialização), voltada para o treinamento em serviço, destinada às categorias que integram a área de saúde, a saber: Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Psicologia, Serviço Social e Terapia Ocupacional.

A UNIFESP é reconhecida como instituição especializada nas ciências da saúde e responsável pela formação de recursos humanos qualificados e pelo desenvolvimento da pesquisa científica em saúde. Atualmente, é responsável pela formação de residentes multiprofissionais de 17 programas (GEOCZE, 2012).

Constituído como campo de prática, o Hospital São Paulo – HSP é um dos mais importantes Centros de referência em alta complexidade do País, trata-se de um Hospital Universitário, vinculado à UNIFESP, de grande porte, onde atende diariamente uma enorme quantidade de demandas postas pelos usuários/as que acessam serviços de saúde, seja por via ambulatorial ou pelo Pronto Socorro/ Pronto Atendimento. É responsável na grande São Paulo, por prover a cobertura de uma área que alcança mais de 5 milhões de habitantes, bem como recebe usuários/as provenientes de outros Municípios e Estados da Federação (GEOCZE, 2012).

No cenário mundial, vivencia-se no ano de 2020, uma pandemia causada pelo novo

Programa de residência multiprofissional em urgência e emergência: atendimento aos usuários internados no Pronto Socorro do Hospital São Paulo e seus familiares, em tempos de pandemia pelo COVID-19. Coronavírus, declarado pela Organização Mundial da Saúde – OMS, no dia 11 de Março, a partir disso, diversas medidas para combate e enfrentamento surgiram. Vale citar a Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), que objetiva minimizar o contágio e a disseminação do vírus.

DESENVOLVIMENTO

A Lei 8080, de 19 de Setembro de 1990, em seu Artº 2 dispõe que “a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício”, ainda em seu § 1º estabelece que, “o dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.”

Partindo deste pressuposto, é possível identificar no Pronto Socorro do Hospital São Paulo – PS HSP, que atualmente funciona como Unidade de Pronto Atendimento – UPA Vila Mariana, um canal de garantia de tal direito à população que acessa tal serviço. Por se tratar de um hospital escola, ainda assegura e preconiza a formação de Recursos Humanos, a fim de atuar na política pública de saúde, através do Sistema Único de Saúde – SUS, conforme indica a própria política ao sinalizar para o campo de sua atuação (GEOCZE,2012).

Neste sentido, de acordo com o HSP, todo seu trabalho é voltado numa estrutura base de condições específicas e metodologias a serem aprimoradas no atendimento aos pacientes que necessitam de uma atenção mais específica. “O Serviço de Urgência/ Emergência do Hospital São Paulo presta atendimentos a usuários adultos e pediátricos e é composto por diferentes especialidades médicas” ainda “segundo a Portaria 479/1999, o Hospital São Paulo é um Hospital Tipo III, pois possui recursos tecnológicos e humanos adequados para o atendimento geral das urgências/emergências clínicas, cirúrgicas e traumatológicas e desempenham atribuições de capacitação, aprimoramento e atualização dos recursos humanos envolvidos com as atividades da atenção às urgências/emergências.” (FERNANDES, 2011, p. 32).

Programa de residência multiprofissional em urgência e emergência: atendimento aos usuários internados no Pronto Socorro do Hospital São Paulo e seus familiares, em tempos de pandemia pelo COVID-19.

O Serviço Social, por sua vez, atua em conjunto com a equipe interprofissional nos atendimentos aos/às usuários/as que procuram o serviço de pronto atendimento, de pronto socorro e os que permanecem internados nas diversas unidades do serviço de emergência.

Nesse sentido, a equipe do Serviço Social do Pronto Socorro dentre as diversas atribuições profissionais, tem como uma de suas estratégias de trabalho identificar através do censo de internados das unidades, os pacientes que ainda não foram atendidos pelo Serviço Social, realizando-se então, a "visita no leito hospitalar, abordando paciente e/ou acompanhantes." Esse procedimento faz-se uma rotina, sendo diária tal abordagem presencial aos usuários e a posterior avaliação social.

O Serviço Social que realizava diariamente suas intervenções de forma presencial, em todas as unidades de internação, com abordagens aos usuários internados e aos amigos/as ou familiares, durante as visitas, precisou realizar discussões constantes sobre como se dariam tais atendimentos nas unidades de isolamento da Covid-19, a fim de repensar novas práticas, respaldadas em legislações vigentes e de modo que garanta o atendimento humanizado aos usuários.

Diante da impossibilidade em realizar as visitas hospitalares, os responsáveis pelos pacientes, sendo em sua maioria amigos e/ ou familiares, na busca em obter informações sobre o quadro clínico, encontram como uma das alternativas o contato telefônico com a instituição, onde as ligações são frequentemente transferidas ao Serviço Social, a fim de obter maiores esclarecimentos.

Assim, percebeu-se a necessidade em adequar a abordagem do residente de Serviço Social aos responsáveis (amigos e familiares), que passou a realizar busca ativa de forma remota - através do contato telefônico, buscando manter o atendimento e orientações aos familiares e/ou acompanhantes presencialmente aos que compareciam ao PS-HSP.

RESULTADO E DISCUSSÃO

A partir da declaração de pandemia, os serviços de saúde passaram a se adequar às medidas de contingenciamento do vírus, segundo a Portaria nº 356 de 11 de março de 2020

Programa de residência multiprofissional em urgência e emergência: atendimento aos usuários internados no Pronto Socorro do Hospital São Paulo e seus familiares, em tempos de pandemia pelo COVID-19. do Ministério da Saúde. O documento estabelece as medidas para enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), podemos destacar:

Art. 3º A medida de isolamento objetiva a separação de pessoas sintomáticas ou assintomáticas, em investigação clínica e laboratorial, de maneira a evitar a propagação da infecção e transmissão local.

Art. 4º A medida de quarentena tem como objetivo garantir a manutenção dos serviços de saúde em local certo e determinado.

Considerando o cenário apresentado e tais medidas, que visam minimizar o contágio e a disseminação do vírus, o PS-HSP e as demais unidades de internação se organizam estruturalmente e quanto aos fluxos de profissionais nas dependências da instituição. No que tange ao isolamento de pacientes com suspeitas e que testaram positivos para a COVID-19, através de exames laboratoriais.

Inclui-se, além da reorganização operacional do setor, a readequação da metodologia do diálogo, que antes da pandemia era realizado presencialmente pela equipe médica, a fim de repassar o Boletim Clínico, com informações referente ao estado de saúde dos pacientes internados e esclarecimentos de dúvidas, contudo atualmente passou a ser repassado de forma remota, através de contatos telefônicos ou videoconferência ou quando presencialmente, autoriza-se apenas o comparecimento de um representante, com horário estabelecido.

Conforme descrito no Projeto Ético Político Profissional, constitui compromisso de Assistentes Sociais atuar nos atendimentos aos usuários dos serviços públicos e de situações de calamidade pública, como expressa em seu art 3º (CFESS, 1993).

Diante de tal realidade, o Programa de Residência em Urgência e Emergência, junto com seus residentes, incluindo o Serviço Social, iniciaram discussões e reflexões quanto a reorganização das práticas profissionais nesse cenário, contando com a participação ativa da Coordenação do programa e em consonância com os conteúdos das novas orientações sobre o exercício profissional diante da pandemia do Covid-19.

Em relação aos assistentes sociais, foi publicado documento em 18 de Maio de 2020,

Programa de residência multiprofissional em urgência e emergência: atendimento aos usuários internados no Pronto Socorro do Hospital São Paulo e seus familiares, em tempos de pandemia pelo COVID-19, sendo este o mais atualizada e recente, elaborado pelo Conselho Regional de Serviço Social – CRESS da 9ª região, que complementa o documento orientativo aos profissionais do estado de São Paulo, publicado em 20 de março de 2020, que orienta, entre outras questões, ao direcionamento quanto os atendimentos de forma remota, além da construção coletiva referente às propostas de atendimentos.

Essa nova proposta de atendimento considera, ainda, as orientações realizadas pelas autoridades de saúde pública, amplamente divulgadas em vários canais oficiais de comunicação e na mídia em geral, que pauta-se em: evitar aglomerações nos serviços de saúde, contando com a suspensão de determinadas atividades; utilização correta dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) em todos os atendimentos; tomar todas as medidas de higienização, dentre outras (Brasil, 2020).

Assim, compreende-se que cabe ao Serviço Social – numa ação necessariamente articulada com outros segmentos que defendem o aprofundamento do Sistema Único de Saúde (SUS) – formular estratégias que busquem reforçar ou criar experiências nos serviços de saúde que efetivem o direito social à saúde, atentando que o trabalho do assistente social que queira ter como norte o projeto ético político profissional tem de, necessariamente, estar articulado ao projeto da reforma sanitária (MATOS, 2003; BRAVO; MATOS, 2004).

Aos usuários internados no Pronto Socorro do Hospital São Paulo, compreende-se que as orientações e acompanhamentos se direcionam aos representantes destes que compõem sua rede de suporte social, seja ela representada por amigos, família ou pessoas na qual eles mantenham vínculos.

A fim de evitar aglomerações e atuando em consonância com a equipe interdisciplinar que, conforme citado anteriormente, vem realizando os repasses informativos de forma remota ou solicitando que apenas uma pessoa compareça presencialmente ao equipamento de saúde, o residente de Serviço Social realiza tais atendimentos via contato telefônico.

Durante o contato telefônico são levantadas informações acerca do contexto social e familiar dos/as usuários/as, identificação da principal referência para dialogar durante a internação, realizam-se orientações sobre a concessão de direitos sociais, trabalhistas, assistenciais, entre outras, elucida-se sobre a reestruturação do serviço em tempos de pandemia, além da disponibilização do espaço para o esclarecimento de dúvidas, dentre outras

Programa de residência multiprofissional em urgência e emergência: atendimento aos usuários internados no Pronto Socorro do Hospital São Paulo e seus familiares, em tempos de pandemia pelo COVID-19. orientações e informações.

Importante destacar que os atendimentos remotos têm seguido critérios e cuidados, de modo que garantam o sigilo profissional, verificação da pessoa ou familiar que receberá tal atendimento via telefone, de modo que não ofereça riscos à pessoa/família. Ao final de cada contato, são reiteradas as orientações, bem como os encaminhamentos realizados, a fim de sanar eventuais dúvidas acerca do que foi repassado e sempre, nos colocamos à disposição, para maiores esclarecimentos e seguimento, caso se faça necessário. Consideramos que tal organização se configura excepcionalmente, diante do contexto de pandemia e tais cuidados foram tomados, seguindo as orientações realizadas pelo CRESS.

A finalidade do trabalho profissional de Assistentes Sociais é a qualidade com os serviços prestados aos usuários. Tal qualidade se constrói na realidade, logo em condições objetivas. Assim, considerando a pandemia que vivemos, precisamos, de fato, diminuir ao máximo o contato com o público (MATOS, 2020). Os atendimentos remotos, respeitando os preceitos das orientações do CRESS, tem sido uma estratégia organizacional efetiva.

Quanto aos atendimentos presenciais, os acolhimentos ocorrem na sala do Serviço Social, permitindo a entrada de um representante, familiar ou amigo/a por vez, sempre higienizando o local e mantendo a distância permitida. Ações estratégicas que garantem a não aglomeração e diminuição do risco de contágio aos profissionais e aos usuários/as.

Compreende-se que o sigilo profissional é um fator importante a ser levantado, sendo orientado aos usuários/as que tal condição de atendimento se dá de maneira excepcional, dado contexto de pandemia atual, sendo participativo e democrático tal ação, que prontamente tem sido aceito por eles/as. Contudo, cabe aos profissionais a leitura das possibilidades.

Interlocuções com a rede socioassistencial de atendimentos e proteção social têm sido realizadas de forma remota, em consonância com os usuários, de modo que garanta a autonomia e emancipação destes, além de seguimento do diálogo, a fim de garantir o alcance do bem comum; a atenção integral à saúde e as demais políticas públicas.

Nesta atual conjuntura de pandemia, no qual nos deparamos com a necessidade de nos reorganizarmos, como instituição e como profissionais, em específico da política pública de saúde e se tratando da profissão de Serviço Social, a probabilidade de surgir no cotidiano do

Programa de residência multiprofissional em urgência e emergência: atendimento aos usuários internados no Pronto Socorro do Hospital São Paulo e seus familiares, em tempos de pandemia pelo COVID-19. exercício profissional, demandas que contrariam o que determinam nossas competências e atribuições privativas. Neste momento, devemos nos manter atualizados e munidos quanto às orientações que constam nas normativas e instrumentos que norteiam e embasam nossa prática.

A exemplo disso, no agravamento da pandemia, e aumento de casos de óbitos, presenciar a demanda de comunicação de óbito de pacientes internados por COVID-19, através do Assistente Social é algo recorrente. “A equipe de saúde e/ou os empregadores, frente às condições de trabalho e/ou falta de conhecimento das competências dos assistentes sociais, têm historicamente requisitado a eles diversas ações que não são atribuições dos mesmos” (CFESS, 2010). Aqui verificamos a comunicação de óbito não sendo uma competência do Assistente Social.

O CRESS se pronunciou acerca disso e repassou aos profissionais a seguinte orientação:

Reforçamos, portanto, que toda notícia clínica ou óbito da/o paciente, seja pelo meio que for (telefone, vídeo, foto e afins) não é de responsabilidade da/o assistente social, pois o mesmo não possui competência profissional para cumprir essa função, que deve ser delegada às/aos profissionais qualificados/as para este fim, conforme Orientação Normativa n. 3 do CFESS emitida em 31 de março de 2020, que dispõe sobre ações de comunicação de boletins de saúde e óbitos por assistentes sociais.

Tal pronunciamento se deu, visto que, de forma equivocada, instituições e entidades representativas têm requisitado do/a Assistente Social tal comunicação.

Segundo Martinelli (2007), em cada ação profissional são atribuídos e articulados conhecimentos, saberes e práticas que, por meio de uma extensa rede composta por mediações e apropriando-se do uso correto de instrumentais de trabalho, a fim de alcançar tais resultados esperados, qual seja: a qualidade dos serviços prestados e a assistência integral aos/às usuários/as.

Dessa forma é preciso estabelecer estratégias que vão ao encontro à capacidade do/a Assistente Social em realizar um atendimento mais eficaz. Partindo disso, deve ser construído diariamente, a partir de ações propositivas, posicionamentos e familiarização com as demandas recebidas no seu dia a dia. Essa percepção deve ser conduzida de forma coletiva e participativa com a categoria profissional, para que tais demandas possam ser atendidas.

A partir desta contextualização, é preciso estabelecer uma posição efetiva para o

Programa de residência multiprofissional em urgência e emergência: atendimento aos usuários internados no Pronto Socorro do Hospital São Paulo e seus familiares, em tempos de pandemia pelo COVID-19. estabelecimento do aprimoramento das condições de atendimento de Assistentes Sociais na área da saúde. Isso possibilita a democratização de informações, mediação de diálogos, fluxos de atendimentos, ações socioeducativas, entre outras. Refere-se a uma condição de enfrentamento de ideias que poderão auxiliar e confirmar a relevância do/a Assistente Social na área da saúde em consonância com as demandas que são postas no seu cotidiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se que a pandemia pela covid-19, modificou de maneira significativa o cotidiano das sociedades, dos serviços de saúde, portanto ressaltamos a importância em realizar mais produções e discussões reflexivas sobre tal cenário, que tem provocado o acréscimo das desigualdades sociais e apresentando a importância de manter um Sistema de Saúde efetivo, universal, integral e de qualidade.

Foram elencadas e discutidas de forma sucinta a atuação dos Residentes Multiprofissionais de Serviço Social durante a Pandemia, considerados profissionais da linha de frente do combate ao novo Coronavírus. Importante ressaltar também, que tal formação seja amplamente discutida e materializada, a partir de estudos que tratam sobre tal temática, um campo considerado fértil para a formação qualificada de profissionais da saúde, mas também repleto de desafios e contradições a serem desveladas.

Por fim, desejo que tal estudo possa contribuir para a prática profissional dos demais Residentes multiprofissionais em área de saúde e que fortaleçam-nos, a partir de ações coletivas entre si e com a interlocução contínua entre os demais atores envolvidos, pautando-se numa formação democrática e participativa, formando profissionais capazes de lidar com os desafios postos pelas demandas apresentadas pelos/as usuários/as e mesmo, em situações de calamidade pública, como a que vivemos atualmente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Orgânica da Saúde de nº 8.080 de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília: Ministério da

Programa de residência multiprofissional em urgência e emergência: atendimento aos usuários internados no Pronto Socorro do Hospital São Paulo e seus familiares, em tempos de pandemia pelo COVID-19. Saúde, 1990.

BRASIL. Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude - CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nº s 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

BRASIL. Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Brasília: Ministério da Saúde, 2020.

BRASIL. Portaria nº 356, de 11 de março de 2020. Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19). Diário Oficial da União, 2020

BRASIL. Portaria nº 1.600, de 7 de julho de 2011. Reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Código de Ética do Assistente Social. Brasília: CFESS, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de Assistência Social. Série trabalho e projeto profissional nas políticas sociais, nº1, Brasília: CFESS, 2009.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL. Novas orientações do CRESS-SP para Assistentes Sociais sobre o trabalho profissional diante da pandemia do coronavírus COVID - 19. Brasília: CRESS, 2020.

FERNANDES, Sandra. O Pronto Socorro do Hospital São Paulo: Entre o Ensino e a Assistência. 2011. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Disponível em: <http://repositorio.unifesp.br/bitstream/handle/11600/9865/Publico-12729.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acessado em: 04 de Maio de 2020.

GEOCZE, Luciana Projeto Pedagógico Programa de Residência Multiprofissional ou em Área Profissional da Saúde Processo de Autorização. São Paulo - SP, 2012. Disponível em: <https://www.unifesp.br/reitoria/proec/images/projeto-pedagogico5.pdf>. Acesso: 19 Jun 2020.

MARTINELLI, M. L. O exercício profissional do assistente social na área da Saúde: Algumas reflexões éticas. Serviço Social & Saúde. São Paulo: UNICAMP, v. 6, (VI) p.21-34, maio, 2007.

MATOS, M. C. de. Serviço Social, ética e saúde: reflexões para o exercício profissional. 2ª ed. São Paulo, Cortez: 2017

MATOS, Maurilio. A pandemia do coronavírus (COVID-19) e o trabalho de assistentes sociais na saúde. Disponível em: <<http://www.cress-es.org.br/wp-content/uploads/2020/04/Artigo-A-pandemia-do-coronav%C3%ADrus-COVID-19-e-o-trabalho-de-assistentes-sociais-na-sa%C3%BAde-2.pdf>> . Acessado em 19 de Maio de 2020

OS INVISÍVEIS SOCIAIS: O ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM TEMPOS DE PANDEMIA.

THE SOCIAL INVISIBLES: ASSISTANCE TO USERS OF THE SOCIAL ASSISTANCE POLICY IN TIMES OF PANDEMIC.

Caroline Lane Lopes Silves¹

Isabela Maciel Pires²

Resumo: O presente artigo traz uma reflexão sobre a atuação do assistente social e do psicólogo, na política de Assistência Social, mais especificamente no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) do município de Niterói. Tem como objetivo mostrar os limites e possibilidades de atendimento neste espaço sócio ocupacional, tal como o enfrentamento pela garantia de direitos e acesso aos benefícios sócio assistenciais dos usuários, frente à pandemia do Novo Coronavírus, contribuindo para reflexão sobre a atuação do assistente social e do psicólogo neste período de isolamento social. O estudo tem por metodologia a pesquisa bibliográfica e relatos decorrentes do fazer profissional nesse espaço sócio ocupacional.

Palavras-chave: Assistência Social; CREAS; pandemia de Covid-19; acompanhamento social.

Abstract: This article reflects on the role of the social worker and the psychologist in the Social Assistance policy, more specifically at the Specialized Reference Center for Social Assistance (CREAS) in the city of Niterói. It aims to show the limits and possibilities of assistance in this socio-occupational space, such as coping with the guarantee of rights and access to social assistance benefits for users, in the face of the New Coronavirus pandemic, contributing to reflection on the performance of the social worker and the psychologist in this period of social isolation. The study has as methodology the bibliographic research and reports resulting from the professional doing in this socio-occupational space.

Key words: Social assistance; CREAS; Covid-19 pandemic; social support.

¹ Assistente Social. Graduação em Serviço Social pelo Centro Universitário Plínio Leite - Niterói/RJ. Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Públicas (FAGOC/RJ). Assistente Social da Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Niterói (CREAS). E-mail: lanesilvares@hotmail.com.br

² Psicóloga. Graduação em Psicologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pós-Graduação em Psicologia Jurídica (UERJ). Psicóloga da Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Niterói (CREAS). E-mail: isamacielpires@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Este artigo pretende realizar uma reflexão sobre a atuação do assistente social e do psicólogo na Política de Assistência Social, mais especificamente no Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) Centro, no município de Niterói/RJ. Busca também mostrar os limites e possibilidades de intervenção neste espaço sócio ocupacional, em tempos de pandemia.

Tem como motivação principal inquietações perante o cenário de retrocesso e perdas de direitos conquistados pela classe trabalhadora, além do congelamento do repasse dos recursos para a Política de Assistência, que se intensificaram no atual contexto que vivenciamos.

O Brasil é um país que apresenta grande desigualdade na distribuição de renda, onde grande parte da população vive em extrema pobreza e um pequeno grupo detém a maior parte da riqueza produzida. Nesse projeto de Estado que não se responsabiliza pelas questões sociais, a desigualdade se perpetua e acentua. Desta forma, acredita-se que os profissionais de Serviço Social e Psicologia, inseridos neste espaço socioassistencial que trabalha com as desigualdades, podem vir a contribuir para a efetivação e garantia de direitos.

A temática torna-se relevante para as áreas do Serviço Social e da Psicologia porque o campo da Assistência não é somente o espaço onde se efetivam direitos negados, mas também é espaço onde se trabalha a formação de consciência. Assim, faz-se necessária uma análise crítica constante do fazer profissional, que contemple o desafio da totalidade, já que se vive em um contexto neoliberal que afeta não apenas as políticas sociais, como também as relações sociais.

A pesquisa, do tipo exploratória-descritiva, caracteriza-se como qualitativa. Nesse sentido, após a fase de levantamento bibliográfico, foi realizada uma triagem de todo material que aborda em específico o assunto em estudo. Visa a analisar os impactos práticos da pandemia na atuação do assistente social e do psicólogo, visto que a pandemia de Covid-19 vem produzindo impactos não apenas de ordem biomédica e epidemiológica em escala global, mas também consequências sociais, econômicas, políticas, culturais e históricas. O número crescente de infectados e mortos contribui diretamente para a sobrecarga dos sistemas de saúde, expondo principalmente a população e grupos vulneráveis, além de impactar a saúde mental das pessoas em tempos de confinamento e temor pelo risco de adoecimento e morte.

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Assistência Social é uma política pública não contributiva que faz parte da seguridade social prevista na Constituição Federal de 1988 tendo como público alvo quem dela necessitar. Segundo Sposati (1998, p.7), diferentemente da extensiva universalidade da saúde e do seletivo critério jurídico contábil da previdência social, a assistência social usa um critério particular, o mérito ou o valor da necessidade, para definir sua demanda. Os processos, mecanismos e instrumentos de sua operacionalização estão regulamentados pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS), de 2004, e pela Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS), de 2005, ano em que o Sistema Único da Assistência Social é implantado no território brasileiro.

A assistência social deve se organizar para a garantia de direitos sociais, operando serviços, projetos, programas e benefícios de forma integrada às demais políticas. Sendo estruturada em forma de um sistema, tem como características a noção de território, centralidade no atendimento à família, garantia de atenção diferenciada por níveis de proteção social (básica especial) e gestão compartilhada das ações entre Estado e sociedade civil. A PNAS destina-se às pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade econômica e social, que segundo Motta (2009, p. 45), são indivíduos "que vivem com baixa remuneração (abaixo da linha da pobreza ou da indigência), que necessitam das ações da assistência social para provê sua sobrevivência", visto que estes são considerados inaptos para o mercado de trabalho.

A Política Nacional de Assistência Social atua juntamente com outras políticas setoriais, considerando as desigualdades sociais por territórios em espaços geográficos, visto que territorialidade é a maneira que determinado indivíduo ou grupo atribui pertencimento sobre determinado espaço, ou seja, seu modo de vida, seus hábitos, enfim, sua cultura, naquele território. Desta maneira, é possível identificar as particularidades e especificidades dos territórios para criar modos eficazes de enfrentamento, procurando formas e meios de garantir os mínimos sociais e a universalização de direitos.

As ações da assistência social são organizadas pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) por meio da Proteção Social, que é a garantia de inclusão, de todos os cidadãos que se encontram em situação de vulnerabilidade e/ou risco, na rede de Proteção Social do

território, sendo esta Proteção hierarquizada em Proteção Social Básica ou Proteção Social Especial, de acordo com a demanda apresentada.

Entende-se por Proteção Social Básica aquela que tem como objetivo prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e fortalecimentos de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos-relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

A proteção social básica é ofertada nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), locais que se constituem como unidades públicas municipais localizadas em territórios com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinando-se à prestação de serviços socioassistenciais às famílias e indivíduos, e à articulação dos seguintes serviços, ofertados por esse equipamento: Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.

A Proteção Social Especial é destinada às famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras situações de violações dos direitos. Na Proteção Social Especial, há dois níveis de complexidade: média e alta.

A Proteção Social de Alta Complexidade garante a proteção integral - moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido - para famílias e indivíduos que estejam em situação de violação de direitos e/ou com vínculos familiares e comunitários rompidos. São ofertados serviços de Acolhimento Institucional, nas modalidades de Abrigo Institucional, Casa Lar, Casa de Passagem e Residência Inclusiva, Serviço de Acolhimento em República, Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora e Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergência.

Ressaltamos que na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais há uma variação nos serviços ofertados pelos municípios, e, desta forma, em Niterói, a Proteção Social de Alta Complexidade é ofertada por meio dos Abrigos Institucionais, Serviço de Acolhimento em

Família Acolhedora e Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergência.

A Proteção Social de Média Complexidade destina-se à oferta de serviços pelos Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), que são equipamentos voltados para famílias e indivíduos que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados. Envolvem, portanto, famílias em situação de violência física, psicológica, sexual (abuso, exploração), adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas ou sob medidas de proteção, tráfico de pessoas, situação de rua, abandono, trabalho infantil, discriminação por orientação sexual, raça, etnia, entre outras. Sua ação ocorre por meio da oferta de apoio, orientações e acompanhamentos para superação dessas situações através da promoção de direitos e do fortalecimento das relações familiares e sociais.

Os CREAS devem, obrigatoriamente, ofertar os serviços de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), Abordagem Social e o Serviço para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas famílias. São, ainda, unidades de oferta do Serviço de Medida Socioeducativa em meio aberto (MSE). Para alcançar os objetivos, as equipes de PAEFI e MSE desenvolvem trabalho social realizado por equipe composta por profissionais de diversas áreas, como assistentes sociais, psicólogos e advogados. Entre as atividades, estão a identificação das necessidades das pessoas que buscam ou são encaminhadas ao CREAS; atenção especializada; orientação sobre direitos; encaminhamento para outros serviços da Assistência Social e de outras políticas, como saúde, educação, trabalho e renda, habitação; orientação jurídica; acesso à documentação, entre outros.

Em tempos de pandemia, foram criadas estratégias de atendimento para dar continuidade aos acompanhamentos necessários neste momento tão complexo para sociedade civil em geral.

A PANDEMIA DE COVID-19 E OS IMPACTOS NO MUNDO DO TRABALHO

Segundo a Organização Mundial de Saúde³, uma pandemia é a disseminação mundial de uma nova doença. O termo é utilizado quando uma epidemia – grande surto que afeta uma região – se espalha por diferentes continentes com transmissão sustentada de pessoa para pessoa.

Em publicação de abril deste ano do Canal Ciência⁴, é informado que, em 2003, um coronavírus (SARS-CoV) foi identificado e associado à doença de Insuficiência Respiratória Aguda (SARS). Recentemente, foi identificado um novo coronavírus na região de Wuhan, na China, batizado provisoriamente de 2019-nCoV, mas que depois veio a ser conhecido como SARS-CoV-2, como é chamado atualmente. Tal vírus pode causar graves problemas respiratórios em parte dos humanos infectados, levando algumas dessas pessoas à morte.

As evidências científicas apontam que a transmissão desse vírus ocorre tanto de morcegos para humanos, quanto entre humanos. Apesar de o distanciamento social e o diagnóstico imediato serem medidas importantes para o controle dessa nova doença epidêmica, estudos que busquem analisar o local de origem do vírus, a relação dele com outras doenças virais, e como ele se adapta a diferentes lugares por meio de mutações, podem ajudar a entender a progressão da Covid-19, bem como servirem de base para o desenvolvimento de novos medicamentos.

No Brasil, o primeiro caso confirmado da Covid-19 ocorreu em fevereiro de 2020, tratando-se de um homem que teria vindo recentemente da Itália. A partir deste primeiro registro, o número de casos e óbitos tiveram um aumento consideravelmente preocupante. Diante da pandemia do novo Coronavírus, vários decretos foram publicados a fim de aumentar o distanciamento e o isolamento social.

De acordo com o Decreto Federal nº 10.282, de 20 de março de 2020, são considerados serviços essenciais:

- Assistência à saúde, incluídos os serviços médicos e hospitalares;
- Assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade;

³ SCHUELER, Paulo. *O que é uma Pandemia*. Disponível em: <<https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/noticias/1763-o-que-e-uma-pandemia>>. Acessado em 26/06/2020.

⁴ BENVENUTO, Domenico; GIOVANETTI, Marta; CICCOSZI, Alessandra; SPOTO, Silvia; ANGELETTI, Silvia; CICCOSZI, Massimo. Novo Coronavírus: origem e evolução baseadas em estudos filogenéticos. Disponível em: <<http://www.canalciencia.ibict.br/ciencia-em-sintese1/especial-covid-19/353-novo-coronavirus-origem-e-evolucao-baseadas-em-estudos-filogeneticos>>. Acesso em: 26/06/2020.

· Atividades de segurança pública e privada, incluídas a vigilância, a guarda e a custódia de presos;

· Atividades de defesa nacional e de defesa civil;

· Trânsito e transporte interestadual e internacional de passageiros;

· Telecomunicações e internet;

· Serviço de *call center*;

· Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, incluídos:

· Fornecimento de suprimentos para o funcionamento e manutenção das centrais geradoras e dos sistemas de transmissão e distribuição de energia; e

· As respectivas obras de engenharia;

· Produção, distribuição, comercialização e entrega, realizadas presencialmente ou por meio do comércio eletrônico, de produtos de saúde, higiene, limpeza, alimentos, bebidas e materiais de construção;

· Serviços funerários;

· Guarda, uso e controle de substâncias, materiais e equipamentos com elementos tóxicos, inflamáveis, radioativos ou de alto risco, definidos pelo ordenamento jurídico brasileiro, em atendimento aos requisitos de segurança sanitária, metrologia, controle ambiental e prevenção contra incêndios;

· Vigilância e certificações sanitárias e fitossanitárias;

· Prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais e de doença dos animais;

· Inspeção de alimentos, produtos e derivados de origem animal e vegetal, dentre outros;

Apesar da Política de Assistência Social ter sido caracterizada como serviço essencial, pouco se ouviu falar da importância desta durante os pronunciamentos dos governos, nas diferentes esferas de poder.

Com o avanço do número de casos de Covid-19 no Brasil, diversas orientações técnicas foram publicadas, na tentativa de assegurar aos profissionais padrões normativos para atuação e atendimento no contexto da pandemia, com foi o caso dos Conselhos Regionais de Assistência Social e Psicologia do estado do Rio de Janeiro. O CRESS/RJ orientou que os profissionais possam negociar coletivamente junto às chefias o revezamento das escalas de trabalho, possibilitando a redução de presença física nos serviços sem o comprometimento do atendimento à população. Nessa mesma perspectiva, o CRP/RJ orientou que os profissionais

estejam atentos à prestação de serviços em locais ventilados, não fechados, que permitam manter distância de um a dois metros entre pessoas, se possível. Não houve orientação das autoridades para suspensão de atividades, principalmente levando em consideração a importância da prestação do serviço socioassistencial nesse contexto adverso, em que demandas sociais ganham protagonismo.

LIMITES E POSSIBILIDADES DE ATENDIMENTO NO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Diante da pandemia, vários setores de serviços que empregam grande parte da população tiveram suas atividades suspensas, fato que agravou a crise financeira das famílias. Muitos trabalhadores perderam seus empregos ou tiveram uma diminuição considerável da renda familiar, passando a depender dos programas da assistência social. O enfrentamento da pandemia da Covid-19 gerou também a mudança do comportamento das instituições, dos comércios e das pessoas em si e, nos equipamentos da Assistência Social, não foi diferente. Foi necessário a adequação do fazer profissional, seguindo as normas da Organização Mundial de Saúde (OMS) para prevenção da saúde dos usuários e profissionais. Nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) do município de Niterói não houve suspensão de funcionamento, sendo feita uma adequação nas escalas dos funcionários a fim de evitar aglomeração destes, além das rigorosas medidas de higienização e prevenção de saúde, guardando as orientações dadas pelo CRESS/RJ.

Observou-se que a demanda por orientações, solicitações dos benefícios socioassistenciais de transferência de renda e solicitação de cestas básicas teve aumento significativo. Especificamente no contexto do CREAS Centro, em Niterói, chamou a atenção o número de pessoas oriundas de outros municípios, como São Gonçalo e Itaboraí, solicitando inclusão nos programas de auxílio emergencial do Município de Niterói, evidenciando a situação de vulnerabilidade de muitas famílias nos mais diversos territórios. Ainda que o CREAS não seja o equipamento responsável pela operacionalização desse serviço, não há impedimentos de que realize o acolhimento inicial dos usuários, e esse procedimento foi feito durante esse período. Nesse sentido, o advento da pandemia ressaltou as fragilidades da população pobre, evidenciando a vulnerabilidade e precariedade constante que vivem os considerados "invisíveis sociais", como descreve Silva (2010):

Os grupos vulneráveis são os grupamentos de pessoas que, não obstante terem reconhecido seu status de cidadania, são fragilizados na proteção de seus direitos e, assim, sofrem constantes violações de sua dignidade: são, por assim dizer, tidos como invisíveis para a sociedade, tão baixa é a densidade efetiva dessa tutela (SILVA, 2010, p.141).

Dados da pesquisa extraordinária PNAD Covid-19, realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e divulgada em matéria da Folha de São Paulo, de 24 de junho de 2020, confirmam aquilo que na prática diária de trabalho no CREAS já havia ficado evidente: “os brasileiros mais afetados pela doença são os pretos, pardos, pobres e sem estudo. Os resultados mostram que, além de relatarem incidência maior dos sintomas da Covid-19, brasileiros desse grupo também sentiram de maneira mais forte os impactos econômicos” (GARCIA; PAMPLONA, 2020).

A pandemia salientou ainda uma questão singular a respeito dos papéis dos equipamentos da Assistência, pois ficou mais explícita a falta de conhecimento por parte dos usuários sobre as funções de cada equipamento. Nesse período, aumentaram os atendimentos gerais do CREAS, caracterizados como aqueles que se resumem em orientações acerca dos benefícios assistenciais e diferentes órgãos e suas respectivas funções. A partir destes atendimentos pôde-se observar um desconhecimento sobre as funções e objetivos do CREAS por parte dos usuários, que em sua maioria acreditam que ele é um braço do CRAS. Neste sentido, é importante pontuar que uma possível ação pós-pandemia seria o engajamento dos equipamentos em tornar conhecidas as suas atividades e diferenças de atuação, seja por meios informativos ou por quaisquer outras ações.

Também ficou evidenciado o aumento de casos de denúncias encaminhadas relativas aos idosos em situação de vulnerabilidade, negligência e abandono, gerando uma reflexão sobre o impacto da pandemia na forma como as pessoas tem percebido e dirigido olhar mais atento às realidades que se avizinham e que ficaram mais perceptíveis com o aumento de tempo em casa. Esse cenário salienta como a atuação profissional da Assistência Social é fundamental, nesse momento, para que a população tenha seus direitos assegurados, além de garantir a manutenção do acesso aos serviços de saúde, assistência e previdência social, bem como de benefícios eventuais que são fundamentais para a manutenção da vida da população mais empobrecida.

A partir da estatística de registros de casos em acompanhamento PAEFI (Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos) no CREAS Centro (Niterói/RJ), foi possível

mensurar o aumento significativo de casos no período da Pandemia. A saber, nos anos anteriores de 2018 e 2019, foram inseridos no PAEFI respectivamente 69 e 143 casos. Já em 2020, o número de novos casos advindos foi de 213, até o mês de novembro.

Em suas orientações técnicas, tanto o CRP/RJ quanto o CRESS/RJ sinalizam que os gestores e suas equipes devem avaliar a possibilidade de adiamento das visitas programadas às pessoas e famílias assistidas. Atitude esta que foi adotada pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SASDH) do município de Niterói logo no início da pandemia, buscando resguardar seus profissionais e os usuários. No entanto, dadas as situações de violência, urgência e emergência que chegam ao CREAS, adveio a necessidade de que fossem realizadas algumas Visitas Domiciliares. Esta necessidade gerou, nos profissionais, muitos questionamentos sobre como atribuir grau de urgência aos casos acompanhados por um equipamento que lida com situações complexas de vulnerabilidade, como o CREAS, e quais critérios seriam levados em consideração para essa classificação.

Nesta temática, a Portaria do Ministério da Cidadania nº 54/2020 recomenda um planejamento criterioso das visitas domiciliares que devem ser realizadas "apenas nas situações extremamente necessárias, observando, necessariamente, medidas para a proteção e segurança dos trabalhadores e dos usuários", tais como uso de EPI pelos trabalhadores, distanciamento de pelo menos 1 (um) metro entre as pessoas, utilização de espaços mais arejados para conversar com a família e outras medidas recomendadas pelas autoridades sanitárias locais. Vale ressaltar que muitos dos casos assistidos pelo CREAS são de famílias com condições habitacionais precárias e núcleo familiar extenso, o que em si já poderia ser compreendido como aglomeração. Ademais, as recomendações gerais para o funcionamento do SUAS durante a situação de emergência em saúde pública, previstas na Portaria nº 54/2020 do Ministério da Cidadania, indicam:

VII - Acompanhamento remoto dos usuários, por meio de ligação telefônica ou aplicativos de mensagens - como *WhatsApp*, principalmente daqueles tidos como grupos de risco, tais como idosos, gestantes e lactantes, visando assegurar sua proteção;

Seguindo essas orientações, a equipe do CREAS Centro tem atuado no sentido de manter o vínculo com as famílias acompanhadas por meio de atendimento telefônico e, nos casos mais graves, o acompanhamento está ocorrendo em parceria com os PMF (Programa Médico de Família) dos territórios, visto que as equipes de saúde já estão em contato mais

próximo com as famílias e conhecem as condições de saúde das mesmas. Para preservar a saúde dos profissionais e usuários, optou-se no primeiro momento por realizar acompanhamento por via telefônica. Porém, esbarrou-se em um impasse: é comum que os usuários não possuam contato telefônico ou troquem de número com alta frequência. Sendo assim, foi adotada a estratégia de avaliar a complexidade do caso a partir de análise conjunta entre o técnico de referência e a coordenação do CREAS, para que sejam realizadas visitas domiciliares seguindo os protocolos de segurança da Organização Mundial de Saúde.

CONCLUSÃO

A chegada da pandemia ressaltou as diferenças sociais e vulnerabilidades presentes em nossa sociedade cotidianamente, deixando em evidência a importância da atuação dos profissionais de Serviço Social e de Psicologia na luta pela garantia de direitos e por uma existência digna.

Assistentes sociais e psicólogos exercem profissões regulamentadas e, em seu cotidiano de trabalho, conhecem de perto as necessidades dos indivíduos, da população e o território em que vivem. De acordo com o Código de Ética Profissional de ambas as profissões, é dever destes trabalhadores prestar serviços em situações de calamidade pública ou de emergência, sem visar benefício pessoal e não podendo negar atendimento à população.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) reforça ainda que constitui possibilidade de exercício profissional a atuação em emergências e desastres, em contextos clínicos, de assistência social e de políticas públicas. Em consonância, o CFESS corrobora, ainda, a necessidade de efetivação da Seguridade Social pública no Brasil, por meio da implementação articulada de políticas públicas de saúde, assistência social, saneamento, habitação, previdência social, alimentação, trabalho e renda. É como afirma Iamamoto (2004, p. 100), "o momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem. É preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar".

Vale pontuar a importância de um aprofundamento acerca da atuação do CREAS no contexto da pandemia, trazendo mais elementos/dados da realidade e dos atendimentos nesse período, sendo um possível desdobramento a seguir deste artigo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Decreto nº 10282 de 20 de março de 2020. Disponível em: https://www.normasbrasil.com.br/norma/decreto-10282-2020_391292.html. Acessado em: 01/07/2020.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. Os impactos do Coronavírus no trabalho do/a assistente social. Brasília (DF): 23 de março de 2020. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/2020CfessManifestaEdEspecialCoronavirus.pdf>>. Acessado em: 01/07/2020.

CFP, Conselho Federal de Psicologia. Coronavírus: comunicado à categoria. Brasília (DF): 14 de março de 2020. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/coronavirus-comunicado-a-categoria/>>. Acessado em: 01/07/2020.

CFP, Conselho Federal de Psicologia. Coronavírus: cuidado com profissionais que atuam no SUS e no SUAS. Brasília (DF): 19 de março de 2020. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/coronavirus-cuidado-com-profissionais-que-atuam-no-sus-e-no-suas/>>. Acessado em: 01/07/2020.

GARCIA, Diego e PAMPLONA, Nicola. Pretos, pardos, pobres e sem estudo são mais afetados pela Covid. Rio de Janeiro: Folha de São Paulo, 24 de junho de 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/06/pretos-pardos-pobres-e-sem-estudo-sao-mais-afetados-pela-covid.shtml>>. Acessado em: 03/07/2020.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez Editora, 2004, 3ª edição.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA, Secretaria Nacional de Assistência Social. Centro de Referência Especializado da Assistência Social. Brasília: 12 de dezembro de 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/unidades-de-atendimento/centro-de-referencia-especializado-de-assistencia-social-creas>>. Acessado em: 26/06/2020.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA, Secretaria Nacional de Assistência Social. Portaria nº 54/2020. Brasília: 1 de abril de 2020. Disponível em: <[http://blog.mds.gov.br/redesuas/portaria-no-54-de-lo-de-abril-de-2020/#:~:text=PORTARIA%20N%C2%BA%2054%2C%20DE%201%C2%BA%20DE%20ABRIL%20DE%202020%20%E2%80%93%20Rede%20SUAS&text=Considerando%20a%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20de%20Emerg%C3%Aancia%20novo%20coronav%C3%ADrus%20\(COVID%2019\)%3B](http://blog.mds.gov.br/redesuas/portaria-no-54-de-lo-de-abril-de-2020/#:~:text=PORTARIA%20N%C2%BA%2054%2C%20DE%201%C2%BA%20DE%20ABRIL%20DE%202020%20%E2%80%93%20Rede%20SUAS&text=Considerando%20a%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20de%20Emerg%C3%Aancia%20novo%20coronav%C3%ADrus%20(COVID%2019)%3B)>. Acessado em: 01/07/2020.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004. Brasília: Novembro de 2005. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acessado em: 01/07/2020.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, Secretaria Nacional de Assistência Social. Norma Operacional Básica NOB/SUAS: construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social. Brasília: Julho de 2005. Disponível em: <<http://www.assistenciasocial.gov.br/sala-de-imprensa/arquivos/NOB-SUAS.pdf>>. Acessado em: 01/07/2020.

MOTA, A. E. As tendências da política de Assistência Social, o SUAS e a formação profissional. In: _____ (org) O mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. 3. Ed.- São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Nilson Tadeu Reis Campos. Alteridade: a identificação da diferença. In: Revista Direitos Culturais. Santo Ângelo, v. 5, n.8, p. 131-166, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://srvapp2s.urisan.tche.br/seer/index.php/direitosculturais/article/view/361/218>> Acessado em: 30/06/2020.

SPOSATI, A. A assistência social e a trivialização dos padrões de reprodução social. In: SPOSATI Aldaiza; FALCÃO, Maria do Carmo; FLEURY, Sônia Maria. Os desassistidos sociais. 3 ed. São Paulo: Cortez 1995, p.05-22.

CONSULTÓRIO DE RUA DE BELO HORIZONTE E OS DESAFIOS ENFRENTADOS NA PANDEMIA DO COVID-19.¹

STREET OFFICE OF BELO HORIZONTE AND THE CHALLENGES FACED IN PANDEMIA OF COVID-19.

Ana Carolina de Freitas Campos ²

Aruã Siman Alves de Resende ³

Resumo: O presente artigo traz o debate sobre a atuação do Consultório de Rua de Belo Horizonte durante o período da pandemia do COVID19. Por ser um equipamento de saúde volante, muitas práticas de processos de trabalho tiveram que ser repensadas para que o cuidado continuasse a ser garantido. Entretanto há uma fragilidade importante nas políticas sociais que envolvem a população em situação de rua e que ficaram mais evidentes nesse momento de crise sanitária, econômica e social que estamos vivenciando, mostrando a imensa lacuna que ainda temos na garantia dos direitos sociais das populações vulnerabilizadas.

Palavras-chave: pandemia; população em situação de rua; saúde.

Abstract: This article discusses the performance of the Belo Horizonte Street Clinic during the COVID19 pandemic. As it is a mobile health equipment, many practices had to be rethought so that care would be guaranteed. However, there is an important weakness in the social policies related to the homeless population and that was more evident in this moment of sanitary, economic and social crisis that we are experiencing, showing the immense gap that we still have in guaranteeing the social rights of the vulnerable populations.

Keywords: pandemic; homeless population; health.

¹Este trabalho é um relato de experiência a partir do trabalho no Consultório de Rua de Belo Horizonte, equipe Oeste, no momento da Pandemia do COVID-19. Não foi financiado e também não é resultado de dissertação de mestrado ou tese de doutorado.

²Assistente Social, graduada pela Pontifícia Universidade Católica de Minas, especialista em urgência e trauma pela residência multiprofissional do Hospital Odilon Behrens. Mestranda do programa Promoção à saúde e prevenção da violência da Universidade Federal de Minas Gerais. Assistente Social do Consultório de Rua Oeste e do Centro de Referência em Saúde Mental para usuários de álcool e drogas Barreiro da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. E-mail: carolfreitascampos@hotmail.com.

³ Psicólogo graduado pela Universidade Federal de Minas Gerais, psicólogo do Consultório de Rua de Belo Horizonte, equipe Oeste da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Membro da Associação *Traço: Associação Livre em Psicanálise*. Psicólogo clínico em consultório particular. E-mail: aruasiman@gmail.com

Artigo submetido em: 18 de outubro de 2020.

Artigo aceito em: 30 de novembro de 2020.

p. 151-160 DOI: <https://doi.org/10.46551/rssp202110>

INTRODUÇÃO

Arelado ao processo de redemocratização ocorrido no Brasil nos anos 1980, surgiram os movimentos da Reforma Sanitária e da Reforma Psiquiátrica, trazendo uma nova e mais abrangente compreensão do significado de saúde. Por meio da organização política e mobilização do controle social, a população conquistou vários direitos sociais que estão expressos na Constituição Federal de 1988, e também nas Leis 8.080 e 8.142, ambas de 1990, que dispõe acerca do Sistema Único de Saúde.

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (Brasil, 1988).

Apesar do direito garantido constitucionalmente desde 1988, sabe-se que não são todos os brasileiros que possuem o acesso de forma integral e igualitária. Essa situação é ainda mais inquietante quando se trata de grupos em situação de alta vulnerabilização, como as pessoas em situação de rua.

Somente em 2011, com a implementação da Política Nacional de Atenção Básica em Saúde (PNAB), a concepção dos Consultórios na Rua foi concretizada, através da Portaria Nº 122, de 25 de Janeiro de 2011, que define as diretrizes de organização e funcionamento das equipes de Consultório na Rua (Brasil, 2011). O Consultório de Rua (CdeR) é um equipamento volante do Sistema Único de Saúde (SUS), que atua de forma territorializada, possibilitando e criando estratégias para o cuidado em saúde da população em situação de rua, por meio do acesso aos serviços de saúde, da Política de Redução de Danos, do acesso à cultura e da circulação dos sujeitos na cidade, propondo um cuidado de forma integral e enxergando o indivíduo na sua totalidade. Nesse sentido, é possível perceber que o CdeR, na construção do caso a caso, retira os holofotes sobre as drogas, entendendo que são sujeitos com dores, amores e que estabelecem modos diversos de estar e existir no mundo.

A construção de um cuidado em saúde é estabelecida, partindo do princípio da singularidade e da construção de um projeto que reconhece esses sujeitos com seus desejos e potenciais a serem desenvolvidos, sempre direcionando o cuidado para aquilo que o usuário aponta como saída e possibilidade, co-construindo respostas para suas questões.

Atualmente, há no município de Belo Horizonte quatro equipes de Consultório de Rua. Essas equipes atuam nas regionais Centro-Sul, Noroeste, Norte e Oeste, compostas por uma

equipe multiprofissional, com seis profissionais que constroem juntos o cuidado em saúde, a partir dos múltiplos saberes, sendo dois assistentes sociais, um enfermeiro, um psicólogo, um redutor de danos e um arte educador. As equipes circulam ofertando cuidado em saúde nos territórios por meio de uma Van, com apoio de um motorista, atuando prioritariamente nas cenas públicas de uso de drogas da cidade.

Desde 2011, essas equipes estão vinculadas à Gerência da Rede de Saúde Mental (GRSAM) do município, atuando junto às pessoas em situação de rua, com prioridade às pessoas que fazem uso prejudicial de álcool e outras drogas e que estão em situação de rua, por isso a denominação de Consultório de Rua. A intenção do cuidado caminha pela lógica da ética em redução de danos, em tratamento das toxicomanias, havendo uma proximidade com o cuidado em saúde mental, mas sempre propondo um cuidado integral em proximidade com a atenção primária. "É nessa fronteira em que a droga encontra a exclusão social e a desfiliação mais radical que atua e intervém o Consultório de Rua, buscando fazer laço com os que se encontram mais apartados" (SILVA, 2015, p.144).

Em outros estados do Brasil a denominação utilizada é Consultório na Rua, onde as equipes estão vinculadas à Política de Atenção Básica.

Em consonância com a reforma psiquiátrica, o CdeR opera a partir de estratégias de cuidados no território, sob a ética da redução de danos e da defesa da liberdade. Fazer campo, como é denominado a entrada nas cenas de uso pelas equipes, com entrega de insumos de redução de danos, com a escuta e com intervalos de uso, implica em sustentar uma clínica a céu aberto, como afirma Rosimeire Silva,

na van usuários e equipe se encontram, dialogam, planejam e realizam cuidados, projetos e atividades. A van é também endereço, a ela e a seus tripulantes são endereçados, muitas vezes, por outros usuários e pela comunidade, sujeitos em busca de cuidado (SILVA, 2015, p. 144).

O processo de vulnerabilização vivenciado pelas pessoas em situação de rua é marcado pela violência em suas mais diversas formas, passando por violência psicológica até violência física. Estar nas ruas faz com que esses sujeitos, a todo momento invisibilizados pela sociedade, comecem a buscar formas de se manterem vivos, utilizando recursos de sobrevivência para a superação dos obstáculos que a cidade impõe.

Entendendo que a situação de rua é inerente ao capitalismo e às expressões da questão social, se faz urgente e necessária a mudança do modo de produção vigente e a construção de uma nova sociabilidade. Como afirma Rachel Passos "A luta 'por uma sociedade sem

manicômios' coloca-se contrária às desigualdades de classe, gênero, raça/etnia e a favor da superação da propriedade privada" (PASSOS, 2017, p. 83).

Dessa forma, o equipamento CdeR se inscreve em uma posição de garantia de direitos constitucionais já postos, na luta de acesso a esses direitos pela população em situação de rua, pela sua autonomia e visibilidade.

ATUAÇÃO NA PANDEMIA

Desde março de 2020, com o advento da pandemia as equipes começaram a trabalhar em formato de escala, com apenas dois técnicos em campo e os outros 4 em teletrabalho e retaguarda. Desde o início da pandemia, toda a equipe trabalha com os equipamentos de proteção (máscaras, luvas e quando necessário o capote), algo que inicialmente dificultava a identificação da equipe pelos usuários, mas com o passar do tempo foi possível notar a adaptação.

Os processos de trabalho tiveram que ser revistos. Se antes era permitido transportar usuários, deixá-los entrar na van, fazer atividades coletivas, promover passeios culturais, abraçá-los em campo e apertar as mãos, nesse momento isso já não era mais possível.

Começou-se um trabalho de orientação e prevenção ao COVID-19. O que mais se ouviu foi "isso não pega em nós" (sic), "tia, não vai me abraçar? Eu não tenho doença não" (sic). Foi necessário muita conversa e diálogo, com alertas para os desdobramentos possíveis dessa doença, orientações sobre etiqueta respiratória, higienização das mãos, utilização correta das máscaras e também questionamento da existência de possíveis sintomas respiratórios para que pudessemos realizar algum tipo de encaminhamento.

No início de abril de 2020 a Prefeitura de Belo Horizonte inaugurou o Serviço de Acolhimento Provisório e Emergencial das Pessoas em Situação de Rua (PSR) e Outras Vulnerabilidades Sociais, que tem como foco o acolhimento de pessoas com sintomas respiratórios leves e que necessitem de isolamento social. Inicialmente o serviço não contava com um espaço para deixar os carrinhos de reciclagem (atividade muito comum realizada pelas PSR) e não era autorizado a entrada de animais, dificultando a adesão dos usuários a proposta do serviço. Depois de um período essas alterações foram adotadas nos espaços, permitindo a entrada de animais de estimação e com espaços para deixar os carrinhos. Algo que ainda não foi permitido é o uso de substâncias psicoativas dentro da unidade de acolhimento, ou seja, ao usuário que faz uso cotidianamente de substâncias, a abstinência é obrigatória nesse

período de isolamento social, algo incompatível com a política de redução de danos trabalhada pelo CdR.

No que diz respeito ao acesso ao auxílio emergencial, o formato único e exclusivo de cadastro online, demonstrou como o acesso a internet ainda é para grupos privilegiados. Muitos usuários tiveram dificuldades e foi através da nossa abordagem que o cadastramento pode ser concluído, utilizando por várias vezes aparelhos celulares pessoais da equipe. Não houve um equipamento público que disponibilizou o espaço ou aparelhos tecnológicos apenas para essas demandas. Além disso, percebeu-se que um grande número de usuários estavam com pendências relacionadas a documentação civil e com o fechamento das unidades de identificação civil, o acesso dessa população ao benefício ficou bem restrito aos usuários que já tinham o bolsa família, já que o depósito era automático.

Em junho de 2020 iniciou-se a distribuição de máscaras para a população em situação de rua, juntamente com kits de higiene produzidos pelas equipes.

No mesmo mês iniciou o projeto "Canto da Rua", com iniciativa da Pastoral de Rua em Belo Horizonte, de parcerias privadas e também com o apoio de órgãos públicos. Nesse espaço é oferecido lanche, banho, corte de cabelo, lavanderia, cuidados para os animais de estimação, cuidados em saúde, orientações de prevenção ao COVID19, cuidados em saúde bucal, atendimento socioassistencial, atendimento da Defensoria Pública e do Ministério Público e regularização de documentação civil. Além disso há a possibilidade de encaminhamento para hospedagens vinculadas ao projeto. Casos com suspeita de Covid19 são encaminhados para atendimento no Centro de Saúde de referência do território. Durante 15 dias em setembro o espaço ficou fechado, pois o patrocínio privado havia acabado, mas retornou às atividades com investimentos da prefeitura. Além disso, é importante ressaltar que há um grupo significativo de voluntários operando nesse serviço, mostrando como muitas vezes a política pública se transforma em caridade, não trabalhando a perspectiva dos direitos sociais dessa população.

No final de julho, as equipes se organizaram para que três técnicos estivessem em campo e três em teletrabalho e retaguarda. Os bancos da van foram encapados, o que possibilitou a higienização dos mesmos, havendo então, a possibilidade de transportar usuários dentro da van para o deslocamento para algum serviço de saúde.

Essa organização ainda está sendo mantida. Não existe, ainda, possibilidade de realizar atividades coletivas e nem passeios pela cidade, algo recorrentemente questionado pelos

usuários, mas que sempre entendem quando justificamos que é devido a pandemia. Ainda não há previsão de quando a equipe retornará a atuar de forma completa.

DISCUSSÃO

No dia 14 de outubro de 2020, o atual prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil disse:

Se você der muito conforto, vamos ser muito sincero, ano que vem são 20 mil, tá certo? Então vai falar: 'gente, morador de rua bom é lá em Belo Horizonte. Morar bem (na rua) é lá em Belo Horizonte'. Então é um problema que tem que ser enfrentado com coragem. [...] A prefeitura pode um monte de coisas em um problema que não existe solução imediata porque a prefeitura não pode jogar (morador de rua) no mar ou no rio São Francisco, já que não tem mar. E morador de rua, a maioria não quer sair da rua. Esse é o problema. (KALIL, 2020).

A perpetuação de uma política higienista e que maquia a cidade para que o excluído não apareça ainda é muito defendida na prática de alguns gestores. Pensar que a população em situação de rua é vista como um problema que precisa ser solucionado é desconsiderar que existem seres humanos, com histórias de vida e considerar que esses sujeitos não podem ocupar espaços públicos, impossibilitando o trânsito deles e muitas vezes dificultando o seu modo de existir.

Outra política higienista marcante dos governos anteriores na cidade fica perceptível quando andamos pela região central de Belo Horizonte e percebemos a parte inferior dos viadutos, onde muitas pessoas em situação de rua dormiam, foram cobertas de pedras, os bancos das praças receberam divisórias de ferro, justamente para impedir a permanência desses sujeitos nos espaços públicos.

Quando o prefeito afirma que "a maioria não quer sair da rua", não se leva em consideração que BH tem apenas dois abrigos de acolhimento noturno, em condições precárias para cobrir toda a cidade. Não se investe em unidades de acolhimento para a população de rua, que muitas vezes é captada pelas ofertas sociais de moradia, alimentação, segurança das comunidades terapêuticas.

A fragilidade das políticas públicas para essa população ainda é grande. A necropolítica engendrada em nossa sociedade está escancarada quando a oferta de políticas públicas não contempla de forma integral uma população, escolhendo quem vai viver e quem vai morrer, pelas condições precárias de manutenção da vida que ofertamos.

Parece provável que passaremos a ver no próximo ano um cenário doloroso no qual algumas criaturas humanas afirmam seu direito de viver ao custo de outras, reinscrevendo a distinção espúria entre vidas passíveis e não passíveis de luto, isto é, entre aqueles que devem ser protegidos contra a morte a qualquer custo e aqueles

cujas vidas são consideradas não valerem o bastante para ser salvaguardadas contra a doença e a morte. (BUTLER, 2020)

Quando o presidente Bolsonaro (2020) diz "Alguns vão morrer? Vão morrer. Lamento, é a vida. Não pode parar uma fábrica de automóveis porque tem mortes no trânsito" é importante que seja feito um recorte de classe: quem são as pessoas que ele está dizendo que irão morrer com a pandemia? As pessoas vulnerabilizadas, que não possuem acesso a moradia, saneamento básico, higiene, têm alimentação precária, e muitas vezes com dificuldades em acessar o sistema de saúde são o principal alvo. Como afirma Judith Butler (2020):

A desigualdade social e econômica garantirá a discriminação do vírus. O vírus por si só não discrimina, mas nós humanos certamente o fazemos, moldados e movidos como somos pelos poderes casados do nacionalismo, do racismo, da xenofobia e do capitalismo. (BUTLER, 2020)

Recorrendo a uma comparação de tempos de doença e guerra, a história da humanidade sempre valorizou a vida e o bem estar daqueles que teriam melhores condições de combater as mazelas da época, e ao mesmo tempo aqueles que teriam melhores condições de viver, ou seja, aqueles que não são o grupo de risco. Essa política da "lógica contábil do sacrifício" foi utilizada como forma de "purificação" social, enchendo prisões, manicômios e cemitérios. (DUNKER, 2020)

Ainda sobre a posição do atual presidente Jair Bolsonaro na pandemia, foram recorrentes falas em que banaliza o vírus, pontuando que "era só uma gripezinha", ou que ele mesmo não sofreria com a doença devido ao seu "histórico de atleta". As declarações foram feitas justamente em um momento onde o número de mortos no país alcançava recordes diários. A trivialização da morte, por parte de políticos como o presidente, só é possível "porque na própria fantasia descansa em um lugar de proteção divina e de especialidade" (DUNKER, 2020, p.15). Daqueles que podem repetir tranquilamente que esse mal social e viral não o atingirá, justamente pelo seu suporte médico e familiar. É aqui que a decisão política encontra o cálculo perverso de quem pode e tem condições de viver.

Além das falas, o presidente brasileiro ainda teve diversas aparições sem o uso da máscara, equipamento de proteção que se tornou uma das principais marcas ao combate do novo coronavírus. O EPI em si, nesse caso, representa mais a proteção do outro do que do próprio sujeito, simbolizando o caráter do cuidado e da solidariedade social na travessia dessa crise sanitária. Se o ponto do debate era: a vida ou a economia, Zizek nos alerta para o

fenômeno do animismo capitalista, onde os mercados, o capital financeiro e a economia, passam a ser entidades vivas, que nesse momento valem mais que a vida humana. (ZIZEK, 2020)

A precariedade das ofertas para a população em situação de rua se traduz em uma necropolítica dos atuais governos, que afeta diretamente a vida e as condições colocadas para esses indivíduos existirem. O consultório de rua é um ponto de apoio para que o acesso aos direitos dessa população sejam minimamente garantidos e mesmo com a existência desse equipamento na cidade, pode-se afirmar que ainda é muito pouco e muito frágil a forma de cuidado, que por mais que exista desejo e vontade, existe também uma barreira do sistema, que não permite o vislumbre de um cenário que não seja marcado pela violência desses corpos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente às dificuldades já existentes no cuidado à população em situação de rua, com a resistência e o preconceito dos próprios dispositivos de saúde, assistência e segurança pública, o novo coronavírus veio como mais uma ameaça à vida desses sujeitos e com um desafio de tentarmos, junto aos usuários, construir possibilidades de prevenção e cuidado. Se a higienização das mãos era prioridade contra o COVID19, as ruas e o estado pouco oferecem banheiros públicos e espaços para esse cuidado.

Pensando na realidade de Belo Horizonte, que conta com apenas dois Centros para a população em situação de rua e um Centro Integrado de Atendimento à Mulher, que oferecem banhos, alimentação, orientação psicossocial, é importante notar que são locais que se concentram na região central da cidade, centralizando esse cuidado apenas para aquele território, desassistindo outras regionais da cidade.

As frágeis possibilidades de cuidado que são ofertadas marcam o desinvestimento das políticas para pessoas em situação de rua, problema que também atinge o Consultório de Rua de Belo Horizonte, que até então conta com apenas 4 equipes, deixando algumas regionais desatendidas ou com atendimento parcial.

A proposta inicial de Zizek é de uma revisão do vocabulário no enfrentamento ao COVID-19, com destaque para a "afinidade entre in-fectio e a-fectio, ou seja, entre infecção como objeto estrangeiro e estranho e afecção, como nossa capacidade de se afetar pelo outro".(DUNKER, 2020), substituindo a necropolítica e a ideia de deixar vidas marginais e

improdutivas para trás, em prol do animismo capitalista, por uma política civilizatória, que reconhece o mercado e a economia como fenômenos sociais que servem à vida em comunidade, e não a massacram.

Nesse ponto o Consultório de Rua já trabalha nessa perspectiva, compreendendo que o cuidado da população em situação de rua vai prescindir de diversos acordos punitivistas, proibicionistas, mercadológicos e até mesmo culturais, dando lugar para uma construção ética e subjetiva que se dá no dia a dia da rua. Como se expressa no artigo, a cidade não apresenta recursos urbanos, sanitários e assistenciais para a garantia dos direitos e respeito a essas formas de existência, o consultório de rua e os dispositivos parceiros para atendimentos dessa população, são recursos mínimos produzidos pelas políticas públicas por vezes higienista, por vezes insuficientes, e recorrentemente necropolíticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOLSONARO, Jair In: MOTA, Erick. Bolsonaro sobre coronavírus: "Alguns vão morrer, lamento, essa é a vida". Jornal Congresso em Foco, 2020. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/bolsonaro-sobre-coronavirus-alguns-vaomorrer-lamento-essa-e-a-vida/>>. Acesso em 15/10/2020.

BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 122, de 25 de janeiro de 2011. Define as diretrizes de organização e funcionamento das Equipes de Consultório na Rua. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0122_25_01_2012.html>. Acesso em: 27/07/2020

BUTLER, JUDITH. O capitalismo tem seus limites. Boitempo, 20/03/2020. Disponível em : <<https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/20/judith-butler-sobre-o-covid-19-o-capitalismo-tem-seus-limites/>>. Acesso em 16/10/2020

DUNKER, C. Prefácio à edição brasileira. In: ZIZEK, S, Covid-19 e a Reinvenção do Comunismo. São Paulo: Boitempo, 2020.

KALIL, Alexandre In: FIGUEIREDO, Pedro Augusto. Se der muito conforto, população em situação de rua vai aumentar, diz Kalil. Jornal O Tempo, 2020. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/hotsites/eleicoes-2020/se-der-muito-conforto-populacao-em-situacao-de-rua-vai-aumentar-diz-kalil-1.2398802>>. Acesso em: 17/10/2020.

PASSOS, R. G.; PEREIRA, M. O. Luta Antimanicomial e Feminismos: discussões de gênero, raça e classe para a Reforma Psiquiátrica brasileira. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

SILVA, Rosimeire Aparecida da. Reforma psiquiátrica e redução de danos: um encontro intempestivo e decidido na construção política da clínica para sujeitos que se drogam. Belo Horizonte: 2015. Disponível em <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBDA8TMQE>>. Acesso em: 04/08/2020

ZIZEK, S. Covid-19 e a reinvenção do comunismo. São Paulo: Boitempo, 2020.

**O SURGIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NA SOCIEDADE CAPITALISTA: REFLEXÕES
SOBRE A INSERÇÃO DA/O ASSISTENTE SOCIAL NA ÁREA DA SAÚDE**

**THE EMERGENCE OF SOCIAL SERVICE IN CAPITALIST SOCIETY: REFLECTIONS ON THE
INSERTION OF THE SOCIAL WORKER IN THE HEALTH AREA**

Cleverton Alves de Souza¹

Resumo: Este artigo objetiva fazer algumas reflexões sobre a emergência do Serviço Social na sociedade capitalista, com ênfase na inserção das/os assistentes sociais na área da saúde. A partir de discussões teóricas de autores que estudam a temática são elencados elementos históricos e conjunturais sobre o modo de produção capitalista, para compreender o reconhecimento da questão social por parte do Estado e a necessidade de profissionais, entre eles as/os assistentes sociais, para a execução de serviços e políticas sociais, a exemplo da saúde, que atenuassem possíveis conflitos oriundos da relação capital x trabalho. Nesse processo, é traçado um panorama da origem do Serviço Social e feitas algumas sinalizações sobre a inclusão da/o assistente social na saúde, com indicações sobre essas questões na contemporaneidade, considerando-se a crise sanitária atualmente vivenciada no Brasil e no mundo. Assim, em um tempo tão adverso e no qual há cada vez mais a exacerbação da lucratividade, o Estado como aliado do grande capital produtivo e financeiro e o desmonte de direitos e políticas sociais, é fundamental refletir sobre a saúde enquanto direito de todos e dever do Estado e a inserção do assistente social, trabalhador da saúde, nesse contexto.

Palavras Chaves: Serviço Social. Capitalismo. Assistente Social. Saúde.

Abstract: This article aims to make some reflections on the emergence of Social Service in capitalist society, with emphasis on the insertion of social workers in the area of health. From the theoretical discussions of authors who study the subject, historical and conjunctural elements on the capitalist mode of production are listed, in order to understand the recognition of the social question by the state and the need of professionals, among them the social workers, for the execution of social services and policies, such as health, that would attenuate possible conflicts arising from the capital x labour relation. In this process, a panorama of the origin of the Social Service is outlined and some signs are made about the inclusion of the social worker in health, with indications about these issues in contemporary times, considering the health crisis currently experienced in Brazil and in the world. Thus, in such an adverse time and in which there is an increasing exacerbation of profitability, the State as an ally of large productive and financial capital and the dismantling of social rights and policies, it is fundamental to reflect on health as a right of all and a duty of the State and the insertion of the social worker, health worker, in this context.

Keywords: Social Service. Capitalism. Social Worker. Health.

¹ Mestrando do Programa de Pós- Graduação em Serviço Social da (PROSS/UFS). Graduado em Serviço Social pela UFS (2019). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Saúde (GEPS). E-mail: cleverton45@hotmail.com

Artigo submetido em: 06 de outubro de 2020.

Artigo aceito em: 30 de novembro de 2020.

p. 161-178 DOI: <https://doi.org/10.46551/rssp202111>

ELEMENTOS INTRODUTÓRIOS

Para compreender o Serviço Social e a atenção à saúde, no âmbito da sociedade capitalista, é importante elencar alguns elementos históricos e conjunturais sobre as condições econômicas, sociais, políticas e culturais nas quais se gestou essa sociedade. Inicialmente é pertinente situar que no modo de produção capitalista a existência de classes distintas (capitalistas e trabalhadores) que convivem de forma desigual e sob o lastro da exploração, levando a construção de uma sociabilidade permeada por contradições básicas: de um lado, tem-se o caráter cada vez mais social da produção, enquanto a apropriação dos seus bens e serviços se mantém privada pelos detentores dos meios de produção – os capitalistas; do outro, ao passo que o capital aumenta sua capacidade de produzir riqueza cresce a pobreza dos trabalhadores (NETTO; BRAZ, 2007, IAMAMOTO, 2007, BRAVO, 2013).

Os desdobramentos disto, dá-se pelo agravamento da questão social² e acirramento do confronto entre as classes, haja vista que há concentração de poder político e econômico nas mãos de uma pequena parcela da sociedade, sendo este o ponto basilar para compreender como o Serviço Social e as políticas sociais, dentre elas a saúde, que emergem e são moldadas nas diferentes formas como o capitalismo se desenvolve, resguardadas as especificidades da formação sócio-histórica de cada país.

É, portanto, no marco do capitalismo monopolista, no bojo das contradições entre capital e trabalho, que os/as assistentes sociais foram requisitados pelo Estado, para atuarem nas diferentes expressões da questão social, via políticas sociais, na direção de assegurarem a reprodução da força de trabalho e atenuarem os conflitos de classes, de modo a garantir a manutenção do capital (JESUS; ARANHA, 2020), o que demarca a sua inserção na divisão social e técnica do trabalho.

Assim, diante do exposto e considerando que em tempos tão temerosos e adversos, como o atualmente vivenciado e no qual as tendências mais comuns da crise do capital adquirem um sentido de barbarização da vida e o Estado tem atuado em prol do grande capital produtivo e financeiro, realizando desmontes inimagináveis nos direitos e políticas

² A *questão social* não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político na sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre proletariado e a burguesia [...].” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 77, grifos dos autores). Sua raiz foi explicitada nos momentos iniciais do texto, e está expressa na lei geral da acumulação capitalista aludida por Marx.

sociais, percebe-se a necessidade de refletir sobre o tema em tela. E, no caso da saúde, por exemplo, nota-se um avanço e fortalecimento de um Sistema Único de Saúde (SUS) submetido aos interesses do mercado, em contraposição à saúde como direito de todos e dever do Estado, reforçando-se, assim, a lógica de acumulação capitalista.

Nesse sentido, esse trabalho tem como objetivo discutir o surgimento do Serviço Social na sociedade capitalista, com recorte na inserção das/os assistentes sociais na área da saúde, tendo-se como referência autores que estudam a temática e as discussões realizadas na disciplina de Fundamentos do Serviço Social³. Está dividido em dois eixos de análise: o surgimento do Serviço Social na sociedade capitalista; a inserção da/o assistente social na política de saúde no Brasil: elementos para o debate; além das considerações finais.

PANORAMA SOBRE A ORIGEM DO SERVIÇO SOCIAL NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Para compreender a gênese do Serviço Social na sociedade capitalista, faz-se necessário destacar os condicionamentos históricos que propiciaram o seu surgimento e desenvolvimento, tendo como referência a perspectiva histórico-crítica.

Sob essa lógica, compreende-se que a profissão resulta das transformações históricas que vão se processando no estágio do capitalismo monopolista, período no qual há o aumento das contradições entre capital e trabalho, expressas no agudizamento das manifestações da questão social e no acirramento do antagonismo entre as classes. Assim, a luta de classes aparece como fator importante para desnudar a questão social, a qual gradualmente fora assumida pelo Estado, através de políticas sociais - ainda que de forma fragmentada. Significa dizer que por intermédio das políticas sociais o Estado contribuiu para assegurar a manutenção da ordem capitalista, o que permitiu controlar as tensões ocasionadas pela luta de classes, por meio da concessão de alguns serviços sociais, o que ocasionou a requisição de profissionais especializados para execução destes, entre eles a/o assistente social (NETTO, 1992, MONTAÑO, 2007, JESUS; ARANHA, 2020).

Iamamoto (2007, p.167, grifos da autora), ao falar sobre o surgimento do Serviço Social mostra que é preciso "romper com uma *visão endógena da profissão, prisioneira em seus*

³ Trata-se de uma disciplina obrigatória ofertada pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (PROSS/UFS), lecionada pela Prof.^a Dr.^a Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves, no semestre de 2020.1.

muros internos", pois acredita que a profissão resulta de uma tecnificação da filantropia, ou seja, "uma visão de dentro e por dentro das fronteiras do Serviço Social, como se ele fosse uma evolução interna e autônoma dos sujeitos que a ele se dedicam" (IAMAMOTO, 2007, p.172).

Evidentemente, a pretensão aqui não é ignorar ou negar as experiências filantrópicas, caritativas e/ou assistenciais que antecedem o Serviço Social, advindas do pensamento conservador, na qual a Igreja Católica assume um papel relevante. Todavia, é importante pontuar que é na ruptura com estas práticas que a profissão surge, pois, segundo Netto (1992, p. 69), "somente na ordem societária comandada pelo monopólio que se gestam as condições histórico-sociais para que, na divisão social (e técnica) do trabalho, constituía-se um espaço em que se possam mover práticas profissionais como as do assistente social."

A passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, especificamente no final do século XIX, demarca profundas modificações na estrutura social, devido a instauração de uma nova lógica de acumulação do capital, que consiste no "*acréscimo dos lucros capitalistas através do controle dos mercados*" (NETTO, 1992, p. 16, grifos do autor), tendo como desdobramentos: aumento da exploração dos trabalhadores e do número de pessoas excluídas do processo produtivo, desemprego, precárias condições de vida e de trabalho, acentuando as contradições próprias desse sistema.

Em razão disso, ocorre a ampliação e organização da classe trabalhadora ao "invadir" a cena política na luta pelo reconhecimento dos seus direitos por parte do Estado. Decorre daí, uma ampliação do papel do Estado que "passa a administrar e gerir o conflito de classe não apenas via coerção, mas buscando construir um consenso favorável ao funcionamento da sociedade no enfrentamento da questão social." (IAMAMOTO, 2007, p.172). Acerca disso, Netto (1992, p. 22) argumenta que "o Estado funcional ao capitalismo monopolista [...], [torna-se] no nível das suas finalidades econômicas, o 'comitê executivo' da burguesia monopolista - opera para propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação e à valorização do capital monopolista", como também atua na preservação e controle da força de trabalho "constituindo esta uma função primeira do Estado na era dos monopólios." (JESUS; ARANHA, 2020, p. 33).

Assim, a profissão surge como um dos mecanismos institucionais impulsionado pelos representantes do capital, com o propósito de "atuar na reprodução da totalidade do processo social, no sentido de contribuir para encobrir, atenuar ou controlar os efeitos das contradições criadas, reforçando os mecanismos de dominação" (BRAVO, 2013, p. 22), em resposta às insuficientes formas tradicionais de assistência para controle das mazelas sociais. Sobre isso,

considera-se pertinente salientar a análise realizada por Iamamoto e Carvalho (2006, p. 94, grifos dos autores) quando assinalam:

Sendo o agente profissional um intelectual mediador de interesses de classes em luta pela hegemonia sobre o conjunto da sociedade, a prática profissional é, visceralmente, permeada por esse jogo de forças, subordinando-se historicamente, àquelas que são dominantes do ponto de vista político, econômico e ideológico, em conjunturas históricas determinadas. Embora constituída para servir aos interesses do capital, a profissão não reproduz, monoliticamente, as necessidades que lhes são exclusivas: *participa, também, ao lado de instituições sociais, das respostas às necessidades legítimas de sobrevivência da classe trabalhadora, faces às suas condições de vida, dadas historicamente.*

Verifica-se, desse modo, que o Serviço Social foi chamado a intervir no processo de reprodução do capital, de modo a conformar a classe trabalhadora à ordem capitalista e auxiliar no processo de legitimação da hegemonia burguesa. A partir dessa compreensão, percebe-se que ao situar-se na esfera da reprodução das relações sociais, o Serviço Social desempenha uma atividade auxiliar que fornece subsídios no exercício do controle social e da difusão da ideologia da classe dominante à classe trabalhadora, como também por essa mesma ação atende as demandas do capital.

Todavia, é essa presença de forças políticas e sociais que contribuem para que a profissão nesta sociedade desenvolva estratégias político-profissionais que atendam a classe dominada, sendo que a profissão encontra-se permeada por uma relação de poder, a qual fornece ao Serviço Social um caráter político, que não depende apenas das intenções da/o assistente social, mas de determinantes históricos em que se insere e atua. E a depender das disputas dos projetos sociais distintos pode contribuir para transformação ou continuidade desta sociedade (IAMAMOTO, 2007).

É importante ressaltar que a forma como a profissão foi gestada não aconteceu de modo homogêneo, dado que o capitalismo se desenvolveu de forma diferente nos países, em conformidade com as particularidades de cada formação sócio-histórica. Por exemplo, a emergência do Serviço Social no Brasil aconteceu tardiamente em relação aos países centrais e não nos marcos do capitalismo monopolista, devido aos traços particulares de sua formação sócio-histórica marcada, desde a origem, por apresentar uma economia de base agrária-exportadora e pela sua relação de dependência ao capital internacional. É notório que "o

aspecto 'desigual e combinado'⁴ do desenvolvimento do capitalismo fez com que no Brasil, este ocorresse por "vias não clássicas"⁵ e retardasse a captação do Estado pela burguesia e o tratamento mais efetivo das manifestações da 'questão social' via políticas sociais." (JESUS; ARANHA, 2020, p. 33).

Nessa lógica, o surgimento do Serviço Social na realidade brasileira - e sua institucionalização, se dará a partir de 1930 e 1940, no contexto de desenvolvimento do capitalismo industrial e expansão urbana, trazendo no seu verso o agravamento da questão social e a intensificação das lutas sociais. Assim, coube ao Estado junto com o empresariado - e com suporte da Igreja Católica - atuarem no enfrentamento e regulação da questão social, através da prestação de serviços sociais implementado por grandes instituições.

Nesse período, a Igreja Católica assume a organização das primeiras escolas do Serviço Social, visando retomar sua hegemonia no interior do Estado e da sociedade. Assim, surge a primeira Escola de Serviço Social em 1936, em São Paulo, decorrente das iniciativas desenvolvidas pelo Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS). A questão social é analisada aqui como uma questão moral, cujas intervenções profissionais apresentavam um traço conservador, voltado ao ajustamento do indivíduo à realidade da época.

Percebe-se que o surgimento da profissão está imbricado pela presença da Igreja Católica, todavia sua institucionalização ocorre quando o Estado requisita profissionais especializados para executar as políticas sociais, entre eles as/os assistentes sociais. Deriva daí o vínculo estrutural entre política social e o surgimento e o desenvolvimento da profissão, pois o Estado ao centralizar suas ações, através de políticas socioassistenciais, abriu mercado

⁴ Desigual, conforme Netto e Braz (2007), em função de razões históricas, políticas e sociais, uma vez que a lógica capitalista acontecerá de modo diferenciado nos diferentes países interferindo nas relações entre eles. Combinado, especialmente nos países ditos atrasados, que "pressionados pelo capital dos países desenvolvidos, os atrasados progridem aos saltos, *combinado* a assimilação de técnicas as mais *modernas* com relações sociais e econômicas *arcaicas* - e esse progresso não lhes retiram a condição de economias dependentes e exploradas." (TRÓTSKI, 1879-1940 apud NETTO; BRAZ, 2007, p.187, grifos do autor).

⁵ "[...] processos que não seguiram o paradigma das revoluções inglesas do século XVIII: refiro-me à noção de 'via prussiana', elaborada por Lênin, e à de 'revolução passiva', cunhada por Gramsci. Em Lênin, a noção serve sobretudo para definir os processos de transição para o capitalismo no campo, evidenciando o fato de que, nos casos de 'via prussiana', conservam-se na nova ordem fundada pelo capital claras sobrevivências das formas pré-capitalistas, como, por exemplo, o uso da coerção extra-econômica na extração do excedente produzido pelos trabalhadores rurais; em Gramsci, o conceito é usado para compreender processos de modernização promovidos pelo alto, nos quais a conciliação entre diferentes frações das classes dominantes é um recurso para afastar a participação das massas populares na passagem para a 'modernidade' capitalista." (COUTINHO, 2011, p. 224-225).

de trabalho para as/os assistentes sociais, o que garante à profissão a legitimidade expressa na sua condição de assalariamento e a ocupação na divisão social e técnica do trabalho.

Embora a política social desempenhe um papel relevante no estado burguês ao assegurar legitimidade ao capital, e paradoxalmente atender aos interesses dos trabalhadores, sua origem não deve ser vista como algo natural ao estado burguês, uma vez que ela advém essencialmente da luta de classe, a qual o Estado responde com antecipações estratégicas (NETTO, 1992), no sentido de controlar socialmente e politicamente as classes dominadas, a fim de garantir a manutenção do sistema vigente.

Entretanto, no curso das transformações societárias, o Serviço Social foi assumindo um caráter crítico e progressista, ao vincular-se às lutas da classe trabalhadora e à defesa intransigente dos direitos humanos. No caso do Brasil, tais avanços advém, por exemplo, do processo de renovação da profissão que se inicia em meados da década de 1960, no contexto da ditadura militar e que ganhou maior expressão, a partir dos anos de 1980, mediante a efervescência dos movimentos sociais na luta pela redemocratização do país, ao realizar “um forte embate entre o tradicionalismo profissional e seus traços conservadores e busca por adequações críticas à exigências do seu tempo, qualificando-a academicamente” (IAMAMOTO, 2007, p.184).

Esse salto qualitativo no sentido de adotar uma postura crítica da realidade social, foi dando novos rumos ao Serviço Social brasileiro e a atuação dos profissionais em suas diferentes áreas de intervenção, dentre elas a saúde, apesar de inicialmente os profissionais não adotarem uma intervenção com maior criticidade. Historicamente a área da saúde é um dos setores mais significativos da inserção da/o assistente social, dado que atuam no processo de prevenção, proteção e promoção à saúde, como veremos a seguir.

A INSERÇÃO DA/O ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE SAÚDE NO BRASIL: ELEMENTOS PARA O DEBATE

Refletir acerca da inserção das/os assistentes sociais na política de saúde no Brasil, exige, ainda que de forma panorâmica, a compreensão das transformações societárias que se processaram nesta área, principalmente a partir dos anos de 1980 e que culminaram no atual padrão de proteção à saúde: o Sistema Único de Saúde (SUS). Desse modo, coloca-se a tarefa

de revisitar sinteticamente os aspectos históricos-conjunturais da política de saúde e de como os assistentes sociais foram se inserindo nesse campo de atuação.

O Brasil começa a intervir na área da saúde no período colonial, entre os séculos XVI e XIX, através de ações e programas que almejavam controlar as epidemias que atingiam as populações rurais e urbanas, especialmente, as Regiões que eram essenciais para a economia agrária exportadora, localizadas próximas as áreas dos portos. Dessa forma, as ações da saúde, ocorriam "sob a forma de campanhas, as quais eram abandonadas assim que se conseguiam controlar os surtos presentes na época." (BERTOLOZZI; GRECO, 1996, p. 382).

Bravo (2007, p. 90), baseando-se no pensamento de Braga (1986), destaca que "a Saúde emerge como 'questão social' no Brasil no início do século XX, no bojo da economia capitalista exportadora, refletindo o avanço da divisão do trabalho, ou seja, a emergência do trabalho assalariado." Conforme mencionado anteriormente, a década de 1930 demarca o início da intervenção estatal frente a questão social diante das manifestações da classe trabalhadora, o que fez emergir as políticas sociais, dentre elas a política de saúde, executada por dois subsetores: o público e o da medicina previdenciária.⁶ Diante desse cenário, o Serviço Social nascente ao se inserir na saúde, ainda que de forma pouco expressiva, "vai consolidar algumas práticas que servirão como mecanismo de legitimação e controle do Estado, mediatizado pelas instituições de saúde." (BRAVO, 2013, p. 92).

Embora o surgimento da Política Nacional de Saúde começa a se delinear em 1930, sua consolidação só aconteceu no período de 1945-1964, devido aos maiores investimentos na saúde, principalmente na área sanitária, todavia essas medidas não eram universalizantes, restringindo-se aos trabalhadores assalariados. A década de 1940 foi marcada pela criação do modelo de assistência centrado no atendimento médico-individual privatista, viabilizada por meio dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs).

Nesse ínterim, o Serviço Social começa a se expandir no país, sobretudo na década de 1940, ampliando-se a inserção de assistentes sociais na área da saúde, a partir do "novo" conceito de saúde elaborado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 1948, com enfoque

⁶ O subsetor da saúde pública se estende até os anos 1960, tinha como objetivo elaborar estratégias que oferecessem as condições mínimas para a população urbana, de forma a limitar esse acesso às pessoas que viviam no campo, tendo como características: "ênfase na campanhas sanitárias; interiorização das ações para endemias rurais e a criação de serviços de endemias." (BRAVO; MATOS, 2007, p. 26). Por outro lado, o subsetor da medicina previdenciária só vai prevalecer após 1966, "teve como marco a criação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) que substituíram as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPS), criadas em 1923" (BRAVO; MATOS, 2007, p. 26).

O surgimento do Serviço Social na sociedade capitalista: reflexões sobre a inserção da/o Assistente Social na área da saúde em aspectos biopsicossociais, que demandava uma equipe multidisciplinar. As ações desenvolvidas pelas/os assistentes sociais enfatizavam uma prática educativa com intervenções normativas no modo de vida dos "clientes", em relação aos seus hábitos de higiene e saúde, e em intervenções nos programas prioritários estabelecidos (BRAVO, 2013).

Os anos 1964-1984 foram marcados pelo contexto da ditadura militar no país, que impôs medidas na área da saúde. Nesse sentido, conforme Bravo e Matos (2007), o Estado passou a usar o binômio repressão-assistência, momento em que se verificou a ampliação da política assistencial por parte do Estado, que tinha como finalidade aumentar a regulação sobre a sociedade, apaziguar as tensões sociais e garantir a legitimidade para o regime político, sem deixar de atender aos interesses do capital. Este cenário foi responsável por corroborar com o processo de medicalização da vida social, nos âmbitos da saúde pública e previdência social, priorizando-se a esfera privada.

No tocante ao Serviço Social, nota-se que a partir da década de 1960, iniciou-se o processo de renovação da profissão que, segundo Netto (1994), ocorreu em três perspectivas: a modernizadora, reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura⁷. Sabe-se que este processo sofreu influência da América Latina, através do Movimento de Reconceituação, iniciado em 1965, cujo o debate girava em torno de "formar uma nova cultura profissional que rompesse com a orientação do pensamento conservador e sua tradição teórica, dominante na Igreja Católica que o criou, e nas sociedades latino-americanas, subdesenvolvidas e dependentes" (LOPES, 2016, p. 241). No Brasil, apesar da perspectiva de intenção de ruptura fazer a "crítica a ordem social instituída, [e] busca[r] o rompimento com valores e ações nas quais o conservadorismo impregnou/impregna a profissão" (RAMOS; FORTI, 2018, p.85), no caso da saúde, especificamente, a perspectiva modernizadora tornou-se hegemônica, especialmente a partir dos anos 1960, o que contribuiu para fortalecer uma prática curativa, com destaque nas técnicas de burocratização das atividades e concessões de benefícios.

No período de 1974 a 1979, a política social atuava no enfretamento da questão social no intuito de suavizar as reivindicações da classe trabalhadora, diante das tensões entre os setores empresarial e estatal e, no caso da saúde, o surgimento do movimento de reforma

⁷ Ver melhor caracterização de cada uma destas perspectivas em José Paulo Netto, no livro *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social brasileiro pós-64*, 2 ed. São Paulo: Cortez, 1994.

O surgimento do Serviço Social na sociedade capitalista: reflexões sobre a inserção da/o Assistente Social na área da saúde sanitária⁸. Em se tratando do Serviço Social na saúde, segundo Bravo e Matos (2007), mesmo reconhecendo-se o avanço organizativo da categoria e o aprofundamento teórico, as ações centravam-se na vertente modernizadora.

Foi durante o período de democratização do país que a área da saúde assumiu uma dimensão mais política, devido à efervescência dos movimentos sociais nos anos de 1980 e ao movimento de reforma sanitária. Este período é permeado pelo ingresso de novos sujeitos sociais que discutiram aspectos relevantes, no que diz respeito às condições de vida da população e às ações desenvolvidas, além da necessidade de participação da sociedade civil. Os/as assistentes sociais, ainda que timidamente, começaram a participar de eventos, dentre eles a VIII Conferência de Saúde⁹ e apresentar trabalhos nos Congressos Brasileiro de Assistentes Sociais sobre o exercício profissional na saúde.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a Saúde começou a integrar a Seguridade Social juntamente com a Previdência e Assistência Social. A saúde passou a ser concebida como direito de todo o cidadão, sem restrições dos beneficiários, além de não ser contributiva. Foi instituído um Sistema Único de Saúde (SUS), responsável por estabelecer ações, programas e diretrizes nacionais que definem a política de saúde brasileira. Santos e Araújo (2016) utilizam a argumentação de Jesus e Santos (2010) ao destacarem que o SUS resulta do pacto federativo que provocou mudanças relacionadas à transferência na capacidade de decisão, atribuições e recursos para o Estado e Municípios. Tem como princípios estruturantes, a universalidade, a equidade e integralidade entre as ações, que designam ideias filosóficas e princípios organizativos que compõem o sistema, englobam os princípios da descentralização, regionalização, hierarquização do sistema, participação e controle social. Esse sistema é denominado de único devido os diferentes territórios nacionais seguirem os

⁸ "A principal proposta da Reforma Sanitária é a defesa da universalização das políticas sociais e a garantia dos direitos sociais. Nessa direção, ressalta-se a concepção ampliada de saúde, considerada como melhores condições de vida e de trabalho, ou seja, com ênfase nos determinantes sociais; a nova organização do sistema de saúde por meio da construção do SUS, em consonância com os princípios da intersetorialidade, integralidade, descentralização, universalização, participação social e redefinição dos papéis institucionais das unidades políticas (União, Estado, municípios, territórios) na prestação dos serviços de saúde; e efetivo financiamento do Estado." (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2010, p. 10).

⁹ A VIII Conferência Nacional de Saúde aconteceu em 1986, teve como propósito fomentar a discussão da saúde junto à sociedade "Na ocasião, foi aprovado conjunto de medidas sintetizadas em três grandes temas: o conceito de saúde, articulado com as condições de vida e a intersetorialidade das políticas sociais; a criação do novo sistema de saúde, universal, descentralizado e integral; e o financiamento desse sistema, para que ele não se constituísse em mais um "discurso de intenções" (SANTOS; ARAÚJO, 2016, p. 26).

princípios organizativos estabelecidos, unificando os variados serviços de saúde em uma única rede.

A respeito dos profissionais de Serviço Social na saúde, nesta década, verifica-se que estes acabaram recebendo influências do movimento da reforma sanitária brasileira, da apropriação dos debates marxistas e da crise de Estado que se acentua, o que contribuiu para repensar as lacunas no exercício profissional, havendo avanços importantes por parte das/os assistentes sociais no sentido de assumir a nova direção que vinha sendo construída a partir da perspectiva embasada na teoria social crítica (BRAVO; MATOS, 2007).

Na contramão de algumas conquistas resultantes das lutas dos trabalhadores e movimentos sociais dos anos de 1980, adentra-se a década de 1990 com um cenário de reconfiguração do papel do Estado, baseado nas ideias neoliberais, e cujas estratégias de ofensiva do capital estão presentes no enxugamento do gasto destinado às políticas sociais, retirada de direitos, sucateamento dos serviços públicos, desregulamentação das relações trabalhistas e transferência de parte da responsabilidade do setor público para o privado. Tal cenário, iniciado no governo Collor, ganha ascensão com Fernando Henrique Cardoso, posto que seu governo também era favorável a agenda neoliberal. O foco dos anos 1990 foi o modelo de saúde privatista, baseado na Política de Ajuste Fiscal, ou seja, "a contenção dos gastos com a racionalização da oferta e a descentralização com isenção de responsabilidade do poder central." (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2010, p. 20).

Neste cenário, os/as assistentes sociais na saúde, são requisitados pela agenda privatista na direção de realizar "seleções socioeconômicas dos usuários, atuação psicossocial através do aconselhamento, ação fiscalizatória aos usuários dos planos de saúde, assistencialismo através da ideologia do favor e predomínio de abordagens individuais". (BRAVO; MATOS, 2007, p. 36). Por outro lado, a reforma sanitária demanda das/os assistentes sociais a democratização do acesso aos serviços de saúde aos usuários, qualificação e humanização no atendimento, estímulo a interdisciplinaridade e à participação cidadã, ênfase em abordagens grupais. Ressalta-se que a década de 1990 é marcada pela hegemonia da intenção de ruptura, como também pela maturidade da profissão, e no versus disso é identificada uma ofensiva conservadora a esta tendência, o pensamento pós-moderno, que terá reflexos na saúde, os quais nos limites deste trabalho não adentaremos.

Ramos e Forti (2018), baseadas no pensamento de Bravo e Menezes (2013), consideram que garantida as diferenças e as conquistas sociais mínimas, as gestões subsequentes da

gestão de Fernando Henrique Cardoso, não conseguiram romper com a lógica de subjugação aos ditames do grande capital que permitiu uma certa continuidade na forma como é vista a saúde em seu caráter de política pública e universal, especialmente quando não há preocupação com a garantia de recursos para manter o atendimento digno e de qualidade da população, mas se canalizam esforços para conservar o superávit primário, o foco na política de exportação custeada pelo agronegócio e nas indicações econômicas marcadas pelo caráter fragmentado e focalizado. Estas ações tendem a se intensificar, e no que tange à saúde, culmina na precarização e terceirização dos recursos humanos, como também provoca o desfinanciamento.

Conforme salienta Teixeira (2018), nas gestões dos governos dos ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, respectivamente, observa-se a existência ainda que de forma diferenciada de continuidade das medidas postas no governo de Fernando Henrique Cardoso, culminando na diminuição da oferta de serviços e bens para classe trabalhadora, terceirização dos serviços, focalização da atenção à saúde; redução da participação social nas decisões, com vistas a diminuir a efetividade do controle social. Para Bravo e Pelaez (2020, p.194), nos governos petistas foi gestado o terceiro projeto em disputa na saúde, denominado de reforma sanitária flexibilizada,

[...] que adquire contornos próprios em meio às contradições inerentes à implementação do SUS, no contexto da reconfiguração do Estado brasileiro e progressivo desmonte e subfinanciamento das políticas públicas, atendendo às exigências da política macroeconômica adotada no país. A proposição do *SUS possível* é pautada por arranjos institucionais, mecanismos gerenciais e responsabilização dos profissionais para a adequação da política de saúde às exigências de um rebaixamento da proposta inicial da reforma sanitária.

Esse cenário de regressividade do Estado tem se intensificado “no atual governo [Jair Bolsonaro] e no seu antecessor [Michel Temer], pois tem fortalecido o projeto privatista e, principalmente, o que caracterizamos como o projeto do SUS submetido totalmente ao mercado” (BRAVO; PELAEZ; MENEZES, 2020, p. 193), dada a lógica desses governos que vem incidir no aprofundamento de privatização dos serviços, restrições dos direitos sociais, diminuição da participação popular, extremo liberalismo econômico, favorecimento dos interesses do mercado internacional, aliados a uma política que tonifica a desigualdade social, ocasionando desmontes inimagináveis nas políticas sociais, reflexos do contexto mundial de

avanço dos governos de extrema-direita, donde a máxima é a transferência de responsabilidade do papel social do Estado para o setor privado. A título de exemplo desses desmontes,

[...] tem-se a aceleração dos processos de contrarreforma e a continuidade do processo de privatização *não clássica* na saúde, adensados pelo congelamento de recursos orçamentários para as políticas sociais por vinte anos, cortes orçamentários na política de saúde; a proposição dos chamados planos de saúde acessíveis; propostas de retrocessos na política de saúde mental e de mudanças na Política Nacional de Atenção Básica (PNAB); articulação efetiva com o setor privado por meio da Coalizão Saúde (2017). (BRAVO; PELEAZ; MENEZES, 2020, p.195, grifos das autoras).

À luz da argumentação desenvolvida, depreende-se que ao longo da história a saúde foi atravessada por diversas disputas societárias. Atualmente há quatro projetos em disputas: reforma sanitária, privatista, reforma sanitária flexibilizada e o do SUS submetido ao mercado. E, por estarmos diante de um processo regressivo de atuação do Estado no campo social, intensificam-se as contrarreformas nas políticas sociais em benefício dos interesses do mercado internacional, em detrimento do atendimento das necessidades e direitos da classe trabalhadora.

Frente a esse cenário, nota-se que o atual projeto profissional e a opção pela teoria social crítica fornecem lastro para analisar as contradições impostas por uma lógica burguesa, possibilitando traçar estratégias profissionais contrárias a essa lógica de mercantilização da saúde, considerando para tanto os desafios e possibilidades no limite institucional e até as relações desenvolvidas com a equipe.

Nessa direção, há que se buscar formas que possibilitem que a fundamentação teórica-metodológica e ético-político responda às exigências do trabalho profissional no que se refere a entender a profissão no contexto da divisão social e técnica do trabalho, interpretar as necessidades sociais que geram determinadas demandas profissionais e como elas respondem às necessidades do tempo histórico atual, e interpretar a que projeto vinculam-se as requisições institucionais, quais estratégias e táticas podem ser mobilizadas em resposta alternativa a essas requisições. (GUERRA, 2018, p. 33).

Parafraseando Guerra (2018), é importante que em tempos como este nos apropriemos da teoria, transformando-a numa arma crítica, tendo em vista que esta se constitui em instrumento de leitura e interpretação da realidade, que capacita assistentes sociais formular respostas alternativas às novas demandas institucionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da reflexão apresentada, considera-se que é neste terreno contraditório e repleto de tensões que o Serviço Social está inserido, nos diferentes espaços ocupacionais, o que exige ter nitidez em seu posicionamento ideológico e do seu projeto societário e profissional, expresso na necessidade de construir mediações políticas e ideológicas, especialmente em ações de resistências e de alianças com o contexto das lutas sociais, posicionando-se a favor da classe à qual faz parte, a trabalhadora. Assim, especificamente na saúde,

Incumbe a esse profissional realizar uma apreensão crítica acerca dos processos sociais que constituem a totalidade, captando os determinantes das condições de vida/saúde daqueles que atende. E, diante disso, apreender os tensionamentos entre os diversos projetos societários e seus desdobramentos no âmbito da políticas de saúde e de suas expressões no cotidiano institucional, o que inclui os processos de precarização dos recursos públicos e privatizações das políticas de saúde, com seus impactos nas condições de vida e trabalho da classe trabalhadora, inclusive assistentes sociais e dos demais da área da saúde. (RAMOS; FORTI, 2018, 104).

Além disso, convém destacar que no momento atual o cenário da política de saúde e, conseqüentemente, da intervenção das/os assistentes sociais, torna-se cada dia mais difícil, principalmente mediante a crise sanitária que se vive em decorrência da pandemia do Coronavírus/COVID19, com reflexos nas diferentes expressões da questão social, cenário que potencializa as desigualdades sociais e escancara as mais agudas contradições existentes na sociedade burguesa, cujos rebatimentos afetam, sobremaneira, a vida e as condições de saúde da classe trabalhadora, em escala mundial e nacional, guardadas as devidas proporções. Tem-se acentuado os índices de mortalidade, miserabilidade, violência, precarização nas relações de trabalho, desemprego, assédio, trabalhos informais, drástica redução das relações trabalhistas, pouca intervenção estatal, entre outros fatores, que afetam diretamente a vida população e traz rebatimentos nas condições objetivas e subjetivas do exercício profissional da saúde, entre eles a/o assistente social.

Assim, a realidade brasileira ganha tonalidades ainda mais preocupantes frente ao caráter antidemocrático e autoritário, que marcam o governo Jair Bolsonaro, pois, conforme destacam Yazbek; Raichelis; Sant'ana (2020, p. 207-208),

[...] a cada dia, em múltiplas iniciativas, o (des)governo federal vem assumindo o projeto ultraliberal conservador e obscurantista, de estímulo ao ódio de classe e aos grupos sociais historicamente excluídos de acessos a bens, serviços públicos e direitos, como o povo negro, em especial as mulheres pretas e pobres, os LGBTI+, os(as) jovens periféricos(as) e as classes trabalhadoras destituídas e subalternizadas. [...] Cenário que as contrarreformas neoliberais, principalmente a EC 95, só fizeram agravar, fragilizando o já precário funcionamento do SUS, do SUAS, da Previdência Social, ou seja, exatamente as políticas de Seguridade Social que neste momento estão sendo demandadas para ações emergenciais e preventivas sem prover, contudo, a seus milhares de trabalhadores e trabalhadoras, entre os quais assistentes sociais, condições materiais, técnicas, de segurança e proteção social da vida, indispensáveis para a realização do trabalho social na linha de frente do atendimento à população nos territórios das cidades.

Coaduno com as autoras que a situação de calamidade pública, na qual estamos imersos acentua a crise econômica e demonstra que as falaciosas contrarreformas neoliberais na realidade brasileira têm atuado a favor do mercado, em detrimento do atendimento aos direitos da classe subalterna. E no caso da saúde caminha no sentido da privatização, reforçando-se tendências de focalização e seletividade. Um exemplo nitido desse desmonte foi a aprovação da PEC 95, ou seja, "a perda de recursos federais destinados ao SUS é estimada em R\$ 654 bilhões de reais, em 20 anos, em um cenário conservador (crescimento do PIB de 2% ao ano). Com estimativa de crescimento maior (3% ao ano), a estimativa chega a R\$ 1 trilhão." (BRAVO, PELEAZ, 2020, p. 196). Esse cenário permanece mesmo em tempos de pandemia, pois de acordo com o Boletim do Cofin (CNS), divulgado no dia 20 de agosto de 2020, o Ministério de Saúde tem 41,2 bilhões de recursos para enfrentar o novo coronavírus, mas 33,4% estão parados sem uso.

É inegável que este processo traz implicações para o Serviço Social, especificamente na saúde, pois se agrava o número de demandas, sobrecarga de trabalho, dificuldades de abordagens coletivas, debilidade nas condições de Trabalho e falta de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), por exemplo. Sabe-se que essas demandas se transvestem de um caráter imediatista e sob uma ótica burocrática, que tendem a refletir em respostas reiterativas, irrefletidas e paliativas, ou meramente instrumentais, reforçando uma lógica de suposta eficiência e competência, tendo como plano de fundo, questões meramente ideológicas, ou meramente administrativas.

Apesar de imerso nesse cenário caótico, entende-se como fundamental que a/o assistente social reforce seu compromisso com a qualidade dos serviços prestados, e isso está diretamente relacionado com sua capacidade de refletir criticamente sobre as

particularidades que envolvem os usuários, no horizonte da universalidade; as disputas societárias e a dinâmica dos processos atuais em torno da políticas sociais e da política de saúde; os direitos e deveres profissionais que estão em jogo; o lugar da profissão no trabalho coletivo em saúde; a defesa das condições éticas e técnicas de trabalho; a clareza de suas atribuições e competência, tendo como horizonte o fortalecimento dos direitos dos usuários e a reafirmação de uma ação profissional reflexiva.

Perante esses elementos e ponderado o caráter político da profissão, faz-se necessário retomar estratégias organizativas e de mobilizações frente a esse cenário, na defesa dos direitos e políticas sociais; e no caso da saúde, cabe a defesa do SUS, tomando por base os fundamentos da reforma sanitária, no horizonte de lutar pela saúde enquanto direito universal e impedir o desmonte total dos direitos conquistados, sem ignorar as especificidades do atual momento histórico.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. Boletim Cofin 2020/08/19 (dados até 16 e 18/08/2020) Comissão de Orçamento e Financiamento (CNS). Brasília, DF: Ministério da Saúde, Conselho Nacional da Saúde, 2020. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/cofin/boletim/Boletim_2020_0819_T1_2_3_G1_ate_16e18_RB-FF-CO.pdf. Acesso em: 23 ago. 2020.
- BERTOLIZZI, M.R; GRECO, R.M. As políticas de saúde no Brasil: reconstrução histórica e perspectivas atuais. Revista da Escola de Enfermagem da USP, São Paulo, v.3, n.3, p.380-398, 1996.
- BRAVO, M. S.I. Política de saúde no Brasil. In: MOTA, A. Elisabete et al (Org). Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. 2.ed. São Paulo: OAPS, OMS, Ministério da Saúde, 2007, p. 88-110.
- BRAVO, M.I.S. Saúde e serviço social no capitalismo: fundamentos sócio-históricos. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- BRAVO, M.I.S; MATOS, M.C. de. Projeto ético-político do Serviço Social e sua relação com a reforma sanitária: Elementos para o debate. In: MOTA, A. E. et al (org.). Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional. 4. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: OPAS; OMS; Ministério da Saúde, 2007. p. 197-241.
- BRAVO, M. I. S.; PELAEZ, E. J.; MENEZES, J. S. B. de A Saúde nos governos Temer e Bolsonaro: Lutas e resistências. SER Social, Brasília, v. 22, n. 46, p. 191-209, jan-jun. 2020. Disponível em: DOI: 10.26512/ser_social.v22i46.25630. Acesso em 14 ago. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Brasil). Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde. Brasília, DF: CFESS, 2010.

COUTINHO, C.N. Cultura e Sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas. 4.^a ed. Rio de Janeiro: Expressão popular, 2011.

GUERRA, Y. Consolidar avanços, superar limites e enfrentar desafios: os fundamentos de uma formação crítica. *In*: GUERRA, Y. et. al. (org.). Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica. Campina. Papel Social, 2018. p. 25-46.

IAMAMOTO, M. V. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. *In*: MOTA, A. E. et al (org.). Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional. 4. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: OPAS; OMS; Ministério da Saúde, 2007. p. 161-196.

IAMAMOTO, M. V., CARVALHO, R. de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 19 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

JESUS, D. S. S. de; ARANHA, M.L.M. Mudança e permanência: Uma análise sobre o processo de feminização do Serviço Social. *In*: SANTOS, V.N.; GONÇALVES, M.C.V. (org.). Exercício profissional e formação em Serviço Social numa conjuntura adversa. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2020. p. 29-49.

LOPES, J. B. 50 anos do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina: a construção da alternativa crítica e a resistência contra o atual avanço do conservadorismo. *Revista de Políticas Públicas*. São Luís, v. 20, n.1, p 237-252, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v20n1p237-252>. Acesso em 01 ago. 2020.

MONTAÑO, C. A Natureza do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. Economia política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, J. P. As condições históricos-sociais da emergência do Serviço Social. *In*: NETTO, J.P. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1992.p. 13-77.

NETTO, J.P. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 2^a ed. São Paulo: Cortez, 1994.

RAMOS, A.; FORTI, V. Contribuições à discussão do trabalho do assistente social na área da saúde: projeto profissional crítico e algumas demandas recorrentes. *In*: RAMOS, A; SILVA; L.B; PAULA; L. G. P (org.). Serviço social e política de saúde: ensaios sobre trabalho e formação. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. p. 83-106.

SANTOS, E.; ARAÚJO, N.M.S. Traços históricos da saúde no Brasil e sua configuração na contemporaneidade. *In*: SANTOS, J.S. *et al* (org.). Políticas públicas brasileiras: reflexões e práticas. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2016.p.13-44.

SOUZA, C. A.

O surgimento do Serviço Social na sociedade capitalista: reflexões sobre a inserção da/o Assistente Social na área da saúde

TEIXEIRA; M.J.O. Determinantes sociais da saúde: o Serviço Social no debate contemporâneo.

In: RAMOS, A; SILVA, L.B; PAULA, L. G. P (org.). Serviço social e política de saúde: ensaios sobre trabalho e formação. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. p. 47- 66.

YAZBEK; M. C.; RAICHELIS; R.; SANT'ANA; R. Questão social, trabalho e crise em tempos de pandemia. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n.138, p. 207-213, maio/ago. 2020.

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.209>. Acesso em 20 de ago. 2020.

ECONOMIA DOMÉSTICA E SERVIÇO SOCIAL: ANÁLISE DAS CONTINGÊNCIAS HISTÓRICAS DE UMA APROXIMAÇÃO

HOME ECONOMICS AND SOCIAL WORK: ANALYSIS OF HISTORICAL CONTINGENCIES ABOUT AN APPROACH

José Carlos do Amaral Junior¹

Resumo: O objetivo desse trabalho foi destacar as principais contingências históricas da relação existente entre a Economia Doméstica e o Serviço Social. Baseado no materialismo histórico-dialético, desenvolveu uma pesquisa exploratória acerca da gênese dos dois campos no Brasil e no mundo. Foi possível perceber, nesse movimento, que ambos os campos tiveram origem no capitalismo concorrencial do século XIX, institucionalizando-se na era do capital monopolista. Historicamente a Economia Doméstica se manteve mais próxima das ciências agrárias e biológicas inclinando-se para as refrações da "questão social" de contexto rural, em detrimento do Serviço Social, orientado massivamente àquelas expressões ligadas ao contexto do proletariado urbano-industrial. Percebe-se ainda que a aproximação entre os dois campos ocorreu após intensa crise de legitimidade da Economia Doméstica, fenômeno que culminaria em sua extinção, mas ainda coloca questões importantes sobre o desdobramento dessa relação para a formação e a prática dos assistentes sociais.

Palavras-chave: Economia Doméstica. Serviço Social. Ensino superior.

Abstract: The objective of this paper was to draft the main historical contingencies of the relationship between Home Economics and Social Work. Based on historical-dialectical materialism, it developed an exploratory research on the genesis of the two fields in Brazil and in the world. It was possible to notice, in this movement, that both fields originated in the competitive capitalism of the 19th century, becoming institutionalized in the era of monopoly. Historically, Home Economics has remained closer to the agrarian and biological sciences, leaning towards the refractions of the "social question" in the rural context, to the detriment of Social Work, massively oriented to those expressions linked to the context of the urban-industrial proletariat. It is also noticed that the rapprochement between the two fields occurs after an intense crisis of legitimacy in the Home Economics, a phenomenon that would culminate in its extinction, but still raises important questions about the development of this relationship for the training and practice of social workers.

Keywords: Home Economics. Social Work. Higher education.

¹Assistente Social, Economista Doméstico e Historiador. Doutor em Memória: Linguagem e Sociedade pela UESB. Mestre em Economia Doméstica pela UFV. Especialista em Gestão de Políticas Públicas com ênfase em Gênero e Raça pela UFOP. Profissional de Extensão Rural no Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná IAPAR-EMATER (IDR-Paraná). E-mail: jcamaral1987@gmail.com.

Artigo submetido em: 14 de setembro de 2020.

Artigo aceito em: 30 de novembro de 2020.

p. 179-193 DOI: <https://doi.org/10.46551/rssp202112>

INTRODUÇÃO

A Economia Doméstica, *stricto sensu*, é uma área de conhecimento, formação e atuação profissional que surgiu nos EUA em meados do século XIX, com o objetivo manifesto de sistematizar uma série de conhecimentos considerados "mais adequados" à organização do cotidiano e atividades domésticas. Sua origem remete aos avanços do capitalismo concorrencial rumo ao imperialismo, refletindo o conjunto das relações sociais estabelecidas naquele país e as tensões dele resultantes, como o movimento abolicionista e as contradições entre os ideais liberais e um processo de formação econômico ainda fortemente agrário (AMARAL JUNIOR, 2020a). Dessa maneira, a Economia Doméstica se transformou em uma proposta popular de educação feminina para o doméstico que encontrou reverberação em um número expressivo de publicações, na educação não formal e informal e, mais tarde, na educação formal. Sua institucionalização ganhou expressividade a partir de 1882 com o *Morril Act*, que instituiu os *Land-Grant Colleges*, atingindo o ápice nos EUA a partir de um modelo revisado na primeira década do século XX (PINHEIRO, 2016).

No Brasil, embora algumas poucas experiências sejam historicamente datadas já no início do século XX, foi somente a partir da década de 1950 que a Economia Doméstica se popularizou como curso de formação superior, impulsionada, sobretudo, pela demanda urgente de composição das equipes de extensão rural – política agrária que foi implementada no país a partir de 1948 (*Op. cit.*). A trajetória histórica da Economia Doméstica revela, em muitos elementos, o percurso das mudanças sociais ocorridas no século XX na esteira do sistema capitalista em sua expansão sem precedentes e suas consequentes crises – o que torna seu estudo elemento importante do movimento histórico de compreensão de muitos fenômenos, como a constituição de campos estritamente femininos de educação e a normatização da vida cotidiana doméstica a partir da ideologia de produção e reprodução das relações capitalistas (AMARAL JUNIOR, 2020a). No entanto, há uma particularidade histórica que coloca o estudo da Economia Doméstica em posição de destaque para a presente reflexão: sua relação com o Serviço Social.

Pode parecer, no campo da pseudoconcreticidade, que a aproximação é puramente arbitrária e resulta em uma comparação equivocada por meio de elementos genéricos historicamente compartilhados – como o fato de terem se constituído no curso da história, ambos os campos, como nichos estritamente femininos. No entanto, alguns elementos apontam

para uma relação que pode ultrapassar a coincidência: em primeiro lugar, é necessário destacar que os programas de pós-graduação no país em Economia Doméstica, mesmo que em reduzido número, sempre estiveram classificados na área 32 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ou seja, aquela que integra todos os cursos de mestrado e doutorado do Serviço Social; em segundo, com a extinção recente dos últimos cinco cursos de Economia Doméstica que eram ofertados no país desde a década de 1990 – processo que se concretizou em 2016 – três desses se “transformaram” em bacharelados em Serviço Social; e em terceiro, pode-se perceber um movimento recente de aproximação também no campo da prática profissional, em que vagas historicamente destinadas aos economistas domésticos começam a absorver, de forma expressiva, os profissionais assistentes sociais (AMARAL JUNIOR 2020b).

Esses elementos conduzem à necessidade de compreender as contingências históricas de aproximações e divergências entre os dois campos, mesmo que de forma exploratória em detrimento dos escassos trabalhos existentes. O objetivo desse trabalho é, de forma inicial, destacar as principais dessas contingências rumo a uma construção analítica sobre a relação existente entre esses dois campos.

GÊNESE DA ECONOMIA DOMÉSTICA E DO SERVIÇO SOCIAL

Toda comparação histórica é particularmente desafiadora pelas questões metodológicas que impõem. Proceder com um exercício teórico dessa natureza exige manter sempre a categoria da totalidade como central, com vistas a ter os elementos constantes das relações sociais e históricas como foco de entendimento das divergências e convergências, sem perder de vista as particularidades. Por isso a discussão aqui apresentada foi desenvolvida segundo o método materialista histórico-dialético, considerando-se a diferenciação entre o modo de investigação e de exposição da construção do conhecimento, o caráter ontológico do trabalho, o movimento dialético na compreensão dos fenômenos e as características particulares do sistema de produção capitalista (MARX, 2017). Ainda conforme Lukács:

Sendo a objetividade uma característica ontológica primária de todo ente, é nela que reside a constatação de que o ente originário é sempre uma totalidade dinâmica, uma unidade de complexidade e processualidade. Por investigar o ser social, a posição ontológica central da categoria da totalidade

se apresenta para Marx de modo muito mais imediato do que no estudo filosófico da natureza. A totalidade na natureza pode ser apenas inferida de muitas maneiras, por mais rigoroso que seja o raciocínio; no campo social, ao contrário, a totalidade sempre está dada de modo imediato (2018, p.304).

Nesse sentido, compreender os elementos da gênese de ambos os campos é fundamental para entender o contexto geral de suas possíveis aproximações e distanciamentos, na perspectiva do trânsito da totalidade para a particularidade e também no seu sentido inverso.

Seguindo essas premissas, em primeiro lugar, destaca-se que a Economia Doméstica e o Serviço Social são gestados em um mesmo contexto da produção capitalista. É no bojo de um capitalismo transitando para sua forma imperialista que os campos parecem ter se estruturado. Segundo Hobsbawm (2018a), a "Era do Capital" demarca um período de transição em que o capitalismo proporcionaria a crescente sensação de progresso e bem-estar geral, calcado no avanço dos modos de produção, da ciência e nas modificações da vida cotidiana. É o acúmulo de uma série de avanços em ramos específicos do conhecimento – como a química, a biologia e a nutrição – que dá o suporte necessário para a primeira publicação de Economia Doméstica, "*A Treatise On Domestic Economy*", da estadunidense Catherine Beecher, publicado em 1841. Esse "marco" da Economia Doméstica estrutura uma proposta de educação moral e técnica feminina em torno de áreas como puericultura, nutrição, vestuário, decoração, jardinagem e etc. O contexto político e ideológico desse surgimento é o das contradições de um país ainda fortemente agrário, tensionado pelos movimentos abolicionistas, marcado pelo pensamento liberal em oposição à aristocracia inglesa e que experimentava mudanças rápidas e expressivas nos modos de produção (HOBSBAWM, 2018a; 2018b).

Os elementos que subsidiariam o surgimento do Serviço Social, incluindo suas protoformas – para utilizar o termo proposto por Iamamoto e Carvalho (2014) – também passariam por um processo de intensificação no fim do século XIX, em que o capitalismo em sua fase imperialista não tardaria para apresentar diversos efeitos perversos de nova magnitude. Segundo Netto (2011) é no período imperialista clássico do capitalismo, entre 1890–1940, que as modificações necessárias rumo ao capitalismo monopolista surgem, condição para o rompimento com as formas vigentes de filantropia e o surgimento do Serviço Social. Assim, expõe o autor que "[...] As conexões genéticas do Serviço Social profissional não se

entretecem com a 'questão social', mas com suas peculiaridades no âmbito da sociedade burguesa fundada na organização monopólica" (NETTO, 2011, p.18).

Ainda que a Economia Doméstica tenha encontrado capilaridade nos *Land-Grant Colleges* a partir de 1882 – daí vai derivar sua intensa herança em torno das ciências agrárias típicas desse modelo de instituição universitária – seu percurso histórico também demonstra uma ruptura com seu modelo original (AMARAL JUNIOR, 2020a). É na virada do século XIX para o XX, com a intensificação tanto da urbanização, quanto da industrialização, que o projeto técnico-científico-eugenista da Economia Doméstica ganharia forma em seu modelo *Home Economics*, cujo principal expoente é Ellen Richards, primeira mulher a ingressar e lecionar no *Massachusetts Institute of Technology* (MIT).

Na virada do século também, dois acontecimentos importantes tomaram forma no mesmo contexto: A *Lake Placid Conference* que instituiu em 1901 a Economia Doméstica em seu modelo *Home Economics*, ação liderada por Ellen Richards (AMERICAN HOME ECONOMICS ASSOCIATION, 1901) e a criação da Primeira Escola de Filantropia Aplicada por Mary Richmond em 1899 (MARTINELLI, 2011), ambos os acontecimentos em New York. Mesmo sabendo que a origem do Serviço Social, diferentemente do que se pode constatar para a Economia Doméstica, não é exclusivamente estadunidense, esses eventos demonstram que a proposta anteriormente difundida por Catherine Beecher encontra fôlego e ressonância em um contexto urbano-industrial de efervescência política bastante similar ao que faz o Serviço Social lentamente ser estruturado em torno de uma institucionalização que iria romper com suas protoformas – como demonstra Netto (2011).

Esses elementos fazem constatar que Economia Doméstica e Serviço Social se institucionalizaram a partir da configuração do capitalismo imperialista rumo a sua forma monopolista. Mais do que isso, são as refrações da "questão social" que demandam a institucionalização de ambos os campos, aproximando-os de um "lugar comum" no seu trato. Segundo Iamamoto e Carvalho:

É preciso que o operário possa cultivar seu lar e, portanto, intervir e ensiná-lo a bem organizá-lo, com seus recursos, etc. Isto é, elevar o proletariado a um padrão ético-moral, a uma racionalidade de comportamento, ajustada à interiorização da ordem capitalista industrial (2014, p.146).

A perspectiva da "repaginada e institucionalizada" Economia Doméstica reverberava uma percepção próxima:

We need to educate house experts, home advisers, those who know how to examine a house not only while it is empty but while it is throbbing with the life of the family. This adviser must be, for many years at least, able to suggest practical methods of overcoming structural defects (more difficult than fresh construction), as well as of modifying personal prejudices.

These house experts will, I think, be women of the broadest education, scientific and social. They will have not only a certain amount of medical knowledge, but also the tact and enthusiasm of the missionary which will bring them as friends and benefactors to the despairing mother and the discouraged householder² (RICHARDS, 1905, s/p).

É necessário destacar, no entanto, o primeiro e importante ponto de divergência. A Economia Doméstica tem um percurso pregresso pelos *Land-Grant Colleges*, sendo colocada, frequentemente, lado a lado das demais ciências agrárias, enquanto uma das “artes mecânicas” amplamente difundida para promover o “progresso agrário estadunidense”. Por isso, sua popularidade nos EUA sempre esteve a reboque dos projetos de desenvolvimento agrícola, sendo a proposta de *Home Economics* um verdadeiro ponto de ruptura, visto que nitidamente tentando galgar um campo de atuação urbano e científico. Ellen Richards formulou uma proposta de Economia Doméstica bastante diversa daquela construída por Catherine Beecher, pautando-se na racionalização do ambiente doméstico e na eugenia, resultado das relações sociais que se modificaram expressivamente naquele contexto de mais de meio século que separavam as duas “pioneiras” (AMARAL JUNIOR, 2020a). Já o Serviço Social, conforme demonstram Netto (2011; 2018) Iamamoto (2015), Iamamoto e Carvalho (2014), Castro (2011), Martinelli (2011) e Montañó (2009), historicamente se relacionou sempre com as expressões da “questão social” principalmente de ordem urbano-industrial, fortemente vinculada à classe trabalhadora, na maior parte das vezes buscando legitimidade nas ciências sociais.

Esses elementos, além de auxiliarem a entender posteriormente o contexto específico de difusão de ambos os campos no Brasil, demonstram como a Economia Doméstica e o Serviço Social se debruçaram historicamente sobre uma gama de fenômenos próximos, mas sob perspectivas distintas. Se o Serviço Social se construiu historicamente como o campo da

² Em tradução livre: “Precisamos educar especialistas em casa, consultores domésticos, aqueles que sabem examinar uma casa não apenas enquanto ela está vazia, mas enquanto está pulsando com a vida da família. Este consultor deve ser, pelo menos por muitos anos, capaz de sugerir métodos práticos de superação de defeitos estruturais (mais difíceis do que construções novas), bem como de modificar preconceitos pessoais. Esses especialistas da casa serão, penso eu, mulheres da educação mais ampla, científica e social. Eles terão não apenas uma certa quantidade de conhecimento médico, mas também o tato e entusiasmo da missionária que os levará como amigos e benfeitores para a mãe desesperada e para o desanimado chefe de família”.

“coerção e do consenso” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014), a Economia Doméstica se estruturou como um campo normatizador e higienizador do cotidiano doméstico (AMARAL JUNIOR, 2020a). Há, portanto, uma complementariedade no trato das expressões da “questão social” a serviço dos interesses da burguesia, na medida em que ambos os campos iriam assumir posições distintas na divisão sócio técnica do trabalho para garantir a reprodução da força de trabalho e a difusão de modos de vida que, por sua vez, reproduzissem as relações sociais que sustentam o sistema capitalista.

Em termos de gênese, para contextualizar melhor o problema ainda é necessário pontuar dois outros elementos: uma convergência, que reside no fato de ambos os campos sofrerem implementação no Brasil menos intensa nas primeiras décadas do século XX, acelerando-se nas décadas de 1940 e 1950; e uma divergência importante, que reside no fato de, ao passo que nessas décadas o Serviço Social acompanhou um movimento internacional intenso de sua popularização, a Economia Doméstica foi difundida nos países periféricos sob o paradoxo curioso de seu agudo refluxo nos centros da produção capitalista.

A implementação de ambos os campos no Brasil só pode ser entendida se compreendidas as contingências históricas do capitalismo brasileiro das décadas de 1930–1950. Se no período entre as duas Grandes Guerras o país ainda passava pelo dilema acerca de seu processo de desenvolvimento, na década de 1950 o cenário se modificou expressivamente com o esgotamento do modelo de substituição das importações, com um novo padrão de acumulação e com a crise iminente que se anunciava (NETTO, 2014). Somado a isso, se identifica após a Segunda Guerra uma ofensiva dos EUA sobre os países periféricos, inaugurando a fase tipicamente estadunidense do imperialismo, marcada pela reprodução ideológica tanto do sistema de relações sociais vigente que garantisse os modos de produção, quanto daquele que impedisse o avanço comunista (FONSECA, 1985). Enquanto o Serviço Social é plasmado nessa demanda de intervenção nas expressões da “questão social”, frequentemente via Estado (NETTO, 2018), a Economia Doméstica encontrou solo fértil na política emergente de extensão rural, materializada nos acordos de natureza público-privada entre o Governo Brasileiro e organizações americanas, como a Associação Internacional Americana (AIA) do Grupo Rockefeller (PINHEIRO, 2016).

Portanto, mesmo que a Economia Doméstica tenha pleiteado uma linha de atuação urbano-industrial nos EUA, sua implantação no Brasil se deu na tradição agrária vinculada à extensão rural. O Serviço Social, por sua vez, embora tenha também atuado nas expressões

da "questão social" que se objetivaram historicamente no campo, manteve no Brasil uma concentração mais significativa em torno das expressões de ordem urbano-industrial, o que justifica, por exemplo, a importância do eixo Rio-São Paulo na implantação das primeiras escolas brasileiras, conforme demonstra Castro (2011). Já pelo caráter rural e a forma como foi implementada, a Economia Doméstica se estruturou de maneira mais interiorizada e em escolas de tradição agrária – como a Universidade Federal de Viçosa (UFV), antiga Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Minas Gerais (ESAV), a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e a Escola Superior de Agricultura Luís de Queiroz (ESALQ), da Universidade de São Paulo (USP).

Ao que parece, essas características fundamentais de implantação dos dois cursos no Brasil garantiram, mesmo que por um curto espaço de tempo, relativa "autonomia" de existência dos dois campos. Nos EUA a Economia Doméstica já se encontrava em ampla retração a partir da década de 1950, resultado geral do contexto tensionado da Guerra Fria em que os interesses políticos desestruturaram certos nichos e formatos de educação e intervenção, tendo o Estado abandonado alguns projetos que tinha incentivado sobremaneira no cenário que antecedeu as Grandes Guerras Mundiais, incluindo aí a proposta da *Home Economics* (DYAS, 2014). Não é possível subtrair também a importância dos movimentos feministas estadunidenses, que reforçaram o discurso a favor da negação do doméstico como *lócus* naturalmente feminino (SUNDERMANN, 2014). O que não quer dizer, de certa forma, que determinado vocacionalismo das profissões tipicamente femininas tenha sido superado.

A extensão rural, portanto, garantiu a sobrevivência e perenidade do projeto de Economia Doméstica à brasileira, mantendo-a relativamente distante de profissionais que eram convocados a atuar sobre expressões da "questão social" diversas e em outros contextos. Era de se esperar, portanto, que com a desestruturação dessas barreiras – frágeis e inconstantes – no campo da divisão sócio técnica do trabalho, não tardasse para se instaurar cenários de conflitos e divergências.

AS CONTINGÊNCIAS HISTÓRICAS DA APROXIMAÇÃO BRASILEIRA

A partir da década de 1960, com a mudança de perspectiva da extensão rural brasileira rumo ao difusionismo produtivista alinhado com os planos do Governo Militar, o profissional de Economia Doméstica seria cada vez menos requisitado para esse contexto sócio

ocupacional (RODRIGUES, 1997). Esse processo foi intensificado com a perda gradual de campos de atuação que se operou com o desdobramento da Economia Doméstica em outras formações específicas, como por exemplo, a abertura dos cursos de Nutrição e Pedagogia na UFV a partir da infraestrutura anterior disponibilizada pela Escola Superior de Ciências Domésticas (RIBEIRO, 2010). Sempre mais próxima das ciências agrárias e biológicas, operou-se uma verdadeira crise de legitimidade social, técnica e profissional em torno da Economia Doméstica, maximizada por um sistema de ensino superior marcado pelo credencialismo e pelas políticas de privilégios (AMARAL JUNIOR, 2016). A esparsa legitimação que a área havia conquistado no Brasil lentamente se diluiu na superespecialização da divisão sócio técnica do trabalho, nas disputas de campo com outras áreas e no anacronismo de sua estrutura fortemente positivista, tecnicista e normatizadora (*Op. cit.*).

Foi nesse contexto crítico que se iniciou um movimento de aproximação com o Serviço Social no Brasil. Isso porque, sempre na esteira das ciências agrárias e biológicas, uma "guinada" às ciências sociais só parece efetivamente acontecer na Economia Doméstica a partir da década de 1970, quando em busca por legitimidade e reestruturação a formação e o "trânsito acadêmico" começam efetivamente a se diversificar. Simão (2016) demonstra como isso significou "romper" com as referências clássicas estadunidenses – a essa altura já escassas e precárias nos EUA – que resultou em um complexo alargamento do campo acadêmico da Economia Doméstica. Longe de se especializar e reformular, esse movimento – que também envolveu intensa política legislativa na busca por privilégios de exercício profissional – resultou em uma ampliação do caráter polivalente e inespecífico da área, agora incluindo diversas frentes dentro do campo das ciências sociais e outras de características mais técnicas (AMARAL JUNIOR, 2016).

Nesse movimento de "alargamento de campo", ocorrido intensamente nas décadas de 1970–1980, a Economia Doméstica reforçou características que seriam importantes para sua aproximação definitiva com o Serviço Social. Destacam-se aquelas apresentadas por Montaño (2009), como a subalternidade profissional, a busca pela especificidade profissional, o praticismo e a intervenção em realidades emergentes. No ápice de seu processo de extinção, características muito similares pareciam ser o centro orbital da Economia Doméstica brasileira, como a busca incessante por definir-se ciência, o forte caráter de aplicabilidade imediata e a prevalência de certo pragmatismo (AMARAL JUNIOR, 2016). É importante destacar também que o contexto das instituições em que estava inserida fez com que a Economia Doméstica

se apropriasse, a partir desse momento histórico, das discussões de Desenvolvimento de Comunidades, que como demonstra Ammann (2013) significou um ponto de interação importante para os profissionais de diversas formações em torno do "social".

O primeiro programa de pós-graduação em Economia Doméstica foi implementado em 1992 na UFV, classificado como da área de Serviço Social pela CAPES, época em que só existiam 08 programas dessa natureza no país. Não obstante a Oikos – Revista Brasileira de Economia Doméstica – hoje Revista Família e Sociedade – data também do início dos anos 1990, sob a responsabilidade do referido programa. Mas a década de 1990 e os anos 2000 seriam de sucessivas crises para a Economia Doméstica: em uma década, mais de 50% dos cursos foram extintos, decaindo de 11 cursos ativos em 1991 para apenas 5 nos anos 2000 (AMARAL JUNIOR, 2016).

A segunda década dos anos 2000, portanto, foi decisiva para fomentar uma aproximação total com o Serviço Social que impactaria sobremaneira na extinção dos cursos de Economia Doméstica no Brasil. O intenso processo de "adaptação" da Economia Doméstica não só logrou pouco êxito, como operou aproximações superficiais e equivocadas. As grades curriculares dos cursos sofreram sucessivas "maquiagens" mantendo o caráter tecnicista e positivista de sua herança estadunidense, ao passo que também foram consecutivamente infladas para atender demandas pontuais do mercado (AMARAL JUNIOR, 2016). Inclui-se nesse movimento os desdobramentos da Constituição Federal de 1988 e seu rebatimento nas políticas sociais, campo que, conforme argumenta Iamamoto (2015), sempre foi historicamente identificado com o Serviço Social. Nesse contexto, a Economia Doméstica não só manteve o escopo tecnicista fortemente agrário-biológico de suas origens, como acrescentou sob o disfarce do genérico discurso da "promoção de qualidade de vida das famílias" uma ampla gama de componentes curriculares e competências técnicas que reivindicavam sua inserção "no social". Perdendo de vista a formação histórica da própria Economia Doméstica, a experiência brasileira caminhou na direção de um anacronismo e de uma tensão entre os campos que se tornaria insustentável.

O documento emitido pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação em 2010, dando parecer desfavorável à homologação das Diretrizes Nacionais Curriculares do curso de Economia Doméstica, ilustra esse cenário

Há menos de mil alunos matriculados nesses cursos [de Economia Doméstica], número que vem decaindo a cada ano, segundo o censo da educação superior,

evidenciando um processo de extinção dessa formação, especialmente por seu *perfil não mais condizer com as demandas sociais*. Destaque-se que as principais competências ao desenvolvimento comunitário são *completamente cobertas pelo Curso (sic) de Serviço Social*, profissão crescente na oferta de cursos de graduação por todo o país (2010, p.2, grifos nossos).

A partir da segunda década dos anos 2000, os processos de “adaptação” da Economia Doméstica brasileira estavam amplamente inviabilizados. A área se demonstrou inapta em promover mudanças teórico-metodológicas, em efetivar políticas de privilégios de impacto e em garantir reservas de vagas no mercado de trabalho, seja pela via legal ou pela legitimidade social. Um caminho, importante destacar, amplamente na contramão do que ocorria com o Serviço Social, cujo recrutamento pelo Estado para o trabalho com Políticas Sociais sempre foi marcante desde 1930 (BEHRING; BOSCHETTI, 2011) e os desdobramentos internos de reformulação da área, englobando formação, atuação profissional e pesquisa, desde a década de 1960, deram outros rumos gerais ao campo (NETTO, 2018).

O que se percebe, a partir daí, é que a aproximação da Economia Doméstica com o Serviço Social ocorreu oportunamente nesse momento de crise de legitimidade, quando aquela se apresentava como apta a atuar sobre expressões da “questão social” com as quais essa sempre esteve historicamente relacionada. Essa aproximação, no entanto, não se mantém preservando ambos os campos na medida em que as fragilidades – de ordem técnica, teórico-metodológica e instrumental – da Economia Doméstica não deram cabo de sustentar a reprodução dessa justificativa.

Esse “problema de múltiplas determinações” está bem ilustrado no processo de discussão dos rumos que a Economia Doméstica teria na UFV, entre 2011–2015. Documentos do Departamento de Economia Doméstica (2015a, 2015b) demonstram a dificuldade enfrentada em propor uma nova formação, em converter-se aos componentes técnicos, ou substituir o curso ofertado por outro já existente e legitimado – opção que incluiria o Serviço Social. A experiência brasileira demonstrou que as cinco instituições imbuídas nesse processo optaram por caminhos distintos: o Departamento de Economia Doméstica da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) optou pela criação do curso de Ciências do Consumo, seguindo caminho similar das instituições mais tradicionais da área nos EUA; já a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e a Universidade Federal do Ceará (UFC) optaram por criar, respectivamente, os cursos de Nutrição e Design de Moda; na Universidade Federal de Viçosa

(UFV), a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e também em partes a UNIOESTE, optaram por dar lugar ao curso de Serviço Social.

Além de todos os elementos desse processo – que são muitos para a análise desse trabalho – a aproximação só foi possível entre a Economia Doméstica e o Serviço Social porque compartilhavam certos elementos, como também ocorreu com outras áreas de caráter mais técnico. Esses elementos podem ser genericamente sintetizados, nesse caso, em torno de uma “proximidade” na leitura que ambos os campos passaram historicamente a fazer sobre suas possibilidades de inserção na divisão sócio técnica do trabalho e, conseqüentemente, nas respostas às expressões da “questão social”. Mesmo que os argumentos utilizados para fomentar tal suposição não tenham sido historicamente suficientes para a Economia Doméstica.

UMA “FAGOCITOSE” OCASIONAL?

Em guisa de conclusão, é importante esclarecer porque esse processo de aproximação se faz pertinente, talvez em maior grau para o Serviço Social do que para a Economia Doméstica. As contingências históricas dessa relação e suas particularidades no Brasil desdobram três possibilidades: primeiro, é preciso questionar como esse processo de “adaptação” de estruturas antes destinadas à Economia Doméstica absorveram e organizaram os “novos” cursos de Serviço Social. Conhecendo a ampla trajetória da Economia Doméstica com as ciências agrárias e biológicas, seu sincretismo teórico-metodológico das últimas décadas e sua inabilidade histórica em dar respostas estruturais às pressões de diversas ordens, é preciso considerar a possibilidade dos cursos de Serviço Social implementados nesse contexto apresentarem peculiaridades importantes que podem se refletir na formação dos profissionais.

Em segundo, a análise de que a Economia Doméstica, pelos elementos em comum que apresentava, foi incorporada pelo Serviço Social em uma espécie de “fagocitose” é demasiadamente simplista. As contingências históricas apresentadas demonstraram que, apesar do peso das disputas de campo, essa relação pode apresentar cisões também na construção teórico-metodológica do Serviço Social, em que pese aqueles modelos mais tradicionais e

conservadores, ou técnico-burocráticos, em comportar confortavelmente a “herança” da Economia Doméstica sem grandes resistências.

Em terceiro lugar, como um desdobramento desse último ponto, é preciso também questionar os impactos nos espaços sócio ocupacionais que essa aproximação pode eventualmente ter desencadeado e/ou desencadear. O que parece ter sido, por exemplo, o caso da aproximação operada entre o Serviço Social e a extensão rural (AMARAL JUNIOR, 2020b). Historicamente tendo sempre legitimado a Economia Doméstica, em grandes partes pela posição tradicional que essa área sempre teve nos *Land-Grant Colleges*, a inversão recente dessa lógica em detrimento da absorção de assistentes sociais pode indicar mais do que a aparência do fenômeno revela. Em Amaral Junior (2020b) está demonstrada a ausência de clareza no escopo das duas áreas nas agências de extensão, bem como um acentuado influxo da prática dos economistas domésticos da década de 1950 para toda a “área de bem-estar social”, apontando que nesses espaços sócio ocupacionais de “encontro” pode ocorrer um rebatimento ideológico da Economia Doméstica sobre as práticas do Serviço Social. Essa processualidade, nos termos de uma leitura materialista histórico-dialética, pode indicar mais relações do que é possível perceber na aparência imediata do fenômeno estudado.

Essas três linhas gerais, ainda em aberto, apresentam a necessidade de se compreender melhor os elementos qualitativos que marcaram essa relação histórica. Só assim será possível perceber se o que ocorreu, na verdade, foi um esgotamento de certa “ideologia do doméstico” em detrimento das reestruturações das relações de produção e reprodução, ou se essa ideologia se diluiu em outros elementos, ainda vultosos e de difícil percepção que rebatem na formação e prática dos assistentes sociais.

REFERÊNCIAS

AMARAL JUNIOR, J. C. A Pedagogia do Doméstico: uma memória apreendida da síntese dialética entre Economia Doméstica e Extensão Rural. Tese (Doutorado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, 2020a.

AMARAL JUNIOR, J. C. Extensão rural e Serviço Social: análise das contingências históricas do assistente social na prática extensionista paranaense. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Centro Universitário Internacional, Irati-Paraná, 2020b.

AMARAL JUNIOR, J. C. Economia Doméstica: adaptação, transformação ou extinção? 2. ed. São Paulo: PerSe, 2016.

- AMERICAN HOME ECONOMICS ASSOCIATION. Lake Placid Conference proceedings: Volume 1-3. 1901.
- AMMANN, S. B. Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil. 12. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2013.
- BEECHER, C. E. A treatise on Domestic Economy – for the use of young ladies at home and school. New York: Harpers & Brothers, 1841.
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. Política Social – Fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011. (Biblioteca Básica do Serviço Social).
- CASTRO, M. M. História do Serviço Social na América Latina. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DOMÉSTICA. Universidade Federal de Viçosa. Proposta de criação do curso de Serviço Social. Viçosa-MG, 2015.
- DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DOMÉSTICA. Universidade Federal de Viçosa. Relatório final sobre a situação do curso de Economia Doméstica na UFV. Viçosa-MG, 2015.
- DYAS, Brie. Who killed Home Ec? Here's the real story behind its demise. The Huffington Post, 2014. Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/2014/09/29/home-ec-classes_n_5882830.html. Acesso em: 8 jun. 2019.
- FONSECA, M. T. L. A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital. São Paulo: Edições Loyola, 1985.
- HOBBSBAWN, E. A era do capital (1848-1875). 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018a.
- HOBBSBAWN, E. A era dos impérios (1875-1914). 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018b.
- IAMAMOTO, M. Serviço Social em tempo de capital fetiche – capital financeiro, trabalho e questão social. 9. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2015.
- IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. Relações sociais e o Serviço Social no Brasil – esboço de uma interpretação histórico-crítica. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.
- KOSIK, K. Dialética do concreto. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1963.
- LUKÁCS, G. Para uma ontologia do ser social I. 2. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.
- MARTINELLI, M. L. Serviço Social – Identidade e alienação. 16. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.
- MARX, K. O capital: crítica da economia política – Livro I: o processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA. Ofício no 82 do MEC/SESu/DESUP. 2010.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA. Relatório de Avaliação Quadrienal 2017 – Serviço Social. 2017. Disponível em:

<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/relatorios-finais-quadrional-2017/20122017-Servico-Social-quadrional.pdf> . Acesso em: 20 mar. 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA. Retificação do Parecer CNE/CES 492/2001, que trata da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. 2001. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_parecercne_1363.pdf . Acesso em: 20 mar. 2020.

MONTAÑO, C. A natureza do Serviço Social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, J. P. Capitalismo monopolista e Serviço Social. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, J. P. Ditadura e Serviço Serviço Social – uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 17. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

PARANÁ, GOVERNO DO ESTADO. Secretaria da Administração e da Previdência. Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural. Edital no079/2014. 2014.

PINHEIRO, C. F. Estado, extensão rural e economia doméstica no Brasil (1948-1974). Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2016.

RIBEIRO, M. G. M. A constituição das Ciências Humanas numa Universidade Rural. ALEPH, v. IV, n. 14, p. 52-60, 2010.

RICHARDS, E. H. The cost of shelter. [s.l.]: MIT – Massachusetts Institute Of Technology, 1905.

RODRIGUES, C. M. Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil. Cadernos de Ciências e Tecnologia, v. 14, n. 1, 1997.

UNITED STATES GOVERNEMENT. Act of July 2, (Morrill Act), Public Law 37-108, which established land grant colleges, 07/02/1862; Enrolled Acts and Resolutions of Congress, 1789-1996. 1862.

**A QUESTÃO SOCIAL NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO:
COMO O ESTADO ENFRENTA A QUESTÃO SOCIAL?**

**THE SOCIAL QUESTION IN CONTEMPORARY CAPITALISM:
HOW DOES THE STATE FACE THE SOCIAL ISSUE?**

Flávio dos Santos Brito¹

Resumo: A questão social constitui-se como a essência do processo prático e teórico de intervenção do Serviço Social. Ela encontra-se inscrita nos mais diversos segmentos de atuação profissional e é desta maneira, entrelaçada, como objeto de teorização para sua melhor compreensão e elucidação. A questão social encontra-se desta forma estreitamente vinculada ao processo histórico de mercantilização da economia e encontra no aparelho estatal um agente fortemente promotor das disparidades sociais, econômicas, democráticas e políticas na sociedade civil em suas mais variadas composições de classes.

Palavras-chave: Questão Social; Estado; Capitalismo

Abstract: The social question constitutes the essence of the practical and theoretical process of social work intervention. It is inscribed in the most diverse segments of professional activity and is thus intertwined as an object of theorization for better understanding and elucidation. The social issue is thus closely linked to the historical process of commodification of the economy and finds in the state apparatus a strongly promoting agent of social, economic, democratic and political disparities in civil society in its most varied class compositions.

Keywords: Social Question; State; Capitalism

INTRODUÇÃO

As desigualdades inerentes à sociedade conduzem a questão social a apresentar-se na contemporaneidade sob formas e constituição inéditas a partir da lei geral de acumulação do capital e na tendência de aumento da produtividade do trabalho, resultando numa mudança na composição técnica do capital, em que se fundamenta a redução da força de trabalho frente a processos de produção mais modernos (produção, distribuição e troca de mercadorias);

¹ Assistente Social. Graduado em Serviço Social pela UNIMONTES. Graduado em Pedagogia pela Faculdade Paulista São José. Graduado em Sociologia pela UNIASSELVI. Graduando em Filosofia pela UNIASSELVI. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora, MG - UFJF. e-mail: fbrito29@yahoo.com.br.

Artigo submetido em: 30 de setembro de 2020.

Artigo aceito em: 30 de novembro de 2020.

p. 194-212 DOI: <https://doi.org/10.46551/rssp202113>

redução do tempo de trabalho necessário para a produção, gerando a mais valia e a diferença entre capital constante (força de trabalho) e capital variável, essa situação traz no âmbito mercadológico, a submissão dos trabalhadores às regras de produção e dispêndio de sua força de trabalho de acordo as regras que gerenciam o sistema de produção.

Por isso, desde a crítica da economia política, elaborada por Marx, sabemos que as expressões da chamada "questão social" como o fenômeno do desemprego e da pauperização, não são estranhos nem novos para um sistema que se baseia na exploração do trabalho e na apropriação privada da riqueza socialmente produzida, deixando aos trabalhadores a venda da força de trabalho como possibilidade única de obter sua reprodução física e espiritual (MARANHÃO, 2009, p.98).

Desta forma, a força de trabalho excedente passa a compor o chamado exército industrial de reserva, que, acaba sendo vista, como indivíduos propensos a uma inserção a parte na sociedade, caracterizando assim, estes sujeitos sociais afastados do sistema, como agentes promotores de delitos e sua conseqüente criminalização perante a sociedade classista imbuída no capitalismo.

É essa despolitização que ao lado da destituição do caráter público dos direitos dos pobres e excluídos em nossa sociedade que está na base do atual sucateamento dos serviços públicos, da desqualificação de políticas sociais, da destituição de direitos trabalhistas e sociais e da privatização e refilantropização na abordagem da questão social. Essa refilantropização é construída a partir de referências não políticas, mas de "iniciativas morais de ajuda ao necessitado, que não produzem direitos, não são judicialmente reclamáveis" (RAICHELIS, 1997, p.7) e convive com "a indiferença diante de um mundo privatizado e ainda mais desigual que antes" (YAZBEK, 2001, p.36).

A questão social assim vem encontrando no sistema capitalista um propenso campo de ampliação das desigualdades sociais, tendo em vista que o próprio contexto do capitalismo necessita da exclusão de muitos para incluir alguns e desta forma, amplia-se a largos passos toda uma gama de carências e necessidades que segregam cada vez mais a população em um estamento de classes.

Assim, para Yasbek (2001), propostas neoliberais, em relação ao papel do Estado quanto à questão social, são propostas reducionistas que esvaziam e descaracterizam os mecanismos institucionalizados de proteção social. São propostas fundadas numa visão de política social apenas para complementar o que não se conseguiu via mercado, família ou comunidade.

Essa relação é posta na estruturação da globalização da economia e conseqüentemente, na mundialização do capital, relacionada à financeirização capitalista e de um mundo sem fronteiras e sem nações. Há a integração das relações mercadológicas em um princípio de equidade e acesso ao consumo, fustigado, contudo, em decorrência do agravamento e naturalização da questão social a partir do postulado do acesso ao mercado consumidor, imposto, pelo próprio sistema capitalista, e que ao mesmo tempo degenera o indivíduo na estratificação das relações sociais de classes.

Citado por Iamamoto (2008), Ianni (2004b), considera que nesse palco da história do século XXI, o novo ciclo de expansão do capitalismo transnacional redesenha o mapa do mundo. Ele desafia a compreensão da chamada "sociedade global": uma sociedade na qual se subordinam as sociedades nacionais em seus segmentos locais e arranjos regionais, com suas potencialidades e negatividades, considerando seus dinamismos e contradições. Nela se confrontam o neoliberalismo, o nazifacismo e o neo-socialismo. Nesse novo estágio do desenvolvimento do capital redefinem-se as soberanias nacionais, com a presença de corporações transnacionais e organizações multilaterais - o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio, a "santíssima trindade do capital em geral" - principais porta-vozes das classes dominantes em escala mundial. O autor levanta a polêmica hipótese que está em curso *um novo ciclo da revolução burguesa em escala mundial*, por dentro da qual aí se fermentam, simultaneamente, novas condições para uma globalização desde abaixo, para um novo ciclo da revolução socialista, vista como revoluções mundiais (IANNI, 2004b, p.17).

Nessa visão otimista, afirma que, desse processo, também redundam "as condições sociais, simultaneamente econômicas, políticas e culturais, sob as quais se recriam os ideais, as práticas e organizações empenhadas na socialização da propriedade e do produto do trabalho coletivo agora visto em perspectiva mundial" (IANNI, 2004b, p.34).

Contradizendo o que Ianni (2004) demonstra em sua visão otimista sobre o reordenamento do mundo, encontra-se presente no contexto macrossocietário do processo de financeirização da economia e no aprofundamento das multifaces da questão social, o crescente aumento do desemprego, que se constitui na raiz longilínea da flexibilização da produção, na desregulamentação e apropriação da riqueza produzida, levando ao aumento exponencial da pobreza e desigualdades sociais e na naturalização da questão social no corpo da sociedade civil.

Cabe lembrar que a mundialização é o resultado de dois movimentos conjuntos, estreitamente interligados, mas distintos. O primeiro pode ser caracterizado como a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito às políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas, que foram aplicadas desde o início da década de 1980, sob o impulso dos governos Thatcher e Reagan (CHESNAIS, 1996, p.34).

É nesse invólucro, portanto, que, Pereira (2001) entende tratar-se de problemas agudizados pela economia global e pela hegemonia do liberalismo de mercado, contra os quais ainda não foi possível articular um *ethos* unificado, a partir do qual atores sociais estratégicos possam efetivamente posicionar e impor os interesses das classes subalternas. Fazendo uso das palavras de Pereira (2001), reporto-me por fim, aos pressupostos e condições que considero indispensáveis à explicação da questão social: a relação entre estrutura e sujeitos, traduzida pelo confronto entre necessidades (engendradas pela contradição fundamental do sistema capitalista) e atores sociais (estrategicamente situados e com poder de pressão para desnudar e esconjurar publicamente as forças subterrâneas que os oprimem). Para tanto, há que existir uma superestrutura minimamente favorável que prescindia tanto da presença de um Estado com capacidade de regular e garantir direitos, quanto da existência de regras democráticas susceptíveis à luta política.

Sequencialmente, a economia mundial está amparada no sistema capitalista de financeirização da economia, em que se observa a expansão imensurável do aspecto global das transações multilaterais de um mundo sem fronteiras e sem identidades nacionais. A economia global compreende um sistema livre e unificado do mercado mundial e consumidor que faz girar todo o sistema econômico.

Atenta-se desta maneira, ao fato que a mundialização estrutural da economia e sua consequente financeirização compreende um contexto unívoco de desregulamentação e liberalização econômica. O capital financeiro dentro desta conjuntura assume o comando de todo o conjunto da dominação pelos Estados Nacionais frente à sociedade que vive do trabalho, frente aos trabalhadores que produzem a riqueza indubitavelmente mal repartida. Fato este que impulsiona os espaços multilaterais levando ao crescimento obscurecido do trabalho na sociedade e a radicalização da sociedade capitalista em seu fetiche, alienando a classe trabalhadora.

O predomínio do capital fetiche conduz à banalização do humano, à descartabilidade e indiferença perante o outro, o que se encontra na raiz das novas configurações da questão social na era das finanças. Nessa perspectiva, a questão social é mais do que as expressões de pobreza, miséria e "exclusão". Condensa a banalização do humano, que atesta a radicalidade da alienação e a invisibilidade do trabalho social - e dos sujeitos que o realizam - na era do capital fetiche. A subordinação da sociabilidade humana às coisas - ao capital-dinheiro e ao capital mercadoria -, retrata, na contemporaneidade, um desenvolvimento econômico que se traduz como barbárie social. Ao mesmo tempo, desenvolvem-se, em níveis sem precedentes históricos, em um mercado mundial realmente unificado e desigual, as forças produtivas sociais do trabalho aprisionadas pelas relações sociais que as sustentam. Potência contradições sociais de toda natureza, que impulsionam as necessidades sociais radicais (HELLER, 1978, p.87-113 *apud* IAMAMOTO, 2008): aquelas que nascem do trabalho e motivam uma práxis que transcende o capitalismo e aponta para uma livre individualidade social emancipada das travas da alienação - da sociabilidade reificada - cujas bases materiais estão sendo, progressivamente, produzidas no processo histórico em curso (IAMAMOTO, 2008, p.125).

Entende-se assim, que, a produção de capital só existe mediante a produção do excedente promovido pela exploração e expropriação do trabalho, radicalizando assim essa relação. Ocorre que o capital financeiro se estrutura e vive a sombra do capital industrial devido ao próprio processo de produção e apropriação desenfreada da riqueza produzida. Esse circuito redundava numa financeirização estrutural da economia mundial. Sendo perceptível que a raiz desse processo é o desemprego crônico, flexibilização, desregulamentação e apropriação da riqueza produzida, levando ao aumento exponencial da pobreza e desigualdades sociais.

A autonomia do setor financeiro nunca pode ser senão uma autonomia relativa. Os capitalistas que se valorizam na esfera financeira nasceram - e continuam nascendo - no setor produtivo. Eles começam por tomar a forma, seja de lucros (lucros não reinvestidos na produção e não consumidos, parcela dos lucros cedida ao capital de empréstimo, sob forma de juros); salários ou rendimentos de camponeses ou artesãos, os quais depois foram objeto de retenções por via fiscal, ou sofreram a forma de agiotagem moderna dos "créditos ao consumidor"; por fim, depois de quarenta anos, salários diferidos guardados nos fundos privados de aposentadoria, mas cuja natureza se modifica ao entrarem na esfera financeira, tornando-se massas em busca da rentabilidade máxima. A esfera financeira alimenta-se da riqueza criada pelo investimento e pela mobilização de uma força de trabalho de múltiplos níveis de qualificação. Ela mesma não cria nada. Representa a arena onde se joga um jogo soma zero: o que alguém ganha dentro do circuito fechado do sistema financeiro, outro perde. Usando uma expressão de P. Salama e J. Vallier (1991): "o 'milagre da multiplicação dos pães' não passa de miragem" (CHESNAIS, 1996, p.241).

Segundo lamamoto (2008), é importante acentuar o papel que cumpre ao Estado nesse modo de dominação. O Estado tem o papel-chave de sustentar a estrutura de classes e as

relações de produção. O Estado requer grupos capitalistas politicamente ativos para articular seus interesses de classes e defender seus interesses particulares. A expansão monopolista, em sua tendência à super-acumulação permanente, à exportação de capital e à divisão do mundo em áreas de influência imperialistas, aumenta o aparato estatal e as despesas correspondentes. As despesas com armamentos, o financiamento das condições gerais da produção, o aumento dos gastos para fazer frente à ampliação da legislação social - que determina redistribuição considerável do valor a favor do orçamento público - requerem maior canalização de rendimentos sociais para o Estado. O Estado funciona como esteio do capital privado, oferecendo-lhe, por meio de subsídios estatais, possibilidades de investimentos lucrativos nas indústrias de armamento, proteção ao meio ambiente, empréstimos aos países estrangeiros e infra-estrutura. A hipertrofia do Estado propicia maior controle sobre os rendimentos sociais, o que amplia os interesses dos grupos de capitalistas em interferir nas decisões do Estado².

A mundialização não suprime as funções do Estado de reproduzir os interesses institucionalizados entre as classes e grupos sociais, mas modifica as condições de seu exercício, na medida em que aprofunda o fracionamento social e territorial. O Estado passa a presidir os "grandes equilíbrios" sob a vigilância estrita das instituições financeiras supranacionais, consoante a sua necessária submissão aos constrangimentos econômicos, sem que desapareçam suas funções de regulação interna (HUSSON, 1999; IANNI, 2004b *apud* IAMAMOTO, 2008, p.121).

O fracionamento social mencionado acima encontra ressonância no meticuloso processo da acumulação capitalista pelo Estado. Levando ao aumento substancial das desproporções existentes e fundamentadas na reprodução concreta da força de trabalho e sua apropriação circunscrita pelo próprio sistema.

Assim, as ações orientadas pelo aparelho estatal, geralmente, em sua via burocrática e meritocrática, redundam em aparente enfrentamento da questão social. Porém, constata-se serem tais medidas apenas providências sinuosas e que não atingem de maneira precisa a real necessidade de intervenção do Estado.

² "Essa 're-privatização' não oficial, por assim dizer, da articulação dos interesses da classe burguesa é uma contrapartida da concentração e centralização crescente do capital. É a sombra inseparável da autonomia e da hipertrofia cada vez maiores do Estado burguês tardio" (MANDEL, 1985, p.344 *apud* IAMAMOTO, 2008, p.121).

Por isso, compreender os reais interesses do Estado e suas formas de enfrentamento em propensão à questão social consolida o propósito de aprofundar conhecimentos e vislumbrar possibilidades reais para elucidação da mesma em suas interfaces contemporâneas.

ENFRENTANDO A QUESTÃO SOCIAL - ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS

Em Marx, o Estado é a expressão da dominação de classe via administração pública, por meio da qual as relações de produção são estruturadas no antagonismo entre as classes sociais. Nesse viés, a administração do Estado se estrutura por uma estratégia racional ligada a meios e fins, atingíveis ou inatingíveis no propósito de promover ou não a emancipação humana a partir dos instrumentos utilizados por esta própria racionalidade.

Além disso, a administração constitui-se como expressão de poder, de conflito e disputa de interesses, sendo, pois, a administração o instrumento de materialização do poder do Estado perante a sociedade.

O capitalismo demanda desta maneira um processo de administração racional a partir da divisão técnica e pormenorizada dos meios de produção, ocorrendo então, uma racionalidade instrumental que, fomenta a expansão e ampliação do poder da ordem administrativa do Estado e conseqüentemente, da máquina administrativa. Isso ocorre a partir de uma prática irracional do capitalismo que gera uma crítica racional a esse processo e também a partir das dimensões instrumental e emancipatória da razão.

Dessa forma, entende-se que, a ampliação do poder da ordem administrativa pública materializa a dominação e o antagonismo de classe. Devido a sua concepção ideológica ser o bem comum, ou seja, a justiça no corpo da sociedade. Ocorrendo entre maneira, dentro da ordem administrativa, o revés desta concepção, atentando-se ao fato que as dimensões ético-política em sua finalidade (diretrizes, orientação, fundamentos) e sua dimensão técnico-operativa (engenharia institucional, procedimentos e instrumentos) em seus meios, ampliam as divergências gestoras em relação às funções do corpo administrativo do Estado perante a sociedade civil.

De acordo com Amorim (2009), em decorrência da relação de dependência ontológica do Estado para com a sociedade civil, a administração é impotente frente às contradições geradas pelo antagonismo das classes sociais que compõem a sociedade civil, o Estado

expressa "esta razão de ser", por isso nenhuma inversão é possível, ou seja, não se pode compreender o Estado fora dessa relação. Quanto a isto Marx diz que:

Quando o Estado admite a existência de problemas sociais, procura-os ou em leis da natureza, que nenhuma força humana pode comandar, ou na vida privada, que é independente dele. [...] Finalmente, todos os Estados procuram a causa em deficiência acidentais intencionais da administração e, por isso, o remédio para os seus males em medidas administrativas. [...] Exatamente porque a administração é a atividade organizada do Estado (MARX, 1985, p.80).

É nesse princípio da administração como sustenta Amorim (2009) que se percebe ser a "atividade organizada do Estado" que repousa a função das medidas administrativas: disciplinar o pauperismo, mediante a administração dos conflitos entre classes, dos "males" decorrentes desses conflitos, para reproduzir e manter a ordem dominante. E não podia ser diferente. O Estado é um instrumento de reprodução dos interesses das classes dominantes, portanto, um instrumento inseparável da opressão, porque é, essencialmente, coerção e dominação de classe, ou, nas palavras de Marx (1985) "A existência do Estado e a existência da escravidão são insuperáveis".

Em sua análise sobre a teoria liberal-burguesa e a teoria democrática apresentada por Holloway (1981), é perceptível na constatação de Amorim (2009) que estas diferem das formulações acerca da natureza do Estado e da sociedade civil³, bem como da relação entre ambos. Para Marx a sociedade civil constitui a dimensão social fundante de outras esferas da atividade humana, cada qual com funções diferentes, dentre elas a esfera da política e do Estado. Este é fundado, é produto da sociedade quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento político e econômico e, portanto, não só é dependente da sociedade

³Vista sobre o prisma da teoria liberal-burguesa, a sociedade civil, além de distinguir-se do Estado, é composta por uma massa de cidadãos individuais que se dirigem ao mercado, em condições de igualdade, para realizarem seus interesses privados. É o princípio da "igualdade cidadã" - formal - que caracteriza a sociedade capitalista, pois "trata as pessoas como se fossem iguais, numa sociedade onde são fundamentalmente desiguais". A teoria liberal-burguesa também nega a existência de "classes estruturadas de forma antagônica", bem como a luta de classes. Quando reconhece a existência das classes, refere-se a grupos de cidadãos que têm interesses e privilégios sociais diferentes, ou seja, a "cidadãos (mais ou menos privilegiados) com direitos e responsabilidades iguais em última instância" (HOLLOWAY, 1982, p.25-27). O conceito de cidadania - do cidadão possuidor de direitos e responsabilidades diante do Estado - formulado pela teoria liberal-burguesa "é a expressão mais clara da liberdade e igualdade formais, sobre as quais se baseia o Estado burguês". Ao tratar como iguais os membros da sociedade que não só são desiguais, mas também antagônicos entre si, oculta o antagonismo das classes sociais, e, portanto, expressa e confirma a dominação da classe capitalista. Nesse sentido, "definir os indivíduos como 'cidadãos' (ou 'público') implica uma abstração das relações de produção" e da relação do antagonismo fundamental em que vivem as duas classes sociais que compõem a sociedade, uma vez que "uma vive da exploração da outra" (HOLLOWAY, 1982, p.27-28 *apud* AMORIM, 2009, p. 107).

civil, como sua administração é impotente frente às contradições geradas pelo antagonismo das classes sociais (MARX, 1985 *apud* AMORIM, 2009). Amorim entende ainda que na sociedade capitalista, a relação de dependência ontológica do Estado para com a sociedade civil é, essencialmente, a relação de dependência do Estado para com o capital.

Existe assim, o que é definido como *contrato social* entre o Estado e a sociedade civil, por meio do qual, o Estado fica responsável por manter o ordenamento e a coesão social promovendo a regulação da sociedade e esta se incumbem de certa forma de fiscalizar o aparelho estatal, a fim de ter preservado a garantia de seus direitos naturais.

Entretanto, a controvérsia existe no fato que as divergências com relação às modalidades e ao conteúdo do contrato social, e, sobretudo essas últimas, repercutem nas variações sobre o tema da sociedade civil (BOBBIO & BOVERO, 1994, p.75).

Por isso, compreende-se que segundo Bobbio e Bovero (1994), o significado ideológico de uma teoria depende não de sua estrutura, mas do valor primário ao qual ela serve: a ordem, a paz social, a segurança, a liberdade individual estreitamente ligada à propriedade, a igualdade social que se realiza não na liberdade individual, mas na liberdade coletiva, e assim por diante.

A contradição está aí, no fato que o Estado legitima suas ações num processo de dominação. A política social é o instrumento utilizado pelo Estado para se legitimar, e esse processo é identificado no Estado ampliado de Gramsci.

O Estado constitui para Poulantzas (1985), portanto, a unidade política das classes dominantes: ele instaura essas classes como classes dominantes. Esse papel fundamental de organização não concerne, aliás, a um único aparelho ou ramo do Estado, mas, ao conjunto de seus aparelhos, inclusive seus aparelhos repressivos por excelência. O Estado pode preencher essa função de organização e unificação da burguesia e do bloco no poder, na medida em que detém uma autonomia relativa em relação a tal ou qual fração e componente desse bloco, em relação a tais ou quais interesses particulares.

Ocorre ainda que, na conformação, Estado coisa/Estado sujeito, existe uma relação de exterioridade em que as classes dominantes se submetem ao Estado (coisa) por um jogo de "influências" e de grupos de pressão, ora o Estado (sujeito) se submete às classes dominantes. Estado e classes dominantes são considerados sempre como entidades intrínsecas "confrontadas" entre si, uma "face" à outra, e assim uma possuiria tanto poder que a outra nada teria, conforme uma tradicional concepção de poder como quantidade dada numa

sociedade: a concepção do poder *soma-zero*. Ora a classe dominante absorve o Estado esvaziando-o de seu próprio poder (o Estado coisa), ora o Estado resiste à classe dominante e lhe retira seu poder em seu próprio benefício (o Estado sujeito e árbitro entre as classes sociais, concepção cara à social-democracia) (POULANTZAS, 1985, p.150).

Isso traz, inicialmente, à baila as transformações das relações de produção. Estabelecer a relação do Estado com essas relações significa desde já que as transformações do Estado em sua periodização histórica fundamental (estágios e fases do capitalismo: estágios concorrencial e imperialista - capitalista monopolista, fases desse último) levam a substanciais modificações das relações de produção e da divisão social do trabalho capitalistas. Se seu núcleo persiste, que é o que faz com que o Estado continue capitalista, não impede que eles passem por importantes transformações ao longo da reprodução do capitalismo (POULANTZAS, 1985, p.142).

Segundo Paro (2006), nas sociedades de classes, em que o poder está confinado nas mãos de uma minoria, a administração tem servido historicamente como instrumento nas mãos da classe dominante para manter o *status quo* e perpetuar ou prolongar ao máximo seu domínio.

Diante das argumentações até aqui expostas, fica claro que "a contradição entre o social e o político seria inconciliável. Dado o caráter antagônico da própria base social, perpetuada como tal pela estrutura política, o Estado seria irredimível, portanto, descartado" (MÉSZÁROS, 2002, p.565). É em decorrência dessa contradição que a política em um sentido negativo para Marx, por isso nem a política, nem o Estado vão existir na sociedade eminentemente socialista. Nesse sentido, "a ênfase na necessidade de abolir o Estado para resolver as contradições da sociedade civil articula-se à idéia de que o Estado e a política em geral, como a conhecemos, são, por sua própria natureza, incapazes de abolir a si mesmos". Isso porque, segundo Mézáros, para Marx "era claro, desde o início que nenhum fator material pode ser 'abolido' por decreto, incluindo o próprio Estado, um dos mais poderosos de todos os fatores materiais" (2002, p.565 *apud* AMORIM, 2009, p.114).

O Estado funda-se na contradição entre os interesses públicos e privados, e, dessa forma, mostra-se incipiente perante a necessidade de combater os interregnos que mistificam e aprofundam as desigualdades sociais. Dada a sua natureza, o Estado é impotente frente às contradições geradas pelo antagonismo das classes sociais. Também é um instrumento a serviço da reprodução dos interesses das classes dominantes, sendo a sua função social

essencialmente conservadora e perpetuadora dos interesses imanentes às classes sociais burguesas, mantendo desta forma a dominação de uma classe sobre a outra.

Dessa forma, atuar na realidade concreta do espaço político existente é não aceitar o instituído (o Estado e a administração pública) como limite de nossa ação social e política, bem como não contribuir para a mistificação da luta contra as desigualdades sociais e a exploração dos que produzem a riqueza, evitando-se cair na falácia da eficiência administrativa do Estado ou na busca de medidas remediadoras, como já apontou Marx nas *Glosas Críticas* (AMORIM, 2009).

A discussão sobre Estado caminha lado a lado à intencionalidade da manutenção de interesses privativos e burocráticos que fomentam a inviabilidade de acesso das classes sociais mais incipientes à proteção social promovida por este mesmo aparelho Estatal.

Usando como base de análise o texto de Amorim (2009) "*Para uma Crítica Marxista do Estado e da Administração Pública*", apreende-se que a ação política e o Estado, segundo Marx, têm limites bem definidos no campo objetivo, intransponíveis e imanentes à forma de dominação dessa sociedade pela sua funcionalidade ao sistema do capital. Desse modo, o Estado atua apenas no campo das possibilidades que não comprometam a reprodução da dominação de classe, sendo está, portanto, sua ineliminável função social independente de qualquer forma de sociedade em que ela ocorra. É por isso que, para Marx, a política e o Estado têm uma função essencialmente negativa.

Marx, nas *Glosas Críticas*, evidenciou o equívoco da teoria política e social na sua reflexão sobre o Estado e os problemas sociais, ao afirmar que existe uma relação de dependência ontológica do Estado para com a sociedade civil. Para ele, o Estado tem sua raiz no antagonismo das classes que compõem a sociedade civil. Por sua essência encontrar-se na sociedade civil, o Estado expressa "esta razão de ser", por isso nenhuma inversão é possível, ou seja, não se pode compreender o Estado fora dessa relação (AMORIM, 2009, 103). Quanto a isto Marx diz que:

O Estado e a organização da sociedade não são do ponto de vista político, duas coisas diferentes. O Estado é o ordenamento da sociedade. [...] Ele repousa sobre a contradição entre vida privada e pública, sobre a contradição entre os interesses gerais e os interesses particulares. Por isso, a administração deve limitar-se a uma atividade formal e negativa, uma vez que exatamente lá onde começa a vida civil e seu trabalho, cessa o seu poder (MARX, 1995, p.80).

É importante destacar que o fato de o Estado assumir diversas formas ao longo de sua trajetória (imperialista, absolutista, democrático, constitucionalista, etc.), em nada altera a sua natureza, a sua essência opressiva de classe, independente do modo (coerção e/ou consenso) como se dê essa opressão. O Estado é impotente frente a essa contradição, pois não existe e nem foi criado para eliminá-la, mas para propiciar, mediante administração dos conflitos, a reprodução da vida privada, na qual impera a contradição e o antagonismo de classes (AMORIM, 2009, 104).

Esse antagonismo está presente no fato que o Estado se apresenta como um Estado de classes, no qual, a diferenciação econômica dita o ritmo do processo de inclusão e acesso a direitos, pela população. Este Estado seria a princípio o representante da sociedade civil, contudo, prima-se pela defesa e perpetuação de interesses particularistas, em vez de se pautar na melhoria do acesso público aos direitos sociais e econômicos. Dentro desta contextualização, Marx critica a emancipação política em detrimento da emancipação humana. Por isso, em Marx, o Estado se resume nos aparatos coercitivos usados para representar os interesses da classe dominante.

Coutinho (1992) discursando sobre a teoria ampliada do Estado⁴ tendo como base o pensamento Gramsciano mostra que o Estado em sentido amplo, "com novas determinações", comporta duas esferas principais: a sociedade política (que Gramsci também chama de "Estado em sentido estrito" ou de "Estado coerção"), que é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e policial-militar; e a sociedade civil, formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar,

⁴A teoria ampliada do Estado em Gramsci (conservação/superação da teoria marxista "clássica") apóia-se nessa descoberta dos "aparelhos privados de hegemonia", o que leva nosso autor a distinguir duas esferas essenciais no interior das superestruturas. Justificando, numa carta a Tatiana Schucht, datada de setembro de 1931, seu novo conceito de intelectual, Gramsci fornece talvez o melhor resumo de sua concepção ampliada do Estado: "Eu amplio muito - diz ele - a noção de intelectual e não me limito à noção corrente, que se refere aos grandes intelectuais. Esse estudo leva também a certas determinações do conceito de Estado, que habitualmente é entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo para adequar a massa popular a um tipo de produção e à economia de um dado momento); e não como equilíbrio entre sociedade política e sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre a inteira sociedade nacional, exercida através de organizações itas privadas, como a Igreja, os sindicatos, as escolas, etc.) (COUTINHO, 1992, p.76).

as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa), etc.

Duas problemáticas básicas *explicam tais fatos*, justificando que elas recebam em Gramsci um tratamento relativamente autônomo. Em primeiro lugar, temos uma diferença na função que exercem na organização da vida social, na articulação e reprodução das relações de poder. Ambas, em conjunto, formam "o Estado (no significado integral: ditadura + sociedade)", Estado que, em outro contexto, Gramsci define também como "sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia revestida de coerção". Nesse sentido, ambas servem para conservar ou promover uma determinada base econômica, de acordo com os interesses de uma classe social fundamental. Mas o modo de encaminhar essa promoção ou conservação varia nos dois casos: no âmbito e através da sociedade civil, as classes buscam exercer sua hegemonia, ou seja, buscam ganhar aliados para suas posições mediante a direção política e o consenso; por meio da sociedade política, ao contrário, as classes exercem sempre uma ditadura, ou, mais precisamente, uma dominação mediante a coerção. Assim, como podemos ver, é a sociedade política (ou o Estado-coerção) o momento do fenômeno estatal que recebeu a atenção prioritária dos clássicos, enquanto as novas determinações descobertas por Gramsci concentram-se no que ele chama de sociedade civil. E a novidade introduzida por Gramsci não diz tanto respeito à questão da hegemonia, já abordada por Lênin, mas ao fato de que a hegemonia - enquanto figura social - recebe agora uma base material própria, um espaço autônomo e específico de manifestação (COUTINHO, 1992, p.77).

Precisamente aqui reside o segundo ponto de diferenciação entre as duas esferas: elas se distinguem por uma materialidade (social-institucional) própria. Enquanto a sociedade política tem seus portadores materiais nos aparelhos repressivos de Estado (controlados pelas burocracias executiva e policial-militar), os portadores materiais da sociedade civil são o que Gramsci chama de "aparelhos privados de hegemonia", ou seja, organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos em face da sociedade política. Gramsci registra aqui o fato novo de que a esfera ideológica, nas sociedades capitalistas avançadas, mais complexas, ganhou uma autonomia material (e não só funcional) em relação ao Estado em sentido restrito. Em outras palavras: a necessidade de conquistar o consenso ativo e organizado como base para a dominação - uma necessidade gerada pela ampliação da socialização a política - criou e/ou renovou determinadas objetivações ou instituições sociais, que passaram a funcionar como portadores materiais específicos (com estrutura e legalidade próprias) das relações

sociais de hegemonia. E é essa independência material - ao mesmo tempo base e resultado da autonomia relativa assumida agora pela figura social da hegemonia - que funda ontologicamente a sociedade civil como uma esfera própria, dotada de legalidade própria, e que funciona como mediação necessária entre a estrutura econômica e o Estado-coerção. Temos aqui mais um exemplo de aplicação concreta por Gramsci, na esfera da práxis política, da ontologia materialista do ser social que está na base da produção teórica de Marx: para este, não há forma ou função social sem uma base material, não há objetividade histórica que não resulte da dialética entre essa forma social e seu portador material. Concretamente: em Marx, não há valor-de-troca sem valor de uso, não há mais-valia sem produto excedente, não há relações sociais de produção sem forças produtivas materiais, etc.; em Gramsci, não há hegemonia, ou direção política e ideológica, sem o conjunto de organizações materiais que compõem a sociedade civil enquanto esfera do ser social (idem, p.78).

Liguori (2007), afirma que é a partir da não separação "ontológica" de Estado e sociedade civil e de política e economia que Gramsci pode captar o novo papel que o político assume no século XX, seja em relação à produção econômica, seja - conseqüentemente - em relação à composição de classe da sociedade. Gramsci se interessa pelo fenômeno, então novo, dos títulos públicos, que tornam o Estado um poderoso pulmão financeiro a serviço do capital. Estamos nos anos imediatamente subseqüentes ao grande "colapso de Wall Street". A confiança no sistema capitalista está profundamente abalada, mas o público "não rejeita a confiança no Estado; quer participar da atividade econômica, mas através do Estado". E, se o Estado capta a poupança - são as conclusões clarividentes do raciocínio gramsciano - cedo ou tarde não poderia deixar de entrar diretamente na "organização produtiva". O Estado - diz Gramsci - "deve intervir" se pretende evitar uma nova depressão. Em outras palavras, capta com lucidez a passagem da economia capitalista para sua fase "keynesiana" dos anos 1930 (p.17).

O Estado não pode acreditar na impotência interior da sua administração, isto é, de si mesmo. Ele pode descobrir apenas defeitos formais, causais, da mesma, e tentar remediá-los (MARX, 1995, p.82), tomando medidas paliativas. Assim, o Estado não só dissimula as causas do conflito de classes, como também aliena os seus próprios limites, gerando os seus próprios fetiches (AMORIM, 2009, p.104).

Numa crítica mais distinta, segundo Hollway (1981), para a teoria liberal-burguesa, o Estado é um terceiro poder neutro, pois está acima das classes sociais e da sociedade civil para gerenciar o bem comum sem beneficiar uma classe em detrimento da outra.

Portanto, a crítica fica no nível "dos abusos da administração, da discriminação contra os pobres, do trato discriminatório sobre os índios, da corrupção dos funcionários do Estado, etc" (HOLLOWAY, 1982, p.20-1), em que são apontados os defeitos e/ou as injustiças do Estado, da administração pública. Ao apontar apenas os defeitos e injustiças do Estado, essa teoria supõe que se corrigi-los haverá justiça, a administração pública será eficiente, sugerindo, assim, "que existe um 'uso' fundamental e básico da administração pública que é bom, razoável e justo" (ibidem, p.21). Portanto, a crítica permanece não âmbito dos limites da política, do Estado, ou seja, no fundo, as soluções propostas sempre tomam como ponto de partida o aperfeiçoamento gradativo desta ordem societária, mesmo quando isto seja visto como um passo para ultrapassá-la, conforme argumentam os defensores do "controle social", ficando no âmbito das reformas e nunca da revolução social (AMORIM, 2009).

E afinal, a proposição de Marx, referenda esta análise tendo em vista que, o Estado no final das contas, realiza suas ações apenas no mérito burocrático, minimalista e perpetuador das diferenças sociais reinantes entre as classes. Fazendo com que a emancipação humana se valha apenas no interesse do capitalismo de se perpetuar por meio da apropriação do trabalho e dos frutos deste trabalho. É por isso, um Estado letárgico e incapaz de exaltar a transformação social para evitar por si mesmo o colapso do sistema.

CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO - HEGEMONIA E COMPLACÊNCIA? RESPOSTAS ESTATAIS AO ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL

Combater a questão social em seus maléficos fatores que submetem grande parte da população às margens da cidadania e da participação social requer uma intenção desta mesma magnitude por parte do aparelho estatal, utilizando-se para tanto, de políticas públicas eficazes e que promovam além do empoderamento sociopolítico do cidadão, o reconhecimento por ele próprio que sua participação no núcleo da sociedade serve e muito para promover a prosperidade das relações sociais e mercantis que se desenlaçam no sistema capitalista.

Existe como visto a necessidade de enfrentar os problemas sociais promovendo a elevação dos sujeitos à condição de agente contribuinte para a melhoria das relações e

condições de vida da sociedade em sua perspectiva horizontal, holística, ou seja, o enfrentamento da questão social, passa pela necessidade de ampliação da cultura, do conhecimento e expansão do sistema educacional com o qual um indivíduo torna-se capaz de questionar e promover mudanças em seu meio.

Porém, é notório que as relações sociopolíticas se dão de maneira contrária ao ideal de superação das disparidades sociais, e, desta forma, as intervenções que o Estado promove nos problemas sociais são circunstancialmente, propensos ao aprofundamento e manutenção das condições hegemônicas de dominação pela burguesia e seu corpo burocrático-institucional que, por esta via encontram forte complacência nas intervenções pífias que o Estado promove. Preserva-se assim, o círculo de interesses e desfavorecimentos às reais necessidades interventivas para promover a igualdade social.

Há por isto, a mercantilização dos serviços sociais e a intensificação de conflitos envolvendo segmentos marginalizados pela sociedade. Aumenta-se a tensão criada pelo apartheid social e a exclusão de grande contingente de indivíduos que não partilham das oportunidades concedidas a alguns poucos privilegiados pelo sistema.

Iamamoto (2001) reconhece que as estratégias para o enfrentamento da questão social têm sido tensionadas por projetos sociais distintos, que presidem a estruturação e a implementação das políticas sociais públicas e que convivem em luta no seu interior. Mencionando esta questão por outros autores, Iamamoto argumenta que "vive-se uma tensão entre a defesa dos direitos sociais e a mercantilização do atendimento às necessidades sociais, com claras implicações nas condições e relações de trabalho do assistente social" (OLIVEIRA E SALLES, 1998; BRAVO, 1996; PEREIRA, 1998). Essa mercantilização vem ocorrendo por meio da privatização das políticas sociais, abandona-se o real ideário de proteção social das políticas para imiscuí-las em processos clientelistas e de troca de favores.

Tomando esta concepção em que se aposta no avanço da democracia, observa-se que pensar a defesa dos direitos, requer uma afirmação do Estado como agente central para a universalização dos direitos sociais através de políticas públicas que abarquem as necessidades das maiorias (IAMAMOTO, 2001, p.22).

É necessário, além disto, promover uma articulação permanente no âmbito da sociedade civil para sua inserção política em detrimento a uma organização civil consolidada para o exercício da democracia.

Esse projeto é polarizado por um tipo de requisição de inspiração neoliberal, que subordina os direitos sociais à lógica orçamentária, a política social à política econômica, em especial às dotações orçamentárias [...]. Observa-se uma inversão e uma subversão: ao invés do direito constitucional impor e orientar a distribuição das verbas orçamentárias, o dever legal passa a ser submetido à disponibilidade de recursos. São as definições orçamentárias - vistas como um dado não passível de questionamento - que se tornam parâmetros para a implementação dos direitos sociais, justificando as prioridades governamentais. A leitura dos orçamentos governamentais, apreendidos como uma técnica, silencia os critérios políticos que norteiam a eleição das prioridades nos gastos, estabelecidas pelo bloco do poder. A viabilização dos direitos sociais - e em especial aqueles atinentes à seguridade social - pauta-se segundo as regras de um livro-caixa, do balanço entre a crédito e déficit no "cofre governamental". Conforme foi discutido no II Encontro de Serviço Social Seguridade Social, o orçamento público é a "caixa preta" das políticas sociais governamentais, em especial da seguridade social. O resultado é a subordinação da resposta as necessidades sociais à mecânica técnica do orçamento público, orientada por uma racionalidade instrumental. A democracia vê-se reduzida um "modelo de gestão", desaparecendo os sujeitos e a arena pública em que expressam e defendem seus interesses (IAMAMOTO, 2001, p.23-24).

A questão econômica, o orçamento e suas diretrizes estatutárias é um aspecto importante quando se analisa a maneira que o Estado utiliza para romper com a barreira da exclusão e da desigualdade social. Quando o ente federativo investe seus recursos a bem do desenvolvimento social e educacional da população os resultados surgem como resposta ao empenho despendido nesta relação. O orçamento público traz consigo a perspectiva de elevar o nível de vida de grande parte da massa de trabalhadores por meio dos investimentos em cultura, lazer, educação, segurança etc.

É importante entender assim, que o combate a exclusão social se faz em grande medida com investimento nas pessoas e em suas capacidades de empoderamento intelectual. Contudo, ocorre que a premissa do Estado se eleva justamente para a contramão desta intempestiva vislumbração, já que, suas ações subjugam o vínculo secular de marginalização, pobreza e perpetuação da miséria em grande parte da população. As classes sociais menos favorecidas e que se encontram marginalizadas socialmente, encontram na informalidade sua forma de sobreviver e reproduzir-se, precariamente, na sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Andrêssa Gomes Carvalho de. Para uma Crítica Marxista do Estado e da Administração Pública. IN: Revista em Pauta: Teoria social e realidade contemporânea. Vol. 1, nº1. RJ. UERJ/FSS, 1993.

- BEHRING, Elaine Rossetti. Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BOBBIO, Norberto; BOVERO, Michelangelo. Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 4^a. ed.; editora brasiliense. São Paulo, 1994.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci - um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- CHESNAIS, F. A mundialização do capital. SP: Xamã. 1996.
- HABERMAS, J. Mudança estrutural da esfera pública. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984
apud NETTO, J. P. Capitalismo monopolista e serviço social. 6. ed. São Paulo, Cortez, 2007.
- HOLLOWAY, J. (1982). Fundamentos Teóricos para uma Crítica Marxista de La Administración Pública. México. Instituto Nacional de Administración Pública.
- IAMAMOTO, M. V. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 3^a. ed. SP: Cortez, 2008.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. A Questão Social no Capitalismo. IN: Temporalis/Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social. Ano. 2, n.3(jan/jul. 2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001, pp. 9-32.
- IANNE, O. Capitalismo, violência e terrorismo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.
- LIGUORI, Guido. Roteiros para Gramsci. Trad. Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.
- MARANHÃO, César Henrique. Acumulação, trabalho e superprodução: crítica ao conceito de exclusão social. IN: O Mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade. 3^a. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- MARTORANO, L.C. (2002) - A Burocracia e os desafios da transição socialista. São Paulo, Xamã, 2002.
- MARX, Karl. Glosas Críticas: marginais ao artigo "O rei da Prússia e a reforma social" de um prussiano. 1^a. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- MARX, K. O Capital - A crítica da economia política. Cap.XXIII. São Paulo: NOVA Cultural, 1985.
- MOTA, Ana Elizabete (Org.). Questão social e Serviço Social: um debate contemporâneo. IN: O Mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade. 3^a.ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da questão social. Temporalis. ABEPSS, Brasília, 2001, n^o3, pp. 41-45. Janeiro/Junho 2001.

NETTO, J. P. Capitalismo monopolista e serviço social. 6. ed. São Paulo, Cortez, 2007.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Economia política: uma introdução crítica. 6^a.ed. São Paulo: Cortez, 2010 (Biblioteca básica de Serviço Social; v.1).

NOGUEIRA, M. A. (1998). As Possibilidades da Política, São Paulo, Paz e Terra.

PARO, V. H. (2000) - Administração escolar: introdução crítica. 9^a edição. São Paulo, Cortez.

PEREIRA, Potyara A. P. Questão social, Serviço Social e Direitos de Cidadania. Temporalis. ABEPSS, Brasília, ano III, nº3, pp.51-61. Janeiro/Junho 2001.

POULANTZAS, N. (1985). O Estado, O Poder, o Socialismo, Rio de Janeiro, Graal 2^a ed.

YAZBEK, M. C. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social. Temporalis. ABEPSS, Brasília, ano III, nº3, pp.33-40. Janeiro/Junho 2001.

O ESTADO NEOLIBERAL E A PROPOSTA DE EMPODERAMENTO FEMININO: ORIGENS E LIMITES TEÓRICOS E PRÁTICO-POLÍTICOS

THE NEOLIBERAL STATE AND THE FEMALE EMPOWERMENT PROPOSAL: ORIGINS AND THEORETICAL AND POLITICAL-PRACTICAL LIMITS

Débora Elita de Sousa Silva¹

Resumo: Neste artigo analisamos as teorias que inspiram o modelo estatal neoliberal e suas implicações sobre a proposta de empoderamento feminino. Para tanto, fez-se necessária a apreensão das origens e das principais teorias que fundamentam o pensamento neoliberal; das implicações que o relacionam com a proposta de empoderamento feminino; das limitações que caracterizam o modelo de desenvolvimento social neoliberal e a estratégia de empoderamento feminino. O percurso teórico-analítico foi traçado por meio de pesquisa bibliográfica das principais referências que fomentam o neoliberalismo, e das que defendem o empoderamento como causa última pela qual a humanidade precisa lutar. Para fazer a problematização das limitações teóricas e político-práticas recorreremos às referências marxistas materialistas sobre o projeto neoliberal e os desafios ao feminismo marxista na atualidade. Concluímos que o neoliberalismo se apresenta como defensor da liberdade dos indivíduos, mas a concebe de forma restrita aos interesses de expansão do capital. Adentrando todas as esferas da vida social, o neoliberalismo apropria-se de pautas e bandeiras de luta de parcela dos movimentos feministas e as converte em meios de valorização do capital via mercado. Contudo, essa apropriação e conversão não ocorrem de forma passiva. A degradação da vida pode suscitar a resistência e a transformação radical da sociedade. **Palavras-chave:** Neoliberalismo. Empoderamento. Movimentos feministas.

Abstract: In this paper we analyze the theories that inspire the neoliberal State model and their implications on the female empowerment proposal. To that end, it was necessary the apprehension of the origins and the main theories that support the neoliberal thought; the implications which relates it with the female empowerment proposal; and the limitations which characterize the neoliberal social development model and the female empowerment strategies. The theoretical-analytical path was outlined by bibliographic research from the main references that support the neoliberalism, and also from those which defend the empowerment as the final purpose for what the humanity needs to fight for. In order to problematize the theoretical and political-practical limitations we used the materialist marxist references which discuss about the neoliberal project and the challenges to the marxist feminism in the current days. We conclude that the neoliberalism presents itself as the defensor of the individuals' freedom, but gives it restrictly accordingly to the capital expansion intererests. Being present in all spheres of social life, the neoliberalism

¹ Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Mestranda com bolsa CAPES pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRN. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho Ética e Direitos (GEPTED), do Departamento de Serviço Social da UFRN. Membro da Comissão Ampliada de Ética e Direitos Humanos, do Conselho Regional de Serviço Social do Rio Grande do Norte (CRESS/RN). E-mail: deboraelita@hotmail.com

Artigo submetido em: 18 de outubro de 2020.

Artigo aceito em: 30 de novembro de 2020.

p. 213-233 DOI: <https://doi.org/10.46551/rssp202114>

appropriates of guidelines and battle flags from part of feminist movements and convert them to capital appreciation ways via the market. However, those appropriation and conversion do not occur passively. The depreciation of life may provoke the resistance and the radical transformation of society.

Keywords: Neoliberalism. Empowerment. Feminist movements.

INTRODUÇÃO

A magnitude do tempo presente, as contradições que o caracterizam e, paradoxalmente, a imprescindível revolução que *pode* ser gestada, nos impulsionaram a apresentar esta análise sobre as teorias que inspiram o modelo estatal neoliberal e suas implicações sobre a proposta de empoderamento feminino. Para tanto, apreenderemos as origens e principais teorias que fundamentam o pensamento neoliberal; analisaremos as implicações que unificam o neoliberalismo e a proposta de empoderamento feminino; e problematizaremos as limitações do modelo neoliberal e das estratégias de empoderamento (grifo nosso).

Como pesquisadora das relações patriarcais de sexo, atualmente desenvolvo estudos e pesquisas sobre o empoderamento feminino, com o intuito de identificar quais as relações entre o neoliberalismo e essa proposta que vem sendo apresentada como a “solução” das opressões sofridas de modo particular por nós, mulheres. Essa preocupação analítica decorre da apreensão de que, uma vez traçadas como estratégias, as propostas que investem na resolução individual de problemas coletivos podem incorrer no ocultamento e manutenção das reais bases que estruturam o que se deseja superar.

Nossa história enquanto humanidade é a história da luta de classes² (MARX; ENGELS 2008). Vivenciamos inúmeros processos de transição de modelos de sociedade ao longo do desenvolvimento histórico ainda em curso (comunismo primitivo, escravismo, feudalismo, modo de produção asiático...) inclusive com alguns momentos de sobreposição entre esses modelos de produção e reprodução social, até alcançarmos o pleno desenvolvimento em escala global do atual modelo de produção capitalista, em sua face neoliberal.

Nesse trajeto e considerando as análises propostas nesta pesquisa, destacamos que na transição feudalismo-capitalismo foram constituídas as bases para a consolidação de uma sociabilidade fundamentada no individualismo de uma “humanidade egoísta³”. Amplamente

² “A história de todas as sociedades até agora tem sido a história das lutas de classe” (MARX; ENGELS, 2008, p.10).

³ Na construção do conceito “humanidade egoísta” dialogamos com a concepção apresentada por Marx (2010) sobre a transição feudalismo-capitalismo e a dissolução do ideal de humanidade num “homem egoísta”, em que

O Estado neoliberal e a proposta de empoderamento feminino: origens e limites teóricos e prático-políticos fomentada e reproduzida pelo neoliberalismo, a individualidade egoísta se expressa no empoderamento feminino nos casos em que é limitado a si mesmo, sem perspectivas de coletivização das lutas que são sociais.

No percurso das transições societárias temos como um dos elementos-chave o Estado, cuja origem se relaciona ao desenvolvimento da propriedade privada, a qual, sob a sociabilidade capitalista burguesa se caracteriza pelo direito de cada indivíduo desfrutar de seu patrimônio e dispor sobre ele. A propriedade privada é, nessa sociedade, a aplicação prática do direito de liberdade burguês, e “[...] faz com que cada homem veja no outro homem, não a realização, mas, ao contrário, a restrição de sua liberdade. [...]” (MARX, 2010, p. 49).

Todo Estado⁴ se assenta numa contradição de classe e deve buscar manter a ordem. O Estado liberal, que apresenta semelhanças e distinções quando comparado ao Estado neoliberal, tem algo que os Estados anteriores não têm: igualdade jurídica/abstrata/política, mantida, com alterações, pelo neoliberalismo. Essa igualdade formal abstrata se estrutura na relação entre o Estado e o povo, e vigora no ambiente público. Tipicamente liberal - sem precedentes nas sociedades anteriores - essa igualdade está relacionada à propriedade privada, se expressa na emancipação política, e provém da possibilidade de ter direito de propriedade.

Na concepção liberal, a troca, que envolve a equivalência força de trabalho (base da extração de mais-valia), significa igualdade. Nesse sentido, somos considerados iguais por meio das relações de troca, e para efetivar essa igualdade o Estado não deve atender aos interesses privados dos indivíduos. Por isso, garante-se a mediação da troca, e essa é tornada legítima por meio da estabilidade do mercado. Assim, na concepção liberal, o Estado mínimo é um suporte para a relação do mercado.

O controle das atividades econômicas resulta no controle dos fins que se deseja alcançar por meio dessas atividades. A esfera econômica possui capacidade de influenciar todas as demais esferas da vida. Controlar a esfera econômica, é, pois, “controlar os meios

o autor afirma: “A sociedade feudal foi dissolvida em seu fundamento, no homem, só que no tipo de homem que realmente constituía esse fundamento, no homem *egoísta* [Parágrafo] Esse *homem*, o membro da sociedade burguesa, passa a ser a base, o pressuposto do Estado político. Este o reconhece como tal nos direitos humanos (MARX, 2010, p. 52) (grifo original).

⁴ As reflexões sobre o Estado e o modelo liberal, suscitadas de forma inicial nesta introdução, resultam dos debates construídos em sala de aula no componente curricular “Estado, Política Social e Direitos”, ministrado pelo Prof. Dr. Henrique Wellen, e integra o curso de mestrado/doutorado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

O Estado neoliberal e a proposta de empoderamento feminino: origens e limites teóricos e prático-políticos que contribuirão para a realização de todos os nossos fins.” (HAYEK, 2010, p. 104). É determinar aquilo em que a humanidade deve crer e pelo que deve lutar (HAYEK, 2010).

Não é mera coincidência que o debate sobre empoderamento, especificamente empoderamento feminino, ganhou destaque mundial a partir da década de 1980, principalmente em 1990, quando instituições financeiras e organizações mundiais como o Banco Mundial (BM), a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) tomaram para si a “responsabilidade” de lidar com as “questões de gênero”. Articulando essa demanda à estratégia de combate à pobreza; à superação da desigualdade de gênero (um dos objetivos do milênio até 2030 para a ONU); à noção de trabalho “decente”; e relacionando-a ainda à discussão sobre desenvolvimento sustentável, respectivamente (ALMEIDA, 2017).

A conjuntura atual encontra-se atravessada por inúmeras questões políticas, econômicas, sociais, ambientais, culturais e ideológicas que demandam nossa reflexão e análise crítica. Vivenciamos um cenário cada vez mais grave no que se refere à derrocada das conquistas democráticas, e das possibilidades de avanços e revoluções sociais em prol do socialismo com vistas à construção de um novo modelo de vida em sociedade: comunista.

Nunca havíamos passado por um processo de crise sanitária com caráter global e imbricada à crise estrutural do capital. Esta última em curso desde a crise de 1973 e acentuada desde 2008-2009. São tempos de “capital pandêmico”, e a atual crise da pandemia pelo novo coronavírus (COVID-19) é um enfeixamento da tendência capitalista de desenvolver-se por meio da extinção das possibilidades de manutenção da vida em sociedade (ANTUNES, 2020), ou, porque não dizer, da manutenção de todas as formas de vida no planeta.

A acentuação da barbárie que caracteriza o nosso cenário mundial e principalmente nacional, expressa os limites da sociabilidade atual: a vida *versus* os interesses de manutenção do lucro, especialmente via capitalismo financeiro. Alcançamos uma sociabilidade em que essa relação de oposição é insolúvel nela mesma. Aliás, não é possível nem mesmo amenizá-la, dadas as tendências capitalistas de resolver suas próprias crises gerando novas crises, sem, portanto, superá-las. Em contrapartida, nesse ambiente são gestadas as possibilidades revolucionárias.

O percurso a ser desenvolvido nesta pesquisa poderá contribuir para o fortalecimento do enfrentamento ao neoliberalismo, que se expressa como uma das propostas capitalistas para garantia da manutenção do lucro. Concebemos que a apreensão e análise sobre a

O Estado neoliberal e a proposta de empoderamento feminino: origens e limites teóricos e prático-políticos

realidade social se apresenta como atividade humana na direção da identificação das bases que compõem essa realidade, a fim de apreendê-la e promover intervenções que a aprimorem a favor do pleno desenvolvimento humano (a vida vale mais que o lucro!). Nesse sentido, a análise sobre a realidade social precisa partir do objeto que se pretende conhecer, e ser direcionada pelos “caminhos” indicados pelo próprio objeto nesse processo intelectual.

O entendimento e análise das origens e das principais teorias que fundamentam o pensamento neoliberal; das implicações que o unificam com a proposta de empoderamento feminino; e das limitações que caracterizam aquele modelo de desenvolvimento social e essa estratégia de emancipação política, serão realizadas, neste artigo, por meio de pesquisa bibliográfica das principais referências sobre o neoliberalismo.

Traçaremos nosso debate considerando as análises de Berth (2018) e Collins (2019)⁵, que embora afirmem o empoderamento feminino como um “instrumento meio” para a superação da condição dos oprimidos, particularmente das mulheres negras, não situam as bases capitalistas que reproduzem o conjunto das opressões vividas pela classe trabalhadora na consubstancialidade⁶ das relações de classe, raça/etnia e sexo. Para fazer a problematização das limitações teóricas e político-práticas do neoliberalismo e da proposta de empoderamento feminino, recorreremos às referências marxistas materialistas que versam sobre o projeto neoliberal e sobre os desafios ao feminismo marxista na atualidade.

Analisaremos obras como “*O caminho da Servidão*” (HAYEK, 2010), por ser uma das grandes referências neoliberais (Hayek é um dos ideólogos do neoliberalismo); “*Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*” (ANDERSON et al., 1995), sobre as origens do neoliberalismo e suas principais concepções acerca do Estado e da sociedade; “*Sobre a questão judaica*” (MARX, 2010), que versa sobre as limitações do direito e da democracia burguesas; em diálogo com as obras “*O que é empoderamento?*” (BERTH, 2018);

⁵ Nesta pesquisa nos limitamos a essas duas autoras, considerando a especificidade do debate sobre empoderamento feminino a partir da sua relação com o neoliberalismo. Ressaltamos que apesar de possibilitarem o fortalecimento das estratégias de manutenção do capitalismo, essas autoras também apresentam em suas análises contribuições que nos auxiliam a fortalecer os movimentos feministas, pela explicitação das especificidades das lutas das mulheres negras. Destacamos que a proposta de empoderamento é ainda apresentada por autoras como DAVIS (2017), num viés que, diferentemente de Berth (2018) e Collins (2019), situa a imprescindibilidade da luta de classes e da superação do capitalismo, e fortalece a nossa defesa de que é necessária *a articulação de todos os movimentos e lutas sociais* para que alcancemos a superação de *todas as formas de apropriação-exploração-dominação* (grifo nosso).

⁶ O debate sobre a consubstancialidade e coextensividade das relações sociais estruturais é apresentado por KERGOAT (2010), e KERGOAT; GARELAND (2018), em diálogo com SAFFIOTI (2004) em sua análise sobre o “nó” que constitui essas relações, e HIRATA (2014) que as apresenta de forma indissociável, dinâmica e interdependentes.

Pensamento Feminista Negro (COLLINS, 2019); *Feminismo em Resistência: crítica ao capitalismo neoliberal* (FARIA, 2019); e demais bibliografias que possam contribuir com o debate proposto nesta pesquisa.

NEOLIBERALISMO: ORIGENS E TENDÊNCIAS TEÓRICAS

Fernandes (1995) indica-nos três pilares fundamentais do neoliberalismo: 1) A privatização (acompanhada pela adesão do senso comum, fortemente influenciado pelas mídias); 2) A desregulamentação das atividades econômicas e sociais pelo Estado (destinando-as ao mercado por sua "eficiência"); 3) A tendência à reversão dos padrões de proteção social universais (por causa da crise fiscal que assolou o Estado de bem-estar social) impulsionando a "particularização dos benefícios sociais".

O neoliberalismo se origina pós II Guerra Mundial na Europa e América do Norte; consiste numa reação teórica e política ao Estado de bem-estar social – que propiciou os 30 anos dourados, mas entrou em decadência a partir da década de 1970. Gestado em 1944 por Friederich Hayek, em seu livro "*Caminho da Servidão*" dedicado especialmente à vanguarda socialista inglesa, o projeto neoliberal – que preconiza a total liberdade do mercado e a restrição das ações estatais à promoção/facilitação dos interesses mercadológicos – demorou quase trinta anos (meados de 1970) para adquirir a credibilidade necessária à sua implementação (ANDERSON, 1995), ultrapassando, aliás, as expectativas do próprio Hayek, por seu alcance global e por sua forte implementação inclusive em países anticapitalistas.

Hayek contou com a colaboração de apoiadores como Milton Friedman, Michael Polany, Ludwig Von Mises, dentre outros, na fundação da Sociedade de *Mont Pèlerin*, altamente empenhada em combater o keynesianismo e o solidarismo que vigoravam à época, a fim de propiciar as bases para um capitalismo livre de regras (ANDERSON, 1995). Hayek (2010) propõe um novo caminho ao capitalismo, que não seja nem a socialdemocracia (comparada pelo autor ao regime nazista), nem o Estado de bem-estar social.

O projeto neoliberal foi amplamente aceito na Inglaterra (Margaret Thatcher (1979–1990)), nos Estados Unidos da América – EUA (Ronald Reagan (1981–1989)), e pela geração pós-nazista alemã. Apresenta o fascismo e o comunismo como variantes de um mesmo totalitarismo que tende a ser produzido pelo controle centralizado das atividades econômicas. Essa centralização ocorrera, segundo Hayek (2010) durante o que ele chama de "socialismo

O Estado neoliberal e a proposta de empoderamento feminino: origens e limites teóricos e prático-políticos radical": um movimento estruturado, que destinava ao Estado a organização da vida econômica e colocava-o na condição de principal proprietário dos meios de produção.

Em se tratando das iniciativas liberais que haviam entrado em decadência trinta anos depois do "*Caminho da Servidão*" o neoliberalismo apresenta algumas distinções, dentre as quais a crítica ao *laissez faire*⁷, e à "lentidão liberal" em promover novos avanços em termos de desenvolvimento social e de progresso individual.

A principal proposta feita por Hayek (2010) é de preservar uma sociedade livre, por meio da defesa da liberdade de escolha de cada cidadão em conduzir sua vida por meio das próprias ideias, com a conservação do planejamento econômico realizada por um governo democrático, não totalitário. De tal modo, a possibilidade de liberdade de escolha está relacionada ao desenvolvimento do comércio.

Nesse sentido, a concorrência é, para os liberais e neoliberais, a melhor forma de coordenar os esforços humanos individuais sem a necessidade de intervenções arbitrárias que a limitem, bem como dispensa o controle social "consciente" (realizado por um órgão central de planejamento). Para tanto, é necessária uma estrutura legal cuidadosamente elaborada, considerando que é impossível evitar todas as falhas de funcionamento desse sistema liderado pelo mercado (HAYEK, 2010).

Os neoliberais argumentam e defendem que o Estado não deva ser totalmente dispensado, mas também já não tão requisitado de forma central no espaço econômico. A estratégia proposta é não utilizar nem "[...] a extrema descentralização da livre concorrência nem a centralização completa representada por um plano único, mas uma judiciosa combinação dos dois métodos" (HAYEK, 2010, p. 62), em que o planejamento não seja feito de forma a extinguir a concorrência, e sim objetivando-a. Todavia, na realidade, a proposta neoliberal se concretiza reivindicando um Estado forte e ativo, capaz de legitimar as mediações que interessam ao capital, como por exemplo, a desregulamentação dos direitos da classe trabalhadora e a criminalização dos movimentos sociais e feministas.

Alegando a defesa da plena liberdade individual, destina-se ao mercado o poder de decisão na definição dos rumos do desenvolvimento. Afinal, para os neoliberais, a liberdade

⁷ *Laissez-faire*: deixe ser/ deixar fazer. *Laissez faire* é uma expressão em francês usada para se referir ao liberalismo. Ela está ligada à ideia de deixar o mercado agir sem interferências das ações do governo. A versão completa em francês é "*laissez faire, laissez aller, laissez passer, le monde va de lui-même*", que é traduzida para "deixai fazer, deixai ir, deixai passar, o mundo vai por si mesmo" (REIS, 2019, s.p). Disponível em: <https://www.sunoresearch.com.br/artigos/laissez-faire/>. Acesso em: 31/07/2020.

O Estado neoliberal e a proposta de empoderamento feminino: origens e limites teóricos e prático-políticos dos cidadãos e a vitalidade da concorrência são "fundamentais à prosperidade de todos os indivíduos", e foi "destruída" pelo Estado de bem-estar, que entrara em crise pelo "excessivo" poder do Estado, dos sindicatos e do movimento operário, em suas pressões reivindicatórias que corroíam "as bases de acumulação capitalista [...]" (ANDERSON, 1995, p. 10).

Sob a perspectiva neoliberal, a complexidade da divisão do mundo do trabalho é o que torna possível fazer da concorrência um método eficaz. Para isso, conta-se com um sistema que assinale os efeitos das ações individuais, uma função que só pode ser realizada pelo sistema de preços, e que só "funciona" quando a concorrência domina os rumos da economia.

Neste aspecto nos chama a atenção a autonomização do preço em detrimento das necessidades de consumo determinadas pelo valor de uso do que se produz. Fica evidente que, conforme os moldes neoliberais, em antagonismo à reorganização da produção em favor das necessidades reais⁸ de consumo, a preocupação é a garantia da obtenção do máximo lucro possível, a partir do fomento concorrencial.

A concorrência prevalece como elemento de central preservação mesmo quando se trata do fornecimento de serviços sociais. Diante disso, questionamos: qual a relação entre a concorrência e a plena satisfação das necessidades humanas? Interessa ao capital e/ou aos seres humanos essa disputa no âmbito das relações mercantis? Há de fato impessoalidade na força da concorrência? A tendência de valorização das demandas do capital e da concorrência de mercado são também impessoais? Se há indivíduos que se esforçam em mantê-las porque o fazem se é algo impessoal?

BREVE ANÁLISE DAS LIMITAÇÕES TEÓRICO-PRÁTICAS NEOLIBERAIS

A liberdade defendida pelo projeto neoliberal é a liberdade burguesa, sancionada pelo Estado, e que equivale ao direito de cada um fazer o que não prejudique os outros. Uma liberdade restrita, que não se fundamenta num projeto de interesses universais. E nem poderia sê-lo, porque delimitada pelos interesses de manutenção de uma sociabilidade que se mantém reproduzindo antagonismos.

⁸ Apreendemos como necessidades reais de consumo todas aquelas que correspondem ao que a humanidade precisa para se manter viva: alimentação, moradia, vestuário, saúde, transporte, lazer, arte e cultura, por exemplo. Côncios de que o capitalismo cria necessidades que não são reais, como a ostentação e o consumismo.

Atrrelada à liberdade restrita, temos a “confiança cega” na capacidade do mercado em manter “tudo em ordem” por meio da concorrência e dos preços. Ademais, conforme explicita Anderson (1995), imputa-se o Estado a atuar intensamente para derrubar os sindicatos, controlar o dinheiro, e ser mínimo quanto aos gastos sociais e às intervenções econômicas.

O centro da meta dos governos neoliberais é a estabilidade monetária, e com ela, a manutenção de níveis “desejáveis” de desemprego dos quais resulte um exército industrial de reserva “necessário”. Essas iniciativas enfraquecem a organização sindical; além disso, investe-se na reforma da lógica fiscal, para deixar de taxar as grandes fortunas e priorizar a taxaçaõ dos salários e do consumo (ANDERSON, 1995). Por meio dessas propostas transfere-se para a classe trabalhadora (em seu sentido mais amplo: empregados/as, desempregados/as, informais, terceirizados/as, *uberizados/as*... como bem explicita Antunes (2020)) a responsabilidade de arcar com os custos das crises gestadas e inerentes ao próprio capitalismo.

Ao longo do discurso neoliberal não há quaisquer indicações de que a aparente contradição “individual *versus* coletivo” seja fundamentada na divisão da sociedade em classes antagônicas, que é sustentada, no capitalismo, pelo conflito entre produção coletiva *versus* apropriação privada”; e não há quaisquer análises sobre a total oposição de interesses entre as demandas de crescente expansão do capital e a as possibilidades de realização humana.

O que vale, para os neoliberais, é a produção de valor, mesmo que isso implique em “sacrifícios” principalmente para as classes trabalhadoras. As necessidades humanas são irrisórias do ponto de vista das demandas capitalistas de valorização sempre crescente do capital, e esse aspecto é totalmente ocultado pelo neoliberalismo, embora todo o discurso apresentado por seus defensores se autodeclare libertário.

Justificadas pela análise distorcida ou no mínimo carente de profundidade crítico-analítica, as propostas neoliberais não só destinam a responsabilidade das crises à atuação estatal (como se o Estado fosse autônomo em relação ao capital), como ao fazê-lo propõem seu afastamento e provocam o declínio das condições de acesso aos direitos conquistados pela classe trabalhadora, para a qual sobram os ônus da falsa defesa neoliberal da liberdade dos indivíduos.

Somos seres sociais diversos, e a individualidade corresponde a um dos aspectos que nos torna singulares, ao mesmo tempo em que somos genéricos como humanidade. Conforme defende Hayek (2010), dadas as distinções que nos caracterizam como indivíduos e a possibilidade de que tenhamos interesses distintos, justifica-se que estes sejam

O Estado neoliberal e a proposta de empoderamento feminino: origens e limites teóricos e prático-políticos afirmados/realizados. Apreendemos, todavia, que não é porque somos diversos que os nossos interesses enquanto humanidade devem se sustentar pelo viés individualista.

O individualismo coloca sob o campo da oposição/do antagonismo os interesses dos indivíduos, e sustenta a máxima liberal de que o “meu direito começa onde o seu termina”. É a negação da sociedade em sua totalidade, já que o que fundamenta toda a lógica do desenvolvimento capitalista é a possibilidade de atender aos interesses de *alguns* indivíduos, mesmo quando se chocam com os interesses dos outros. Não há, pois, possibilidade alguma, sob esse ângulo, para a construção de um projeto de sociedade que corresponda aos interesses universais da humanidade.

Há mais um agravante: a defesa do individualismo em detrimento do universal *com base num suposto bem-comum!* A desigualdade, explicita Anderson (1995), se caracteriza como um valor positivo, indispensável ao neoliberalismo (grifo nosso).

Marx (2010), na análise sobre a questão judaica, evidencia as limitações dos direitos dos homens quando apreendidos a partir de um viés que separa um indivíduo do outro. Tal como proposto na época e renovado na atualidade neoliberal pelo Estado burguês, “[...] o direito humano à liberdade não se baseia na vinculação do homem com os demais homens, mas, ao contrário, na separação entre um homem e outro. Trata-se do direito a essa separação, o direito do indivíduo *limitado*, limitado a si mesmo” (MARX, 2010, p. 49) (grifo original).

Para Hayek (2010) as limitações que nos impedem de incluir em nossos valores as necessidades da sociedade inteira, e não somente de parte dela, resultam do imaginário dos sujeitos. Discordamos. Essas limitações são resultantes da forma como organizamos nossa produção e reprodução social, e dos valores que a fundamentam. Em um modelo societário que fomenta a desigualdade social e econômica como meio para obter em escala ascendente a valorização do valor, as limitações que se interpõem às necessidades humanas não são abstratas, são concretas. Não é a consciência sobre a realidade social que a determina, é a realidade social que determina a consciência⁹.

Quando todas as esferas da vida em sociedade são transformadas em meios de valorização do capital, a centralidade do desenvolvimento social deixa de ser a vida e passa a ser o lucro. Quando as relações entre as pessoas se tornam meras relações mercantis, as

⁹ “[...] os homens, ao desenvolverem sua produção e seu intercâmbio materiais, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. [...]” (MARX; ENGELS, 2007, p. 94).

O Estado neoliberal e a proposta de empoderamento feminino: origens e limites teóricos e prático-políticos próprias pessoas são coisificadas. Não se tratam de limitações no campo do ideal, embora ideologicamente reproduzidas. São limitações determinadas materialmente, pelo modo de organização econômica que impõe à realização das necessidades humanas os limites impostos pela valorização do valor/capital.

Acrescidas a essas incoerências, o neoliberalismo apresentado por Hayek (2010) propõe utilizar a coação como meio para transferir aos indivíduos, frente à crise econômica, cargos com remunerações menos bem pagas, ou, para deixar desempregados aqueles que recebem salários altos, até que aceitem remunerações menores. É no mínimo hipocrisia propor essas alternativas em nome da igualdade e liberdade individuais. Sem condições de digno acesso ao trabalho e à remuneração para atender as necessidades humanas há igualdade e liberdade?

[...] A liberdade não pode sobreviver onde o cidadão indigente está disposto a vendê-la por um “prato de lentilhas”, e um outro disponha de riqueza suficiente para comprá-la a seu bel-prazer. Nessas condições a democracia se converte em um ritmo farsesco e se esvazia de todo conteúdo. [...] (BORÓN, 1995, p. 71).

A perspectiva neoliberal carece de análises sobre os fundamentos das crises capitalistas, que são inerentes ao sistema sociometabólico do capital, e desde 1973 apresentam-se como uma crise estrutural, por atingir todos os espaços da vida em sociedade, ter caráter global, permanente, não-cíclica (diferente das crises anteriores) e “rastejar” até os dias atuais (MÉSZÁROS, 2011). Outrossim, a proposta neoliberal atribui ao Estado a responsabilidade de resolver a crise, quando, no entanto, o Estado também precisa ser superado para que seja superado o capitalismo e com ele as crises que lhes são constitutivas.

A insistência em propor a implantação do projeto neoliberal ocorre principalmente nos países periféricos, sob a alegação de que possuem um Estado dispendioso socialmente. Todavia, quando analisamos o gasto público sobre o PIB (Produto Interno Bruto) desses países, identificamos que seja no México, no Chile, na Argentina ou no Brasil, por exemplo, a percentagem é inferior se comparada aos industrializados, como os Estados Unidos.

[...] o que se oculta cuidadosamente é que tão deplorável situação das contas públicas não se origina no excesso do gasto público, mas na crônica incapacidade de nossos governos para expandir seus ingressos pela via tributária. Contrariamente ao que pregam alguns dos mais fervorosos exegetas do neoliberalismo, o “tamanho” do Estado na América Latina, medido pela proporção do gasto público sobre o PIB, é substancialmente menor que o dos países industrializados. [...] (BORÓN, 1995, p. 86).

O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional ao recomendarem a adesão às propostas neoliberais, se encarregam de desenvolver pesquisas sobre a pobreza e exclusão

O Estado neoliberal e a proposta de empoderamento feminino: origens e limites teóricos e prático-políticos social, manifestando seu "descontentamento" diante das políticas sociais que as geram. Incoerentemente, a realização das metas neoliberais (desregulamentação do mercado; criação de taxas desejáveis de desemprego; tributação sobre consumo, salários e trabalho; contração da emissão monetária; diminuição dos gastos sociais públicos; enfraquecimento dos sindicatos e movimentos sociais...) impulsiona a acentuação da pobreza e da desigualdade social. O que revela uma atitude no mínimo dissimulada, por parte dessas instituições (BORÓN, 1995).

Como podemos entender essa contradição?

[...] para o dogma neoliberal, a geração de pobreza é sinal de que se está caminhando no rumo correto. [...] significa que "as forças do mercado" estão se movendo sem interferências e a reestruturação econômica procede tal qual se esperava, uma vez que o Estado se colocou de lado e o "instinto capitalista" se pôs em marcha, livre das regulações "artificiais" caprichosamente estabelecidas durante décadas por governantes hostis. [...] (BORON, 1995, p. 103).

A partir dessas breves análises podemos identificar as bases que relacionam as concepções neoliberais e a proposta de empoderamento feminino cooptada por esse mesmo projeto neoliberal. Revestidos de individualismo, o empoderamento feminino e parcela dos movimentos feministas cooptados pela perspectiva neoliberal desconsideram a necessidade de superação coletiva das opressões, particularmente as que incidem sobre a vida das mulheres, conforme discutiremos a seguir.

NEOLIBERALISMO E EMPODERAMENTO FEMININO

Com a ascensão do neoliberalismo, a partir da década de 1980, as práticas pedagógicas freirianas, utilizadas pelos movimentos feministas da segunda onda¹⁰, passaram a ser apropriadas por Organizações Não Governamentais (ONGs) feministas, e utilizadas na formação das mulheres das áreas rurais e das comunidades indígenas (SHILD, 2016).

O capitalismo neoliberal apropriou-se especialmente de *três críticas* lançadas pelo feminismo durante a segunda onda. *A primeira* corresponde à crítica à renda familiar, por seu caráter fragmentado em "homem provedor do sustento familiar" *versus* "mulher provedora dos cuidados da casa". Tal crítica passou a ser utilizada pelo capitalismo "flexível" que então se apropria da força de trabalho de homens e mulheres inseridos no mercado de trabalho,

¹⁰A segunda "onda" feminista, que se expressou a partir da década de 80, lutou por uma transformação sistêmica, política, econômica e cultural que alcançasse a reorganização do cuidado a partir de bases igualitárias, bem como democratizasse o poder econômico estatal. Essa segunda "onda" prosperou sob o capitalismo contemporâneo principalmente pela resignificação de suas práticas (FRASER, 2009 apud SCHILD 2016).

O Estado neoliberal e a proposta de empoderamento feminino: origens e limites teóricos e prático-políticos numa substituição do ideal de renda familiar, sob o caráter mais “moderno” das famílias compostas por dois “provedores” como se fosse um ideal sancionado pelo feminismo, sem promover uma redistribuição equitativa de renda (FRASER, 2016).

Vale lembrar que sob o neoliberalismo, conforme defende Hayek (2010) não é desejável que se estabeleça um nível de renda comum a todas as pessoas, porque isso implicaria na impossibilidade da escolha das profissões. Supostamente, é preciso que haja um “esforço individual” que “compense” a renda recebida, e as escolhas dos indivíduos sobre suas profissões deve ser respeitada. Assim, o indivíduo precisa identificar a importância social de cada profissão, e essa é demonstrada pelo preço que a equivale. Além disso, com o estabelecimento de uma renda fixa para todos os indivíduos, a permanência no emprego não seria uma consequência de que esse lhe agrada, bem como não lhe seria dada (ao indivíduo) a possibilidade de escolher outro emprego conforme sua preferência, considerando que em nada mudaria sua renda, desestimulando-se assim a mudança de emprego (HAYEK, 2010).

A segunda crítica apropriada pelo neoliberalismo diz respeito à análise traçada contra os estudos economicistas estritamente focados nas desigualdades de classes. Sob os moldes neoliberais tal crítica foi afastada de seu intuito original - de ampliar, no campo da cultura e da economia, a agenda política das lutas por justiça - e restringida ao campo da identidade de gênero, fortalecendo a perspectiva das lutas identitárias (FRASER, 2016).

A burguesia e o proletariado apresentam um projeto histórico para a humanidade. Mas, enquanto o projeto burguês não pode ultrapassar a sociedade de classe, e como consequência impossibilita que todos os indivíduos alcancem a realização plena como seres humanos; o projeto do proletariado inclui a extinção de sua e de todas as classes.

[...] [o projeto burguês] por sua natureza é, pois, um projeto, de caráter essencialmente particular. Pelo contrário, o projeto do proletariado implica, também por sua própria natureza, a superação de toda forma de exploração do homem pelo homem e a possibilidade de plena realização humana de todos os indivíduos. É, pois, um projeto de caráter essencialmente universal (TONET, 2013, p. 19).

A terceira apropriação realizada pelo neoliberalismo sobre as pautas feministas foi sobre a crítica ao paternalismo do Estado de bem-estar social. Convergida desde a ascensão neoliberal numa guerra contra o Estado “cuidador” das necessidades sociais, passou a favorecer a ascensão das ONGs, principalmente via projetos de microcrédito traçados para promover o empoderamento feminino. Desde então, tal crítica legítima a mercantilização e a redução do Estado (FRASER, 2016).

O empoderamento feminino, quando traçado como alternativa última para a superação das opressões vividas pelas mulheres, subestima a capacidade revolucionária da classe trabalhadora, ao passo que transforma a luta desse sujeito histórico num objetivo particular das mulheres. Contrapõe-se e desconsidera, portanto, a centralidade da luta de classes para a efetivação da plena emancipação dos sujeitos sociais, bem como a possibilidade objetiva de "libertação" desses sujeitos com a superação da sociabilidade capitalista.

O termo "empoderamento" apresenta em sua estrutura e utilização prática um vazio de sentido. Caracterizando-se como "uma proposição meio" para a superação da opressão dos "desfavorecidos" (BERTH, 2008), não situa os aspectos fundamentais à caracterização desses sujeitos e ao desvelamento dessas opressões: a exploração da força de trabalho e a divisão social, racial e técnica do trabalho, bem como a constituição da sociedade em classes antagônicas na sociedade capitalista. Essa mesma carência analítica parece também estar presente nas análises de Collins (2019), apesar das contribuições da autora sobre o pensamento feminista negro.

O projeto cultural do neoliberalismo ressignificou as práticas feministas e suas bandeiras de luta, principalmente o conceito de autonomia psicológica e material das mulheres, efetivadas por meio de práticas de empoderamento. Nessa direção, temos um processo de institucionalização e "onguização" das lutas feministas em que "[...] O tipo de autonomia proporcionada pelo modelo neoliberal da família de *duplo assalariamento* e de *trabalho 'flexível'* tem um custo: *a emancipação serve para alimentar o motor da acumulação capitalista* [...]" (FRASER, s.d apud SCHILD, 2016, p. 68) (grifo nosso).

Nos países periféricos os movimentos feministas foram impactados pela "mira da arma da dívida", por meio da qual as instituições financeiras internacionais impuseram programas de ajustes estruturais que para se efetivarem demandaram do Estado a cessão dos ativos financeiros, e a redução dos gastos sociais (FRASER, 2009 apud SHILD, 2016). No caso brasileiro e da Argentina as políticas neoliberais foram implementadas num contexto em que se encerrara a ditadura e experienciavam-se práticas democráticas amplamente impulsionadas pelos movimentos sociais populares. Um cenário que expressava a vitória da democratização pela qual a esquerda havia lutado e o simultâneo fracasso das alternativas da esquerda frente ao capitalismo (SCHILD, 2016), já que as conquistas democráticas se encontravam circunscritas a essa mesma sociabilidade.

Nos debates nacionais e internacionais fomentados durante a década de 1980 o discurso em prol das lutas feministas encontrava-se centrado “[...] em um chamado às mulheres se tornarem *atores autônomos por direito próprio, ‘seres para si próprias’* [...]” (SCHILD, 2016, p. 65)”. Nesse processo, “[...] O que é novo é que o risco social é transferido *diretamente para as mulheres que vivem em condições precárias*, articulando-se um apelo à emancipação feminina” (SCHILD, 2016, p. 69) (grifo nosso).

A própria linguagem que traduzia o embasamento teórico das práticas feministas também foi apropriada pelo neoliberalismo, resignificando a “autonomia” e a “igualdade” sob os moldes do discurso liberal. Reduz-se, então, as possibilidades de superação deste modelo de sociedade ao limitar essas lutas à capacitação das mulheres *pela via do mercado*, transformando-as em meras consumidoras, produtoras e devedoras (SCHILD, 2016).

[...] um processo no qual as *ativistas burocratas alavancaram seu conhecimento feminista à expertise política, enquanto irmãs mais pobres eram recrutadas como clientela dos programas sociais que as lançavam como sujeitos empoderados de direitos a serem acessados no mercado* (SCHILD, 2016, p. 70-71) (grifo nosso).

Em vez de tensionar os limites da democracia burguesa, as lutas feministas são reduzidas, pelo neoliberalismo, às práticas que se somam ao arcabouço de estratégias traçadas pelo próprio capitalismo, frente às contradições por ele mesmo reproduzidas e utilizadas para a produção de mais-valor, por meio da manutenção da sua base central: a apropriação-exploração-dominação da força de trabalho. Sob essas circunstâncias, parcela dos movimentos feministas deixa de ser, um “movimento contracultural radical” e se torna um “movimento de massas” (FRASER, 2009 apud SCHILD, 2016).

Mas a escalada neoliberal não se dá num contexto de inércia ou perda da potencialidade dos movimentos feministas e demais lutas sociais. Aqueles, especificamente, têm mostrado sua força nas mais diversas formas de lutas traçadas por mulheres do campo, das cidades, dos países centrais e periféricos. Se mantêm frente às adversidades das ameaças ultraconservadoras, machistas, patriarcais, racistas, LGBTfóbicas e heterossexistas que constituem o capitalismo financeiro mundial em sua forma atual de reprodução de mais-valor em detrimento da vida.

UMA VIA DE MÃO DUPLA A SER SUPERADA

Os vínculos estabelecidos entre parcela dos movimentos feministas e o projeto neoliberal contribuíram para o reconhecimento massivo do que se universalizou como

feminismo no senso comum: um projeto restrito ao ideal de que feminista é a mulher que luta para ascender socialmente e por conta própria; uma mulher independente do marido porque tem seu próprio negócio; e que usa batom vermelho e veste-se do jeito que quer porque é empoderada.

“[...] A agenda conservadora, que hoje é aliada da contraofensiva neoliberal, se iniciou, inclusive, com ataques à agenda feminista” (FARIA, 2019, p. 27). A incidência do neoliberalismo sobre os movimentos feministas reflete o fomento de práticas individualistas que se efetivam no mercado de trabalho, nos espaços de profissionalização e na consciência social das mulheres. Esse processo pode contribuir para a expansão de práticas de empoderamento feminino como se as mudanças na vida das mulheres dependessem somente de suas escolhas pessoais (FARIA, 2019).

Parte dos movimentos feministas tem sido submetida a transfigurações e esvaziamentos via cooptação pelo neoliberalismo. Destarte, o feminismo passa a ser concebido como uma forma de comportamento harmonizada com a ideia de que os indivíduos possuem autonomia total sobre suas vidas. Com essas mutações, desloca-se a análise da condição de vida dos sujeitos do contexto social, e ignoram-se as contradições em relação à lógica do mercado (FARIA, 2019). Esses segmentos feministas alinham-se, então, aos ideais de autopromoção pessoal, que contribuem para a desmobilização do potencial revolucionário das mulheres na luta geral pelo fim da sociabilidade capitalista. Cada uma de nós, sob esse novo projeto, não precisa disputar politicamente as lutas de classe, sequer mencionadas pelo neoliberalismo, que embora as acentue, também as oculta, como se não existissem.

Sob essa lógica, o que importa é se autodeclarar feminista (desde que não defenda pautas como a descriminalização do aborto, seguridade social, condições de trabalho...), e agir individualmente como tal. O êxito dessa atuação, para o neoliberalismo, será revelado pela capacidade de cada mulher em enriquecer por meio da ascensão via mercado (para não dizer, precisamente, via *Eudora*, *Tupperware*, *Natura*, e tantas outras estratégias empresariais) que promete a mudança de vida econômica principalmente das mulheres da classe trabalhadora, impossível de ser efetivada por essas estratégias estritamente democrático-burguesas-capitalistas.

No romance *Les Belles Images*, de autoria de Simone de Beauvoir, a escritora já traçava uma crítica ao modelo neoliberal de pessoa, especificamente à imagem da mulher moderna “total”, bem-sucedida, do tipo “faça acontecer”, que corresponde ao tipo de mulher emancipada

○ Estado neoliberal e a proposta de empoderamento feminino: origens e limites teóricos e prático-políticos que o neoliberalismo propõe e que segmentos feministas cooptados pelo neoliberalismo reproduzem (VINTGES, 2019).

Mesmo em meio a essas incidências sobre os movimentos feministas, o neoliberalismo tem se revelado incapaz de desmoralizar e derrotar as lutas sociais de resistência; apesar de ter produzido massiva desintegração social, isso *pode* colaborar para a derrocada neoliberal e capitalista (ANDERSON et al., 1995). O atual cenário não significou, portanto, a aceitação passiva das propostas neoliberais. Em meio a tamanha mercadorização das nossas vidas e corpos, reafirmamos nossa capacidade organizativa, política e reivindicatória (FARIA, 2019).

Na presente década (2020) continuamos politicamente organizadas, enfrentando os retrocessos do capitalismo neoliberal, como os que incidem sobre os direitos reprodutivos e de acesso ao aborto legal¹¹. O fortalecimento do projeto ultraneoliberal conservador nos impõe a necessidade de retomar pautas democráticas que já havíamos conquistado por meio das lutas coletivas.

Ao longo desses processos de mobilização, lidamos com um desafio:

[...] alcançar mais mulheres rumo a uma *prática feminista anticapitalista e antirracista permanente*, capaz de se organizar para além das datas de grandes mobilizações, e de *estabelecer relação entre novos coletivos e movimentos já existentes*, cujos acúmulos e experiências não podem ser negados (FARIA, 2019, p. 25) (grifo nosso).

Para os neoliberais a saída da crise encontra-se no absolutismo do mercado. Contrapondo-se a isso buscamos outra saída, por dois motivos: I) eticamente não podemos aceitar viver numa sociedade que se “fratura cada vez mais”, com tamanha desigualdade na distribuição de renda e disparidade entre pobres e ricos; II) devemos construir uma nova saída a partir da ciência, diferente do que fazem os neoliberais. Nesse sentido, é necessário, por exemplo, analisar a crise a partir do conflito distributivo e da financeirização da economia (SALAMA, 1995).

¹¹ “A campanha pela descriminalização do aborto na Argentina tem se fortalecido, e a ‘onda verde’ - que ficou conhecida assim pelo uso do pano verde como símbolo - tem ganhado as ruas do país há mais de dez anos. Fruto de muitos encontros, reuniões e assembleias entre diversas frentes do movimento feminista, o lema é ‘educação sexual para decidir, contraceptivos para não abortar, aborto legal para não morrer’ e se refere principalmente ao alto número de mortes de mulheres em abortos ilegais inseguros. [...] [Parágrafo] Na Argentina, o feminismo foi a principal oposição aos governos à direita, situação que está acontecendo em todo o continente. Foi assim com Trump, nos EUA: as primeiras a se mobilizarem foram as feministas. No Uruguai, onde a direita acaba de conquistar o governo, as feministas também se destacam como um movimento dinamizador da política e da oposição. No Chile, a performance das *Las Tesis* e a participação do ativismo feminista foram fundamentais para denunciar os abusos do Estado e inoperância do presidente Piñera ante uma situação de crise. No Brasil também houve grandes mobilizações contra Bolsonaro por grupos feministas” (ALCARAZ, 2020, s.p). Disponível em: < <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/2020-sera-o-ano-do-aborto-legal-e-irreversivel-que-se-torne-lei-diz-maria-florencia-alcaraz/> > Acesso em: 30/09/2020.

Anderson (1995) nos indica, em nível de exemplos, três elementos com os quais podemos traçar a derrocada do neoliberalismo. Quais sejam: I) o fortalecimento dos valores socialistas, especialmente a diversidade; II) o estabelecimento de novas formas de propriedade, com destaque para estratégias coletivas; III) a ampliação da democracia, por meio de um sistema parlamentar forte, financiado publicamente e acompanhada da democratização dos meios de comunicação. Em suma: a liberdade, a igualdade e a solidariedade, que caracterizariam uma sociedade "neossocialista", movida por um "espírito forte, seguro, agressivo" cujos símbolos são "[...] os instrumentos de trabalho e de guerra, capazes de golpear e de colher, que talvez seriam de novo mais apropriados" (ANDERSON, 1995, p. 202). A foice e o martelo.

Estamos cientes de que entre o empoderamento feminino e os segmentos feministas cooptados pelo neoliberalismo a "via de mão dupla" foi construída a partir do amoldamento das lutas feministas aos interesses de expansão do capital, que sob a atualidade expressa-se no neoliberalismo. Quando o potencial revolucionário é abdicado e transforma-se a esfera político-burguesa no "auge dos anseios da humanidade", a coletividade se dilui em individualidade egocêntrica, e contradiz a própria sobrevivência dos indivíduos enquanto seres genéricos e sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Lançado em 1940 e colocado na "ordem do dia" a partir da crise da década de 1970, o projeto neoliberal fracassou em sua proposta de elevar a taxa de valorização do capital, mas obteve êxito naquilo que considerava "sacrifícios necessários a essa empreitada": a acentuação das desigualdades sociais e da pobreza, o crescimento da taxa de desempregados/as e a cessão do pleno poder de determinação do desenvolvimento social ao mercado. São os resultados dessa falsa saída à mais uma dentre as inúmeras crises constitutivas da sociabilidade capitalista.

O neoliberalismo não se limitou à dimensão econômica para a qual foi inicialmente proposto. Ingressou e moldou os rumos do desenvolvimento social, político e cultural em escala global, com maior incidência sobre os países periféricos, acompanhando as exigências do capital em sua financeirização mundial. Com forte perseguição aos movimentos sociais, principalmente aos vinculados à esquerda crítica, apropriou-se das pautas e estratégias de

O Estado neoliberal e a proposta de empoderamento feminino: origens e limites teóricos e prático-políticos
 luta desses movimentos, dentre os quais, parte dos movimentos feministas, incidindo sobre sua capacidade revolucionária, e de mobilização e conscientização política de classe.

Partimos do pressuposto conforme o qual “Toda emancipação é *redução* do mundo humano e suas relações ao *próprio homem*.” (MARX, 2010, p. 54) (grifo original). Portanto, somos contrários/as à subsunção das necessidades humanas aos interesses do mercado centrado na produção de mais-valor, e afirmamos a necessidade de construirmos outra sociabilidade, cujo centro sejam a plena expansão e emancipação dos indivíduos que a constituem de forma diversa e humano-genérica.

A tarefa de ampliar os movimentos e lutas sociais na direção de fortalecê-los requer um projeto coletivo rigorosamente fundamentado em um objetivo comum: fomentar as bases teóricas e político-práticas que auxiliem a superação de todas as formas de opressão-exploração-dominação, para que as lutas dos indivíduos em sua diversidade (classe, raça/etnia e sexo/sexualidade) não sejam circunscritas a uma ou outra dimensão da subjetividade individual. Aos instrumentos da luta socialista unimos todas as nossas bandeiras de luta, cuja efetivação dependem da superação do neoliberalismo e do capitalismo. Trabalhadores e trabalhadoras feministas, anticapitalistas, antirracistas, anti-LGBTfóbicas e ecossocialistas, unidos!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCARAZ, M.F. “2020 será o ano do aborto legal, é irreversível que se torne lei”, diz Maria Florencia Alcaraz. CartaCapital. [S.l.] 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/2020-sera-o-ano-do-aborto-legal-e-irreversivel-que-se-torne-lei-diz-maria-florencia-alcaraz>. Acesso em: 30/09/2020.

ALMEIDA, Janaiky Pereira. Empoderamento X Consciência militante feminista: contribuições ao debate. In: ALMEIDA, J.P. Organismos Internacionais e enfrentamento à precarização do trabalho das mulheres na América Latina. Tese (Doutorado – Doutorado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.p.217–220. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/23974/1/2017_JanaikyPereiradeAlmeida.pdf. Acesso em: 05/06/2020.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: ANDERSON et al. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Organizadores: Emir Sader, Pablo Gentili. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

_____. Além do neoliberalismo. In: ANDERSON et al. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Organizadores: Emir Sader, Pablo Gentili. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANDERSON et al. A trama do neoliberalismo: mercado, crise e exclusão social. In: ANDERSON et al. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Organizadores: Emir Sader, Pablo Gentili. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

_____. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Organizadores: Emir Sader, Pablo Gentili. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado. [recurso eletrônico]. – 1 ed. – São Paulo: Boitempo, 2020. Recurso digital (Pandemia capital).

BERTH, Joice. O que é empoderamento? Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

BORÓN, Atilio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: ANDERSON et al. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Organizadores: Emir Sader, Pablo Gentili. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

COLLINS, Patricia Hill. Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento; tradução Jamille Pinheiro Dias. 1 ed. – São Paulo: Boitempo, 2019.

DAVIS, Angela. Vamos subir todas juntas: perspectivas radicais sobre o empoderamento das mulheres afro-americanas. In: DAVIS. Mulheres, cultura e política. [tradução Heci Regina Candiani]. – 1 ed. – São Paulo : Boitempo, 2017.

FARIA, Nalu. Desafios feministas frente à ofensiva neoliberal. In: MORENO, Renata; ZELIC, Helena (org.). Feminismo em resistência: crítica ao capitalismo neoliberal. São Paulo: SOF, 2019. 80p. (Coleção Cadernos Sempreviva. Série Economia e Feminismo, 5). Disponível em: <https://www.sof.org.br/feminismo-em-resistencia-critica-ao-capitalismo-neoliberal/>. Acesso em: 22/09/2020.

FERNANDES, Luis. Neoliberalismo e reestruturação capitalista. In: ANDERSON et al. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Organizadores: Emir Sader, Pablo Gentili. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

FRASER, Nancy. Como certo feminismo mordeu a isca neoliberal. The Guardian. [tradução Felipe Kantor] LavraPalavra. In: Outras Mídias. Publicado por Redação Outras Palavras. Abril, 2016. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/como-certo-feminismo-mordeu-a-isca-neoliberal/>. Acesso em: 22/09/2020.

HAYEK, F.A. O caminho da servidão. – 6 ed. – São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010. Disponível em: <http://rothbardbrasil.com/wp-content/uploads/arquivos/caminhodaservidao.pdf>. Acesso em: 20/07/2020.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1, jun. 2014, p.61-73.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. [Tradução de Antonia Malta Campos]. *Revista Novos Estudos*, CEBRAP, 86, mar. 2010, p. 93-103.

_____; GARELAND. Consubstancialidade *versus* interseccionalidade? A propósito da imbricação das relações sociais. In: AGUIAR, Eliana. *Lutar, dizem elas...* [coordenação editorial de Maria Betânia Ávila e Verônica Ferreira]. – Recife: SOS Corpo, 2018, p. 145-161.

MARX, Karl. Sobre a questão judaica. Apresentação [e posfácio] Daniel Bensaïd; tradução Nélcio Schneider, [tradução de Daniel Bensaïd, Wanda Caldeira Brant]. – São Paulo: Boitempo, 2010. (Coleção Marx-Engels). Disponível em: < <http://petdireito.ufsc.br/wp-content/uploads/2013/03/Karl-Marx-Sobre-a-questao-Judaica.pdf> . Acesso em: 19/09/2020.

-----; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). Supervisão editorial, Leandro Konder; tradução, Rubens Enderle, Nélcio Schneider, Luciano Cavini Martorano. – São Paulo: Boitempo, 2007. Disponível em: < <http://abdet.com.br/site/wp-content/uploads/2014/12/A-Ideologia-Alem%C3%A3.pdf> . Acesso em: 10/09/2020.

-----.. Manifesto do Partido comunista. – 1 ed. – São Paulo: Expressão Popular: 2008, 67p. Disponível em: <https://www.expressaopopular.com.br/loja/wp-content/uploads/2020/02/manifesto-comunista-EP.pdf> . Acesso em: 28/09/2020.

MÉSZÁROS, István. A ordem da reprodução sociometabólica do capital. In: MÉSZÁROS, István. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição; tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. – 1.ed. revista. – São Paulo: Boitempo, 2011. (Mundo do trabalho). Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/208/o/para-alem-do-capital.pdf> . Acesso em: 09/07/2020.

-----.. Das crises cíclicas à crise estrutural. In: MÉSZÁROS, István. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição; tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. – 1.ed. revista. – São Paulo: Boitempo, 2011. (Mundo do trabalho). Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/208/o/para-alem-do-capital.pdf> . Acesso em: 09/07/2020.

REIS.T. Laissez faire: o que é a expressão fundamental do liberalismo. SUNO. [S.l.] 2020. Disponível em: <https://www.sunoresearch.com.br/artigos/laissez-faire/> . Acesso em: 31/07/2020.

SAFFIOTI, Heleieth, I.B. Gênero, patriarcado, violência. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004 - Coleção Brasil Urgente.

SALAMA, Pierre. Para uma nova compreensão da crise. In: ANDERSON et al. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Organizadores: Emir Sader, Pablo Gentili. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SCHILD, Verónica. Feminismo e neoliberalismo na América Latina. *Revista Outubro*, n. 26, julho de 2016. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/feminismo-eneoliberalismo-na-america-latina/> . Acesso em: 20/09/2020.

TONET, Ivo. Método científico: uma abordagem ontológica. – São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

VINTGES, Karen. Feminismo *versus* neoliberalismo: práticas de liberdade das mulheres numa perspectiva mundial. *Cadernos pagu* (56), 2019:e195604. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cpa/n56/1809-4449-cpa-56-e195604.pdf> . Acesso em: 02/09/2020.

A QUESTÃO RACIAL DE ASSISTENTES SOCIAIS NEGRAS NOS ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS

THE RACIAL ISSUES OF THE BLACK SOCIAL WORKERS IN SOCIAL OCCUPATIONALS SPACES

Alessandra Mayra Maidana¹

Fabiola Regina Falcoski²

Resumo: O presente estudo se faz importante para os profissionais e estudantes de Serviço Social o que se deve, por um lado, pela necessidade da discussão das consequências da escravidão na vida de pessoas negras na sociedade e, por outro lado, refletir ações afirmativas no enfrentamento ao racismo estrutural e institucional em que estão inseridas Assistentes Sociais pretas (os) e pardas (os). O objetivo principal é compreender quais impactos estão atravessando o cotidiano de profissionais do Serviço Social, do município de São José do Rio Preto, no estado de São Paulo. O estudo foi avaliado a partir das respostas de dezoito assistentes sociais que se reconhecem pretas ou pardas. Para coleta dos dados, foi realizado um questionário a partir da temática étnica/racial.

Palavras-chave: assistente social negra, racismo, questão racial, serviço social.

Abstract: The following research is important for Social Worker professionals and Social Worker students, which is, on the one hand important for the necessity of the discussions of the slavery consequences on black people's lives in the society, and on the other, reflecting affirmative actions in facing structural and institutional racism which is inserted in black and brown-skinned Social Workers professionals. The main goal of this research is to understand which aspects the Social Workers professional in the city of São José do Rio Preto in the state of São Paulo. The research was done watching the everyday of 18 Social Workers which is classified as black or brown-skinned. A survey was done from the ethnic / racial theme to collect the data.

Keywords: black social workers, racism, racism issues, social work.

¹ Assistente Social; Graduada em Serviço Social pela Universidade Paulista, São José do Rio Preto-SP; Especialista em Serviço Social, Trabalho e Políticas Públicas pelas Faculdades Integradas de Fernandópolis - FIFE-FEF, Fernandópolis-SP. E-mail: maidanaalessandra@gmail.com;

² Assistente Social; Especialista em Psicologia e Mestre em Sociologia-Unesp/Araraquara. Coordenadora Pedagógica do Curso de Serviço Social das Faculdades Integradas de Fernandópolis - FIFE-FEF, Fernandópolis-SP. E-mail: fabiola@fef.edu.br

Artigo submetido em: 08 de outubro de 2020.

Artigo aceito em: 30 de novembro de 2020.

p. 234-251 DOI: <https://doi.org/10.46551/rssp202115>

INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado de pesquisa cujo objetivo foi realizar um levantamento das vivências pessoais, educacionais e profissionais em relação a questão racial nos espaços sócio-ocupacionais em que atuam Assistentes Sociais negras³, do município de São José do Rio Preto - São Paulo.

É fundamental destacar que este estudo não pretende revitimizar a mulher negra ao recontar fatos de sua trajetória, mas sim incorporar novas reflexões ao debate racial, principalmente, no campo profissional do Serviço Social. O enfrentamento com o racismo e com a discriminação racial não se deve limitar a um comportamento isolado, individualmente: necessita ser um debate coletivo.

Para tanto, o objetivo geral deste trabalho é compreender quais impactos estão atravessando o cotidiano de profissionais do Serviço Social, considerando situações de racismo vividas por estes na sua rotina de trabalho no município de São José do Rio Preto, no estado de São Paulo, além da sua autopercepção sobre.

Um dos objetivos específicos é, desta forma, compreender as inquietações que não foram esgotadas no debate étnico-racial, nos espaços sócio-ocupacionais onde atuam assistentes sociais mulheres que, preferencialmente, se reconhecem pretas ou pardas. Tendo em vista que estas atuam no campo do trabalho e do assalariamento, estão abarcadas triplamente pela lógica racista, patriarcal e capitalista.

Busca-se também, como objetivo específico, conhecer as percepções deste grupo mencionado, a partir de suas vivências profissionais no âmbito pessoal, educacional e profissional.

É indispensável elucidarmos, a partir de Almeida (2019), sobre a importância em entender o conceito de raça, operado a partir de dois registros:

1) como característica biológica, em que a identidade racial será atribuída por algum traço físico, como a cor da pele, por exemplo; e 2) como característica étnico-cultural em que a identidade será associada à origem geográfica, à religião, à língua ou outros costumes [...], e ainda cita que Frantz Fanon denomina tal afirmação como racismo estrutural. A partir desta perspectiva, o autor destaca que após apreendido o conceito de raça, pode-se falar sobre racismo. (ALMEIDA, 2019, p.30-31)

³ População negra, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), refere-se à soma das pessoas que se autodeclararam de pele preta ou parda.

O Serviço Social surge ligado diretamente à Igreja Católica, que passa a analisar a questão social⁴ como um fator moral e religioso, e como afirma Eurico (2011) as relações raciais não foram questionadas por muito tempo. Ainda assim, Gonçalves (2018) aponta o quanto o Serviço Social em sua gênese contribuiu para reforçar o mito da democracia racial⁵, atendendo às ideias da classe dominante:

Na gênese do Serviço Social, na década de 1930, esta população permaneceu escanteada. Diluída na condição de pobre e miserável, tornou-se objeto de uma caridade que, mais do que flertar, estabeleceu ligações perigosas com a política eugenista do Estado brasileiro. Produto histórico das relações sociais, a profissão esteve estreitamente vinculada às ideias da classe dominante e reproduziu ou reforçou o status quo. (GONÇALVES, 2018, p.515)

A pensadora também refere que a relação do Serviço Social tradicional e a população negra é cerceada por duas questões: 1) a profissão recebeu influências eugenistas sob a justificava moral de que era preciso melhorar a raça; 2) a categoria se viu sob o mito da democracia racial, ideologia responsável por propagar a ideia de uma escravidão branda e de uma convivência pacífica entre os povos. E pontua que “os (as) primeiros (as) assistentes sociais não perceberam que o nó da questão social, núcleo elementar da profissão, residia justamente na ofuscada questão racial” (GONÇALVES 2018, p.515). A autora desperta uma inquietação:

[...] por que o Serviço Social ainda guarda reticências em perceber que a questão racial é nuclear à questão social? Se a questão social é produzida compulsoriamente pelo capitalismo (NETTO, 2001b), qual a nossa dificuldade em compreender que a questão racial e seu mais grave subproduto, o racismo, fazem parte das relações que impulsionam e dinamizam a sociedade burguesa? Ora o modo de produção capitalista beneficiou-se enormemente do escravismo e amparou as bases da opressão racial, possibilitando que esta se mantenha e continue a sustentar a reprodução do capital. (GONÇALVES, 2018, p.519)

No entanto, a profissão se apresentou em gradual construção e desconstrução e, como afirma ALVES (2020), o Serviço Social que temos atualmente não é o mesmo de sua gênese cuja configuração é de uma profissão laica e com um projeto profissional emancipatório.

⁴ Segundo Yamamoto (1999, p. 27), a Questão Social pode ser definida como: O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais colectiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, Marilda V. O Serviço Social na contemporaneidade; trabalho e formação profissional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.)

⁵ Kabengele Munanga (1999, p.80) “O mito da democracia racial, baseado na dupla mestiçagem, biológica e cultural, entre as três raças originárias, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira: exalta a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimularem as desigualdades [...]”.

É evidente que o avanço do debate étnico-racial na trajetória do Serviço Social brasileiro está em constante evolução na sua direção ético-política, visto que as entidades organizativas têm promovido iniciativas com o objetivo de orientar e provocar a reflexão sobre a temática, a exemplo do Código de Ética do/a Assistente Social de 1993⁶, com 11 princípios fundamentais elencados, destacando-se os de número "VI- Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;" e "VIII- Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero;" (CFESS, 2012), bem como a Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993, que regulamenta a profissão, bem como as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 1996).

É importante lembrar que há 132 anos acontecia a abolição da escravatura no Brasil, último país a realizar tal feito. Contudo, quando se analisa a trajetória da população negra, dados estatísticos e de representação, percebe-se que há um caminho longo para que os/as negros/as alcancem a ascensão em uma sociedade que ainda se apresenta racista, patriarcal e capitalista, como já apontava Florestan Fernandes (1972, p.15): "O negro permaneceu sempre condenado a um mundo que não se organizou para tratá-lo como ser humano e como 'igual'".

Além disso, a aniquilação para a mulher negra foi ainda mais cruel e intensa. Ângela Davis (1944, p.24) aponta que, ao contrário das mulheres brancas, em virtude da escravidão, o trabalho sempre foi central na vida da mulher negra, repetidamente tratada como mercadoria e constantemente comercializada, era forçada a produzir com a mesma força de trabalho dos homens; na definição da autora a "unidade de trabalho lucrativo", tal como era favorável ao escravocrata usá-la para realizar tarefas domésticas. Ainda assim, Davis (1944, p.26) salienta que, além do trabalho escravo, aconteciam os abusos e violências sexuais constantes, evidenciados pela autora de maneira que o estupro era uma forma ostensiva de domínio econômico e facilitava a cruel exploração de seu trabalho.

O autor Abdias do Nascimento (2016, p.103) ainda destaca as diversas formas de violências, como, a sexualização do corpo da mulher negra e suas perdas "Ainda nos dias de hoje, a mulher negra, por causa da sua condição de pobreza, ausência de status social, e o total desamparo, continua a vítima fácil, vulnerável a qualquer agressão sexual do branco".

⁶Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em 04 ago. 2020.

Mesmo após a abolição da escravatura, o Estado Brasileiro não implementou políticas públicas que estimulassem a integração de negros/as na cidadania. Segundo Clóvis Moura (1992, p.64), a cidadania do negro foi simbólica e as estratégias da classe dominantes foram capazes de colocá-lo emparedado em um imobilismo social que dura até os dias de hoje.

Alguns dados estatísticos demonstram os impactos que o período escravocrata acarretou para a população negra, principalmente, para a mulher negra, no que tange gênero, raça e classe presentes até os dias de hoje. Recentemente, no 1º trimestre de 2020, o IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- (2020), por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, apontou que a população em idade de trabalho, com 14 anos ou mais de idade, foi estimada em 172,4 milhões de pessoas, cerca de 55,8% destas se classificam pretas e pardas.

Em pesquisa sobre trabalhos domésticos, realizada pelo IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- (2019, p. 50), afirma-se que a atividade doméstica é caracterizada por ser uma atividade tipicamente feminina e negra - mais de 90% dos trabalhadores domésticos são mulheres e mais de 60% das mulheres que são empregadas domésticas são negras.

O documento traz, ainda, a afirmativa de que grande parte dos jovens que não acessam a educação e trabalho decente são mulheres negras e pardas, pois, muitas vezes, carregam o fardo de responsabilidades domésticas, tal como, cuidar de crianças e idosos, o que acarreta dificuldades em conciliar trabalho e estudo (Boletim de Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise nº 67, p. 108).

No que diz respeito à saúde da mulher negra, a pesquisa intitulada "A cor da dor: iniquidades raciais na atenção ao pré-natal e ao parto no Brasil", Maria do Carmo Leal (2017) e sua equipe, pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), afirmam que "a razão de mortalidade materna é maior duas vezes e meia em mulheres pretas do que em brancas no Brasil". Quanto à violência obstétrica, o artigo afirma que:

[...] foram verificados piores indicadores de atenção pré-natal e parto nas mulheres de cor preta e parda [...] Mulheres pardas e pretas sofreram menos intervenções obstétricas no parto [...], no entanto as pretas receberam menos anestesia local quando submetidas à episiotomia. [...] a adequação do pré-natal e vinculação à maternidade para as mulheres pretas se mostrou pior. (LEAL, MC et al. 2017)

Em relação à violência contra mulher, é possível afirmar que as maiores vítimas são as mulheres negras, conforme aponta o 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2019), sendo que das 1.206 vítimas de feminicídio, em torno de 61%, são mulheres negras. Acrescenta-se que do universo de 66.041 vítimas de violência sexual cerca de 50,9% são negras.

Diante do exposto, tais apontamentos demonstram as desvantagens que o período escravagista acarretou para a população negra e, sobretudo, para a mulher negra brasileira. Na próxima seção, será apresentada a metodologia utilizada nesta pesquisa.

METODOLOGIA

O tema desta pesquisa surgiu a partir de questionamentos relacionados às experiências vivenciadas na atuação profissional de mulheres, negras e assistentes sociais.

O estudo constituiu-se de uma pesquisa exploratória, com método de abordagem quanti-qualitativa. Realizou-se uma pesquisa documental *online*, através da plataforma *Google Forms*, com assistentes sociais, somente do gênero feminino, que atuam no município de São José do Rio Preto- São Paulo.

Trinta (30) assistentes sociais foram convidadas para participar do estudo, por meio de mensagem pelos aplicativos *Whatsapp* e/ou *Facebook*. Entretanto, sete (07) profissionais não retornaram o contato e, portanto, não seguiram na pesquisa. Sendo assim, vinte e três (23) retornaram o contato das pesquisadoras e, então, receberam um *e-mail* com as orientações para responderem ao questionário conjuntamente do termo de consentimento. Destas, dezoito (18) aceitaram participar do estudo. No entanto, apenas uma (01) não conseguiu acesso ao questionário virtual; neste caso, foi-lhe enviado via *e-mail* o documento de texto no formato *Word* com as mesmas perguntas feitas virtualmente.

O questionário contém 39 perguntas objetivas e subjetivas, foi elaborado pelas autoras e aplicado via formulário *online*, visando traçar o perfil das profissionais através do levantamento das informações relacionadas à raça/cor, idade, religião, estado civil, graduação/pós-graduação, função, renda, aspectos educacionais, além de possíveis situações vivenciadas de preconceito e discriminação e ainda aspectos voltados ao debate étnico-racial.

A análise dos dados foi realizada por meio do programa *Microsoft® Excel®* 2013, que ordenou e classificou as informações, a fim de que fosse possível obter as respostas da pesquisa em suma e a visualização dos resultados. Na seguinte seção, apresentam-se os resultados obtidos.

RESULTADOS

Na tabela abaixo, consta as respostas das participantes da pesquisa para a categoria cor/etnia. No sistema classificatório do IBGE, estão representadas cinco opções: branco, preto, pardo, amarelo e indígena. Desta forma, 94,44% das participantes se identificaram como mulheres negras, sendo 72,22% pretas e 22,22% pardas, representando o maior reconhecimento do perfil étnico-racial.

Tabela 1: Categoria por cor/etnia e idade

| Variáveis | Preto N = 13 72,22% | | Pardo N = 4 22,22% | | Amarelo N = 1 5,56% | | TOTAL N = 18 100,00% | |
|------------------|----------------------------------|--------|---------------------------------|--------|----------------------------------|---------|-----------------------------------|--------|
| Idade | | | | | | | | |
| 18 - 25 | 2 | 15,38% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 2 | 11,11% |
| 26 - 30 | 1 | 7,69% | 1 | 25,00% | 0 | 0,00% | 2 | 11,11% |
| 31 - 45 | 10 | 76,92% | 2 | 50,00% | 1 | 100,00% | 13 | 72,22% |
| 46 - 50 | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% |
| Acima de 50 | 0 | 0,00% | 1 | 25,00% | 0 | 0,00% | 1 | 5,56% |

No questionário, a pergunta de nº 02- de resposta livre- versa sobre as características que as participantes acreditam ter para se classificarem nesta categoria de cor/etnia. As respostas mais citadas foram: cor da pele, cabelo (crespo/afro), traços (nariz, boca/lábios grossos) e descendência familiar ("mistura" entre pai e mãe negros/ brancos, miscigenação).

Tabela 2: Características das participantes - Religião, Estado Civil e Filhos

| Variáveis | Preto N = 13 72,22% | | Pardo N = 4 22,22% | | Amarelo N = 1 5,56% | | TOTAL N = 18 100,00% | |
|-------------------------|----------------------------------|--------|---------------------------------|---------|----------------------------------|---------|-----------------------------------|--------|
| Religião | | | | | | | | |
| Católico | 6 | 46,15% | 2 | 50,00% | 1 | 100,00% | 9 | 50,00% |
| Evangélico | 0 | 0,00% | 1 | 25,00% | 0 | 0,00% | 1 | 5,56% |
| Protestante | 1 | 7,69% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 1 | 5,56% |
| Espírita | 2 | 15,38% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 2 | 11,11% |
| Candomblé | 1 | 7,69% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 1 | 5,56% |
| Umbanda | 0 | 0,00% | 1 | 25,00% | 0 | 0,00% | 1 | 5,56% |
| Messiânica | 1 | 7,69% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 1 | 5,56% |
| Sem Religião/Indefinida | 2 | 15,38% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 2 | 11,11% |
| Estado Civil | | | | | | | | |
| Solteiro | 7 | 53,85% | 3 | 75,00% | 1 | 100,00% | 11 | 61,11% |
| Casado | 3 | 23,08% | 1 | 25,00% | 0 | 0,00% | 4 | 22,22% |
| Divorciado | 1 | 7,69% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 1 | 5,56% |
| Separado Judicialmente | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% |
| Viúvo | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% |
| Amasiado | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% |
| União Estável | 2 | 15,38% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 2 | 11,11% |
| Filhos | | | | | | | | |
| Sim | 2 | 15,38% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 2 | 11,11% |
| Não | 11 | 84,62% | 4 | 100,00% | 1 | 100,00% | 16 | 88,89% |

Na tabela 2, é possível observar que há predominância da religião Católica, adotada pelas participantes da pesquisa. Em seguida, obtiveram o mesmo percentual de respostas, a religião Espírita como adotada pelas assistentes sociais e a opção sem religião/indefinida. As religiões afro-brasileiras também apareceram, porém não são preponderantes.

Ainda na tabela 2, percebeu-se que o montante de participantes sem filhos se destaca, isto é 88,89% das mulheres pesquisadas são de cor preta e não tem filhos.

Tabela 3 - Aspectos Educacionais

| Variáveis | Preto N = 13 72,22% | | Pardo N = 4 22,22% | | Amarelo N = 1 5,56% | | TOTAL N = 18 100,00% | |
|---|---------------------------|--------|--------------------------|---------|---------------------------|---------|----------------------------|--------|
| | Escola que estudou | | | | | | | |
| Pública | 12 | 92,31% | 3 | 75,00% | 1 | 100,00% | 16 | 88,89% |
| Privada | 1 | 7,69% | 1 | 25,00% | 0 | 0,00% | 2 | 11,11% |
| Pessoas na família com Ensino Superior | | | | | | | | |
| Nenhuma | 6 | 46,15% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 6 | 33,33% |
| 1 | 3 | 23,08% | 2 | 50,00% | 0 | 0,00% | 5 | 27,78% |
| 2 | 3 | 23,08% | 0 | 0,00% | 1 | 100,00% | 4 | 22,22% |
| 3 | 1 | 7,69% | 2 | 50,00% | 0 | 0,00% | 3 | 16,67% |
| 4 | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% |
| Acima 4 | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% |
| Idade que iniciou na faculdade de Serviço Social | | | | | | | | |
| 17 - 22 | 6 | 46,15% | 2 | 50,00% | 1 | 100,00% | 9 | 50,00% |
| 23 - 29 | 5 | 38,46% | 1 | 25,00% | 0 | 0,00% | 6 | 33,33% |
| 30 - 35 | 2 | 15,38% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 2 | 11,11% |
| 35 - 40 | 0 | 0,00% | 1 | 25,00% | 0 | 0,00% | 1 | 5,56% |
| Faculdade que se formou era | | | | | | | | |
| Pública | 2 | 15,38% | 2 | 50,00% | 0 | 0,00% | 4 | 22,22% |
| Privada | 11 | 84,62% | 2 | 50,00% | 1 | 100,00% | 14 | 77,78% |
| Forma de inserção na Faculdade | | | | | | | | |
| Vestibular | 10 | 76,92% | 4 | 100,00% | 1 | 100,00% | 15 | 83,33% |
| ENEM | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% |
| PROUNI | 2 | 15,38% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 2 | 11,11% |
| FIES | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% |
| Programa Escola da Família | 1 | 7,69% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 1 | 5,56% |
| Bolsas de estudo (particular) | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% |
| Cotas raciais | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% |

Através da tabela 3, observa-se que a maioria das participantes estudaram em escola pública, totalizando 88,89%. Ainda vale destacar que das 77,78% assistentes sociais que frequentaram faculdades privadas, 72,22% correspondem às mulheres pretas e pardas. Segundo o Jornal da Unicamp, reportagem de 2019, com dados baseados no Censo da Educação Superior

de 2016, as graduações que mais incluem alunos pretos e pardos são Serviço Social, Licenciaturas em Letras e em Química, Recursos Humanos e Enfermagem⁷.

O acesso ao Ensino Superior de pessoas da família varia entre nenhuma a 02 pessoas. Assim, é possível afirmar que algumas das participantes responderam serem as únicas que cursaram Ensino Superior em suas famílias. Quanto à idade de ingresso na faculdade, 50% ingressaram logo após a saída do Ensino Médio. Todavia é importante ressaltar que também houve acesso ao ensino superior de pessoas entre 30 a 40 anos.

A forma de ingresso mais evidente foi através de provas vestibulares (que pode ser aplicado em faculdades/universidades públicas e particulares) e, em segundo lugar, por meio de programas sociais, como, PROUNI (Programa Universidade para Todos) e Programa Escola da Família.

Tabela 4 - Graduação, pós-graduação e professores negros

| Variáveis | Preto N = 13 | | Pardo N = 4 | | Amarelo N = 1 | | TOTAL N = 18 | |
|--|-----------------|--------|----------------|--------|------------------|---------|-----------------|---------|
| | | 72,22% | | 22,22% | | 5,56% | | 100,00% |
| Professores negros na graduação | | | | | | | | |
| Nenhum | 6 | 46,15% | 1 | 25,00% | 0 | 0,00% | 7 | 38,89% |
| 1 | 4 | 30,77% | 3 | 75,00% | 1 | 100,00% | 8 | 44,44% |
| 2 a 3 | 3 | 23,08% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 3 | 16,67% |
| 3 a 4 | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% |
| 4 a 5 | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% |
| mais que 5 | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% |
| Cursou Pós-Graduação | | | | | | | | |
| Não cursou Pós-graduação | 3 | 21,43% | 1 | 25,00% | 1 | 100,00% | 5 | 26,32% |
| Especialização | 9 | 64,29% | 3 | 75,00% | 0 | 0,00% | 12 | 63,16% |
| Mestrado | 2 | 14,29% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 2 | 10,53% |
| Doutorado | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% |
| Pós-Doutorado | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% |
| Obs: nesta categoria, vale ressaltar que uma das participantes cursou Especialização e Mestrado. | | | | | | | | |
| Professores negros na pós-graduação | | | | | | | | |
| Não cursou pós-graduação | 3 | 23,08% | 1 | 25,00% | 1 | 100,00% | 5 | 27,78% |
| Nenhum | 6 | 46,15% | 3 | 75,00% | 0 | 0,00% | 9 | 50,00% |
| 1 | 3 | 23,08% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 3 | 16,67% |
| 2 a 3 | 1 | 7,69% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 1 | 5,56% |
| 3 a 4 | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% |
| 4 a 5 | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% |
| mais que 5 | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% |
| Graduação - Conteúdos relevantes para o debate étnico-racial | | | | | | | | |
| Muitos conteúdos | 3 | 23,08% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 3 | 16,67% |
| Alguns conteúdos | 3 | 23,08% | 2 | 50,00% | 1 | 100,00% | 6 | 33,33% |
| Poucos conteúdos | 6 | 46,15% | 2 | 50,00% | 0 | 0,00% | 8 | 44,44% |
| Nenhum conteúdo | 1 | 7,69% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 1 | 5,56% |
| Não lembro | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% |

⁷Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2019/11/19/racismo-no-mundo-academico-um-tema-para-se-discutir-na-universidade>. Acesso em 29 ago.2020.

A tabela 4 expõe a escassez de professores negros nos cursos de graduação feitos pelas assistentes sociais participantes, apresentando um número alarmante de 38,89% cujas respostas mostraram que essas mulheres não tiveram aula com nenhum e 44,44% que apontam apenas 01 professor/a negro/a.

No tocante à presença de professores negros na pós-graduação, das 13 participantes que cursaram pós, apenas uma participante (5,56%) afirmou que teve aulas com 2 a 3 professores negros. Esses dados, segundo o site G1, em pesquisa realizada no ano de 2018, baseada em dados do INEP, obtidos através do Censo de Ensino Superior de 2017, afirmam que Negros representam apenas 16% dos professores universitários (faculdades públicas e privadas)⁸.

O acesso à pós-graduação resumiu-se em 63,16% que cursaram especialização e 10,53% mestrado. É importante ressaltar que uma das alunas cursou uma especialização e também o mestrado. Por outro lado, 26,32% das participantes não cursaram pós-graduação. O Portal Geledés⁹ aponta a dificuldade do acesso de pessoas negras aos programas de pós-graduação, acrescentando a informação de que, em 2017, o grupo com a maior fatia das bolsas do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) foi o de mulheres brancas, com 31% dos financiamentos. As mulheres pretas foram 3% do total de 93.405 bolsistas contemplados. As mulheres pardas receberam 12% das bolsas e os homens brancos 28%.

Ao verificar a quantidade de conteúdos sobre o debate étnico-racial estudados pelas participantes em suas graduações em Serviço Social, os dados apontam que 44,44% estudaram "poucos conteúdos" e 33,33% estudaram "alguns conteúdos".

O documento "Subsídio para o debate étnico-racial na formação em Serviço Social", da ABEPSS (2018) aponta que ainda há uma tímida produção e ações políticas - embora estejam numa crescente - no campo da luta antirracista no Serviço Social, que reverbera na formação profissional limitando o aprofundamento de uma análise da totalidade da realidade brasileira.

⁸ Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/guia-de-carreiras/noticia/2018/11/20/negros-representam-apenas-16-dos-professores-universitarios.ghtml>. Acesso em 29 ago. 2020.

⁹ Disponível em: <https://www.geledes.org.br/menos-de-3-entre-docentes-da-pos-graduacao-doutoras-negras-desafiam-racismo-na-academia/>. Acesso em 29 ago. 2020.

Tabela 5 - Setor, Cargo, Chefia e Faixa Salarial

| Variáveis | Preto | | Pardo | | Amarelo | | TOTAL | |
|--|--------|--------|-------|---------|---------|---------|--------|---------|
| | N = 13 | 72,22% | N = 4 | 22,22% | N = 1 | 5,56% | N = 18 | 100,00% |
| Em qual setor trabalha atualmente | | | | | | | | |
| Público | 7 | 53,85% | 2 | 50,00% | 1 | 100,00% | 10 | 55,56% |
| Privado (Empresa) | 1 | 7,69% | 1 | 25,00% | 0 | 0,00% | 2 | 11,11% |
| Terceiro Setor (Organização da Sociedade) | 4 | 30,77% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 4 | 22,22% |
| ONG (Organização da Sociedade Civil) | 1 | 7,69% | 1 | 25,00% | 0 | 0,00% | 2 | 11,11% |
| Autônoma | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% |
| Cargo | | | | | | | | |
| Assistente Social | 9 | 69,23% | 4 | 100,00% | 1 | 100,00% | 14 | 77,78% |
| Coordenação | 3 | 23,08% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 3 | 16,67% |
| Supervisão | 1 | 7,69% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 1 | 5,56% |
| Outros | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% |
| Pessoas negras no cargo de chefia/diretoria | | | | | | | | |
| Sim | 7 | 53,85% | 0 | 0,00% | 1 | 100,00% | 8 | 44,44% |
| Não | 6 | 46,15% | 4 | 100,00% | 0 | 0,00% | 10 | 55,56% |
| Política pública que atua | | | | | | | | |
| Assistência Social | 10 | 76,92% | 3 | 75,00% | 1 | 100,00% | 14 | 77,78% |
| Saúde | 1 | 7,69% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 1 | 5,56% |
| Educação | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% |
| Esporte | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% |
| Habitação | 1 | 7,69% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 1 | 5,56% |
| Cultura | 1 | 7,69% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 1 | 5,56% |
| Sócio-Jurídico | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% |
| Outro | 0 | 0,00% | 1 | 25,00% | 0 | 0,00% | 1 | 5,56% |
| Faixa Salarial | | | | | | | | |
| Até 1 s.m | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% |
| 1 a 2 s.m | 1 | 7,69% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 1 | 5,56% |
| 2 a 3 s.m | 6 | 46,15% | 2 | 50,00% | 1 | 100,00% | 9 | 50,00% |
| 3 a 4 s.m | 0 | 0,00% | 1 | 25,00% | 0 | 0,00% | 1 | 5,56% |
| 4 a 5 s.m | 4 | 30,77% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 4 | 22,22% |
| 5 a 6 s.m | 1 | 7,69% | 1 | 25,00% | 0 | 0,00% | 2 | 11,11% |
| superior a 6 s.m | 1 | 7,69% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 1 | 5,56% |

Observando a tabela 5, questionadas sobre o setor de trabalho atual, constatou-se que 55,56% das profissionais atuam no setor público, seguido pela atuação no terceiro setor.

Para a pergunta sobre os cargos ocupados atualmente, aquele que se sobressai nesta pesquisa é o de Assistente Social/técnico, seguido pelo cargo de coordenação.

A presença de pessoas negras nos cargos de chefia aparece com 44,44%, considerando que as participantes que estão no cargo de coordenação, se incluem nesse montante.

As assistentes sociais participantes da pesquisa em sua maioria indicaram que a política pública na qual atuam é a Assistência Social, com 77,78% das respostas. Por sua vez, a atuação das demais assistentes sociais está nas áreas da Saúde, Habitação, Cultura e Outros, alcançando o percentual de 5,56% para cada uma das áreas.

No tocante à faixa salarial, a maioria das participantes desta pesquisa recebe entre 2 e 3 salários mínimos. Embora exista uma parcela significativa de 22,22% que ganham entre 4 e 5 salários mínimos.

Sobre as questões de nº 26, 27 e 28, abordou-se a presença de pessoas negras (homens e mulheres) nas equipes de trabalho em que estão inseridas as profissionais participantes desta pesquisa. Os resultados destacam que apenas sete equipes são compostas de 25% a 50% de funcionários negros/as. Nessas equipes, a presença negra majoritária é de mulheres. As demais assistentes sociais informaram que suas equipes de trabalho variam, compondo-se de nenhuma (0%) a 20% da equipe de pessoas negras.

Tabela 6 - Situações no ambiente de Trabalho

| Variáveis | Preto | | Pardo | | Amarelo | | TOTAL | |
|---|--------|--------|-------|--------|---------|---------|--------|---------|
| | N = 13 | 72,22% | N = 4 | 22,22% | N = 1 | 5,56% | N = 18 | 100,00% |
| Piadas sobre suas características físicas (cabelo, traços) e cor; | 8 | 61,54% | 1 | 25,00% | 0 | 0,00% | 9 | 50,00% |
| Você já se sentiu hipersexualizada em detrimento da sua raça/cor (por funcionários/usuários) seja com atitudes ou falas; | 7 | 53,85% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 7 | 38,89% |
| Não ser identificada como profissional, de imediato, por Usuários/pessoas; | 9 | 69,23% | 3 | 75,00% | 0 | 0,00% | 12 | 66,67% |
| Se for cargo de chefia, já se deparou com a insubordinação devido sua cor; | 4 | 30,77% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 4 | 22,22% |
| Alguém da equipe já duvidou da sua capacidade profissional; | 7 | 53,85% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 7 | 38,89% |
| Já foi estereotipada como agressiva por sua forma de falar ou seu jeito de se posicionar; | 5 | 38,46% | 2 | 50,00% | 0 | 0,00% | 7 | 38,89% |
| Já solicitaram muitas vezes serviços que não condiz com suas atribuições, por associar sua cor às situações subservientes (que consente em servir de maneira humilhante); | 4 | 30,77% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 4 | 22,22% |
| Não, nunca sofri nenhuma situação acima; | 0 | 0,00% | 1 | 25,00% | 1 | 100,00% | 2 | 11,11% |
| Não sei informar; | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% |
| Outro: | 2 | 15,38% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 2 | 11,11% |

Na tabela 6, referente à questão de nº 29, propõe para as participantes assinalarem se já vivenciaram situações semelhantes às descritas, e as mais evidentes foram: "não ser identificada como profissional, de imediato, por usuários/pessoas" com 66,67% das respostas; além disso, 50% das profissionais de cor preta e 75% das pardas referiram-se ter vivido em seguida "piadas sobre suas características físicas (cabelo, traços) e cor", ou seja, metade das participantes 61,54% representam as mulheres pretas.

Outras situações citadas que obtiveram 38,89% das respostas afirmativas foram: "você já se sentiu hipersexualizada considerando sua raça/cor (por funcionários/usuários) seja com atitudes ou falas" e "já foi estereotipada como agressiva por sua forma de falar ou seu jeito de se posicionar".

Para os cargos de chefia, as 04 profissionais (de cor preta - vide Tabela 6) com cargo de supervisão e coordenação apontam ter sofrido "insubordinação devido sua cor".

Duas das participantes afirmam nunca ter sofrido situações como as citadas, nem outras, sendo uma da cor parda e outra declarada amarela.

Tabela 7 - Origem das situações

| Variáveis | Preto | | Pardo | | Amarelo | | TOTAL | |
|-----------------------------------|--------|--------|-------|--------|---------|---------|--------|---------|
| | N = 13 | 72,22% | N = 4 | 22,22% | N = 1 | 5,56% | N = 18 | 100,00% |
| Por outro/s Assistente/s Social/s | 2 | 15,38% | 2 | 50,00% | 0 | 0,00% | 4 | 22,22% |
| Pelos/as funcionários/as | 11 | 84,62% | 2 | 50,00% | 0 | 0,00% | 13 | 72,22% |
| Pela coordenação ou direção | 3 | 23,08% | 1 | 25,00% | 0 | 0,00% | 4 | 22,22% |
| Pelos/as usuários/as | 8 | 61,54% | 3 | 75,00% | 0 | 0,00% | 11 | 61,11% |
| Outros | 1 | 7,69% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 1 | 5,56% |
| Não respondeu | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 1 | 100,00% | 1 | 5,56% |

Na tabela 7, sistematizou-se as respostas obtidas na questão de nº 30, as assistentes sociais assinalaram até cinco das opções previstas. Então, aproximadamente 72,22% indicaram que sofreram situações de discriminação por parte dos funcionários/as, também por usuários/as (61,11%), por outro/s Assistente/s Social/s (22,22%), pela coordenação ou direção (22,22%). 5,56% relataram outras situações e 5,56% não responderam.

A questão de nº 31 indagou se as profissionais identificam vivências semelhantes em empregos anteriores. Obteve-se que 83,33% responderam que sim e 16,67% responderam que não. Na questão de nº 32, referiu-se à vivência de situação de assédio (moral, verbal, virtual, psicológico e/ou sexual): 55,56% das mulheres pesquisadas indicam que não, entretanto 44,44% indicam que já vivenciaram uma situação de assédio.

As profissionais também responderam sobre como enfrentam o racismo com a população que atende. Em suma, as respostas foram: atendimento individual/ações particularizadas, discussões em grupos/rodas de conversa, informações, orientações, através das oficinas ofertadas, reflexões, fóruns, entre outros.

Em relação ao espaço sócio-ocupacional onde atuam, o questionamento foi se há luta e/ou política de combate ao racismo institucional, contudo as respostas mostram uma negativa, pois cerca de 72,22% das assistentes sociais responderam que não há.

Outro ponto abordado na pesquisa foi sobre o acesso à conteúdos e/ou teorias sobre raça, gênero e classe, por meio de livros, revistas, *internet*, televisão e mídias sociais. Neste caso, as respostas foram positivas, correspondendo a 94,44%; ocorreram muitas citações de conteúdos originados de livros, filmes e séries televisivas a partir de autores, em sua maioria negros.

E, por fim em suas falas destacam-se diversas sugestões para o enfrentamento do racismo institucional nos espaços sócio-ocupacionais, dentre elas:

"Trata-se de um processo de construção coletiva. O tema precisa ser abordado debatido e discutido pelos trabalhadores dentro dos ambientes organizacionais para que haja uma reflexão sobre a reprodução do racismo e o fomento de mudanças de atitudes, ou seja, para que haja uma desconstrução nas ações reproduzidas por posicionamentos estereotipados. Analisar frases ditas cotidianamente como "serviço de preto", que significa serviço mal feito, é preponderante para o processo, pois será que ao dizer, as pessoas tem consciência da fala, ou apenas reproduzem mecanicamente sem associar o verdadeiro sentido? Digo por experiência própria, por diversas vezes pronunciei frases preconceituosas e racistas sem ao menos compreender o que dizia."

"No caso do Serviço social acredito que é preciso começar na graduação. Pela inserção urgente de um conteúdo massivo afrocentrico. Como o Almeida, Silvio a educação é o caminho não existe outro meio para combater o racismo se não entendermos como ele surgiu, porque e onde ele esta. Isso vai educar os assistentes sociais brancos e negros. Os brancos não iram reproduzir os negros saberão se defender e ambos conseguirão realizar uma leitura critica e realizar uma anamnese e analise de conjuntura compatível com a realidade, entendendo de fato as expressões da questão social que lamamoto Marilda tanto fala." (grifo nosso)

"O racismo precisa estar na pauta do dia, precisamos falar muito mais sobre ele, algo que está explícito no nosso dia a dia e que a maior parte da população entende como normal deve ser cada vez mais trabalhado por todos os ambientes organizacionais, crimes devem ser de fato punidos e combatidos, negros precisam ter voz, vez, visibilidade e representatividade. Além disso, o assunto deve ser mais estudado por todos, atualmente sendo estudado em sua maioria pelos negros, o que dificulta o alcance, uma vez que o negro detém o conhecimento mas ainda nesta sociedade não consegue ocupar o lugar de fala." (grifo nosso)

"Para além do debate, é necessário ações voltadas para a questão racial de modo que atraia a população integrante e as leve a consciência de que só a luta e o combate ao racismo é que vai por fim ao mesmo. Lembrando que não há como debater racismo sem falar da estrutura do capitalismo, pois ele se alimenta das opressões para continuar sobrevivendo, a luta por si só não nos levava ao fim do racismo, é necessário um outro modelo de sociabilidade para que nós negros um dia possamos viver em paz." (grifo nosso)

Encerra-se a seção de "Resultados" com as falas de algumas participantes da pesquisa, destacadas acima. Na seção seguinte, apresentam-se algumas conclusões e reflexões acerca dos dados levantados e suas implicações na carreira destas assistentes sociais.

CONCLUSÃO

As informações abarcadas nesses resultados reforçam a importância do debate étnico-racial nos espaços sócio-ocupacionais, incluindo ações afirmativas e enfatizando desde a formação educacional até o atendimento com a população cujo foco seja impreterivelmente nos profissionais. Desta maneira, fica clara a relevância da redução dessa lacuna no ambiente de trabalho do assistente social, uma vez que o racismo institucional ficou evidente diante dos dados obtidos.

Mesmo estas mulheres negras tendo o acesso ao Ensino Superior, elas são a minoria de pessoas negras nesses espaços. É notório ainda a escassez de representatividade, por exemplo, de professores/as negros/as, como salienta a escritora e filósofa Djamila Ribeiro (2019, p.36): "Essas experiências comuns resultantes do lugar social que ocupam impedem que a população negra acesse certo espaços [...] acarreta a não existência de produções e epistemologias desses grupos nesses espaços", o que explica os resultados sobre o nível de acesso aos conteúdos de debate étnico-racial. A necessidade de estimular cada vez mais essa problemática nos espaços é imprescindível, inclusive nos ambientes sócio-ocupacionais.

A maioria das profissionais são atuantes da política de Assistência Social, o que revela que há necessidade de incorporar as temáticas étnico-raciais nos grupos de trabalhadores, pensando em duas vertentes: a primeira delas, aprofundar nas teorias antirracistas para profissionais negros e não-negros com o objetivo de erradicar as possíveis situações de racismo no ambiente de trabalho; e, a segunda, auxiliar na atuação, não só de técnicos Assistentes Sociais (negros e não-negros), como também outros integrantes da equipe para a elucidação da população, visto que a vulnerabilidade se dá pela questão racial.

Ainda é corriqueira vivência de situações racistas nos ambientes de trabalho ocupados por essas trabalhadoras, como ficou evidente através dos dados analisados. Embora se compreenda que mesmo com a carência de conteúdos de cunho racial, tanto na graduação quanto nos espaços sócio-ocupacionais, as profissionais se mostram conscientes da necessidade e demonstram empenho no combate ao racismo frente à população.

Através de alguns dos depoimentos, foi possível perceber que existem algumas feridas identitárias, o que pode levar as profissionais ao adoecimento físico, psicológico, entre outros agravantes, tais como, a desmotivação por parte dos profissionais negros, em decorrência do racismo institucional e estrutural, podendo impactar diretamente no rendimento de seu trabalho.

A psicóloga Jeane Tavares, em matéria para o *site* Alma Preta, no ano de 2018¹⁰, referenciando vários outros autores e suas afirmações em relação à diversos aspectos da saúde da população negra, afirma que a discriminação e o preconceito geram disparidades na saúde mental, pois mesmo a pessoa negra tendo ascensão apresenta sofrimento psíquico por sofrer racismo, haja vista a associação entre o racismo percebido/discriminação e depressão, ansiedade, Transtorno de Estresse.

Outro ponto comum percebido em pessoas negras são os transtornos de psicose e transtorno mental, além da depressão; ainda destaca que mulheres negras sofrem mais estresse crônico do que homens negros; elucida também que o estresse crônico tem relação com adesão aos comportamentos de risco à saúde (sexual, exposição à violência, abuso de drogas), apresentando adoecimento crônico, dificuldade de autocuidado e de concentração que afetam a memória e a aprendizagem, especialmente, considerando crianças e jovens negros que são diretamente afetados, resultando na ruptura de vínculos afetivos, lutos crônicos, absenteísmo e desemprego.

O racismo estrutural e institucional é aparente no exercício profissional de vários trabalhadores, mesmo que alguns destes tenham superado percentuais negativos. Portanto, de acordo com o objetivo proposto neste estudo, é urgente a inclusão de conteúdos, reflexões, materiais, documentos, legislações no âmbito do Serviço Social, para minimizar as opressões sofridas por essas profissionais nos espaços por elas ocupados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. Subsídio para o debate étnico-racial na formação em Serviço Social. Vitória. Ano 2018. Disponível em:
http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_social-201812041419427146430.pdf. Acesso em 29 ago. 2020.

¹⁰ Disponível em: <https://www.almapreta.com/editorias/realidade/as-repercussoes-do-racismo-na-saude-mental>. Acesso em: 31 ago. 2020

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo Estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 264 p. (Feminismos Plurais/ coordenação Djamila Ribeiro ISBN: 978-85-98349-74-9

ALVES, Leonardo Dias. Serviço Social e Questão Racial: tensionamentos e disputas no processo de formação acadêmico-profissional / Leonardo Dias Alves; orientador Reginaldo Ghiraldelli. Brasília, 2020. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/38699/1/2020_LeonardoDiasAlves.pdf. Acesso em: 04 ago. 2020.

DAVIS, A. 1944- Mulheres, raça e classe [recurso eletrônico] / Angela Davis ; tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016, p.24

EURICO, M.C. Da Escravidão ao Trabalho Livre: contribuições para o trabalho do assistente social. Ser Social, Brasília, vol.19, n.41, p. 41-42, 2017.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. 2019. Disponível em <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Anuario-2019-FINAL-v3.pdf>. Acesso em: 10 jul 2020.

FERNANDES, Florestan. - O Negro no Mundo dos Brancos. Difusão Européia do Livro, São Paulo. 1972. 286 págs.

GONÇALVES, R. Quando a questão racial é o nó da questão social. R. Katál., Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez. 2018 ISSN 1982-0259

IBGE. Indicadores IBGE Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Primeiro Trimestre de 2020, p. 12. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2020_1tri.pdf. Acesso em 13. Jul 2020.

----- Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2019 / Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2019. 130 p. - Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>. Acesso em 20 jul. 2020.

IPEA. Mercado de trabalho: conjuntura e análise / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ministério do Trabalho. - v.1, n.0, (mar.1996). Brasília: Ministério do Trabalho. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35058&Itemid=9. Acesso em 13 jul 2020.

Leal MC, Gama SGN, Pereira APE, Pacheco VE, Carmo CN, Santos RV. A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil. Cad. Saúde Pública [Internet]. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v33s1/1678-4464-csp-33-s1-e00078816.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2020.

MOURA, Clóvis. História do negro brasileiro, São Paulo, Ed. Ática, 1992.

MUNANGA, K. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra / Kabengele Munanga. - Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

NASCIMENTO, Abdias do, 1914-2011. O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado/ Abdias Nascimento. - 3. Ed. - São Paulo: Perspectiva, 2016.

OSORIO, Rafael Guerreiro, O Sistema Classificatório de "Cor ou Raça" do IBGE, Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2003. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0996.pdf. Acesso em: 31 ago. 2020.

RIBEIRO, Djamila. Lugar de Fala. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 112 p. (Feminismos Plurais/ coordenação Djamila Ribeiro) ISBN: 978-85-98349-68-8.

CFESS MANIFESTA: O POSICIONAMENTO POLÍTICO DOS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS

CFESS MANIFESTA: POLITICAL POSITIONS OF SOCIAL WORKERS

Claudiana Tavares da Silva Sgorlon¹

Mabel Mascarenhas Torres²

Resumo: O artigo apresenta uma reflexão sobre os conteúdos expressos na peça comunicacional denominada *CFESS Manifesta*, produzida pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Essa peça comunicacional trata de temáticas fundamentais à formação do posicionamento ético e político dos(as) assistentes sociais, contribuindo para a construção da imagem do Serviço Social associada à defesa dos direitos humanos e sociais. A coleta de informações abarcou os números do *CFESS Manifesta* publicados no período de 2004 a 2020, totalizando 178 edições. A análise do conteúdo dessa peça foi direcionada para dois aspectos: as temáticas propostas e o direcionamento político expresso. Como resultado, afirma-se que o *CFESS Manifesta* pode subsidiar os(as) assistentes sociais na construção de um ponto de vista crítico e político acerca da realidade social.

Palavras-chave: Serviço Social. Comunicação. CFESS Manifesta. Posicionamento Político.

Abstract: The article presents a reflection on the contents expressed in the communication piece named CFESS Manifesta, produced by the Federal Council of Social Work - CFESS. This communication piece addresses fundamental themes to build social workers' ethical and political positions, hence it contributes to the construction of a Social Work image associated with the defense of human and social rights. Information collected comprehends the publications of CFESS Manifesta in the period from 2004 to 2020, totaling 178 issues. The analysis of CFESS Manifesta content was conducted towards two aspects: the proposed themes and the manifested political direction. tical and political point of view about social reality, in addition to contributing to the construction of a professional image associated with the defense of human and social rights.

Keywords: Social Work. Communication. CFESS Manifesta. Political Position.

¹ Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Paraná- Apucarana. Mestrado e Doutorado em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina. Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Maringá. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Fundamentos e o Trabalho do Assistente Social (GEFTAS). E-mail: clausgorlon@gmail.com

² Assistente social. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Fundamentos e o Trabalho do Assistente Social (GEFTAS). Vice-coordenadora da Rede de Estudos sobre o Trabalho do/a Assistente Social - RETAS. E-mail: mmtorres@uel.br

Artigo submetido em: 18 de outubro de 2020.

Artigo aceito em: 30 de novembro de 2020.

p. 252-272 DOI: <https://doi.org/10.46551/rssp202116>

INTRODUÇÃO

Este artigo, fruto de pesquisa de Doutorado, tem como objetivo analisar uma das peças comunicacionais disponibilizadas pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), o *CFESS Manifesta*. Trata-se de uma publicação on-line, hospedada na página do referido Conselho, composta por três páginas, cuja primeira publicação ocorreu em 2004. Essa peça comunicacional expressa o posicionamento político do Conjunto CFESS-CRESS frente a questões que se apresentam na realidade social e interessam sobremaneira aos(as) assistentes sociais. Nesse sentido, discute temáticas consideradas fundamentais à formação do posicionamento político dos(as) assistentes sociais, desvendando e analisando as contradições e descompassos constitutivos da sociabilidade do capital que estruturam as relações desiguais entre as classes. Para a construção do artigo, foi realizado o levantamento do *CFESS Manifesta*, totalizando 178 edições, até o mês de setembro de 2020. É preciso ressaltar que as temáticas tratadas e os conteúdos difundidos nos *CFESS Manifesta* passam por comissões compostas por representantes do Conselho. Os temas são definidos de forma coletiva, o que expressa outra marca do Serviço Social.

As primeiras aproximações analíticas possibilitaram o reconhecimento de elementos que caracterizam a peça comunicacional. O primeiro é que, no período de 2009 a 2013, ocorreu o maior número de publicações, totalizando 102 números. Nota-se haver um investimento do Conjunto CFESS-CRESS para colocar em movimento a política de comunicação aprovada em 2007 e revista em 2016, intensificando a elaboração de informações que impactam no modo com a profissão é reconhecida socialmente. Nessa direção, apresenta que o CFESS desenvolve reflexões e atividades, reafirmando as atribuições e competências do assistente social e ressaltando a importância do “[...] investimento na comunicação, entendendo-a tanto como peça importante na socialização do conhecimento para a categoria, quanto também como disputa pela hegemonia dos meios de comunicação” (MATOS, 2015, p. 694).

Destaca-se a identificação da série *Trabalho e Conjuntura*, com seis números publicados, enfatizando a centralidade do trabalho na sociedade do capital, ao mesmo tempo em que situa os desafios cotidianos para o exercício profissional do assistente social, evidenciando os princípios e valores éticos, bem como as competências e atribuições privativas. Essa série reflete uma questão que tem sido debatida na categoria: a precarização do trabalho afeta duplamente o assistente social, quer seja na sua condição de trabalhador assalariado, quer

seja na atuação direta com os usuários, no reconhecimento das implicações das péssimas condições de trabalho ou mesmo do desemprego na vida dos trabalhadores. A série reforça a função do CFESS de "regulamentar o exercício profissional de assistente social em todo o território nacional." (CFESS MANIFESTA, março 2020).

É possível observar que, nos últimos vinte anos, houve um avanço tecnológico que otimizou o uso das mídias sociais, colaborando para o acesso e a distribuição desse tipo de informação. Há também, por parte do Conjunto CFESS-CRESS, investimentos na elaboração de material para distribuição e divulgação nas mídias sociais, ampliando e coletivizando o acesso de informações que configuram o posicionamento político dos(as) assistentes sociais frente às questões que impactam e incidem na profissão.

A POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DO CONJUNTO CFESS-CRESS E AS MÍDIAS SOCIAIS

No Brasil, os meios de comunicação, historicamente, foram centralizados em grandes oligopólios, o que significou influenciar pensamentos e atitudes por muitos anos, em uma evidente articulação entre Estado e empresários do setor. Contudo, parte disso se alterou, na medida em que, nos dias atuais, as mídias sociais permitiram que novas vozes ganhassem espaço. Estas se apresentam como instrumento para o estabelecimento da comunicação, estando no centro das relações sociais, no cotidiano das pessoas, seja pelas redes sociais, seja por aplicativos para *smartphones*, etc. Nesse sentido, televisão, rádio, jornal, revista impressa, etc., passaram a apresentar menos capilaridade.

Compreendendo essa mudança, o Conjunto CFESS-CRESS passa a se debruçar em estudos sobre a comunicação e suas ferramentas, objetivando utilizá-las para disseminar e reafirmar os princípios defendidos pela profissão. É importante mencionar que o Conjunto CFESS-CRESS, no ano de 2010, percebendo a relevância dessa temática, reafirma as possibilidades de intervenção sobre a comunicação, explicitado, principalmente, nas orientações que permitissem maior apropriação da comunicação para o uso de uma linguagem mais próxima do público atendido pelos(as) assistentes sociais, e na coerência dos materiais produzidos, a fim de terem, como parâmetros, os documentos já deliberados pela categoria, por exemplo, o *Código de Ética do/a Assistente Social*, entre outros.

Assim, durante o 2º Seminário Nacional de Comunicação, foi atualizada a Política Nacional de Comunicação do Conjunto CFESS-CRESS, que objetivava reorganizar as ideias e aprofundar

concepções sobre o tema. Em 2016, o Conjunto CFESS-CRESS lançou a terceira versão da Política Nacional de Comunicação, aprovada durante o 44^o Encontro Nacional CFESS-CRESS. Esta contribui com a disseminação e a democratização da informação no sentido de levantar discussões que se voltem à perspectiva de direitos de cidadania. Para Figueiredo (2010), a intersecção da comunicação e o trabalho do assistente social se expressa na concepção de educador social e/ou político, reconhecendo que, nos diversos espaços onde atua o(a) assistente social, é possível levar uma nova informação aos usuários das políticas sociais e estimulá-los a uma maior organização e mobilização frente às suas necessidades e reivindicações.

Em tempos de grande circulação de informações, a utilização das mídias sociais pelo Conjunto CFESS-CRESS se apresenta fundamental. Assim, as peças comunicacionais são divulgadas a partir de ferramentas, como é o caso do *CFESS Manifesta*, que representa um canal de defesa dos interesses da classe trabalhadora e, ao mesmo tempo, como instrumento do CFESS para assegurar uma mídia democrática, livre e plural, o qual expressa um ponto de vista vinculado às lutas da classe trabalhadora.

Essa questão é importante na medida em que impera no país uma mídia oligopolizada e um Estado centralizador e arbitrário, que preza pelos interesses daquela. Esse tipo de mídia ganha o monopólio da informação, dificultando e desqualificando toda e qualquer informação que não siga o princípio da massificação sem crítica. Para tanto, reconhece-se que, no bojo dessas novas formas de comunicação, encontra-se uma intrínseca manobra posta pelos grandes (e poucos) grupos de empresários desse ramo, a qual reitera interesses capitalistas em uma clara coisificação do ser humano, construindo uma soberania na veracidade da informação. Nesse sentido, concordamos com Guareschi (2013) de que a comunicação é o canal privilegiado de transmissão de dimensões valorativas e, através dessas concepções, são legitimadas e justificadas visões e interpretações da realidade.

Em uma direção mais progressista, encontram-se as novas mídias ou as infotelecomunicações, as quais, segundo Moraes (2011), são a confluência de setores de informática, telecomunicações e mídia, que vêm se estabelecendo como possibilidade de expressão a grupos até pouco tempo sem voz nem vez, por meio de páginas em redes sociais, blogues, *podcasts*, aplicativos, etc. É através dessa mídia alternativa e progressista, entendida aqui a partir da denominação "meio de difusão contra-hegemônico" (COUTINHO, 2008), que projetos de poder podem ser contestados. Para tanto, o *CFESS Manifesta* representa esse

viés contra-hegemônico ao defender e dar visibilidade aos interesses e lutas da classe trabalhadora.

Dessa forma, o tema da comunicação no Serviço Social se insere como ferramenta para expansão dos direitos e busca avanços nesse sentido, direcionando para uma cultura comunicacional que se coloca alternativa e oposta à hegemônica no país, que contemple as variadas demandas postas na sociedade, reconhecendo a comunicação como espaço de luta e resistência, conforme demonstrado na Política de Comunicação, a qual se: “[...] pretende ser mais um aporte e contribuição para as lutas em defesa dos direitos” (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2010, p. 7). É possível afirmar que a interlocução entre o Serviço Social e a comunicação vai ganhando direcionalidade a partir da produção de diferentes conteúdos, dentre eles o *CFESS Manifesta*, *spot* para rádio, *banner*, etc., reafirmando, dessa maneira, uma imagem social da profissão, cujos valores profissionais se colocam na perspectiva da justiça e da equidade social.

O *CFESS Manifesta* apresenta uma construção discursiva, que ocupa lugar importante nas relações que a profissão constrói na sociabilidade do capital. Nesse sentido, expressa o ponto de vista político e ideológico da categoria, quando reconhece que os fenômenos sociais deflagrados em decorrência da desigualdade social têm sido analisados pela mídia oligopólica como natural. Em uma direção analítica e crítica, o *CFESS Manifesta* também traz uma ideologia, a partir de um discurso hegemonicamente assumido pela categoria, que baliza discussões, direciona ações e viabiliza intervenções mais assertivas. Sobre o discurso, Fiorin (1988, p. 11) indica que são as combinações de elementos linguísticos (frases ou períodos) usadas pelos falantes com o propósito de exprimir seus pensamentos, falar da realidade ou de questões subjetivas, e agir sobre o mundo.

Assim, entende-se que o *CFESS Manifesta* revela a reflexão e a análise da categoria frente à realidade social, permeada por contradições, que ensejam posicionamentos firmes e coerentes com os interesses da classe trabalhadora, na direção de dar visibilidade às injustiças e desigualdades sociais que marcam a sociabilidade do capital. Portanto, o discurso estruturado pelo *CFESS* na construção da referida peça comunicacional pode ser reconhecido no denominado por Fiorin (1988, p. 18) de “manipulação consciente”, na qual “[...] o falante lança mão de estratégias argumentativas e de outros procedimentos da sintaxe discursiva para criar efeitos de sentido de verdade ou de realidade com vistas a convencer seu interlocutor”.

Não obstante, o *CFESS Manifesta* tem sido utilizado como uma estratégia para disseminar ideais e valores defendidos pela profissão, que se inserem na luta por direitos da população, políticas públicas de qualidade, equidade social, ampliação e melhoria das condições de trabalho dos(as) assistentes sociais.

Assim o CFESS, utiliza-se de materiais comunicacionais para sedimentar seus posicionamentos, valendo-se de temáticas que rebatem diretamente na vida em sociedade. Ao mesmo tempo, a partir do entendimento do CFESS da influência que a comunicação exerce nas relações sociais, este faz uso de estratégias de informação com o propósito de provocar questionamentos e inquietudes frente a privilégios inaceitáveis de parte da sociedade. Por outro caminho, é importante refletir sobre o alcance do material socializado, se este é acessado pelos(as) próprios(as) assistentes sociais, demais trabalhadores e sociedade em geral. Assim, Guareschi (2013, p. 57) pontua que “[...] a comunicação não é uma entidade isolada, com vida própria, mas está inserida dentro de um contexto específico que, se não a determina totalmente, condiciona-a significativamente”.

Os meios de comunicação, como se veem, se leem ou se ouvem continuamente, estão embrenhados de forças dominantes que buscam regular o funcionamento da sociedade e é justamente pela abrangência desse objetivo que, muitas vezes, a própria sociedade se coloca em posição pacífica de dominação, o que Guareschi (2013, p. 58) denomina de “*status* de imutabilidade”. Esse artifício faz que a sociedade seja impedida de conscientizar-se de sua força, naturalizando as relações e não visualizando outra sociabilidade possível.

Dessa forma, reconhece-se a existência de um domínio unilateral de informações por parte da grande mídia. Mesmo assim, canais alternativos de comunicação, como o *CFESS Manifesta*, apresentam-se como opção para a expansão pública de informações de interesse geral da população, buscando padrões de dignidade de indivíduos e grupos sociais, em oposição à produção e à reprodução do sistema capitalista.

○ *CFESS MANIFESTA*: PAUTAS E TEMAS EM MOVIMENTO

Os canais de comunicação do CFESS apresentam conteúdos em diversos formatos, tais como, notas técnicas; livros e brochuras; campanhas de gestão; o informativo *Serviço Social é Notícia*; peças temáticas diversas: adesivos, *spots*, *banners*, fôlderes, agendas, *busdoors*,

outdoors, o Portal da Transparência; e o *CFESS Manifesta*, que aqui será objeto de análise. Evidencia-se aí o uso diversificado das mídias sociais, ampliando os espaços de divulgação de conteúdos pertinentes à formação ética e política dos(as) assistentes sociais, contribuindo, por conseguinte, para a consolidação do Serviço Social como profissão de natureza analítica e interventiva.

Nota-se que, a partir de 2009, o CFESS Manifesta começou a ser identificado não mais como peça comunicacional que explicita, exclusivamente, as bandeiras de luta, mas como peça temática que vai mostrar como os(as) assistentes sociais brasileiros(as) se posicionam: “[...] as expressões do agravamento destas desigualdades históricas se mostram no país pelo desmonte voraz dos direitos sociais, sob o programa ultraneoliberal que vem sendo imposto com medidas autoritárias e discurso desdenhoso sobre a classe trabalhadora” (CFESS MANIFESTA, março 2020).

A partir da análise do material produzido e socializado por meio do *CFESS Manifesta*, é possível afirmar haver um direcionamento crítico acerca de temáticas que incidem diretamente sobre a profissão. Pontua-se que o conteúdo pode ser identificado como material de consulta e subsídio para os(as) assistentes sociais, no tocante à análise crítica da realidade sócio-histórica, bem como na busca por inspirar, nos profissionais, a capacidade de refletir com criticidade sobre a sociedade capitalista. Nota-se que o CFESS Manifesta apresenta discussões que refletem o modo como o Serviço Social brasileiro analisa a realidade social, na perspectiva da totalidade. Apoiado nos debates construídos por Netto (1989, p. 92), significa dizer que “[...] a sociedade é apreendida como uma totalidade concreta, dinâmica e contraditória, que se constitui de processos que possuem uma estrutura de totalidade”, indicando e reconhecendo as multicausalidades dos fenômenos sociais, nas determinações econômicas, políticas e sociais, e postas em centralidade no debate.

Observou-se também que o *CFESS Manifesta* apresenta uma diversidade temática que reflete as contradições da própria sociabilidade capitalista. Os conteúdos apresentam os impactos dessas contradições na formação e no trabalho desenvolvido pelos(as) assistentes sociais. Logo, os assuntos abordados representam, ainda, demandas macroscópicas presentes no país, a partir de uma perspectiva sócio-histórica, requerendo do CFESS um direcionamento para a análise crítica constitutiva do trabalho do(a) assistente social na realidade social. Segundo Duriguetto e Baldi (2012, p. 194):

O Serviço Social é uma profissão essencialmente vinculada aos interesses classistas contraditórios que fundamentam a sociedade capitalista. Tem se afirmado como um tipo de especialização do trabalho coletivo, ao ser expressão de necessidades sociais derivadas da prática histórica das classes sociais no enfrentamento da "questão social".

Reconhecendo-se nas expressões da "questão social" o foco da intervenção do assistente social, explicita-se ao profissional o conhecimento concreto das formas de luta e resistência da classe trabalhadora, a qual vivencia as diversas refrações que incidem em seu cotidiano, no qual muitos se encontram privados de direitos elementares à vida humana. Ou seja, o material apresenta um ponto de vista acerca da sociabilidade burguesa a partir da compreensão das expressões da "questão social", como matéria-prima do trabalho do(a) assistente social.

Netto (1989, p. 90), ao analisar o pauperismo, indica que a "questão social" decorre "[...] do conjunto de problemas econômicos, sociais, políticos, culturais e ideológicos que cerca a emergência da classe operária como sujeito sociopolítico no marco da sociedade burguesa". Igualmente, o autor reflete que a burguesia busca perpetuar sua dominação sobre a classe trabalhadora, munindo-se de diversificadas estratégias para garantir a acumulação da riqueza socialmente produzida. Assim para o Serviço Social, a "questão social" assume um viés político e classista, necessitando que o(a) assistente social compreenda os processos sociais que a compõem e se expressam nos distintos espaços ocupacionais.

Nota-se que os *CFESS Manifesta* produzidos apontam, também, para a defesa de princípios e valores da profissão, explicitando uma cultura informacional voltada aos interesses da classe trabalhadora, evidenciando as contradições de classe constitutivas e presentes na sociedade capitalista, e compreendendo ser preciso ultrapassar os limites impostos pela classe dominante, conforme explicita Moraes (2011, p. 33): "[...] as elites, inconformadas seguem dispostas a barrar as guinadas para modelos inclusivos de desenvolvimento".

No sentido apresentado, o *CFESS Manifesta* se assenta, outrossim, como estratégia comunicacional de divulgação dos direitos já conquistados pelos trabalhadores e forma de luta por direitos negados ou mesmo retirados, por exemplo, o que ficou regulamentado na contrarreforma da previdência e na contrarreforma trabalhista. Nesse ambiente, alianças com movimentos sociais, sindicatos e profissionais de outras áreas se estabelecem como potencial de articulação e intervenção na busca do combate à desigualdade e à subordinação da classe trabalhadora, construindo vias de resistência e expressando a força política da categoria e seu potencial articulador com os demais movimentos populares.

No tocante a análise do CFESS Manifesta, foi possível identificar que as temáticas giram em torno das seguintes discussões:

A. *Temáticas relativas à profissão e ao trabalho do(a) assistente social*, enfatizando os marcos regulatórios e normativos da profissão; a defesa dos valores e princípios da profissão; os marcos políticos da profissão, tais como, o Congresso da Virada, os encontros nacionais da categoria; a inserção do(a) assistente social como trabalhador(a) assalariado(a) e a prestação de serviços nas políticas sociais; os desafios enfrentados pelos profissionais, cotidianamente, na implementação de programas, projetos e serviços relacionados às políticas sociais, destacando aquelas vinculadas a seguridade social. Em tempos de pandemia da Covid-19, é publicado um número especial do *CFESS Manifesta*, enfatizando as alterações no trabalho do(a) assistente social, especialmente, o trabalho remoto.

É possível visualizar, no *CFESS Manifesta*, a confirmação de uma linha de pensamento defendida pela profissão, a partir da leitura crítica dos fenômenos sociais constitutivos da realidade social e sua interface com o trabalho realizado pelo(a) assistente social, o qual, de acordo com Guerra (2009, p. 4),

[...] interessa chamar a atenção para a possibilidade contida nas competências e habilidades de "compreender o significado da profissão", para o redimensionamento dos espaços profissionais, das demandas e respostas, do que depende, essencialmente, mas não exclusivamente, da escolha dos aportes teórico-metodológicos aliada à capacidade política de estabelecer estratégias socioprofissionais adequadas.

Assim, cabe ao profissional apropriar-se de conhecimentos que lhe possibilitem explicitar a contradição de classes presente na sociedade. Nesse sentido, identifica-se que o *CFESS Manifesta* se estabelece como instrumento de afirmação do viés analítico, político e articulador da profissão. Ao problematizar questões que incidem diretamente na dinâmica da sociedade capitalista, tais como, as lutas da classe trabalhadora pela manutenção dos direitos trabalhistas, enfatiza que essas reivindicações recaem diametralmente no trabalho desenvolvido pelo(a) assistente social, pois é dever desses profissionais desvelar as mediações entre o que se coloca como fenômeno da sociedade do capital e o que se apresenta, com demanda, em seu trabalho cotidiano.

É importante esclarecer que os posicionamentos defendidos no *CFESS Manifesta* se colocam na direção do fortalecimento da imagem e da autoimagem³ da profissão, ao reiterar a importância da luta política e da resistência como elementos indispensáveis ao avanço e à consolidação da democracia e dos direitos humanos e sociais, elementos caros à profissão. A peça situa a centralidade do trabalho na sociedade capitalista, enfatizando a expansão do trabalho assalariado no setor de serviços, no qual o(a) assistente social se insere como trabalhador(a), atuando, majoritariamente, nas políticas sociais. A discussão destaca-se na série *Trabalho e Conjuntura*, composta de seis publicações, a qual tematiza o labor do(a) assistente social.

[...] dentre as principais atividades desenvolvidas pelos/ as profissionais: formação política, por meio de cursos, oficinas e seminários; ações de assessoria e acompanhamento técnico para a elaboração de projetos de assentamento e moradias urbanas; estímulo à auto-organização das famílias em assentamentos, acampamentos e ocupações urbanas, e auxílio à formação de cooperativas; capacitação de lideranças para intervir nos conselhos de direitos e políticas. (CFESS MANIFESTA, dezembro, 2018)

Enfatiza-se, aqui, as dimensões analítica, interventiva e ético-política, constitutivas da profissão, as quais se expressam no trabalho do(a) assistente social. Desse modo, o(a) assistente social é reconhecido como um(a) trabalhador(a) assalariado(a), que vende sua força de trabalho, seu trabalho intelectual, que requer formação crítica e conhecimentos múltiplos, em movimento.

Nesse sentido, é essencial que os(as) assistentes sociais se apropriem de um conjunto de conhecimentos, destacando aqueles *relacionados à profissão*: os fundamentos da profissão, os valores profissionais, as normativas legais e a direção ética e política da profissão; *sobre a realidade social*: suas determinações, o "modo" como reconhece as expressões da "questão social", o movimento contraditório constitutivo da realidade social; *sobre as políticas sociais*: as normativas e o ordenamento das políticas, o investimento nas políticas sociais, a prestação dos serviços e os pactos que sustentam a lógica estabelecida para as políticas; *sobre a condição de vida dos usuários*: as formas de viver, conviver e resistir dos trabalhadores em tempos tão sombrios.

³ Sobre a autoimagem da profissão, ver: NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: CFESS. Capacitação em Serviço Social e política social: crise contemporânea, questão social e serviço social: módulo 1. Brasília: Cead/UnB/CFESS/Abepss, 1999. p. 91-110.

No tocante ao trabalho desenvolvido nos serviços, principalmente durante a pandemia, há uma publicação que reforça a importância das medidas sanitárias e as alterações no contexto laboral, ou seja, “[...] o/a profissional deve atentar-se para: seguir as determinações das autoridades sanitárias competentes quanto às orientações para contenção da propagação do vírus” (CFESS Manifesta, março 2020). Ressalta, também, a autonomia do profissional para emitir opinião técnica e política sobre as ações que poderiam ou não ser desenvolvidas.

[...] debater, com as equipe profissionais e os/as gestores/as locais, sobre a realização de atividades que devam ser mantidas e aquelas que possam ser suspensas ou reformuladas, tendo em vista os diferentes espaços sócio-ocupacionais e a defesa da autonomia profissional; avaliarem a necessidade de realização de visitas domiciliares e de atividades grupais, que reúnam um número grande de usuários/as; informarem, aos/às responsáveis pelas instituições, as condições éticas e técnicas que prejudiquem a realização do trabalho, [...] com a devida segurança para os/as usuários/as e trabalhadores/as. (CFESS MANIFESTA, março, 2020)

A pandemia escancara a desigualdade social constitutiva da sociedade capitalista, bem como a precarização do trabalho. Nota-se, claramente, a alteração nas condições objetivas do trabalho do(a) assistente social, principalmente, no tocante a salário, jornada de trabalho, flexibilização das atividades e imprecisão acerca das requisições e atribuições requeridas.

B. *Defesa de lutas gerais da classe trabalhadora* como um dos pilares da direção social e política da profissão: realização de concursos públicos; defesa dos direitos trabalhistas e previdenciários; lutas camponesas, direito à terra e à moradia em espaços urbanos e rurais; defesa do meio ambiente, entre outras.

Outro debate frequente refere-se às contrarreformas trabalhista e da previdência e, mais recentemente, a reforma administrativa que atinge diretamente os direitos dos trabalhadores, fragilizando, ainda mais, as relações contratuais e a permanência dos profissionais no mercado de trabalho. O *CFESS Manifesta* apresenta um contraponto crítico e torna público o modo como os(as) assistentes sociais analisam as situações vivenciadas pela classe trabalhadora, principalmente, a que vive em condição de pauperismo. Nesse sentido, combate a perspectiva do campo conservador e propõe que as situações vivenciadas pelos trabalhadores se travestem da naturalização da desigualdade, da valorização da individualidade e de aspectos que reiteram a submissão e a dominação do capital.

[...] nossas análises e críticas não podem ser confundidas com as das frações burguesas dominantes e subalternas ao imperialismo [...] cabe também a nós apresentar as contradições entre capital e trabalho, fortalecer a articulação em torno de uma agenda de mudanças estruturais e nos juntarmos aos aliados e aliadas, para tomar posição, evidenciando que é impossível conciliar essas contradições, sob pena de esvaziarmos a política de seu conteúdo político. (CFESS MANIFESTA, abril, 2015)

Sobre isso, Fiorin (1988, p. 28) esclarece que "a esse conjunto de ideias, a essas representações que servem para justificar e explicar a ordem social, as condições de vida do homem e as relações que ele mantém com os outros homens é o que comumente se chama ideologia." Ainda, é preciso ressaltar que todo posicionamento, quer seja da mídia alternativa, quer seja da mídia oficial, apresenta um ponto de vista ideológico. O *CFESS Manifesta* sustenta que a análise construída no campo do Serviço Social não se institui nos marcos da neutralidade, mas é permeada pelas determinações políticas, classistas e econômicas constitutivas da sociedade do capital.

Outro flanco de análise apresentado no *CFESS Manifesta* diz respeito a questões cruciais para o trabalho do(a) assistente social: os direitos da pessoa idosa, da mulher, de crianças e adolescentes, e a luta contra as injustiças sociais e a favor dos direitos humanos, etc. Nota-se que a publicação vai apresentar um ponto de vista crítico acerca dos direitos direcionados à população em condições que impossibilitam o atendimento de suas necessidades humanas e sociais.

Ainda não podemos dimensionar os impactos, tanto na vida, quanto na organização da sociedade. No Brasil, as recomendações de isolamento doméstico e higienização ocorrem junto com o desemprego, o subemprego, a ausência de moradia, de abastecimento de água e de saneamento básico. O ato de lavar as mãos e a proteção de um teto não é igual para todos/as. Em um país onde parte considerável da população vive com menos de um salário mínimo e milhões estão desempregados/as ou subempregados/as. (CFESS MANIFESTA, março, 2020)

Evidencia-se também a luta por concursos públicos, pela estabilidade no vínculo trabalhista de assistentes sociais, representando a luta por melhores condições de trabalho desses profissionais. Tal postura advém de um período profícuo para o avanço das condições de trabalho dos(as) assistentes sociais, uma vez que a profissão alcança engajamento político nos espaços públicos e privados, devido, inclusive, à consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que acarretou na abertura de diversos campos de trabalho para o(a) assistente social. Na mesma medida, sinaliza o desmonte da seguridade social, evidenciando os impactos na vida dos trabalhadores e convocando os(as) profissionais do Serviço Social para:

[...] intensificação das ações em defesa do SUS, da seguridade social e das condições de trabalho dos/as assistentes sociais, na perspectiva da responsabilização do Estado na condução das políticas sociais e da garantia dos direitos dos/as trabalhadores/as, são bandeiras de luta do conjunto CFESS-CRESS (CFESS MANIFESTA, abril, 2020)

C. *Combate à desigualdade, à discriminação, ao preconceito e opressão de gênero, etnia e expressão sexual*, lutas que ganharam centralidade, sobretudo, nas últimas gestões do Conjunto CFESS-CRESS. Merece destaque a posição expressa no *CFESS Manifesta* sobre os direitos da população LGBTQIA+, que de forma recorrente tem sido alvo de violência e discriminação no país. Identifica-se que essa população recorre ao(a) assistente social, a fim de ver atendidas suas necessidades. Portanto, essa postura adotada pelo CFESS coaduna com o determinado no *Código de Ética do/a Assistente Social*, no seu princípio fundamental XI: "Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças". Essa questão vem ganhando centralidade nas últimas gestões do Conjunto CFESS-CRESS e revela-se em um total de 12 (doze) publicações que a abordaram, com ênfase sobre a violência contra a população LGBTQIA+. Chama a atenção a denúncia acerca das condições objetivas de vida da população de pele preta e dos LGBTQIA+.

Vivemos em um país com altos índices de violência e morte, vitimando, com intensidade e frequência cada vez maior, pessoas pobres, negros/as, da periferia, mulheres, *gays*, lésbicas, transexuais e travestis. Não seremos indiferentes à dor que é imposta a esses segmentos e a toda a população. Não vamos naturalizar ou ratificar a desigualdade, a fome, o abandono, a desproteção e, tampouco, esse contexto de militarização do conjunto da vida social. SOMOS CONTRÁRIOS a toda manifestação de violência, preconceito, intolerância e desprezo aos direitos humanos. (CFESS MANIFESTA, outubro, 2018)

Igualmente, reforça-se o compromisso ético dos(as) assistentes sociais de articular formas de resistência frente a essas questões.

Vários precisam ser, portanto, os mecanismos de luta para, de um lado, questionar qualquer sombra de legitimidade que tente se associar a esse "discurso de ódio e extermínio" que saiu vitorioso das eleições e, de outro, não banalizar a precariedade dos serviços e políticas públicas, que será ainda mais intensificada nos tempos que estão por vir. Em ambos os casos é preciso reconhecer o racismo institucional como uma ideologia silenciosa e especializada em disfarçar, burocraticamente, quem são os alvos preferenciais desse massacre deliberado: pretos/as e pobres (CFESS MANIFESTA, novembro, 2018)

Assim, confere-se que o CFESS assume compromissos, ações e bandeiras de luta em prol da defesa da livre orientação sexual e da livre identidade de gênero, tanto do usuário atendido pelos(a) assistentes sociais, quanto do próprio profissional pertencente ao público LGBTQIA+.

Campanha pela Livre Orientação e Expressão Sexual Aprovada durante o 34º Encontro Nacional CFESS-CRESS e lançada oficialmente a partir de julho de 2006 em todos os encontros descentralizados, tem como principais objetivos: sensibilizar a categoria dos /os Assistentes Sociais e a sociedade para o debate em torno da livre orientação e

expressão sexual como direito humano; contribuir para o aprimoramento profissional por meio do debate sobre a sexualidade humana como uma dimensão da individualidade e que, portanto, necessita ser reconhecida em sua diversidade de expressões [...]. (CFESS MANIFESTA, agosto, 2007)

D. *Defesa das políticas sociais com ênfase nos interesses e demandas da classe trabalhadora*: o debate acerca do orçamento e do fundo público e do papel do Estado na gestão das políticas sociais, com destaque para a defesa da educação como política pública, laica e de qualidade; extensivo à formação do(a) assistente social na perspectiva crítica, que culminou na campanha Educação não é *fast food*, o posicionamento sobre as conferências nacionais relacionadas às políticas sociais, enfatizando o controle social e reforçando a importância da participação da sociedade civil organizada na fiscalização e no exercício da democracia.

As questões que se colocam nos *CFESS Manifesta* que tratam da luta contra a redução e o corte no orçamento público destinado às políticas sociais, bem como a crítica ao viés conservador e discriminatório que vem ganhando espaço na sociedade brasileira nos últimos tempos, reafirmam o posicionamento político dos(as) assistentes sociais, de resistir ao retrocesso e de fortalecimento dos movimentos sociais em prol das lutas imprescindíveis que se apresentam na atualidade. Dessa forma, a propositura adotada é a de defesa de direitos, concretizados a partir das políticas públicas, com ênfase no usuário. Assim, observa-se, igualmente, que a disseminação da informação fortalece pontos de vista da profissão sobre os diversos fenômenos presentes na sociedade e materializa seu posicionamento a favor da classe trabalhadora. Para Guareschi (2013, p. 58),

Se não pararmos para refletir e tomar consciência das relações e valores que constituem o "sistema", passamos a aceitar essa realidade como normal, natural e, até certo ponto, a única possível. Ela assume, então, um *status* de imutabilidade e passa a ser considerada e aceita pela maioria da população como a realidade. É desse modo que o sistema se perpetua.

Objetivar discussões sobre os contextos político, econômico, social e cultural na sociedade se apresenta como terreno fértil para desencadear enfrentamentos necessários, que se façam contrários a um sistema determinista, o qual, muitas vezes, impõe-se como inquestionável à população.

○ *CFESS Manifesta* se apresenta como a "voz" da categoria na medida em que acompanha os movimentos e fatos constitutivos da sociabilidade burguesa. Um exemplo é o posicionamento expresso quando das consequências da destituição de Dilma Rousseff da Presidência da República. É visível, a partir daquele momento, uma onda de regressão de

direitos e o Conjunto CFESS-CRESS posiciona-se politicamente, também, através do *CFESS Manifesta*, denunciando o ataque aos direitos e, ao mesmo tempo, defendendo a permanência daqueles já conquistados pelos trabalhadores.

A velocidade desses ataques aos direitos e aos/as trabalhadores/as revela a pressa que os seguimentos dominantes têm, na atualidade, de fortalecer seu domínio sobre a exploração do trabalho e incrementar a acumulação capitalista. [...] Neste momento, a extrema direita (articulada nos três poderes e apoiada pela mídia antidemocrática) busca aprofundar as medidas econômicas, para favorecer ainda mais os interesses da classe burguesa, em detrimento das necessidades dos/as trabalhadores/as. Trata-se de ampliar e socializar os custos com a classe trabalhadora e reforçar a crise como mais oportunidades de lucro para a classe burguesa. (CFESS MANIFESTA, junho, 2016)

Outra tônica contestadora presente naquele período se dá contra as medidas adotadas pelo então presidente do Brasil, Michel Temer, cujo sobrenome passa a integrar alguns títulos do *CFESS Manifesta*, em uma mensagem subliminar⁴. Desde sua posse, medidas de austeridade foram adotadas, requerendo do CFESS um posicionamento crítico, com o intuito de situar os(as) assistentes sociais e demais leitores sobre as ameaças aos direitos, a redução dos investimentos e a retração das políticas públicas, em um visível processo de ameaça ao Estado Democrático de Direito, garantido pela *Constituição Federal* de 1988.

A contrarreforma prevê possibilidades de “livres” acordos, para ampliar a jornada diária no limite das 44 horas semanais, para “livre” negociação individual de banco de horas, de “livre” redução do tempo de descanso, entre outras “liberdades” que só ampliam a lucratividade dos/as empregadores/as, atendendo, no Brasil, aos interesses de várias frações da burguesia nacional e internacional. Esse elemento da conjuntura é central para entendermos, na atualidade, a conformação do bloco de poder (CFESS MANIFESTA, julho, 2017)

Assim, a pauta assimilada pelo CFESS instiga a apreensão e a análise do contexto, estimulando o desenvolvimento de níveis de conscientização, organização e indignação popular. No tocante à indignação, Gohn (2017, p. 17) define:

Ela é uma categoria central nos protestos, combina raiva com valores morais. Por isso, não só a análise estrutural ou conjuntural nos auxilia no estudo dos protestos, mas, sobretudo, a análise da cultura, relativa à construção da subjetividade e intersubjetividade dos indivíduos e grupos, para entender seus pontos de vista, suas interpretações dos fatos e os significados culturais que criam ou atribuem, à realidade, seus princípios morais.

Dessa forma, percebe-se, nos *CFESS Manifesta*, a tentativa de estabelecer uma cultura política que suscite nos leitores a mobilização e a articulação frente à realidade social. Logo,

⁴ Mensagem subliminar é um conteúdo dissimulado, uma mensagem visual ou auditiva escondida, que atua no subconsciente da pessoa a qual é exposta à mensagem em questão. Disponível em: <https://www.significados.com.br/mensagem-subliminar/> Acesso em: 07 out. 2020.

o agir coletivo e o sentimento de pertencimento à classe trabalhadora se apresentam como determinantes nesse processo de mudança.

Reforça, ainda, a necessidade de efetivação da Seguridade Social pública no Brasil, por meio da implementação articulada de políticas públicas de saúde, assistência social, saneamento, habitação, previdência social, alimentação, trabalho e renda. Para isso, é preciso revogar a EC n° 95 e liberar mais recursos orçamentários para o SUS e para todas as políticas sociais, trazendo de volta os R\$7 bilhões retirados da saúde entre os anos de 2017 e 2018. (CFESS MANIFESTA, março, 2020)

Por meio das publicações CFESS Manifesta, é possível identificar o alinhamento do CFESS aos interesses da classe trabalhadora, ao instigar debates sobre direitos e as inúmeras dificuldades que o sistema capitalista acarreta a essa classe, ponto nevrálgico para entender a sociabilidade burguesa e suas formas de dominação e exploração. Concomitante a isso, a liberdade de expressão ganha espaço no material distribuído, ao colocar em cena a comunicação como universo abrangente consubstanciado na linguagem empregada nos diversos meios de comunicação, com uma tônica despolitizada e acrítica. Sobre essa questão, Lima (2011, p. 140) esclarece:

Quando essa reciprocidade entre sujeitos igualmente livres é rompida, a comunicação é substituída pela dominação. Os sujeitos oprimidos são reduzidos à condição de "coisas" (sic) e a comunicação se torna uma "palavra falsa" ou uma resposta carente de criticidade.

Nesse sentido, predomina, na sociedade, uma relação desigual, esvaziada do sentido transformador que o acesso à informação, em uma perspectiva crítica e politizada, pode desencadear. Contudo, registra-se que o modelo societário vigente dificulta essa tomada de consciência, predominando o que Lima caracteriza de "mutismo" e "cultura do silêncio" (2011, p. 141).

Nota-se que, a partir de 2014, o *CFESS Manifesta* trata de segmentos de usuários do trabalho do(a) assistente social, de temáticas vinculadas aos movimentos sociais, relacionadas a trabalho, políticas públicas e questões sobre os fenômenos constituídos nas relações desiguais da sociedade capitalista. Mais uma vez, é possível reconhecer que o público-alvo do trabalho desenvolvido pelo(a) assistente social são trabalhadores cujos direitos foram e são violados constantemente. Assim, o material produzido instiga, também, o usuário a identificar em que circunstâncias o seu direito foi violado e compreender como essa violação se expressa na sociedade capitalista.

[...] as classes dominantes impuseram uma das maiores derrotas já sofridas pelo conjunto da classe trabalhadora do país. A contrarreforma trabalhista aprovada ontem pelo Senado, somada à já aprovada Lei das Terceirizações (13.429/17), altera de forma

regressiva o ordenamento jurídico nacional em torno da relação capital X trabalho.
(CFESS MANIFESTA, julho, 2017)

Portanto, é possível afirmar que o *CFESS Manifesta* exprime um ponto de vista sobre as lutas da classe trabalhadora, buscando provocar nos(as) assistentes sociais, bem como na sociedade em geral, a possibilidade de pensar a estrutura social sobre uma outra lógica, que tenha por base convicções mobilizadoras e anticapitalistas, para “[...] opor-se ao ‘pensamento único’ neoliberal, que subordina os direitos sociais à razão competitiva dos mercados financeiros, ocultando as profundas desigualdades geradas pelo modo de produção capitalista [...]” (MORAES, 2008, p. 39). Assim, o material disseminado por meio do CFESS Manifesta procura, de forma contra-hegemônica, qualificar o debate sobre questões que rebatem na classe trabalhadora.

Dessa maneira, identifica-se que o *CFESS Manifesta* se propõe a debater várias frentes, levantando contestações, problematizando situações e questionando a realidade que se estabelece na sociedade capitalista e rebate no trabalho dos(as) assistentes sociais. Constatase que essa peça é fruto do contexto sócio-histórico, tratando de questões que se relacionam com a profissão. Sobre esta postura crítica frente às determinações constitutivas da realidade, Chauí (2006, p. 50) afirma que “[...] se não dispomos de recursos que nos permitam avaliar a realidade e a veracidade das imagens transmitidas, somos persuadidos de que efetivamente vemos o mundo quando vemos a TV”. Por conseguinte, a diversidade de instrumentos que permitam o acesso à informação por um viés crítico possibilita a luta contra o domínio que os meios de comunicação exercem sobre as pessoas, contribuindo para a construção de visões de mundo contrárias àquelas referendadas pela burguesia.

O *CFESS Manifesta* vocaliza valores, opiniões e necessidades, sedimentados no projeto ético-político da profissão, afirmando a responsabilidade do Estado como garantidor de direitos, tratando-os no sentido da indivisibilidade e da interdependência, em que nenhum direito é mais importante do que outro, mas que, em conjunto, conformam a prerrogativa dos direitos humanos e sociais.

O(a) assistente social, portanto, ao acessar o conteúdo disposto no *CFESS Manifesta*, tem a oportunidade de qualificar sua prática no sentido defendido pela categoria, através de uma reflexão a respeito dos impactos que a forma como as políticas sociais são conduzidas repercutem nas condições objetivas para o seu trabalho profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar os *CFESS Manifesta* é possível perceber que essa peça comunicacional se estabelece como construção de um discurso político e ideológico da categoria. Ademais, identificam-se tendências, relacionadas ao avanço tecnológico, que também incidem sobre as peças comunicacionais e colaboram para sua distribuição. Entre as tendências, destacam-se: afirmação de um posicionamento político em prol dos direitos da classe trabalhadora, bem como uma cultura informacional que atenda aos interesses desse segmento, evidenciando a contradição de classe presente na sociedade e compreendendo ser necessário ultrapassar os limites impostos pela classe dominante para a defesa de princípios e valores da profissão; apresentação do modo como o Serviço Social brasileiro analisa a realidade social, na perspectiva da totalidade, indicando e reconhecendo, nas determinações econômicas, políticas e sociais, a centralidade do debate das multicausalidades dos fenômenos sociais. Outras tendências presentes no *CFESS Manifesta* relacionam-se à compreensão das expressões da questão social, a saber: a matéria-prima do trabalho do(a) assistente social; a análise das políticas sociais a partir do corte de financiamento; e as repercussões na forma ou não da oferta dos serviços à população.

Convém destacar que o *CFESS Manifesta* apresenta-se como resposta às provocações da própria realidade e, nesse sentido, estabelece-se como uma publicação "reativa", pois debate o que se evidencia na sociedade. Outrossim, sinaliza aos profissionais a necessidade de estarem atentos às determinações presentes na realidade social, com o objetivo de qualificar o debate e a construção de argumentações consistentes frente aos desafios cotidianos.

Outra observação importante é que o *CFESS Manifesta* apresenta discussões cujo debate não é exclusivo da profissão, por exemplo: o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes; a luta contra a violência e a opressão sexual; a luta contra o preconceito expressa na campanha "O amor fala todas as línguas", em 2007; e a realização da Conferência Nacional das Cidades. Contudo, tais temas mantêm relação essencial com o Serviço Social, uma vez que incidem diretamente na vida dos sujeitos atendidos por seus profissionais. Assim, ao tratar de temas não específicos da área, pode-se concluir que a profissão se institui na possibilidade de contribuir com reflexões que proporcionem alterações de valores,

comportamentos e interpretações de mundo, visando mudanças necessárias à contestação da ordem burguesa estabelecida.

Em suma, o *CFESS Manifesta*, enquanto ferramenta de comunicação utilizada pelo Conjunto CFESS-CRESS, apresenta potencial para se configurar como elemento relevante na construção de uma concepção de resistência, de estratégia de luta e de fortalecimento dos movimentos sociais e dos usuários, pela garantia de serviços de qualidade e políticas sociais consistentes. Entretanto, no caso do(a) assistente social, para que se possa construir essa concepção, é necessário considerá-lo(a) um sujeito político, que, analiticamente, compreende a sociedade na qual está inserido e nela intervém conscientemente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHAUI, M. Simulacro e poder: uma análise da mídia. São Paulo: Bartira, 2006.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. Política nacional de comunicação: Conjunto CFESS-CRESS. 2. ed. Brasília: CFESS, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. O amor fala todas as línguas - Assistente social na luta contra o preconceito: campanha pela livre orientação e expressão sexual. CFESS Manifesta, Brasília: CFESS, 2007. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESSMANIFESTAOAMORFALATODASASLINGUAS.pdf> Acesso em: 12/10/2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. Serviço Social e análise de conjuntura. CFESS Manifesta, Brasília: CFESS, 2015. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2015-CfessManifesta-Conjuntura.pdf> Acesso em: 12/10/2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. Edição Especial: análise de conjuntura. CFESS Manifesta, Brasília: CFESS, 2016. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2016-CfessManifesta-AnaliseConjuntura.pdf> Acesso em: 12/10/2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. "Cracolândia"? O que o Serviço Social tem a ver com isso? CFESS Manifesta, Brasília: CFESS, 2017. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2017-CfessManifesta-Cracolandia-SerieConjunturaelImpacto.pdf> Acesso em: 12/10/2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. 16º Encontro Nacional de Pesquisadores/as em Serviço Social (ENPESS). CFESS Manifesta, Brasília: CFESS, 2018. Disponível em:

<http://www.cfess.org.br/arquivos/2018-CfessManifesta-16Enpess-GTPAbepss-site.pdf> Acesso em: 12/10/2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. Análise: "É preciso não ter medo, é preciso ser maior"! CFESS Manifesta, Brasília: CFESS, 2018. Disponível em:
<http://www.cfess.org.br/arquivos/2018-CfessManifesta-Conjuntura-EprecisoNaoterMedo.pdf>
Acesso em: 12/10/2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. Dia Nacional da Consciência Negra. CFESS Manifesta, Brasília: CFESS, 2018. Disponível em:
<http://www.cfess.org.br/arquivos/2018-CfessManifesta-DiaConscienciaNegraCampanha.pdf>
Acesso em: 12/10/2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. Os impactos do Coronavírus no trabalho do/a assistente social. CFESS Manifesta, Brasília: CFESS, 2020. Disponível em:
<http://www.cfess.org.br/arquivos/2020CfessManifestaEdEspecialCoronavirus.pdf> Acesso em: 10/10/2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. Março de lutas: Marielle semente, Marielle presente! CFESS Manifesta, Brasília: CFESS, 2020. Disponível em:
<http://www.cfess.org.br/arquivos/2020-CfessManifesta-LutasdeMarco.pdf> Acesso em: 10/10/2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. Dia Mundial da Saúde: em defesa do SUS e da Seguridade Social. CFESS Manifesta, Brasília: CFESS, 2020. Disponível em:
<http://www.cfess.org.br/arquivos/2020-CfessManifesta-DiaMundialSaudeCoronavirus.pdf>
Acesso em: 10/10/2020.

DURIGUETTO, M. L.; BALDI, L. A. de P. Serviço Social, mobilização e organização popular: uma sistematização do debate contemporâneo. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 193-202, jul./dez. 2012.

FIGUEIREDO, K. A. A comunicação no exercício profissional do assistente social. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 13, 2010, Brasília. Anais [...]. Brasília, 2010.

FIORIN, J. L. Linguagem e ideologia. São Paulo: Editora Ática, 1988.

GOHN, M da G. Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade. São Paulo: Cortez, 2017.

GUARESCHI, P. A. O direito humano à comunicação: pela democratização da mídia. Petrópolis: Vozes, 2013.

GUERRA, Y. "A dimensão investigativa no exercício profissional". In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília, CFESS/UNB, 2009.

LIMA, V. A. Comunicação e cultura: as ideias de Paulo Freire. Brasília: Editora Universidade de Brasília: Fundação Perseu Abramo, 2011.

MATOS, M. C. de. Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade. In: Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 124, p. 678-698, out./dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n124/0101-6628-sssoc-124-0678.pdf>
Acesso em: 11/02/2020.

MORAES, D. Comunicação alternativa em rede e difusão contra-hegemônica. In: COUTINHO, E. G. (Org.) Comunicação e contra-hegemonia: processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008. p. 39-64.

MORAES, D. Vozes abertas da América Latina: estado, políticas públicas e democratização da comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2011.

NETTO, J. P. Serviço e tradição marxista. In: Revista Serviço Social e Sociedade, n. 30. São Paulo, Cortez, 1989.

A COMPREENSÃO DO DEBATE SOBRE O ENVELHECIMENTO NO BRASIL
UNDERSTANDING THE DEBATE ABOUT AGING IN BRAZIL

Rosiran Carvalho de Freitas Montenegro¹

RESEHA

TEIXEIRA, SOLANGE MARIA. "*ENVELHECIMENTO E TRABALHO NO TEMPO DO CAPITAL: IMPLICAÇÕES PARA A PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL*". SÃO PAULO, CORTEZ, 2008. (326 P.)

O livro *Envelhecimento e trabalho no tempo do capital: implicações para a proteção social no Brasil* é composto por três capítulos, além da Introdução e das Considerações Finais. A obra foi prefaciada por Marina Maciel Abreu.

Solange Maria Teixeira é professora adjunta da Universidade Federal do Piauí e este livro é fruto dos seus estudos de Doutorado em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão. A obra ganhou o Prêmio Capes de Tese em 2007, na área do Serviço Social, e o Grande Prêmio Capes de Tese, "Prêmio Celso Furtado", na grande área de Ciências Sociais Aplicadas.

Teixeira desenvolve a temática do envelhecimento do trabalhador sob a ótica da questão social, encarando esse fenômeno a partir das relações entre o capital e o trabalho. A perspectiva de análise da problemática social que envolve o tema, diverge sobremaneira das visões universalistas e "aclassistas" que tratam do envelhecimento de forma homogênea, sem o identificar como fenômeno produzido socialmente no contexto das relações de produção e reprodução do sistema capitalista.

¹ Assistente Social, Graduação, Mestrado e Doutorado em Serviço Social pela PUC-SP. Professora Adjunta da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, *Campus* Baixada Santista. Email: rosirancfm@gmail.com

Na introdução, a autora situa demograficamente o fenômeno do envelhecimento no mundo e no Brasil, apontando um crescimento acelerado de idosos em todas as classes sociais. O assunto que se restringia à esfera privada, passou, a partir da década de 1960, a se transformar em uma questão de política pública, embora prevaleçam as formas privadas de proteção social a este segmento populacional.

Para elucidar a problemática social do envelhecimento sob perspectiva teórico-metodológica do materialismo histórico e dialético, Teixeira apresenta alguns eixos/indagações que sinalizam o rumo de suas reflexões: os determinantes dessa problemática social na ordem e no tempo do capital; a possibilidade de valorização do ser que envelhece; os mecanismos de controle do tempo e da vida dos trabalhadores; as formas de proteção social aos idosos e suas contradições; e os modelos de proteção social como tendência da política social contemporânea. A autora define o seu objeto de estudo a partir destas questões, focando nos determinantes que compõem a problemática social do envelhecimento do trabalhador no tempo e na ordem do capital, bem como nas respostas do Estado e da sociedade brasileira a partir dos anos 1990.

Teixeira pressupõe que o envelhecimento do trabalhador é uma expressão da questão social, não concebendo esse grupo etário de forma indistinta e independente da forma como a força de trabalho é expropriada e explorada na vida social. Justifica a relevância do objeto de estudo pelo crescimento da população idosa no país, além das estruturas de desigualdades sociais postas nas relações capitalistas, as quais determinam as condições de vida do trabalhador, bem como as condições materiais e sociais do seu processo de envelhecimento.

No Capítulo 1, a autora trata sobre o envelhecimento do trabalhador como expressão da questão social e as históricas formas de respostas da sociedade e do Estado. Desenvolve a análise da questão social como categoria histórica; o trabalho assalariado e o envelhecimento no tempo do capital; além da relação do envelhecimento com as históricas formas de proteção social.

São apresentadas estimativas populacionais de que, em 2025, a população idosa representará 14% da população mundial. Os cientistas, de modo geral, tomam o critério cronológico de análise, considerando o envelhecimento da população uma 'ameaça' ao sistema previdenciário, de saúde e de assistência social. Nessa perspectiva estão as iniciativas da Organização das Nações Unidas (ONU), que declarou o ano de 1982 como o "Ano Internacional do Idoso" e realizou a Assembleia Mundial sobre a Velhice, em Viena. A autora rompe com o

Resenha: "*Envelhecimento e trabalho no tempo do capital: implicações para a proteção social no Brasil*" que chama de visão dos "*experts* do envelhecimento", porque entende que o envelhecimento visto como "problemática social" não é resultado apenas do crescimento demográfico e que não é ameaça à ordem política pelas estatísticas crescentes. Abordar o envelhecimento como expressão da questão social remete a análise dos processos materiais de existência na lógica do capital, bem como traz a questão ao domínio público para se estabelecer como prioridade para políticas públicas, sob a responsabilidade dos fundos públicos. Considera as lutas sociais como a "força motriz" da questão social e como a estratégia que tira a questão do envelhecimento do domínio privado, exigindo respostas do Estado e da sociedade.

Seguindo sua análise sobre as lutas de classes e o Estado Social, Teixeira foca na velhice enquanto vulnerabilidade social, de responsabilidade pública. O Estado, na visão da autora, busca sua legitimação política, através de atendimento a demandas das classes subalternas, especialmente aquelas fruto de interesses imediatos. A proteção social se apresenta funcional aos interesses econômicos e se consolida no contexto do Estado do Bem-Estar, experiência do segundo pós-guerra a partir de 1945 nos países desenvolvidos.

Para ela, a expansão de programas para a "terceira idade" é fruto não só da concepção da gerontologia internacionalista, mas também do contexto da crise do Estado de Bem-Estar Social, o qual prevê a redução dos gastos sociais, a mobilização da sociedade civil, o incentivo ao trabalho voluntário, entre outros. No *mix* público/privado encontram-se as novas formas de respostas à problemática do envelhecimento, o que na literatura gerontológica é chamado de "nova gestão da velhice".

As respostas a esse segmento populacional começam a surgir a partir das lutas por direitos sociais, dando visibilidade à problemática do envelhecimento. Mas, decorrem também do contexto político e econômico, o qual, ao mesmo tempo que reconhece, procura homogeneizar a visão de velhice, transmutando-a em conflito de gerações e/ou de trabalhadores ativos e inativos. Assim, incentivam medidas que acabam por atingir apenas um determinado segmento dessa população, porque não contemplam as diferenças que estão dadas pelas condições sócio-históricas desses idosos.

No Capítulo 2, Teixeira realiza a análise do envelhecimento do trabalhador, as lutas sociais e os mecanismos de proteção social no capitalismo periférico brasileiro, relacionando especialmente com as políticas de previdência e assistência social. Destaca que as diferentes formas de transição para o capitalismo geraram variadas formas de relação entre Estado e sociedade, obedecendo às necessidades de expansão do capital, à organização dos

Resenha: *"Envelhecimento e trabalho no tempo do capital: implicações para a proteção social no Brasil"* trabalhadores e configurando um padrão de políticas sociais. A autora faz a análise das políticas sociais, tratando a emergência, consolidação, expansão e reestruturação da proteção social sob a intervenção do Estado, embora reconheça a constância das relações entre o "público" e o "privado", na realidade brasileira.

A constituição do proletariado como sujeito político faz emergir as questões relacionadas ao envelhecimento no bojo das lutas operárias e não como lutas por políticas específicas. A raiz do movimento operário está na constituição dos assalariados urbanos, a partir dos incentivos à imigração, que influenciou a formação da classe operária brasileira no início do século XX.

Na discussão da agenda pública brasileira e o sistema de proteção social público, Teixeira destaca que a problematização de necessidades é essencial na constituição das políticas sociais, fato que não se verificou no período ditatorial brasileiro. Nesse período, a ampliação de políticas sociais, buscou evitar a eclosão de lutas sociais e promover a própria legitimação do sistema. Mesmo em contexto ditatorial, as lutas sociais ressurgiram e foram determinantes na retomada democrática do período seguinte.

A autora situa nas décadas de 1980 e 1990 o surgimento do envelhecimento na agenda social como um problema social, decorrente além do fenômeno de explosão demográfica no mundo e no Brasil, da força dos grupos de pressão dos aposentados e pensionistas, das diversas organizações da sociedade civil e dos organismos internacionais, especialmente americanos, que passaram a influenciar o debate sobre o tema, bem como sobre as políticas sociais.

Teixeira ressalta o contexto de luta por democratização do país no início da década de 1980 e as lutas sociais que levaram às conquistas da Constituição Federal de 1988. Ressalta a atuação do Serviço Social do Comércio (SESC) e demais Organizações Não Governamentais (ONG) de cunho técnico-científico como a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG) e a Associação Nacional de Gerontologia (ANG), ambas com influência da Organização Mundial de Saúde (OMS) e Organização das Nações Unidas (ONU). Essas instituições, influenciaram a criação da Política Nacional do Idoso, pela Lei nº 8.842 de 1994.

A autora destaca a aprovação do Estatuto do Idoso (Lei 10.741 de 2003) como um dos mecanismos jurídicos mais importantes de proteção aos direitos dos idosos. Ao mesmo tempo em que o avanço dessa legislação firma as obrigações dos poderes públicos, contraditoriamente, divide essa responsabilidade com a sociedade civil, dando um outro

Resenha: *"Envelhecimento e trabalho no tempo do capital: implicações para a proteção social no Brasil"* sentido ao que na Constituição Federal de 1988 foi definido como descentralização e participação popular.

A profunda análise desenvolvida pela autora reconhece claramente que as diretrizes de proteção das pessoas idosas, através da criação de políticas sociais, sofre, de um lado, as características da organização social e econômica capitalista e de outro, a emergência de movimentos sociais fazendo com que se verifique avanços na conquista de direitos sociais, os quais constituem-se ainda em desafio para as políticas públicas.

No Capítulo 3, Teixeira discute a sociedade civil e o Estado na imbricada relação do público e do privado na proteção social ao envelhecimento do trabalhador. Faz incursões sobre as organizações patronais (a exemplo do SESC), os programas da "terceira idade" de iniciativas filantrópicas, Escolas Abertas de Terceira Idade, além do desenho da Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso.

A autora reforça que as respostas à problemática social do envelhecimento sofrem as alterações próprias das mudanças no formato da proteção social e das "novas" simbioses entre o público e o privado na política social (TEIXEIRA, 2008, p.199). Traz elementos conceituais destas esferas sociais, bem como aspectos da noção de Estado, inspirada nas ideias de Gramsci, o qual considera a noção de Estado ampliado pela relação orgânica entre sociedade política (governo) e sociedade civil (aparelhos privados de hegemonia). Concebe as relações entre Estado e sociedade civil como contraditórias, a partir dos interesses econômicos e relações orgânicas que o Estado mantém com o capital, criando mecanismos que expandem os interesses privados (Ibidem, p.201).

Teixeira trata sobre a Política Nacional do Idoso (PNI) enquanto legitimação de um "novo" desenho de política social. Situa esta política como reflexo dessa concepção homogeneizada do envelhecimento, mascarando as desigualdades sociais. Pondera que embora a política seja universal, a centralidade das ações deva ser para os trabalhadores, uma vez que o envelhecimento não é indistinto e as necessidades das pessoas idosas são marcadas pela inserção de classe social. Considera "utópicas" e "românticas" as iniciativas de supervalorização do "tempo livre" como espaço de liberdade, de livre escolha e satisfação de necessidades.

A discussão desse capítulo reflete bastante na atualidade porque contribui com uma análise crítica às formas contemporâneas de respostas à problemática do envelhecimento sob a perspectiva que obscurece as contradições e desigualdades. Com a análise das históricas

Resenha: "*Envelhecimento e trabalho no tempo do capital: implicações para a proteção social no Brasil*"
imbricações do Estado brasileiro com as esferas públicas e privadas, constata o quanto estas respostas foram centradas nas mudanças de concepções do indivíduo sobre o seu próprio envelhecimento. Por outro lado, a autora reconhece a importância dos avanços da legislação e da formulação de políticas de proteção às pessoas idosas, identificando os pontos de ambiguidades e dificuldades a que ficam as famílias pobres nos cuidados de seus idosos.

Nas Considerações Finais, Teixeira retoma em síntese as principais teses que discorreu em seu trabalho. Pontua sua concepção analítica de que o envelhecimento deve ser visto como uma problemática social na ordem do capital e que as concepções generalizantes e aclassistas não contemplam a realidade daqueles que vivem em condição de pobreza e/ou trabalho precário.

Em apreciação geral da obra, o livro de Solange Maria Teixeira constitui uma riqueza de análise, haja vista a originalidade no trato da questão do envelhecimento, analisado sob a ótica da "problemática social". A aguçada pesquisa e os eixos de análises escolhidos pela autora fornecem ao leitor profundo debate sobre o tema envelhecimento, compreendendo que a sociedade capitalista é desigual e dividida em classes, razão pela qual os idosos sofrendo as consequências do seu contexto sócio-histórico, têm necessidades diferentes, compreensão que deve iluminar as respostas a serem construídas.

Os fundamentos utilizados pela autora guardam coerência com o método escolhido para sua análise, tornando a obra consistente e crítica, sem deixar de reconhecer os avanços identificados nas respostas à questão do envelhecimento ao longo da história mundial, especialmente, no Brasil.

As sessões do livro e o formato objetivo e contundente da autora facilitam a compreensão de suas ideias e fornecem um conjunto de informações sobre a dinâmica da sociabilidade capitalista na realidade brasileira e a constituição das respostas à questão social, tornando esse material imprescindível para profissionais, estudantes e professores, bem como a todos que desejam conhecer, debater, pesquisar e elaborar políticas sobre envelhecimento.

RESUMO

FUTURE-SE: PROGRAMA DE DERRUIÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA E DESCAMINHOS PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL¹

Anna Flávia Perondi da Cunha Gusman de Oliveira²

O presente trabalho de conclusão de curso traz como tema a educação superior brasileira tendo como mote o Programa Futura-se do governo bolsonarista e suas implicações diretas ao projeto de formação profissional do Serviço Social, que constitui o Projeto Ético-Político da Profissão. Traz a defesa de uma formação profissional capaz de formar intelectuais, profissionais com análise crítica da realidade social e constructor de estratégias e propostas interventivas que vislumbrem o acesso aos direitos sociais e civis constituídos e a ampliação universal destes. Uma formação solidificada na indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão e nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. O estudo visa expressar a direção perniciosa que o Futura-se tem para a Educação Superior constituindo o desmonte dos princípios da democracia, da laicidade, do universal, da ciência, do público e da qualidade. Ou seja, aponta ilegalidades, derruições e retrocessos alinhados à ofensiva ultraneoliberal cuja centralidade é a privatização em massa do Ensino Superior, com discurso do docente universitário como empreendedor e falácia da autonomia universitária para prover seus próprios financiamentos. Os estudos embasam-se no método crítico e histórico de análise da realidade, cuja metodologia se

¹ Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Triângulo Mineiro, 2020.

² Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Membro do grupo de estudos Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos, Formação e Exercício Profissional em Serviço Social (GEFEPSS). E-mail: annaflavia.cunha@hotmail.com

Artigo submetido em: 06 de outubro de 2020.

Artigo aceito em: 30 de novembro de 2020.

fez pelo estudo documental e bibliográfico. A pesquisa possibilitou concluir que o Projeto Future-se vem reconfigurar a concepção da educação e função da universidade pública para atender ao mercado e tão logo o capital financeiro e fetichizado, elitizar o conhecimento científico, além de ampliar a precarização das condições do trabalho docente.

Palavras-Chave: Educação Superior. Formação Profissional. Serviço Social. Programa Futura-se.